

# A Casa do Lázaro Preto

Alex de Castro Borges

Arquiteto e Urbanista, UFMG. Diretor de Memória e Patrimônio Cultural da Prefeitura municipal de Patos de Minas

Rosa Maria Ferreira da Silva

Mestre em História da Cultura, UFMG. Historiadora da Diretoria de Memória e Patrimônio Cultural da Prefeitura Municipal de Patos de Minas.

---

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo discutir o cotidiano boêmio da cidade de Patos de Minas, compreendendo-o através da historicidade de um imóvel, a “Casa do Lázaro Preto”, que se localizava à Rua José de Santana, 870. O trabalho traz a questão por meio de memórias gravadas e escritas (no segundo caso, as memórias do historiador local, o Prof. Antônio de Oliveira Mello), e também por meio da constituição do tecido urbano de Patos de Minas em sua movimentação rumo ao vetor sul da cidade, contrapondo-se ao núcleo urbano original que se constituiu em torno do antigo Largo da Matriz, ao norte.

**Palavras-chave:** 1. prostituição. 2. urbanização. 3. Patos de Minas

---



Quadro *Meia Noite no Cabaré*. J. Borges

O imóvel localizado à Rua José de Santana n. 870 configura-se como um resquício material do antigo cotidiano boêmio da cidade de Patos de Minas. Encravada no espaço destinado aos boêmios de pouca renda, a casa de um certo “Lázaro Preto” constituía, junto aos demais comércios localizados na “baixada da José de Santana”, parte da Zona de Baixo Meretrício da cidade<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Na década de 1970, além da baixada da Rua José de Santana, o baixo meretrício se localizava em parte das ruas Dores do Indaiá e Ouro Preto. Havia também um “baixíssimo” meretrício localizado na “Ante-

Com relação à experiência sociocultural proporcionada pela vivência real e simbólica da “Zona”, pouco ou nada se sabe a respeito da “ZBM” patense. Nem os historiadores locais se interessaram diretamente pela temática, nem os sujeitos históricos sentem-se confortáveis em reportar suas lembranças ao espaço da “baixada”. De acordo, por exemplo, com a lembrança do atual proprietário, o Sr. José da Silva Pereira<sup>2</sup>, [ele] nunca foi nesses lugares “fuleiros”. *Quando* foi, foi “(...) lá cima. Num bar lá em cima. Mas foi só pra fazer farra, num foi pra nada não. Era mais brincadeira. Eu e uns amigos do Tiro de Guerra. Farra de rapazinho...” (informação verbal).

Assim, quis uma espécie de memória “transviada oficial” que da Zona Boêmia de Patos de Minas ficasse, apenas, aquela frequentada pelos representantes das classes abastadas. Dentre outros, a memória destaca os políticos e suas comitivas usuais<sup>3</sup>:

A. Ah! Não, os políticos não saía daí! Ex-prefeito B..., por exemplo. O B... foi prefeito depois: mas ali perto, era em 1966-67... eu tinha um restaurante ali perto, onde é o Palácio dos Calçados. Então ele ia com a turma dele pra lá, ele já era deputado. Então ele ia e ficava na rua e chegava lá dez, onze horas, ele dava a maior despesa porque o Suíço chegava e já pedia uma garrafa de vinho. O Suíço é um homem que já teve aqui. É um homem... instruído, muito vivido, da vida... (IBRAHIM, 2003, p. 42).

E, ainda, os “boiadeiros”, fazendeiros vindos das redondezas: “A. É, era os boiadeiros, que naquela época né?; vinha gente da Lagoa, São Gonçalo, João Pinheiro, fim de semana eles vinha aqui” (IBRAHIM, 2003, p. 50).

É natural que deste universo no qual “se gastava muito dinheiro” venha à tona as lembranças mais *glamourosas*, reportando a um espaço-tempo e a personagens muito mais idealizados do que efetivamente reais: são belas mulheres como a *Lurdinha T.V.*, que trabalhava no Cabaré da Brahma; a *Maria Turca* que, vinda de Uberaba, chegava a Patos de avião para trabalhar às segundas-feiras na casa da “Ica” e, ainda, *Dulce*, *Florista*, *Zina*, *Terezinha Fogueteira*, *Elvira*, *Maria Butija*, *Jeni*, *Maria Arlete* e, claro, a *Maria Abadia*, verdadeira “amante” do ofício:

A. E ela toda vida foi dona de casa, inclusive ela mora lá, chama Maria Abadia. A Maria Abadia eu cumi ela muitas vezes. Eu garrava ela de dia, porque ela era mulher, daquelas que homem nenhum... Ela ficava com um, com outro por prazer, você entendeu. Ela tinha uma pele, era uma mulher muito bonita. Quando Nelson Gonçalves veio a primeira vez em Patos, ficou com ela (IBRAHIM, 2003, p. 50).

Sabe-se que em uma das vindas de Néelson Gonçalves a Patos de Minas, o cantor fez um show em um cabaré. No entanto, dentro do que foi possível pesquisar, não se sabe exatamente “onde” este show ocorreu. Certamente foi em um dos bordéis localizados ao longo da Rua Padre Brito e no alto da José de Santana; talvez a “Casa da Lé”, muito famosa pelo luxo e localizada na esquina de uma e outra rua. Desta casa em particular, as lembranças destacam a grandiosidade, a dança e a inconsequência da juventude... Aquele “tempo perdido” na experiência do agora e resgatado apenas através da memória (PROUST, 1982):

---

na”, no Alto da Vila Garcia e na Vila Vicentina Padre Alaor. A este respeito ver: MELLO (1971). Quanto ao personagem “Lázaro Preto” não foi possível apontar com certeza quem ele foi.

<sup>2</sup> Atual proprietário do imóvel. Entrevista informal concedida a Alex de Castro Borges e Rosa Maria Ferreira da Silva. Rua José de Santana, 870. Patos de Minas, 25/08/2008, 15h30min.

<sup>3</sup> Entrevista gravada e transcrita por Ralil Ahamad Khalil Ibrahim. Por escolha pessoal e com a justificativa de preservar a identidade das fontes, Ibrahim refere-se a si como “K” e aos entrevistados como “A” e “B”. Não há referência da data da entrevista. IBRAHIM (2003).

A. A Lé é mais agora. O carnaval lá era uma coisa de doido. Uma vez eu fui preso lá, terminei o Tiro de Guerra, fui preso na Lé. Foi em 1960 e eu vim embora” (IBRAHIM, 2003, p. 50).

A. (...) mas a Lé também tinha um filme na frente, se você fosse conhecido dela, você entrava. Já era instruído por ela: ‘*o rapazinho tem dinheiro*’, né. E naquela época não tinha esse negócio de doença venérea né: muita guinorreia, canco, esse aí, eu nunca peguei, guinorreia eu peguei muito. Talvez não foi por isso não, tinha muito medo do pai. Pois era uma mamata. Tomava alguma coisa, daí uns oito ou dez dia eu voltava, ‘*peguei outra vez*’ (IBRAHIM, 2003, p. 50).

A. (...) tinha o povo do Imanfredo Braga também, dançava tango e achava bom. Dançava bem, dançar com elas. Ele tinha um terno branco, ele é um bom pintor, irmão do Pedro Braga, irmão dessa mulher do Zé Nico... Esse pessoal aí (IBRAHIM, 2003, p. 50).

Contudo, em se tratando do baixo meretrício, a memória opta pela negação da experiência, como o fez o Sr. José da Silva Pereira. Deste modo, com relação ao contexto espacial no qual está localizado o imóvel de número 870 da José de Santana, soube-mos apenas que era um lugar “fuleiro”. Segundo o próprio Sr. José, ao lado da casa funcionava uma *boite* pouco recomendável, pois era um “*puxa-faca*”: um lugar frequentado por gente violenta e afeita ao derramamento de sangue.

Entretanto, as contendas, as brigas e arruaças não se circunscreviam à “Z.B.M.” Ao contrário. Mesmo nos bordéis mais requintados, como o da “Brahma”, não raro acontecia alguma confusão:

A. (...) Uma vez eu tava aberto três horas da manhã. Ah, rapaz, eu não sei o que aconteceu lá na Brahma e quebrou vidro lá. Os grande lá; deu uma amolação, a polícia teve que ir lá (bebida né) e naquela época tinha o Jipão. Você tinha que vê, prendia mesmo.

B. (...) E tinha briga na Zona e lá saía até tiro.

A. E eu já vi matar sujeito. Já vi mulher, às vezes o sujeito não era amigado com ela, mas o cara vigiava e queria a mulher só pra ele e aí chegava outro sujeito digamos, tava ela aí caçava, aí tinha briga<sup>4</sup> (IBRAHIM, 2003, p. 50).

Por outro lado, fazia parte da “cultura masculina” geral andar armado, inclusive na concorrida Casa da Lé:

K. Mas era um ambiente perigoso?

A. É, o ambiente era carregado.

E. O sujeito andava armado, quase todo mundo tinha um revólver na cintura.

A. Eram muitas brigas...

K. Geralmente quando conhecia às vezes ele não ia; Oh Fulano tá lá; esse cara é perigo so (IBRAHIM, 2003, p. 50).

Logo, a qualidade depreciativa e negadora que impele a memória a optar pelo esquecimento muito pouco tem a ver com a violência e a presença da polícia. Entendemos que esse movimento mnemônico, o da negação e do esquecimento, decorre mais da origem socioeconômica dos sujeitos e das prostitutas que frequentavam a baixada da José de Santana.

Dentro da geografia social, o “Cabaré da Lé” foi emblemático, pois funcionava como uma demarcação simbólica e real do limite entre ricos e pobres: *da Lé para cima*, o espaço desviante ocupado pelos filhos das elites econômicas e políticas; *da Lé pra baixo*, os peões, pedreiros, vaqueiros, tratadores de porcos, pobres, pretos: os trabalha-

---

<sup>4</sup> Id., *Ibidem*, “A” e “B”, p. 47.

dores de Patos de Minas encerrados também especialmente na simbólica pirâmide social representada pelos dois extremos da José de Santana.

A época de intensa movimentação da Zona Boêmia como um todo cobre o período que vai de 1945 a meados da década de 1980. Porém, em se tratando especificamente da casa do “Lázaro Preto”, seu funcionamento parece ter ocorrido a partir de 1959, quando o imóvel foi adquirido de Clarindo Teixeira Pinto e sua mulher por “Lázaro Francisco Lau”<sup>5</sup>, conforme o registro de 20/2/1959, no Cartório de Registro de Imóveis, em Patos de Minas:

IMÓVEL: “Uma casa de morada, em mau estado de conservação, terreno com área de 200,00 mts<sup>2</sup>, situados nesta cidade, rua José de Santana, confrontando com Josias Gonçalves, -Prefeitura Municipal e Antonio G. dos Santos, de propriedade de LAZARO FRANCISCO LAU, solteiro, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade, havidos conforme reg.58.397 L<sup>o</sup> 3-AAF compra a Clarindo Teixeira Pinto e s/mulher, escritura pelo 1<sup>o</sup> Ofício em 29/2/1959 (REGISTRO, n.12094, sic).



Placa da antiga Casa da Lé. Acervo: ADOC-PM.

Portanto, é possível deduzir que o funcionamento da casa do “Lázaro Preto” coincidiu com a eclosão de um conflito moral anunciado desde a *idealização* do projeto de planificação e reordenação do espaço urbano de Patos de Minas.

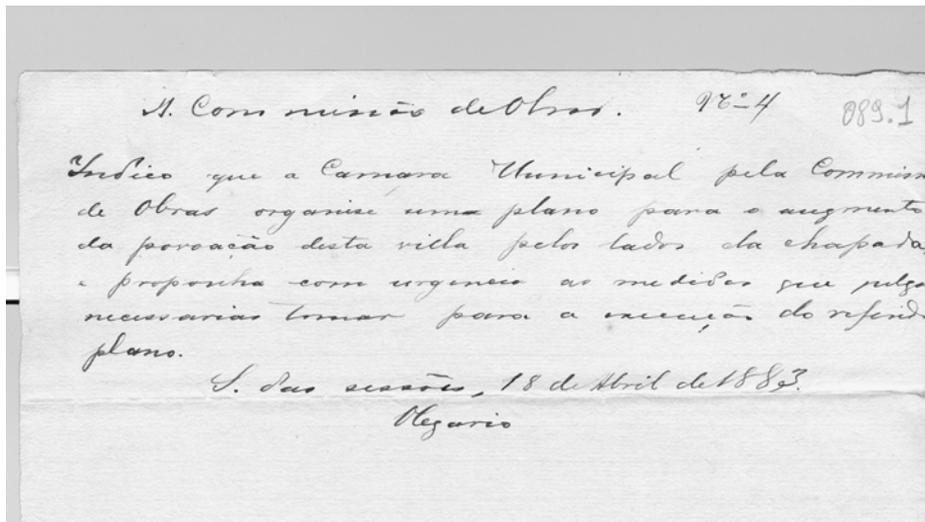
Ora, originalmente, o Bairro da Várzea no qual se localizava a “Zona” ficava nos arrabaldes da cidade. Abrigava a arraia-miúda, a ralé, bem como os vícios tolerados por uma sociedade pequeno-burguesa desde que mantidos à distância do seu olhar, audição e olfato. Não obstante, ainda que estivesse dentro dos limites do patrimônio doado pelo casal Silva Guerra a Santo Antônio<sup>6</sup>, tratava-se da “Chapada”. Por isso mesmo encontrava-se bem distante do centro nevrálgico da cidade que pulsava ao Norte: em torno do Largo da Matriz de Santo Antônio, no outro extremo da Cidade de Patos, onde se concentrava a vida cotidiana das elites brancas, abastadas e católicas.

<sup>5</sup> O Sr. José da Silva Pereira nos informou que o imóvel havia pertencido a “Lázaro Preto” e que o comprou do filho deste, após o falecimento do pai. Entrevista informal concedida a Alex de Castro Borges e Rosa Maria Ferreira da Silva. R. José de Santana, n.870. Patos de Minas, 25/08/2008, 15h30min.

<sup>6</sup> Os limites do Patrimônio doado a Santo Antônio para “cômodo dos povos” e que deu origem a Patos de Minas, são assim descritos: *Da cabeceira do Brejo do Açude pelo espigão cortando em rumo direto ao esbarrancado que está por baixo do pasto da manga, por ele abaixo até o Rio Paranayba pelo meio da água a divisa das terras de Francisco Her. Da Cruz, seguirá por ela em diante até finalizar com as divisas das terras de Manoel Joaquim de Souza, pelo córrego acima até fechar a cabeceira do dito Brejo do Açude ...* (FONSECA, 1974, p. 32-33).

No entanto, em fins do século XIX, em 1883, coube ao então Agente do Executivo, Olegário Dias Maciel,<sup>7</sup> o mérito de reorientar o crescimento da cidade em sentido diametralmente oposto: o sul – a direção na qual se encontra a parte *plana* de Patos denominada usualmente de *Chapada ou Chapadão*:

*A Comissão de obras. n° 4. Indico que a Camara Municipal pela Comissão de Obras organize um plano para augmento da povoação desta villa pelos lados da chapada, e proponha com urgência as medidas que julgar necessárias tomar para a execução do referido plano. S. das sessões, 18 de Abril de 1883. Olegário. (sic)*



Correspondência Interna. Câmara da Vila de Santo Antônio de Patos. 18/04/1883.  
Acervo: ADOC-PM. Digitalização: mar/2006.

Seguiu-se a risca o “Plano Diretor” indicado por Olegário Maciel. Não por acaso, o vereador Eduardo Ferreira de Noronha em 21 de setembro de 1906 indica que (...) a Câmara nomeie os doutores *Olegário Maciel*, Eufrásio José Rodrigues e Antônio Nogueira de Almeida Coelho para que com seu patriotismo, auxiliem a Câmara a estudar o local mais conveniente em que se deve construir o matadouro e respectivo curral, oferecendo seu parecer (grifos nossos).

Hoje, distanciados no tempo, sabemos que a “Chapada” paulatinamente abrigou, além do Matadouro Municipal<sup>8</sup>, a Casa do Coronel Farnese Dias Maciel, a Casa de Amadeu Dias Maciel, a casa do Coronel Arthur Thomaz de Magalhães, o Passeio Público, a fonte luminosa, o Coreto, o Paço Municipal, o Hospital Antônio Dias, O Grupo Escolar, o Fórum Olympio Borges...

*Pari passu*, também foram trasladados outros elementos que se localizavam na direção para a qual a cidade ia se deslocando: a mudança do cemitério e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (frequentada pelos negros) também se constitui como marco simbólico da nova ordenação urbana planeada por Olegário Maciel<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> Olegário Dias Maciel nasceu em Bom Despacho do Picão em 06/10/1855. Filho do Coronel Antônio Dias Maciel e de D. Flaviana Rosa da Silva Maciel, passou a infância em Santo Antônio dos Patos para onde seus pais se transferiram em 1858. Abraçou o legado político do pai, líder do Partido Liberal local, tornando-se uma expressiva liderança do Partido Republicano Mineiro em Patos e no Estado de Minas Gerais. Faleceu em 5/9/1933, no exercício da presidência de Minas.

<sup>8</sup> O Matadouro foi construído em terras da Chapada, em terreno doado à municipalidade pelo Capitão José de Santana. Localizava-se onde se situa hoje a agência do Banco do Brasil, na Rua Major Gote.

<sup>9</sup> O direcionamento da cidade rumo ao vetor sul deriva-se da racionalidade técnica própria da formação de Olegário Maciel, mas também se articula à história política do município. Referimo-nos à oposição ideo-

Engenheiro formado na Escola Polytécnica do Rio de Janeiro, em 1878, Olegário Dias Maciel compartilhava não apenas os ideais positivistas da República<sup>10</sup>, mas também os de higienização e de racionalização do espaço urbano, em conformidade com a orientação intelectual vigente na *Belle Époque*<sup>11</sup>. Logo, tanto a sua formação técnica quanto a sua militância nas hostes do Partido Republicano Mineiro, vão ao encontro dos ideais positivistas de um espaço urbano planejado de maneira racional. Soma-se a isso a experiência cultural de Olegário fora de Patos que muito contribuiu para sedimentar sua formação teórica: como deputado federal e senador vivenciou, no Rio de Janeiro, as reformas urbanas empreendidas por Pereira Passos, inspiradas na reforma de Paris, sob a batuta do Barão de Haussman. Como deputado estadual e depois como presidente do Estado de Minas Gerais vivenciou a experiência de “fruir” a cidade de Belo Horizonte, construída racionalmente à moda da colonização espanhola na América.

Entretanto, a concretização do sonho urbanista de Olegário Maciel só aconteceria após sua morte. Em 1934, o engenheiro carioca Néelson Rodrigues efetuou o primeiro levantamento planialtimétrico da cidade de Patos e, em 1936, provavelmente o próprio Rodrigues concluiu o primeiro Plano Diretor oficial da cidade<sup>12</sup>.

Sem dúvida, não houve nos anos subsequentes uma ocupação tal e qual se previra no Plano Diretor de 1936. No entanto, mesmo com adequações e alterações, a planificação e o processo de ocupação do espaço urbano tiveram aquele documento como norteador. Portanto, a cidade cresceu deslocando o seu “centro” do núcleo original constituído à beira da Lagoa dos Patos e nascido de conformidade com o uso e a ocupação do solo próprios da colonização portuguesa.

A partir de 1936, porém, a cidade foi efetivamente reorientada e cresceu a passos largos em outra direção: o *sul*. Não obstante, compreende-se que o processo de reorientação urbana, iniciado em 1883, acabasse por colidir com as “putas da Várzea”, a moral e os bons costumes.

O afastamento da zona boêmia, do centro da cidade é algo que deve ser encarado com a máxima seriedade pelos poderes Executivo e Legislativo de Patos de Minas. (...) A população de Patos, quase em peso, clama pela mudança da zona boêmia do centro da cidade. Tentativas isoladas já se fizeram neste sentido. Sabemos que muitos patenses já trabalharam para isto, todavia cumpre destacar o nome do senhor João Pacheco Filho, que chegou a adquirir várias casas nesse local com exclusivo fito de transformá-las em residências familiares. No entanto, é preciso que este trabalho seja feito não apenas isoladamente, mas em conjunto, principalmente sob a direção e ajuda dos poderes municipais de nossa terra. A propósito, podemos informar – com a mais absoluta segurança, que o novo prefeito, Sr. Genésio Garcia, está vivamente empenhado em promover o afastamento da zona boêmia para local mais afastado. (...) Coisa que nos enche de satis-

---

lógica entre as famílias “Borges e Maciel”, no princípio, através da opção monarquista de Olympio Borges face ao republicanismo explícito dos “Maciéis” (Cf. se depreende da Ata da Câmara dos Vereadores de Patos de Minas. 09 de dezembro de 1889. Acervo: ADOC-PM. Assim, se o núcleo original da cidade foi “semeado” pelos Borges, a reordenação rumo ao vetor sul foi viabilizada pela articulação política entre Olegário Maciel e José de Santana, na época proprietário de grande parte das terras da “chapada”.

<sup>10</sup> Sobre a temática consultar a obra de CARVALHO (1990).

<sup>11</sup> Olegário Maciel foi contemporâneo de Saturnino de Brito e Aarão Reis, os quais frequentaram, como Olegário e o prefeito-engenheiro, Pereira Passos, a Escola Polytécnica do Rio de Janeiro.

<sup>12</sup> É possível que ainda como presidente do Estado de Minas Gerais, Olegário Maciel tenha feito contato com Néelson Rodrigues para que o mesmo efetuasse o levantamento planialtimétrico de Patos. A vinda posterior de Rodrigues à cidade em 1934, ocorreu em princípio para o levantamento da estrada de ferro Patos-Catiara, às expensas do Estado, que estava sob a presidência de Benedito Valadares. O então prefeito Clarimundo Fonseca Sobrinho teria aproveitado a presença do engenheiro e o contato anterior deste com Olegário para a efetuação do levantamento planialtimétrico. Estas informações nos foram repassadas informalmente pelo arquiteto Marcelo Ferreira Rodrigues reportando-se a uma conversa telefônica entre o próprio Néelson Rodrigues, na época com 98 anos de idade, e a Prof<sup>a</sup> Miriam Xavier Furtado, responsável pela então Divisão de Patrimônio Histórico.

fação, pois nós os que amamos a cidade, só podemos nos alegrar e ver com bons olhos toda a ação que redunde em vantagens para Patos de Minas. De resto, o afastamento da Zona Boêmia não chega a ser nenhum “bicho de sete cabeças”. Havendo boa vontade e cooperação de todos, isto será feito com relativa facilidade (*Correio de Patos*, 20.02.1955).

É importante atentar para a intenção de *deslocamento* da Zona e não da sua extinção: muito mais um discurso *regulamentador* da prostituição do que da sua extinção. Na entrelinha, o discurso sequer condenava a prática. Apreende-se, portanto, que o problema enfrentado pelas elites patenses no período era a *presença da Zona no centro da cidade* e não o meretrício em si.

Não há dúvida de que se trata de um discurso moral; no entanto, paradoxalmente, é um discurso capaz de reconhecer e inclusive aceitar o desviante da norma. Para tanto, bastava que o mesmo fosse enquadrado longe da sensibilidade da pequena burguesia local:

Bairro das Camélias:

Há vários lugares onde poderia ser construído o “Bairro das Camélias”, mas os mais indicados são os que ficam à direita ou à esquerda do Cemitério (na rua aberta pelo dinâmico Virmondês Afonso de Castro). Há os que optam pela baixada da rua José de Santana (proximidades do Café Cristal). E rua da Várzea, rua Patrocínio. (...) Lugares que afinal de contas, andam já infestados de casas de tolerância. Escolha-se qualquer desses locais. O que é preciso, no entanto, é que a Zona Boêmia seja afastada o mais brevemente possível do centro da cidade: pois onde ela está situada é que não deve e nem pode ficar (*sic*, Id. Ibem).

Porém, a Zona de Meretrício mostrou-se bem mais difícil de transladar do que foram o cemitério e a Igreja do Rosário. Não obstante as discussões e as reclamações junto ao poder público, nos anos de 1950 os tempos haviam mudado.

Em primeiro lugar o Bairro da Várzea não era mais o reduto da gentilha, dos homens de “cor” e das mulheres “perdidas” que se davam ao desfrute. Ao lado desses antigos atores sociais, belas “damas da noite” se prostituíam nos quartos alugados das “pensões”. Em busca destas damas agora seguiam políticos, fazendeiros, comerciantes, advogados... Talvez até mais do que a clientela nativa, segundo afirma o Professor Antônio de Oliveira Mello:

Com o financiamento para o incentivo da criação do gado zebu, o dinheiro tornou-se fácil, conseqüentemente, o gasto na orgia, abundante. Foi na época do grande desenvolvimento da prostituição em Patos de Minas. Era o ano de 1945. Casas confortáveis, com requisitos de higiene necessários e quartos ótimos. A zona boêmia daqui se tornou então famosa e conhecida em todo o Estado. Mulheres bonitas e sedutoras vinham de lugares distantes. Muitas delas altamente traquejadas. A fama do meretrício patense fazia com que o mercado da prostituição fôsse, constantemente renovado e sobejamente procurado<sup>13</sup> (MELLO, 1971, p. 213. *sic*).

Depois de 1945, ainda segundo Mello (1971), houve uma “certa estagnação” da Zona, devido à crise que assolou o gado zebu.

De fato, a criação do zebu foi o ponto alto da economia do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba entre os anos de 1935 e 1945, após o que sofreu uma violenta crise<sup>14</sup>. No

---

<sup>13</sup> MELLO, 1971, p. 213.

<sup>14</sup> “Dadas as novas condições do mercado internacional de carne com o fim da Segunda Guerra, delineia-se a grande crise da pecuária zebuína ao restringir o governo federal drasticamente a política de crédito agrícola por meio da carteira agrícola do Banco do Brasil – que chega a financiar 29.411 pecuaristas – a ponto do empréstimo na compra de reprodutor cair de Cr\$ 18.000,00 para Cr\$ 3.000,00, o que se re-

entanto, a recuperação da Zona Boêmia de Patos deu-se muito rapidamente: já a partir de 1950, no bojo do projeto desenvolvimentista desenhado desde quando Juscelino Kubitschek fora governador de Minas Gerais.

No entanto, com a construção de Brasília, o alto meretrício patense saltou qualitativamente, compartilhando tanto da euforia do período quanto do próprio *glamour* quase cinematográfico da década 1950. Faz, inclusive, parte das lendas urbanas de Patos a presença “corriqueira” de J.K. na Zona Boêmia da cidade, quando o mesmo se deslocava de avião até o canteiro de obras de Brasília.

Apesar disso, na medida em que o policiamento moral e a especulação imobiliária se lançaram contra a zona de meretrício, o que a pequena burguesia da cidade encontrou foi um muro de resistência que se amparava tanto na pujança financeira das grandes cafetinas quanto na proteção política que a presença de personalidades masculinas importantes dava ao lugar:

A. Elas ia tudo correndo pra lá, depositar o dinheiro do negócio da Ica, A...B... né, e não falava puta naquela época, mulher da gandaia. Então ela muito bem vestida, entendeu, como essas moças hoje se veste, sapato alto né, bem penteada (...) É, a A... que ia fazer depósito. Depositei muito dinheiro na caderneta dela, e ela não confiava não. ‘Não vou te dar recibo, depois pega aqui’ e ela ‘não, eu vou esperar aqui...’ K. Mas assim política não circulava isso aí não? Ia lá mesmo para se encontrar?

A. É, e a sociedade fazia pressão, pro prefeito, deputado tirar a zona boêmia, que ali não dava.

K. Da Padre Brito?

A. É da Padre Caldeira e da Padre Brito. Mas dava conta de tirar não.

K. Eles tinham amizades com elas?

A. As maiores propriedades eram delas, como é que tirava né. Não tinha como. (IBRAHIM, *Op. cit.*, p. 45, *sic.*)

Embora tenha havido uma série de tentativas legais de expulsar a zona de prostituição do centro da cidade, não existem, no período, registros de qualquer ação que tenha conseguido driblar o apadrinhamento político que as cafetinas possuíam. O que observamos nos jornais da década de 1950 foram, além dos discursos, algumas atitudes de especulação imobiliária como a de João Pacheco Filho.<sup>15</sup>

Entretanto, na época em que a casa do “Lázaro Preto” funcionava, encontramos na documentação uma única ação concreta encetada contra a zona de meretrício. Observe-se, porém, que a ação se desenrolou no Bairro Brasil, nas proximidades da Igreja de Santa Terezinha, bem longe da região em que funcionava a casa do “Lázaro” ou o alto meretrício de Patos.

De uma forma teatral, o Frei capuchinho Antônio de Gangi liderou uma “cruzada de crianças e homens de bem” contra os bordéis que funcionavam em sua paróquia. O caráter da ação e suas consequências repercutiram nas memórias locais, nos jornais da cidade e de fora dela, como o *Jornal Última Hora*, do Rio de Janeiro:

População está com o padre – A população de Patos de Minas está com frei Antônio de Gangi no que se refere à campanha moralizadora do Bairro Brasil, mas discorda dos métodos empregados por ele para retirar as mulheres. O prefeito Sebastião Alves do Nascimento, que possui um forte reduto eleitoral nas casas de tolerância, já pediu calma a

---

flete imediata e diretamente nos preços de mercado, desencadeando enorme depreciação dos valores dos ativos e, em consequência, quebraadeira generalizada, tendo “a classe ruralista, através de sua entidade representativa [iniciado] a ‘campanha do reajustamento’, seguida do pedido de moratória e, finalmente, do perdão da dívida” (Maria Antonieta e Eliane Marquês, *op. cit.*, p. 107). Somente com a lei federal no 1.728 (de 10 de novembro de 1952) e principalmente com a lei que a modificou, de 4 de agosto de 1954, essas reivindicações são atendidas”, in: *Jornal de Uberaba*.

[www.jornaldeuberaba.com.br/?MENU=Colunas&SUBMENU=cultura&CODIGO=2526](http://www.jornaldeuberaba.com.br/?MENU=Colunas&SUBMENU=cultura&CODIGO=2526). Acesso em: 04/09/2008.

<sup>15</sup> Ver nota 16.

todos e limitou-se a participar das reuniões realizadas na residência do médico Benedito Loureiro, que se apresentou como mediador da questão. (...) as mulheres que se julgam perseguidas pela campanha de frei Antônio pretendem entrar na justiça com uma ação de indenização pelos prejuízos ocasionados durante o quebra-quebra. (apud SANTOS, 2002, p. 145)

Por outro lado, em 1971 o Prof. Antônio de Oliveira Mello reconta o episódio do Frei capuchinho a partir de uma dupla experiência: a do historiador local afeito ao trato dos documentos e de deslindar os “o quês” da história; e a do sujeito histórico que, por ter vivenciado a experiência, seleciona dos “guardados da memória” o que considera digno de ser lembrado:

Em 1962, o capuchinho Pe. Frei Antônio de Gangi iniciou um movimento contra casas de tolerância em sua Paróquia, uma vez que havia muita infiltração delas em meio às famílias do Bairro Brasil e bem próximo à Igreja de Santa Teresinha. Por isso mesmo, no dia 2 de dezembro daquele ano, convidou a todas as crianças e homens de bem da Paróquia a realizarem uma passeata monstro empunhando cartazes e faixas com dizeres alusivos à moralização do bairro, com a expurgação das casas de tolerância. Durante a passeata realizada após a missa das crianças, às 9 horas, houve alguns incidentes provocados pelas mulheres. Com isto, tornou-se assunto predominante da cidade e as autoridades se movimentaram para tomar as providências necessárias que o caso estava a exigir. De imediato houve o partido a favor das mulheres, e o contrário às atitudes das prostitutas. Este em maior número, está claro. Chegando a notícia, um tanto deturpada, dos acontecimentos de Patos de Minas, a Belo Horizonte, a imprensa se movimentou. Assunto novo e diferente. Era o sensacionalismo a ser explorado e aproveitado. Imediatamente, repórteres dos principais jornais e revistas da Capital Mineira e do Rio de Janeiro se deslocaram até a terra da Festa do Milho. Com isto surgiram as reportagens mais sensacionalistas na imprensa nacional com manchetes deste teor: “Guerra Santa em Minas contra a prostituição” – “Padre à frente da luta contra o leilão do sexo” – “Crianças e adultos da missa para arrastar Buates e Bordéis – “Padre comanda em Patos de Minas cruzada de morte à prostituição” – “Guerra é guerra”. De notícia nacional, passou para o âmbito internacional, através da edição internacional da Revista “Time”, dos Estados Unidos, de 21 de dezembro de 1962; à página 21, com ilustrações, tendo como manchete: “The padre & the prostitute” (sic), com os subtítulos: “Crusading Army” e “I’ve Got Sisters in There” (...) Tal o alvoroço da imprensa, chegando ao absurdo de no “Jornal do Brasil”, de 7 de dezembro de 1962, Ruy Rocha afirmar: “A cidade de Patos de Minas está em pé de guerra. Cerca de 20.000 pessoas saíram às ruas domingo último para discutir o assunto...” Tudo mentira e alarde. O povo ficou abismado foi com o barulho e a trovada da imprensa sensacionalista contando cousas que realmente não existiram. Houve de fato o movimento liderado por Fr. Antônio. Verdadeiramente, ele conseguiu realizar seu intento: tirar os bordéis famosos e grandes das proximidades da Igreja de Santa Terezinha e grande parte da Rua Ouro Preto. Moralizou muita coisa na região. Houve um efeito positivo, apesar de tanta calúnia por esta imprensa afora. Patos de Minas tornou-se uma cidade ultrajada. Mas, com o passar dos tempos, quase ninguém falou mais nisso. Tudo se aquietou. (MELLO, 1971, p. 213-214).

Apesar do caráter incisivo da argumentação de Mello, não se pode perder de vista que a memória é, por excelência, um campo de luta. Os sujeitos, quando são convidados a retomarem – *em especial publicamente* – as lembranças de seu passado, não apenas se “lembram”. Eles, acima de tudo, *selecionam* as lembranças em conformidade com a sua experiência no *presente* e com o seu *desejo de memória*, ou seja: a memória é também *política*. A memória escolhe das lembranças pessoais o que deseja ver *preservado* no interior da memória coletiva (Cf. FERREIRA, 1996). Por isso é importante ter claro que a leitura a respeito do episódio do Frei capuchinho depende, muito, do olhar e do “desejo” de quem o “vê”. Se, para Oliveira Mello, o fato mereceu ser registrado por sua exemplaridade *moral*; para a imprensa o caráter “moralizador” da ação se dilui na *relação que o então prefeito Sebastião Alves do Nascimento, possuía com a zona!*

Foi o fato de o prefeito ter sido o mediador do conflito e possuir *dentro da zona* forte reduto eleitoral, o que justificou o registro do episódio no jornal.

Não obstante, o ano de 1962 marcou o refluxo da zona de meretrício presente na José de Santana. A inauguração de Brasília impeliu muitas prostitutas a tentar a vida na nova capital federal, deixando atrás de si casas decaídas repleta de travestis: “[...] A. (...) mas em 1966–67, a maioria aqui tinha era homem. O Zé Pereira Rosa, ele é que fez aquele prédio onde mora o Otto, perto daquele campo de futebol. Levou essa mulherada quase tudo pra Brasília” (IBRAHIM, *Op. cit.*, p. 49).

Porém, conforme se recorda “A”, muitas não obtiveram sucesso. Dentre as que voltaram para Patos, estavam *Elvira, Maria Butija, três irmãs* que se prostituíam e “*outras mais*”.

Observemos, no entanto, que a recordação de “A” não é uma memória que “finaliza” uma história, por mais, aliás, que o entrevistador assim o entenda. Ele, inclusive, procura obter do entrevistado a confirmação de que haveria naquele momento de crise, a decadência das próprias prostitutas. Contudo, o entrevistado “A” sequer absorve a pergunta. Na sequência do diálogo, já muda de assunto e vai se referir a certa “Maria Abadia”<sup>16</sup> que se prostituía por amor “à arte do ofício”.

Como explicar esse tom da memória?

Ora, do ponto de vista conceitual, é notório o movimento da memória humana na direção da juventude e da infância em proporção inversa ao envelhecimento dos indivíduos. Portanto, nada mais natural que as lembranças dos entrevistados de Ibrahim, tragam à tona a sua experiência de *juventude*, demarcada historicamente no período de maior recrudescência da Ditadura Militar no Brasil!

Destarte, apesar dos discursos moralizantes, situados nos anos de 1970 e início dos anos de 1980, atrelados ideologicamente à ideia de progresso e do desenvolvimento da nação, a Zona de Meretrício localizada no centro de Patos de Minas conheceu, outra vez, um de seus momentos áureos. Tanto a emblemática “casa da Lé” quanto a misteriosa casa do “Lázaro Preto” passaram incólumes pelo período.

Vale lembrar que é característica da realidade a existência dos “ciclos”. Deste modo, a Zona de meretrício localizada no *centro* encerrou seu ciclo em fins dos anos de 1990, quando a especulação imobiliária iniciada nos de 1950 empurrou a prostituição, de novo, para o arrabalde: desta vez o bairro Jardim Paulistano.



Cartaz de propaganda. Acervo: ADOC-PM

<sup>16</sup> Ver nota 5.

Em se tratando do fim que levaram os proprietários e os seus cabarés, pouco sabemos. As lembranças de um modo geral reportam-se ao mais famoso dos bordéis e a mais famosa das cafetinas: a Lé. Conta-se que ela morreu velha, em sua própria casa, desgostosa e triste com a morte de seu irmão Generino. Boêmio conhecido da cidade, por uma desilusão amorosa, matou a ex-companheira e deu fim à própria vida no posto Patão.

Já a “casa de encontros” que pesquisamos, do “Lázaro Preto”, se ela de fato funcionou no número 870 da José de Santana, seu proprietário foi Lázaro Francisco Lau. Este se casou com Gelcira Gomes na cidade de São Gotardo e faleceu em fins dos anos de 1990. Em seu espólio constava aquele imóvel descrito como “uma casa de morada, em mau estado de conservação”, adquirida em 1959 de Clarindo Teixeira Pinto; vendida em 1982 para Lázaro Alves Neto e adquirida novamente pelo próprio Lau em 1984 pelo valor de Cr.\$ 450.000,00.

Finalmente, em 1999, entra em cena o último proprietário da residência, o Sr. José da Silva Pereira que, conforme nos esclareceu o Dr. José Luiz Gonçalves<sup>17</sup>, adquiriu o imóvel mediante a compra aos herdeiros – Gelcira Gomes e Lázaro Francisco Lau Filho – do direito de herança.

Por inventário, conforme carta de adjudicação expedida pela 1ª secretaria desta comarca, em 06 de setembro de 1999, JOSE DA SILVA PEREIRA, casado, pintor de autos, portador da CI nº M-2.381.669-SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 094.706.206-82, residente e domiciliado nesta cidade, à rua Diacuí 127, bairro Caiçaras, houve como cesionário no espólio de Lázaro Francisco Lau, julgado por sentença em 11 de junho de 1999, o imóvel matriculado, no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), o que certifico e dou fé.- Registro anterior nº 2/-Patos de Minas, 29 de novembro de 1999. (REGISTRO, n.12094, sic).

A movimentação financeira empreendida pelo Sr. José da Silva Pereira ilustra bem a espécie de “crônica da morte anunciada” que a zona de meretrício “central” vivenciou desde a “canetada” de Olegário Dias Maciel em 1883.

Porém, se o processo de retirada da zona do centro ocorreu ao término do século XX, por outro lado a retirada *simbólica* jamais aconteceu. Além de permanecerem vividas nas memórias as lembranças dos tempos áureos da “zona”, os sujeitos históricos que a vivenciaram internalizaram a correlação da área com a prostituição repassado-a para as novas gerações. Sem dúvida, ainda existem na José de Santana casas de meretrício. No entanto, nas casas de moradia da localidade é comum alertar as pessoas com a inscrição C.F.: “Casa de Família”.

## Referências

BARROS, J. M. Cidade e identidade: a avenida do Contorno em Belo Horizonte, in: MEDEIROS, R. (org). Permanências e mudanças em Belo Horizonte. Belo Horizonte: PUC Minas/Autêntica, 2001, p.32, *apud*: SANTOS, R. C. *Urbanização, moral e bons costumes: vertigens da modernidade em Patos de Minas (1900-1960)*. Dissertação. Mestrado em História. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia: 2002, p. 14.

CARVALHO, José Murillo. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

*CORREIO de Patos*. 20 de fevereiro de 1955, p.1.

---

<sup>17</sup> Dr. José Luiz Gonçalves, advogado, OAB/MG 75.692. Representou José da Silva Pereira no processo de retificação de área do imóvel objeto deste Informe Histórico. Entrevista informal concedida por telefone a Rosa Maria Ferreira da Silva. Patos de Minas, 10/09/2008, 17h.

FERREIRA, Rosa Maria. *As águas e o tempo: memórias de Nova Ponte*. 1996. 198 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

IBRAHIM, R. A. K. *Geografia do prazer: uma retrospectiva na história da Zona Boêmia de Patos de Minas (1950-1970)*. Monografia em História. Centro Universitário de Patos de Minas, 2003.

*JORNAL de Uberaba*. [www.jornaldeuberaba.com.br](http://www.jornaldeuberaba.com.br). Acesso em: 04/09/2008.

MELLO, A. O. *Patos de Minas: capital do milho*. Patos de Minas: Editora da Academia Patense de Letras, 1971.

PROUST, Marcel. *No caminho de Swann*. Trad. de Mário Quintana. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

REGISTRO de Imóveis. *Registro Geral*. Livro n. 2 AT. Matrícula n. 12.094.

JORNAL ÚLTIMA HORA. *Guerra Santa em Minas Gerais contra a prostituição*. Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1962. Apud SANTOS, R.C. *Urbanização, moral e bons costumes: vertigens da modernidade em Patos de Minas (1900-1960)*. Dissertação. Mestrado em História. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

# Histórico da urbanização de Belo Horizonte a partir da década de 70: uma análise das políticas públicas ambientais e de urbanização do município

André Ricardo Barbosa Duarte  
Graduado em História pela PUC Minas.  
Pós-graduado em Políticas Públicas pela UFMG.  
Pós-graduando em Gestão de Pessoas e Projetos Sociais  
pela Universidade Federal de Itajubá.  
e-mail: historiador.arb@ig.com.br

---

**Resumo:** O artigo tem por objetivo promover um estudo da atual situação ambiental do município de Belo Horizonte e da RMBH, por meio de uma revisão bibliográfica relativa aos temas ligados às políticas públicas urbanas dedicadas ao uso e ocupação do solo e à industrialização a partir da década de 70. É objeto de análise também o programa DRENURBS - Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento de Fundos de Vale dos Córregos em Leito Natural - como uma nova abordagem das políticas públicas de meio ambiente face às urgentes demandas ambientais criadas pelas transformações materiais de Belo Horizonte. Para atingir as análises desejadas, serão abordadas as mudanças e permanências macro-históricas no plano das sociedades industriais, no que se refere à relação entre progresso econômico versus meio ambiente, mensurando esse aspecto à cidade de Belo Horizonte e seu processo metropolização. Esse artigo surgiu de um conjunto de problematizações - relacionadas à questão da urbanização no município - levantadas durante o curso de pós-graduação em políticas públicas do DCP/UFMG, nos anos de 2003 e 2004, e ganha suma importância diante das profundas mudanças climáticas que vêm impactando as comunidades locais - tanto da cidade quanto do Estado de Minas Gerais - com fortes chuvas e, por conseguinte, frequentes enchentes durante o verão de 2008-2009.

**Palavras-chaves:** 1. Industrialização. 2. Meio Ambiente. 3. Políticas públicas. 4. Urbanização

---

## 1. O atual contexto ambiental de Belo Horizonte e o histórico das políticas urbanas de saneamento e drenagem das águas pluviais.

A tendência de concentração demográfica verificada no decorrer do século XX acentuou no país a primazia das áreas urbanas sob as rurais. A partir da segunda metade do referido século, a taxa de crescimento da população brasileira foi na ordem de "2,39% contra 2,23%"<sup>1</sup> dos primeiros cinquenta anos, sendo São Paulo e Minas Gerais os estados que atraíram o maior número de vagas, em virtude da significativa expansão do parque industrial do sudeste e da estagnação econômica do nordeste. É nesse estágio da nossa formação econômica e social que se localiza a formação do exército de re-

---

<sup>1</sup> IBGE. Tendências demográficas: evolução brasileira, in: IBGE. *Tendências Demográficas: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico de 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002, p. 17-55.

serva de mão-de-obra à disposição da indústria em desenvolvimento; e num crescimento contínuo, os contingentes humanos, vindos do campo, expulsos pela persistente concentração da propriedade territorial, aumentam os aglomerados urbanos, criando pressões sobre a infra-estrutura de serviços e equipamentos públicos das cidades.

A rápida urbanização, por si só, exerce enorme pressão nas cidades; que precisam utilizar recursos limitados para facilitar ou atender à elevada demanda por água, saneamento, eletricidade, educação primária e saúde, moradia e transporte. Com o rápido crescimento das cidades, também surgiu o modelo de pobreza tipicamente urbano: danos à saúde causados pela poluição do ar e por água contaminada; multidões, congestionamentos no trânsito; violência induzida pela pobreza; desigualdade; e outros similares (SINGER, 1978, p. 14).

A urbanização acelerada e desordenada em BH – consolidada na segunda metade do século XX – denota seu processo de metropolização que ocorreu predominante para oeste norte. Esse fato fora condicionado por duas iniciativas (uma dos agentes privados e outra dos agentes públicos) facilitadoras à expansão dos loteamentos: preços mais acessíveis da terra – nas regiões citadas – para a classe média e baixa; e o total descontrole da administração municipal sobre as regras de uso e parcelamento do solo.

Paralelamente à expansão dos loteamentos e à ocupação nas regiões norte e oeste, o centro da capital, no mesmo período, passa por um processo de verticalização. Os bairros ao sul da capital deixam de ser uma área tipicamente residencial e agregam a função de centro comercial e de lazer. A zona sul, ocupada historicamente pela classe alta, amplia-se com a proliferação de edifícios, concentrando serviços destinados a essa classe. Os bairros mais antigos de BH não comportam as pressões populacionais e tornam-se estagnados. A nova classe média, oriunda do “milagre econômico” da década de 70, cria uma demanda cada vez maior para o mercado imobiliário, exigindo loteamentos com infra-estrutura básica de serviços. As terras urbanas, nessa década, multiplicam seu valor e a especulação imobiliária transforma os loteamentos em reservas de valor.

Inclui-se nesse processo, como modelo pioneiro, o loteamento do bairro Cidade Nova, seguido de vários outros, em áreas antes ocupadas por assentamentos populares, ou mesmo em novas fronteiras de ocupação (bairro Havaí no Salgado Filho, bairro do Tesouro em Venda Nova, bairro Álvaro Camargos no Glória, novos loteamentos nas limítrofes da Pampulha, dentre outros) (Fundação João Pinheiro, 1997. p. 218)

No processo de industrialização que ganha impulso nesse mesmo período a iniciativa privada é privilegiada e o Estado assumiu o papel de fornecedor das infra-estruturas.

A indústria automobilística é escolhida como o agente catalisador do desenvolvimento industrial que, por suas características de integração da produção, favoreceu a criação de pólos industriais e a concentração espacial da população e dos serviços. O crescimento populacional, ligado ao crescimento da indústria no país, explica a formação dos municípios de Betim e Contagem formando um eixo industrial. Institui-se por esses processos de ocupação, em 1973, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Com a criação da RMBH, surge o DEMAÉ (Departamento Municipal de Água e Esgoto), autarquia municipal subordinada à COMAG (Companhia Mineira de Água e Esgoto), responsável pelo saneamento em BH e na RMBH. Em 1974, por força da lei 6.475 de 11 de novembro, o DEMAÉ passa a se chamar COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), como exigência para a adesão do Estado de Minas Gerais ao PLANASA (Plano Nacional de Saneamento), que figura como estratégia macroeconômica dos militares para o desenvolvimento industrial do país. Esse plano – baseado na política de-

envolvimentista do governo militar – amplia os recursos federais voltados para o abastecimento de água, esgotamento e grandes projetos viários e de moradia, voltados principalmente para benefício da classe média urbana.

Na área de saneamento, a década de 70 caracteriza-se, sobretudo, pela prioridade à expansão dos serviços. Cumprir as metas pelo PLANASA significa, principalmente, afirmar o projeto de regime burocrático-autoritário, que busca, por um lado, sua legitimação junto à população, através da política de desenvolvimento social, e, por outro, o reforço e capitalização das empresas de construção pesada (idem, 1997, p. 223).

Os anos 70 foram caracterizados por uma estratégia de desenvolvimento baseado na implantação de grandes projetos de infra-estrutura ou de exploração de recursos naturais. Ao lado das multinacionais, o Estado mostra-se o único parceiro nacional que dispõe de capacidade econômica para a implantação desses projetos. Nesse período a urbanização intensiva acentuou o crescimento das regiões metropolitanas em todas as capitais do país, mas principalmente em Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Nessas capitais os recursos naturais se tornaram bens escassos, sejam em quantidade ou em qualidade e, portanto, mais “caros”.

Nessa ocasião e nesse contexto é que foram concebidos alguns projetos de saneamento de BH. Estes se desenvolveram à sombra das políticas de transporte e expansão da malha viária prevista no PLAMBEL (Plano Metropolitano de Belo Horizonte). A canalização e esgotamento do Ribeirão Arrudas (principal curso d’água que corta a cidade), por exemplo, fora concebido como obra de infra-estrutura básica para criação da via expressa leste-oeste, considerada necessária, por se tratar do principal acesso viário para os municípios de Betim e Contagem, importante parques industriais.

As políticas de abastecimento de água e saneamento, nas décadas que se seguiram à de 70, mantiveram-se em um patamar restrito de debates. O desenvolvimentismo tecno-burocrático e autoritário dos governos militares restringiu o debate sobre a questão da gestão dos recursos hídricos nos centros urbanos. Os governos dos militares toleravam ou, em alguns momentos, até incitavam a sociedade civil (dentro de certo limite) a discutir as questões ambientais e de saneamento, como um meio de desviar a atenção da opinião pública dos problemas econômicos e políticos provenientes do fim do “milagre brasileiro”.

As questões ligadas ao saneamento e à proteção do meio ambiente foram tratadas como questões técnicas. Sustentavam a tese de que a proteção do meio ambiente seria um objetivo secundário, não prioritário, e em conflito com o objetivo central e imediato do crescimento econômico. No caso de BH, o breve histórico apresentado sobre a questão da ocupação e metropolização da capital operada na década de 70 denota essa situação.

As políticas públicas apresentadas para a solução de questões estratégicas, no conjunto da saúde pública, tais como o esgotamento e a drenagem das águas pluviais evitando as enchentes, sempre buscaram soluções locais e setoriais, que responderam de maneira ineficiente às necessidades da população, conduzindo a uma crescente degradação urbana e ambiental na RMBH.

Sem dúvida o crescimento demográfico e a explosão dos grandes centros urbanos dos anos 60, 70 e 80 potencializaram os problemas, que foram agravados pelo descaso que a área social teve no regime militar. A política financeira habitacional dos anos 70, que subsidiou fortemente os usuários do sistema (e as construtoras), foi praticamente orientada para a classe média (SORJ, 2000, p. 21).

A urbanização em BH nas últimas décadas trouxe consigo todos os problemas do modelo de desenvolvimento oriundo da industrialização: aumento da impermeabiliza-

ção do solo, aumento do carreamento de resíduos sólidos, deterioração das águas superficiais e subterrâneas via esgotamentos irregulares. Somam-se a esse quadro seus resultados: acúmulo do lixo, frequentes enchentes e poluição dos rios e do lençol freático. As respostas dadas a esses problemas pelas administrações municipais de BH, em geral, estiveram historicamente ligadas às concepções higienistas do século XIX.

As tendências racionalistas operadas pela planta urbana original de BH influíram durante décadas nas políticas de saneamento e drenagem. Em parte, essa política fora facilitada pela ideologia desenvolvimentista do Estado brasileiro. A canalização dos córregos e rios, transformando-os em receptores dos esgotos domésticos e industriais, são medidas que ocuparam e ocupam a agendas públicas dedicadas à gestão dos recursos hídricos. BH adotou políticas públicas que coadunam com essas inferências. Os antecedentes relacionados à política de drenagem urbana apresentados nas décadas de 70, 80 e 90 determinam uma solução ortodoxa para o problema das enchentes no município e em sua RMBH.

Em 1975 foi apresentado pela Fundação João Pinheiro o “Plano Metropolitano de Águas Pluviais e Proteção contra cheias RMBH”. O objetivo deste consistia no “levantamento de dados, análise e proposições para concepção do sistema drenagem e controle de cheias e de recomendações gerais para execução de trabalhos futuros”. Posteriormente o PLANURBS (Plano de Urbanização e Saneamento de Belo Horizonte) elaborado pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) em 1979, tornou-se o mais significativo em termos de impacto ambiental. O PLANURBS, pautado na metodologia racionalista e higienista propôs:

A retificação e canalização de todos os cursos d’água do Município, associando as necessidades de implantação de interceptores de esgotos com empreendimentos viários estruturantes (avenidas sanitárias) a serem implementadas pelas municipalidades. Até os dias atuais um número próximo de 200 km de cursos d’água foram submetidos a essa concepção técnica de canalização, associada à urbanização dos respectivos fundos de vale que, quase sem exceção, receberam via de tráfego do tipo avenida sanitária (CHAMPS, 2003, p. 5).

A execução das políticas de drenagem urbana em BH acumulou vários problemas durante as décadas seguintes à de 70. A industrialização acelerada e a ocupação desordenada causaram impactos ambientais gravíssimos e geraram desequilíbrios na vazão das águas pluviais e uma degradação dos cursos d’água no perímetro urbano da capital, resultando em enchentes na área central, provocadas pelo aumento da vazão das águas pluviais no Ribeirão Arrudas e pelos córregos do Acaba-mundo e do Leitão. Obras para conter a vazão na jusante desses córregos revelaram-se ineficientes e dispendiosas para o erário público. A barragem construída para conter a vazão do Acaba-mundo rompeu-se 48 horas após sua inauguração, em março de 1975. A barragem Santa Lúcia, concebida para drenar as águas do córrego do Leitão, é assoreada em 2 anos e é utilizada como receptáculo do esgoto oriundo da ocupação no montante da represa.

Em 1979 a canalização do Ribeirão Arrudas demonstra como a política de drenagem da prefeitura “(...) desenvolvida com base no princípio hoje superado de que a melhor drenagem é a que retira a água excedente o mais rápido possível do seu local de origem” (MAGNA ENGENHARIA. *Análise Integrada do sistema de Drenagem*, 2001, p. 13) era insuficiente para o controle das enchentes no centro da capital. Em janeiro de 1979 uma enchente tomou proporções catastróficas no centro de BH.

As águas do Arrudas chegaram na avenida Santos Dumont. Eu me lembro que estava no centro de BH, poucas horas antes do início da chuva. Havia tomado o ônibus e passado próximo ao rio para ir em direção a meu bairro. Lembro-me que as águas já estavam agitadas. Quando cheguei em casa a chuva estava forte. Liguei a televisão e vi aquela tragédia. A imprensa convocava os bombeiros que estavam de folga naquele dia. A filha de

um colega de trabalho do meu marido foi levada pelas correntes da enchente próximo a ponte do perrela<sup>2</sup>.

A visão particularista para a solução da questão das enchentes em um determinado ponto da bacia desconsiderava até então os impactos no conjunto da jusante do Ribeirão Arrudas.

“Na microdrenagem os projetos aumentam a vazão e esgotam todo seu volume para jusante. Na microdrenagem a tendência é a canalização dos trechos críticos. Este tipo de solução segue a visão particular de um trecho da bacia, sem que as consequências sejam previstas para o restante da mesma ou dentro de diferentes horizontes de ocupação urbana. A canalização dos pontos críticos acaba apenas transferindo a inundação de um lugar para outro”. (MAGNA ENGENHARIA. Análise Integrada do Sistema de Drenagem, 2001a, pp. 15-16).

Tais estratégias de drenagem urbana estão intimamente ligadas à concepção higienista do século XIX, que avaliava como a melhor medida para a questão da drenagem a evacuação mais rápida e eficiente das águas pluviais do perímetro urbano:

A política de controle das inundações, prevalecente no município até fins do século XX, foi a evacuação rápida das águas, através do aumento da velocidade dos escoamentos, obtidos através da retificação e revestimentos dos leitos naturais dos cursos d’ gua (CHAMPS, 2003, p. 3).

Durante a década de 90, novas tendências e temas – que até então estiveram no debate marginal acerca do desenvolvimento urbano – começam a influenciar as abordagens e teorias para as políticas públicas de saneamento e drenagem urbana. Essas novas orientações para as políticas de desenvolvimento urbano encontraram na mobilização da sociedade civil e no mote do desenvolvimento sustentável seu marco inicial. Os debates estabelecidos acerca desses temas obedecem a uma nova orientação: desenvolvimento socioecon mico imbricado   proteção do meio ambiente. Inaugurou-se uma nova fase, em que se manifesta uma inédita consciência pública no tratamento da problemática ambiental: meio ambiente saudável enquanto suporte de vida, e não apenas fonte de recursos econômicos.

Em BH, as partes significativas dos cursos d’água estão degradadas, retificadas e canalizadas, e isso faz com que a tarefa prioritária seja, precisamente, a recuperação desses meios danificados, antes que se produzam processos irreversíveis. Nessa abordagem, critérios ecológicos são utilizados para a definição e a delimitação das áreas industriais e para a localização das atividades poluidoras nas principais regiões metropolitanas. As leis metropolitanas de zoneamento industrial e de proteção de mananciais, os planos de loteamento e uso do solo para a proteção de bacias hidrográficas e a mobilização das comunidades na defesa do seu patrimônio ambiental (rios, córregos, matas, dentre outros) são exemplos representativos dessas estratégias.

Nesse sentido, tanto a proteção e valorização ambiental, face   crescente urbanização, como o manejo racional dos recursos hídricos, assim como a potencialização de novas ofertas e possibilidades ambientais adquirem uma influência extraordinária por meio dos Planos Diretores de Drenagem Urbana, apoiados legalmente, no Estatuto das Cidades. Assim é elaborado um plano de a o para equacionar os problemas hídricos de BH, e surge então como proposta, o DRENURBS (programa de Recuperação Ambiental e Saneamento de Fundos de Vale dos Córregos em Leito Natural).

---

<sup>2</sup> Depoimento de Edite Duarte Barbosa moradora do bairro Goiânia – região nordeste de BH – há 35 anos.

Estabeleceu-se claramente, por meio desse plano, a relevância que o meio ambiente tem assumido para definir as políticas públicas para as cidades, bem como no melhoramento dos níveis de bem-estar das comunidades. Denota, também, uma reorientação da consciência ambiental, superando a noção minimalista de preservação única e exclusiva dos recursos ambientais e assenta-se na bem articulada tríade da saúde – meio ambiente – cidadania. A necessidade de fazer com que o desenvolvimento econômico seja sustentado requer uma sólida base ambiental, sobre a qual possa prever as futuras condições de vida.

As administrações municipais de BH têm se deparado com problemas de extrema gravidade com relação a sua política ambiental, que versa necessariamente sobre sua política de drenagem urbana, adotada nas últimas décadas, e sobre a avaliação do impacto ambiental por elas causadas no escoamento das águas pluviais. Existe atualmente na capital de Minas Gerais, um nível prioritário de redução dos impactos negativos da urbanização que obrigam, antes de qualquer coisa, a destinação de recursos e esforços técnicos e organizativos para sua equação. Trata-se, pois, dos problemas herdados da industrialização tardia e pelo crescimento desordenado, cuja solução demonstra-se imediata para evitar a destruição irreversível de todos os cursos d' água em leito natural ainda existente na capital.

Cabe destacar como uma preocupação específica no atual contexto ambiental de BH o manejo, disposição e tratamento dos resíduos sólidos, aspecto que influi diretamente na capacidade de vazão das águas pluviais nos aglomerados urbanos. Pode-se concluir com convicção que este é um problema não resolvido e, concomitante, a maior “chaga” de que padecem as cidades: a pobreza. A miséria absoluta retrata a moderna degradação dos centros urbanos.

Embora a pobreza, no início dos anos 70, ainda fosse predominantemente rural, a virada do século testemunha as cidades como principal ponto de pobreza da América Latina e no Leste Europeu, sendo que o Leste Asiático fará essa transição num futuro distante. (SINGER, 1978a, p. 14).

Os assentamentos humanos precários – (favelas, vilas e periferias) produzidos de tragédias sociais maiores, como a migração interna para as cidades, causadas, por sua vez, na nossa história recente, pelo desenvolvimento desigual, pelas secas ou pela atração em termos de oportunidade – caracterizam-se unicamente por suas péssimas condições ambientais e sanitárias. Os pobres são os usuários permanentes de um meio ambiente degradado, o que significa, para eles, água e esgoto insuficientes, doenças, calor ou frio excessivo, ausência de coleta de lixo, postos de saúde e escolas, além de delinquência, prostituição, desnutrição, desemprego, dentre outros.

Nesse quadro caótico dos cinturões de miséria, a degradação dos cursos d'água desempenha um papel nada secundário. A pobreza deixa de ser um conceito meramente socioeconômico para mostrar sua face real e concreta: as favelas, as vilas e periferias que se concentram ao longo dos cursos d'água em ocupações irregulares e insalubres pela falta de uma infraestrutura básica de equipamentos de saneamento público. Um dos exemplos clássicos de BH são as comunidades dos bairros que se edificaram ao longo da calha do Ribeirão do Onça (bairro Ribeiro de Abreu) e as comunidades do aglomerado Santa Lúcia, no montante da barragem que recebe o mesmo nome na região sul e que se estruturou na bacia do Córrego do Leitão. Essas figuram como áreas de alta criticidade social e ambiental.

Outra questão fundamental tanto no aspecto social, quanto no ambiental, compreende todo o campo de avaliações dos impactos da exclusão dos cursos d'água do cenário urbano de BH e a má utilização desses recursos enquanto receptores de esgoto doméstico e industrial. Trata-se nesse aspecto de considerar, sobretudo, que o cenário ambiental da capital do século XXI é um subproduto da debilidade dos projetos passados de gestão dos recursos hídricos do município.

O caráter essencialmente estrutural dos projetos de drenagem urbana desconsiderou seu impacto global sobre o meio ambiente, buscando equacionar de maneira imediata os problemas relacionados às inundações, sem uma prevenção sobre as degradações futuras. A incompreensão básica a respeito do emprego de políticas de drenagem, como a canalização e retificação dos cursos d'água no perímetro urbano da capital e seu impacto ambiental, resulta tanto em perdas ambientais como econômicas em virtude das enchentes. Entretanto, a relevância econômica nos projetos de industrialização e urbanização tem sido considerada primordial em detrimento dos seus impactos ambientais. Em países em desenvolvimento, como no nosso caso, raramente se considera que um projeto de urbanização regional e local seja concebido sem o ponto de vista de seu impacto sobre o conjunto da economia, ficando marginalizada a discussão acerca do seu impacto ambiental.

O caminho encontrado para solucionar essa questão foi conduzir a uma mudança fundamental nas políticas de urbanização de maneira a responder satisfatoriamente as comunidades atingidas diretamente pelas inundações, mas buscando solidificar uma política ambiental capaz de criar uma consciência pública de preservação do conjunto de recursos naturais da cidade. Palavras como gestão democrática, mobilização, impacto ambiental, cidadania, saúde, dentre outras, ocupam as teorias e debates sobre as políticas de drenagem, esgotamento e abastecimento na cidade. A possibilidade de fazer políticas ambientais, que contemplem tanto o desenvolvimento econômico, como a preservação do meio, consolidando uma base ambiental para gerações futuras (fundamentalmente, no caso do DRENURBS, recuperando e conservando os rios e córregos de BH que ainda se encontram em leito natural), são o foco de concepção viabilizado pelos Planos Diretores.

Obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes, o Plano Diretor passa a ser exigido também para as cidades integrantes das áreas especiais de interesse turístico e para aquelas influenciadas por empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental (MIRANDA, 2001, p. 11).

No caso de BH, o antecedente histórico a enquadra em dois parâmetros para consecução de seu plano diretor. O primeiro, e mais óbvio, é com relação a sua população. A explosão demográfica a partir da década de 70, que reflete mais três milhões de habitantes em BH e RMBH, criou pressões significativas sobre a infraestrutura de serviços públicos. O segundo versa sobre o impacto ambiental causado pela atividade industrial. A exploração predatória de minério de ferro, por décadas, perpetrado pelo MBR na encosta da Serra do Curral, é uma experiência significativa em termos de impacto negativo sobre o meio ambiente urbano. Não podemos ignorar também a construção de uma série de plantas industriais concebidas sem o efetivo estudo sobre o destino de seus resíduos. O córrego do Cachoeirinha (localizado na região nordeste da cidade) foi e é um exemplo claro da utilização de córregos e rios como receptáculo do esgoto industrial. A fábrica de tecidos que opera nas suas margens, lançou e lança em suas águas, toneladas de produtos químicos utilizados em sua produção. O uso desregrado do solo, sem uma racionalização de seu parcelamento e ocupação, também figura como potente catalisador da degradação das águas no plano urbano de BH.

Reflete-se, nesse quadro ambiental caótico, todos os problemas de saúde pública da cidade, denotando, fielmente, como a degradação do meio ambiente resulta em condições sociais perversas, principalmente para os pobres. Portanto a análise dos elementos que viabilizam a degradação das águas, como prevê o Programa DRENURBS, justifica-se em termos da sua contribuição para a introdução de uma nova teoria e uma nova práxis na gestão das águas no plano urbano de BH e RMBH.

### 1.1. O contexto histórico de elaboração do Plano Diretor de BH. O marco legal de concepção do DRENURBS.

As mobilizações pela restauração do Estado democrático e a elaboração da Constituição em 1988 colocou a emergência de resolução dos problemas urbanos, com o objetivo de regular as atividades dos diversos agentes privados e públicos nas cidades, garantindo a gestão democrática no plano das políticas públicas para o meio urbano. A Constituição de 1988, portanto, tornou-se o marco legal na mudança de abordagem das políticas de gestão urbana, ao impor a elaboração dos planos diretores para cidades com mais de 20 mil habitantes.

Assim sendo, surgem legislações mais específicas, como por exemplo, a Lei Orgânica do Município de BH, que atribui um capítulo à questão da política urbana. A lei de n.º 7.165 de 27 de agosto de 1996 outorgou o Plano Diretor da capital e contemplou questões relacionadas ao uso, ocupação e parcelamento do solo (como as edificações compulsórias, o IPTU progressivo, o usucapião) e fundamentalmente às relacionadas à gestão dos recursos hídricos no plano urbano: a despoluição e tratamento de cursos d'água em leito natural e fundos de vale, instalação de interceptores e estações de tratamento de esgotos, bacias de sedimentação, recuperação de áreas erodidas, controle ambiental e hidrológico, atingindo inclusive a Lagoa da Pampulha, estabelecendo estratégias de desassoreamento, tratamento, interceptação das águas de esgoto despejadas em seu bojo e a instalação de equipamentos de lazer, turismo e educação ambiental.

Tal concepção inclui dois novos rumos da política urbana: tratamento multidisciplinar na resolução dos impactos negativos das inundações e ação política e participação social (CHAMPS, 2003d, p. 7). Sobre esse tratamento, podemos destacar uma preocupação do DRENURBS em priorizar metas de desenvolvimento nos níveis de política de saúde vinculadas às condições ambientais urbanas, como a qualidade do ar e da água e as demais condições sanitárias. No plano de políticas de ação social são expressas diretrizes de participação de todos os segmentos sociais organizados e o tratamento multidisciplinar, planejado e integrado, aos demais sistemas de saneamento urbano de BH, vinculando-os ao plano de drenagem. E na educação, a ênfase é dada à mudança de consciência ambiental da população – que via de regra, ao ser atingida pelas cheias dos rios e córregos, solicita sua canalização – mediante a criação de programas de cooperação e apoio nas comunidades, bem como na criação de equipamentos públicos de lazer e educação ambiental.

Nesse sentido podemos avaliar o DRENURBS dentro de uma ação coletiva construída a partir da “mobilização de recursos”, focalizando uma estratégia específica visando um objetivo comum (MUNCK, 2000): reduzir os efeitos negativos das inundações sem necessariamente recorrer à canalização dos cursos d'água, o que já se revelou insuficiente no tratamento da questão. Essa estratégia de mobilização de recursos – típica da abordagem da escola norte-americana de estudo dos movimentos sociais – pode ser observada em alguns pontos do DRENURBS, como: ampliação do princípio poluidor x pagador; fortalecimento institucional da prefeitura; obtenção de financiamento junto a agências multilaterais (BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento); e um ponto que considero fundamental, envolver a participação social. Sobre esse último aspecto as recentes experiências políticas em BH têm dado exemplos para o restante do país.

O Orçamento Participativo, implementado pela administração de Patrus Ananias em BH, correspondeu a uma ação democrática que visava romper com a democracia representativa. O mais importante dessa experiência é suscitar um novo tipo de Estado que estabeleça uma relação diferente entre governantes e governados, envolvendo uma nova noção de cidadania e de democracia que supere a incapacidade político-administrativa das democracias representativas de corte liberal em incorporar as demandas das camadas populares (SADER, 2002). Constroem como demonstram a boa tradição habermasiana, espaços públicos autônomos, transformando o Estado em um

ente coletivo a serviço das comunidades, rompendo com a essência privatista que o tem dominado até os dias atuais (HABERMAS, 1990).

A partir dessas ações, o DRENURBS deverá responder positivamente a muito mais do que a questão relacionada ao planejamento urbano, será um indutor do processo de descentralização do poder decisório com relação às políticas públicas e de acesso à cidadania, articulando com esse último à saúde e o meio ambiente.

Essas ações já apresentam algumas preocupações quanto à preservação ambiental e sua importância para o aumento nos níveis de qualidade de vida das comunidades. A proposta de revitalização e saneamento dos fundos dos vales significa, antes de qualquer coisa, combater a poluição das águas em todas as frentes: na coleta seletiva do lixo, que reduziria o carregamento de resíduos sólidos pelas águas pluviais; na diminuição da emissão de poluentes; na redução da impermeabilização do solo; e na elaboração de plantas industriais que contemplem de maneira clara o tratamento dos resíduos gerados pela sua linha de produção. As disposições quanto a esse tipo de ação não restringem apenas aos fundos de vale e, sim, ao conjunto das bacias de drenagem.

A estratégia de reverter a degradação que afeta quase todos os cursos d'água existentes em leito natural em BH e RMBH é adotada com vistas à obtenção de dois resultados: renaturalização desses cursos d'água e sua inserção na paisagem urbana; e consolidação de uma nova concepção de gestão das águas circulantes no meio urbano.

## 1.2. Conclusão

Abordando o processo de discussão e negociação do Plano Diretor de BH e seu instrumento de transformação ambiental, o projeto DRENURBS – que envolve interesses de toda ordem –, podemos concluir que se trata de uma nova abordagem na gestão do espaço urbano que busca estabelecer a função social das cidades por meio de estratégias que dimensionam os espaços públicos em suas funções econômicas, culturais, políticas e ideológicas.

Essas condições outorgam o uso correto e racional da infraestrutura urbana, considerando o desenvolvimento econômico socialmente ajustado às questões ambientais e espaciais, valorizando a formação de referenciais urbanos que objetivam a preservação do patrimônio cultural e ambiental, ao mesmo tempo em que potencializa condições de ampliação dos bens materiais das comunidades.

Significa dizer que, em todas as suas facetas, e vistas sob qualquer ângulo, as políticas públicas obrigatoriamente devem contemplar princípios básicos que comportem valores que orientem os planos nacionais, os setoriais e os locais, tanto públicos, quanto privados.

Os Planos Diretores, ao dedicarem um capítulo à questão do Ambiente, possibilitam a construção estratégica de princípios (compromissos), diretrizes e sistemas de gestão, dos quais se originam programas estratégicos compostos por projetos multidisciplinares, ações institucionais imediatas e recomendações sociais advindas das mobilizações das comunidades. Esses elementos, devidamente consolidados, destinam-se a oferecer às cidades, através da ação integrada do poder público e da sociedade civil organizada, as condições macroambientais necessárias à qualidade de vida.

(...) um novo estilo de desenvolvimento, que não se baseie na cópia de modelos socialmente injustos e ecologicamente inviáveis. Que submeta as diretrizes desse desenvolvimento a padrões éticos bem definidos. (BENJAMIM, César [et. al], 1998, p. 151).

Tais elementos viabilizam, portanto, a disponibilidade institucional, legal e técnicas necessárias para:

- Realizar o desenvolvimento socioeconômico, rompendo com a lógica de mercado capitalista;

- Propiciar a inserção de atores sociais com interesses diversos e conflitantes no processo de formulação e implementação das políticas públicas;
- Garantir a preservação e a reabilitação dos seus recursos naturais presentes nas áreas urbanas.

Para que tal estratégia se efetive e traduza em ações positivas e dinâmicas na busca da distribuição equânime dos benefícios gerados pela urbanização, o poder público buscou pautar-se em instrumentos de gestão flexíveis e democráticos que envolvessem todos os setores organizados ou não da sociedade civil. Estratégias como descentralização dos processos decisórios, parcerias entre público e o privado e participação popular passaram a ocupar a agenda das políticas públicas em BH.

Essa nova abordagem destoa de uma concepção de cidade tal qual fora concebida originalmente – como o espaço da cidadania. Assim sendo, podemos caracterizar os Planos Diretores e, por conseguinte o DRENURBS, como um instrumento importante para a sociedade, envolvida no processo de gestão urbana, que visa à plena realização dos desejos das comunidades (TEIXEIRA & GUIMARÃES, 1996) ajustados às demandas ambientais e econômicas futuras.

Um dos aspectos positivos a ser destacado no escopo do DRENURBS é a ênfase dada ao envolvimento das comunidades ribeirinhas, atingidas negativamente pelas cheias potencializadas pela retificação e revestimento dos córregos e rios da capital e da RMBH. Essa participação demonstra uma nova orientação da agenda pública nas cidades, buscando romper com os determinismos macroeconômicos que delimitam e relegam a segundo plano a participação popular no processo decisório das políticas públicas, tendo em vista que as políticas sociais são vistas como acessórias e compensatórias aos efeitos negativos gerados pelas políticas de ajustamento macroeconômico.

Isso condiciona uma nova visão da relação entre os atores políticos tanto nos governos, quanto na sociedade civil, pois que ambos obedecem a regras modernas e democráticas. Democráticas, por universalizar a participação da sociedade. Modernas, em virtude de contemplar novas demandas da sociedade e de não estar mais na esteira de reivindicações por direitos trabalhistas irrestritos, catalisadores da luta de classes nas sociedades industriais. Tais regras modernas constroem os seguintes resultados: uma política de gestão dos problemas da cidade, particularmente a que versa sobre as inundações, propondo medidas que atendam a uma maior eficiência político-administrativa das ações públicas dedicadas à estrutura urbana e a uma ampliação dos direitos de cidadania diretamente proporcional à diminuição das desigualdades sociais.

## Referências Bibliográficas

BELO HORIZONTE. *Plano Diretor de Belo Horizonte*. Disponível em: [http://www.estatutodacidade.com.br/leis/bh\\_planodiretor.dot](http://www.estatutodacidade.com.br/leis/bh_planodiretor.dot). Acesso em: 15/02/2004.

BELO HORIZONTE. *Lei de Uso e Ocupação do Solo*. Disponível em: [http://www.estatutodacidade.com.br/leis/bh\\_parcelamento\\_solo.dot](http://www.estatutodacidade.com.br/leis/bh_parcelamento_solo.dot). Acesso em: 15/02/2004

BENJAMIN, César [et. al]. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.  
CHAMPS, José Roberto. Drenurbs: A reabilitação ambiental das águas de Belo Horizonte. Belo Horizonte: *Revista Pensar BH Política Urbana e Ambiental*, set. 2003, pp. 4-11.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Saneamento básico em Belo Horizonte: Trajetória em 100 anos - os serviços de água e esgoto*. Belo Horizonte, 1997.

GUIMARÃES, Berenice Martins e TEIXEIRA, João Gabriel. "O Plano Diretor: a formulação de uma política", in: CEURB/UFMG. *Governança em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: CEURB/UFMG, dez. 1996.

HABERMAS, Jürgen. "Soberania Popular como procedimento". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.º 26, p. 100-113, 1990.

IBGE. Tendências demográficas: evolução brasileira, in: IBGE. *Tendências Demográficas: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico de 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002, p. 17-55.

LE VEN, Michel Marie & NEVES, Magda de Almeida. Trabalho e Sindicato, Cidade e Cidadania (1897-1990), in. *Belo Horizonte: poder, política e Movimentos sociais*. Belo Horizonte: Ed. Arte, 1996, pp. 78-105

MAGNA ENGENHARIA. *Análise Integrada do Sistema de Drenagem*. Belo Horizonte: SUDECAP, 2001.

MIRANDA, Sérgio. *O Estatuto das Cidades: uma nova feição social ao Brasil urbano*. Brasília: Gab. Dep. Sérgio Miranda. 2001.

MORAES, Antonio Carlos R. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MUNCK, Geraldo L. "Formação de atores, coordenação social e estratégia de política: problemas conceituais estudo dos movimentos sociais", *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 40, n. 1, 1997, pp. 105-125.

MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO. *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva – História Antiga e Média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995 (2 vols. ilustrados).

RAMOS, M. H. D. *Drenagem Urbana: aspectos urbanísticos, legais e metodológicos em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: 1998.

SADER, Emir. Para outras democracias, in: SANTOS, Boaventura de Souza (org.) *Democratizar a Democracia*. Os caminhos participativos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 651-678.

SINGER, Paul. O Caráter histórico das migrações internas, in: *Economia Política da Urbanização*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

SORJ, Bernardo. *A Nova Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

TEIXEIRA, João Gabriel e SOUZA, José Moreira. *Metropolitização: espaço e sociedade em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: CEURB / FAFICH / UFMG. 2001 (Relatório de pesquisa), 24p.

# A *Crucificação*, Francis Bacon

Carolina Cerqueira Lima Dittrich  
Mestranda em Teoria Literária pela UFSC  
e-mail: caroldittrich@yahoo.com.br

---

Resumo: Este trabalho tem como propósito um estudo do tríptico *Crucificação*, de Francis Bacon. Mediante o olhar do homem moderno e o aspecto religioso sugerido através da iconografia cristã, buscarei versar não somente sobre a representação do flagelo do indivíduo em uma crucificação, mas também, deixar transparecer essas sensações.

Palavras-chave: 1. Francis Bacon. 2. *Crucificação*. 3. Pintura.

---

*Quero romper com meu corpo, quero enfrentá-lo,  
acusá-lo por abolir minha essência, mas ele sequer  
me escuta e vai pelo rumo oposto.*  
Carlos Drummond de Andrade

Antes de passar ao tema da obra *Crucificação*, de 1965<sup>1</sup>, gostaria de fazer um breve panorama da produção artística do pintor irlandês Francis Bacon, colocando em foco a importância das sensações no substrato humano.

A representação do indivíduo nas obras de Francis Bacon se faz de maneira violenta e trágica, especificamente no que diz respeito ao homem moderno. A dimensão do trágico está em seu caráter atemporal, no qual se inscreve a problemática da existência. Segundo Gilles Deleuze, em *A lógica da sensação*, as superfícies planas de Bacon sugerem uma nova possibilidade do olhar e produzem sensações sob a influência de uma só impressão. Há uma união de dois sentidos: o tato e a visão. Essa sinestesia entrega aos olhos uma função háptica, assim como a arte egípcia, que é tateada pelo olhar em seus baixo-relevos.

Além do estudo do envolvimento dos corpos e das manifestações dos sentidos, Bacon trilha pelo caminho do acaso, acelerando a gestualidade do compasso em seu traçado no momento de sua execução. Nas palavras de Deleuze e Guattari:

(...) é difícil dizer onde acaba e onde começa a sensação, de fato; a preparação da tela, o traço do pêlo do pincel fazem evidentemente parte da sensação, e muitas outras coisas antes de tudo isso (DELEUZE & GUATTARI, 1992, p. 216).

Na escolha dos temas constitui-se a força de suas pinturas. Há um caráter icônico, um efeito característico no conjunto de suas obras, além da relação à sensibilidade mais profunda e obscura do ser, atingida de diversas formas por meio de sentimentos e

---

<sup>1</sup> *Tríptico, Crucificação (Triptych, Crucifixion)*, 1965. Óleo sobre tela, cada painel 198x147,5 cm. Coleção Staatsgalerie Moderner Kunst, Munique.

sensações (FICACCI, 2005, p. 66). O tema da crucificação é constante na história da pintura desde a antiguidade, e não escapa ao olhar de Bacon. O ato pictural potencializa a relação da violência, da agonia, do desejo, do desespero e do amor, intrínsecos à existência humana na busca incessante de seu devir o outro, o (in)humano.

Os *portraits*, ou retratos, de Bacon passaram de um real empírico a uma realidade do imaginário, mas que poderia se tornar como uma fórmula que ultrapassasse a arte. O personagem não está vinculado ao sujeito, mas a um conjunto de elementos. Está sempre sendo evocado. De acordo com Simone Curi, que trata da visão do artista além do retrato,

Na micro-percepção, olhar de grande alcance, revelando o que se perdeu na imensidão dos atos automatizados, instrumentalizados na economia objetivadora do que se deve ver. Aquilo que o olho esqueceu, e que todavia está nele, uma sensação perdida, um outro modo de olhar (CURI, 2005, p. 49).

### Trípticos

Um tríptico é um conjunto de três imagens em níveis de sensações que produzem uma única figura. Interessavam Bacon até pelo pensamento de criação de um filme, pela sequência das imagens. Apesar de não haver uma progressão lógica a ser seguida entre os painéis, e as figuras estarem separadas e não acopladas (DELEUZE, 2007, p. 79), o que relacionaria estas três partes, segundo Deleuze, seria a testemunha, que age como invariável entre as telas. Interpretar o testemunho como uma câmera fotográfica capaz de reproduzir mais de uma fotografia por vez, é também uma figuração dentro de um ritmo preciso entre as três telas, constituindo personagens ativos, passivos e testemunhas em apenas uma obra, como a sequência de um corpo sonoro. (...) *seria a distribuição dos três ritmos de base* (idem, p. 77).

As bordas deixam de isolar, mas dividem a própria superfície das telas, separadas e em conjunto, formam uma espécie de caixa, um observatório de onde o espectador observa e também está inserido, o que o faz assumir o papel de um *voyeur*.

### Crucificação

Em uma análise sobre a pintura *Crucificação*, de 1965, de imediato vale referir que a obra faz alusão às ideias icônicas, tanto pela presença de uma violência autoritária, quanto pela sua iconografia das tríades<sup>2</sup>.

Em *Crucificação*, há duas testemunhas sentadas à mesa no painel da direita, uma mulher nua em pé no painel da esquerda, enquanto o painel central mostra a efígie crucificada de um corpo que escorre.

O pintor desmembra camadas e bloqueios impostos pela repressão dos corpos, pinta esses corpos sem órgãos e deixa livre o fluxo da intensidade dos desejos. Ele fragmenta um corpo em ângulos diferentes – representação cubista – e desenvolve o organismo por dobramentos e estratificações, conservando a presença viva do corpo em um composto de *perceptos e afectos*: os afectos são precisamente estes devires não humanos do homem, como os perceptos (entre eles, a cidade) são as paisagens não humanas da natureza (DELEUZE & GUATTARI, *Op. cit.*, p. 220).

---

<sup>2</sup> Na arte religiosa, essa representação antiga da tríade está em grande parte das civilizações, tal qual a egípcia onde as divindades de uma cidade são representadas em forma de tríade (pai, mãe e filho), por exemplo Amon, Mout e Khonsou em Tebas. Já no cristianismo a trindade é figurada por deus, o filho e o espírito santo, da mesma forma como há tríades para os ortodoxos, muçulmanos e budistas entre outros.

Há um jogo de contração e expansão corporal entre os três painéis, porém sem uma ordem aparente entre eles. O carrasco nazista se deforma, escorre, se dissipa e se contrai neste conjunto, como um fenômeno de decomposição e recomposição, o que propõe diversos níveis de sensações. O que se junta à estrutura são as relações entre as figuras, como cor e luz.

As cores do tríptico definem um espaço ininterrupto entre as telas, há um campo cromático puro e as formas e contornos são orgânicos e não geométricos. Não são afetados pela luz e pelas sombras (painel da direita), mesmo tratando-se de uma diversidade dos pontos de vista. As cores e os tons quentes, entrelaçados aos frios, ajudam a narrar uma sensação de forma quase tateável, de modo que a pintura ganhe plasticidade e se torne quase uma escultura (painel central).

A fotografia como representação da forma de olhar um indivíduo ou o mundo, modifica-se sob o olhar de Bacon, que nos revela o que a princípio não é notado. As formas e deformações, os elementos humanos e bestiais das personagens, expressões de fúria e dor são cheias de significação. Há uma morfologia desses corpos, uma intenção em que a pintura não é um campo de imitação da realidade aparente, mas a marca dos desejos e dos instintos humanos. As ações, os traços, são governados essencialmente pela força de uma expressão. Ainda sobre a fotografia, o próprio Bacon diz ser ela não uma figuração do que se vê e, sim, do que o homem moderno vê.

A lógica causal é renunciada e desordenada por Bacon para apresentar algo que venha do subconsciente de forma compreensível. Eis a matéria primeva segundo Luigi Ficacci: *l'expérience humaine seule et le substrat inconscient sur lequel elle repose*<sup>3</sup>. O inconsciente é tão forte nas suas pinturas que a existência do indivíduo torna-se uma experiência mítica.

Bacon foge do figurativo usual, o da câmera fotográfica, mas também do total abstracionismo, preferindo a sensação da figura. Não há uma identidade que apresente a trajetória mais realista da obra, e sim a dissolução da identidade, o anonimato do homem e a perda da originalidade da anatomia humana. A *Crucificação* é o isolamento artificial de uma figura segundo um aspecto religioso em um espaço pictural, onde ocorre um ato humano, e humano no sentido de um animal complexo e feito de sentidos e matéria.

A relação existente entre o elemento pictórico e a religião nas pinturas antigas não está apenas na simbologia da fé. O filósofo alemão Ludwig Feuerbach (2007), no século XIX, defende em sua obra *A Essência do Cristianismo*, que a religião é como uma resposta às necessidades do homem diante do universo, dos outros homens e de si mesmos, na linha tênue entre o que somos e o que desejamos vir a ser. Feuerbach coloca a religião como forma de alienação e escravidão criadas pelo próprio homem. A meu ver, a sensação da tela representa a arbitrariedade humana, a repressão tanto social quanto dos corpos, a qual o homem constantemente cria para si mesmo.

Diferentemente da época em que viveu Feuerbach, quando o homem buscava respostas a partir da contemplação da natureza, a relação da obra de Bacon com o mundo é fragmentada, entrecortada de imagens visuais e sensações. Essa efígie, rabiscada como uma referência cristã, se dá pelo fato de o próprio cristianismo ter submetido a figura a “uma deformação fundamental, na medida em que Deus se encarnava, se crucificava, descia e subia aos céus etc” (DELEUZE, *Op. cit.*, p. 125). A essência deixa de ser forma e torna-se contingente. Sendo que a arte pictural engrandece a sensação e a libera do caráter acidental que a condiciona, essa sensação não deve se perder na abstração. É a partir dos retratos pintados por Francis Bacon das fotografias, em sua maioria de amigos, que o artista busca explorar *le mal de vivre* e a tragédia da existência.

Esse conjunto de iconografias, por tradição sagradas, nos remete à dor pela mutilação – o abate animal –, e retrata tortura, castigo, flagelação e morte. Apesar de parecer terrível, a obra consiste em uma assimilação do referencial poético e profundamente ligado à realidade humana. É um ato extremo e composto de elementos profanos e ao

---

<sup>3</sup> Tradução minha: A experiência solitária humana e o substrato inconsciente sobre o qual ela repousa. FICACCI, *Op. cit.*, p. 17.

mesmo tempo é o “tornar visíveis forças invisíveis” (idem, p. 63). A fragilidade da carne e a vertigem retomam o tema universal da existência e da piedade. A metáfora do tríptico reproduz não tanto um mito quanto a questão de uma tragédia coletiva, a da efemeridade da vida – vive-se apenas uma vez –, clichê que habita o cotidiano do homem.

A questão das imagens que nos aludem ao tema da crucificação nos remete, de certa forma, às diversas ilustrações vistas em um outro momento, clichês físicos e metafísicos. Esses clichês são anteriores à tela, são espectros que habitam o passado e o presente – anacrônicos – e que se reproduzem incessantemente de forma idêntica. A proposta de uma renovação sob imagens banalizadas possibilita um desapego da efígie *Cristo crucificado*. Desta forma, abre diversas perspectivas, ao contrário de uma figura reproduzida incessantemente até ser deformada em um clichê. Segundo Cézanne, a melhor maneira de conservar uma imagem, diferentemente da mera reprodução, seria então, transformando-se nela mesma (DELEUZE & GUATTARI, *Op. cit.*, p. 220). Todavia, Gilles Deleuze aprofunda-se no tema, ao propor a obra como posterior às imagens que ocupam esse lugar-comum, sendo necessário o apagamento desses clichês, como faz Bacon ao pintar as sensações humanas em uma crucificação:

O pintor não pinta sobre uma tela virgem, nem o escritor escreve sobre uma página branca, mas a página ou a tela estão já de tal maneira cobertas de clichês preexistentes, preestabelecidos, que é preciso de início apagar, limpar, laminar, mesmo estraçalhar para fazer passar uma corrente de ar, saída do caos, que nos traga a visão (idem, p. 288).

O gesto técnico da impressão por meio do próprio clichê da chapa fotográfica obtida pela câmara escura, representa o original. Dele se poderiam tirar outras cópias, onde se produz um relevo da imagem em si. A prática da impressão está associada ao seu paradigma ao disseminar uma cena, afastando-a da imagem primeira e aproximando a imagem da sensação tátil. Na *Crucificação*, Bacon pinta o homem através de sua carne, representa não uma matéria preexistente, mas as sensações como *explosão orgânica da anatomia* (HUBERMAN, 1997, p. 15).

O pintor deve entrar na tela antes de começar a criar, pois a criação já está nela, e ainda assim, deve ser fiel o bastante, mesmo que seja necessário o desmembramento da figura.

Francis Bacon é o pintor de “uma terceira via, nem ótica, como a pintura abstrata, nem manual” [...] (DELEUZE, *Op. cit.*, p. 112), mas o pintor da catástrofe, sem a sensação do permanente, mas de um fenômeno. Há uma rasura complexa da ideia de transcendência em favor da sensação da brutalidade do corpo em dissolução.

A compreensão da dor, conforme o artista, é explicada em certa passagem do texto de Ficacci:

(...) ce que fait Bacon, à reconnaître que la civilisation a concentré l'expression de la douleur la plus sincère et la plus déchirante. Une douleur qui se manifeste par la mutilation et l'annihilation de la chair, par le hurlement désespéré de la vie violemment arraché à son enveloppe corporelle<sup>4</sup>.

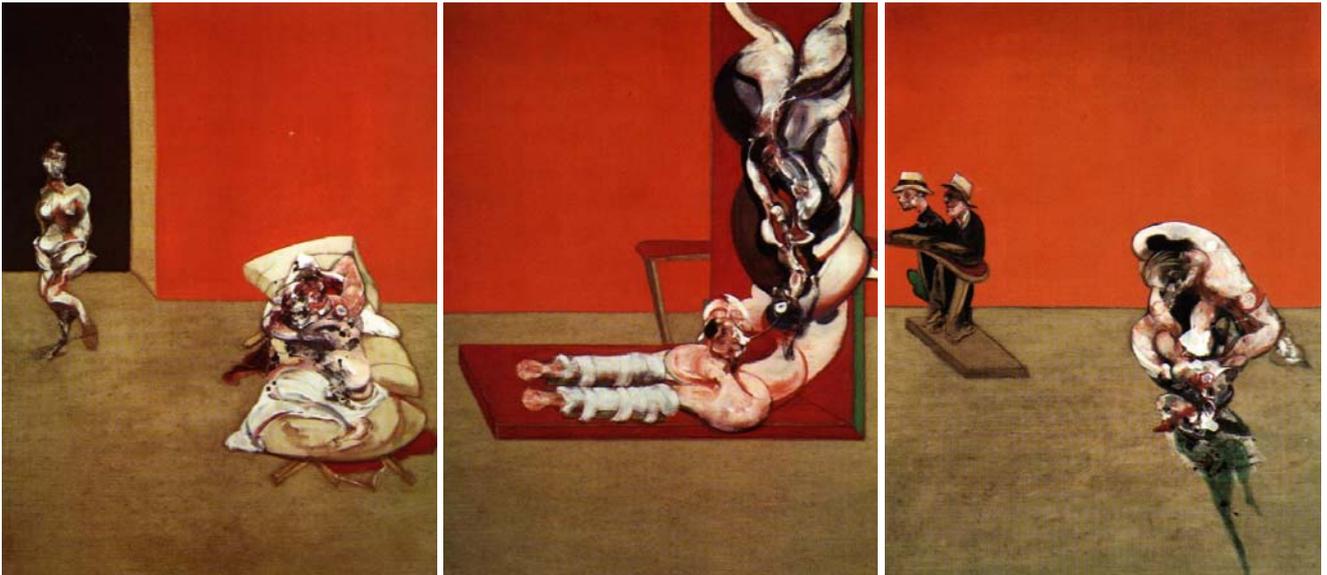
Apesar de assimilar os signos ligados a uma tradição, o pintor não se fixa no aspecto religioso e mítico da crucificação, e o que é determinante são os elementos profanos e o estado próprio do homem, que deixa de ser essência para ser acidente. Não há busca por uma estabilidade do imortal, e sim pela instabilidade do mortal. A *Crucifica-*

---

<sup>4</sup> Tradução minha: (...) o que faz Bacon, em reconhecer que a civilização condensou a expressão da dor na mais sincera e na mais atormentada. Uma dor que se manifesta pela mutilação e aniquilação da carne, pelo seu uivo desesperado de uma vida violentamente arrancada de seu envoltório corporal. FICACCI, *Op. cit.*, p. 65.

ção se traduz em um espaço estético-poético de uma tensão intermitente e não pacífica. É no estranhamento da obra que repousa uma reflexão sobre um determinado estado das coisas, um estado visceral, carnal, animal. O corpo na *Crucificação* está suspenso pela sensação de flagelo, oriundo da natureza humana.

**Anexo:** Francis Bacon, *Crucifixion* (1965). Óleo sobre tela. cada painel 197,2 x 147 cm



## Referências

CURI, Simone. Retrato do artista como catástrofe, in: *Outra travessia*, vol. 4. Ilha de Santa Catarina, (2005), p. 49-54.

DEBRAY, Régis. O nascimento pela morte, in: *Vida e morte da imagem: uma história do olhar no Ocidente*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

DELEUZE, Gilles. *Francis Bacon: a Lógica da Sensação*. Equipe de tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2007.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Como criar para si um corpo sem órgãos, in: *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*, vol. 3. São Paulo: Ed. 34, 1996.

\_\_\_\_\_. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

\_\_\_\_\_. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FEUERBACH, Ludwig. *A Essência do Cristianismo*. Trad. José da Silva Brandão. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2007.

FICACCI, Luigi. *Bacon*. Paris: Taschen, 2005.

HUBERMAN, Georges Didi. *L'empreinte*. Trad. Patrícia Franca. Catálogo de Exposição – Centre Georges Pompidou: Paris, 1997.

LEIRIS, Michel. *Francis Bacon, full face in profile*. Trad. John Weightman. New York: Rizzoli, 1983.

# Duque Valentino: *O Príncipe* ou um príncipe de Maquiavel?

Eduardo João Moro

Doutorando em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina.  
e-mail: edumoro\_dido@hotmail.com

---

**Resumo:** Embora autor de mais de 20 obras, Nicolau Maquiavel tornou-se conhecido até os dias de hoje, sobretudo, por meio de duas delas: *O Príncipe* e *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Existem inúmeras teorias que buscam interpretar tais obras, sendo espantoso o desacordo sobre o significado de termos e teses acerca delas. Um destes desacordos refere-se ao papel de Cesare Borgia - filho do papa Alexandre VI - na vida e na obra de Maquiavel. Nesse contexto, busca-se analisar essa relação por meio de um resgate da biografia do autor - destacando o período que compreende os anos de 1498 - quando Nicolau se torna secretário da Segunda Chancelaria - até 1507, quando morre Cesare Borgia, bem como através de alguns dos principais conceitos presentes em *O Príncipe* - como o uso das armas, a noção de *Virtu* e Fortuna, e a discussão sobre o príncipe ser amado ou temido.

**Palavras Chave:** 1. Nicolau Maquiavel. 2. Cesare Borgia. 3. *O Príncipe*

---

## Introdução

No dia 3 de maio de 1469 nasceu Nicolau Maquiavel, na cidade-estado de Florença. Embora autor de mais 20 obras, entre análises políticas e militares, poemas e peças, foi entre 1513 e 1518 que Maquiavel escreveu duas obras que o tornaram conhecido até os dias hoje: *O Príncipe* (1513-4) e os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (1513-8) (WHITE, 2007). Dentre as duas obras, *O Príncipe* ganhou maior notoriedade, sendo considerado o segundo livro mais lido por um período de tempo mais longo no mundo ocidental, perdendo apenas para a Bíblia. Segundo Berlin (2002, p. 299), existem mais de vinte teorias que buscam interpretar tais livros, sendo espantoso o desacordo sobre o significado de termos e teses. Apenas como ilustração, pode-se citar a ideia de Spinoza, que considera a obra *O Príncipe* um aviso aos homens acerca das possíveis ações de um tirano. Em relação a Maquiavel, Prezzolin e Hayd consideram-no um anticristão, sendo sua obra um ataque à Igreja e aos seus princípios, enquanto Toffanin, ao contrário, julga-o como um cristão um tanto peculiar. Dentro dessa gama de interpretações, é possível ainda encontrar Maquiavel como um humanista angustiado; um técnico frio, sem compromisso ético ou político; um humanista amante da paz, da ordem e da estabilidade; chegando a um apaixonado beirando o irreal (BERLIN, 2002, p. 301-302).

Parece claro que adentrar em qualquer discussão que envolva Maquiavel não é uma tarefa fácil, pois inevitavelmente incorre-se em contrariar importantes estudos sobre sua trajetória realizados por historiadores e demais autores. Ciente disso e guiado pelo fascínio exercido por Maquiavel, busca-se no presente artigo aventar acerca da controversa relação estabelecida entre ele e a figura de Cesare Borgia. Controversa,

pois, segundo Algarotti (1759) e Alfieri (1786), o filho do papa Alexandre seria, para Nicolau, o homem que, se tivesse vivido, poderia ter libertado a Itália, enquanto Mattingly acreditava estar claro para o autor florentino que Cesare era “(...) incompetente, um charlatão, um fracasso miserável” (BERLIN, 2002, p. 302). Para realizar tal discussão buscou-se conhecer a história de Maquiavel através da biografia de Maurizio Viroli, intitulada *O sorriso de Nicolau*, e da de Michael White, de nome *Maquiavel: um homem incompreendido*, destacando, sobretudo, o período entre 1498 – quando Nicolau se torna secretário da Segunda Chancelaria – até 1507, quando morre Cesare Borgia. Por fim, visando complementar a análise que se propõe, são resgatadas algumas ideias e conceitos presentes em *O Príncipe* – como o uso das armas, a noção de *Virtu* e *Fortuna*, e a discussão sobre o príncipe ser amado ou temido – debatidas a partir das obras de Isaiah Berlin (2002) e Quentin Skinner (1988) - e que contribuíram para a construção da imagem de Maquiavel ligada a um mero “conselheiro de tiranos”.

## 1. Contextualizando Florença antes de Maquiavel

Nicolau Maquiavel se tornou secretário da Segunda Chancelaria de Florença em 1498, alguns dias após a morte do frade Girolamo Savonarola (quatro dias, segundo White [2007, p. 56] e cinco, conforme aponta Viroli [2002, p. 33]). Outra questão em desacordo refere-se ao papel desempenhado por Savonarola na política florentina. White afirma que o frade se tornou chefe de Estado após retornar de uma missão cujo objetivo de estabelecer trégua com Carlos VIII foi alcançado. Viroli (2002, p. 33), em contrapartida, não cita tal fato, destacando “somente” a influência direta do frade na reorganização do governo florentino, sobretudo na instituição do Conselho Maior ou Grande Conselho em 22 ou 23 de dezembro de 1494, que representava o “coração da nova república”. Savonarola, como crítico da corrupção presente na Igreja e no governo de Lourenço, “(...) foi o pai espiritual e político da República florentina (...)”, sendo esta “(...) sua última vitória” (2002, p. 44). Viroli acrescenta ainda que a República que o frade ajudou a criar não o defendeu do ódio da Cúria Romana, que o interrogou, torturou e posteriormente o condenou ao enforcamento na manhã de 24 de maio.

Antes de avançar, vale resgatar alguns episódios precedentes para compreender como se deu a passagem do governo dos Médici para a República. O frade Savonarola ascendeu politicamente após um longo período de dominação da família Médici, iniciada com Giovanni di Bicci de Médici, fundador de um banco especializado em empréstimos à Igreja que tornou a família rica e poderosa ainda no século XIV (WHITE, 2007, p. 45). Dali em diante, apesar de a família sempre manter-se no poder, herdeiros oscilaram bons e maus governos. Na primeira categoria destacam-se Cosimo – filho de Giovanni – que aumentou a riqueza da família e patrocinou artistas, escritores, músicos e viagens pela Europa em busca de antigos manuscritos (WHITE, 2007, p. 46); e Lourenço de Médici – neto de Cosimo – que, apesar de possuir apenas 20 anos de idade quando assumiu o controle dos negócios da família, revelou-se um grande governante e também um admirado patrono das artes (2007, p. 49). Quanto aos maus governantes, destacam-se o filho de Cosimo e o filho de Lorenzo, ambos de nome Piero. O primeiro, devido à sua incompetência, acelerou a entrada de Lorenzo na vida política, enquanto o segundo, devido à morte do pai, meses após assumir o poder, foi obrigado a encontrar-se com Carlos VIII – rei da França – que ameaçava atacar a cidade. No encontro, o inexperiente Piero aceitou todas as exigências do rei, causando a ira dos cidadãos que promoveram seu exílio (juntamente com seus irmãos Giovanni e Giuliano) na mesma noite que retornou do encontro (2007, p. 55).

Levando em conta as palavras contidas na biografia de White (2007, p. 56), em 1494, Savonarola assumiu o poder, pondo fim a um longo período de dominação de governantes da família Médici (que só retornaria em 1512 com ao apoio do exército espanhol). O autor acrescenta ainda que o frade governou Florença por quatro anos. Nesse período, promoveu a sanção de queimas de livros e autorizou a prisão de artistas e

escritores. Além disso, posicionou-se contra as famílias ricas da cidade e contra o papa Alexandre VI, isolando-se no poder. O resultado de tais ações foi sua queda em 1498 (WHITE, 2007, p. 55-61). Com a morte de Savonarola surgiu um novo governo, que, nas palavras de White, consistia “(n)uma próspera e fresca República”, surgindo “(...) muitos novos rostos nesse governo, homens que haviam ascendidos imaculados pelas fileiras políticas de Savonarola, assim como novas estrelas brilhantes no firmamento político, que aparentemente haviam surgido do nada”, dentre eles, Nicolau Maquiavel (2007, p. 62).

## 2. O surgimento de Nicolau Maquiavel no cenário político

No mesmo ano que se instaura a República em Florença, Nicolau Maquiavel assume o cargo na Segunda Chancelaria. Esta, em teoria, se responsabilizava por assuntos internos e pela burocracia doméstica, apesar de se sobrepor às funções da Primeira Chancelaria, responsável por assuntos externos e de guerra. Após um mês no novo cargo, Nicolau é indicado como secretário dos “Dez da Guerra” (WHITE, 2007, p. 65), ou “Conselho dos Dez da Liberdade e Paz”, nas palavras de Viroli (2002, p. 50). Apesar da diferença de termos, ambos afirmam tratar-se de um comitê governamental responsável por assuntos externos, ligados à diplomacia e às campanhas militares. Viroli afirma que Maquiavel era um “jovem desconhecido, inexperiente na política, que não era tabelião nem doutor em leis, nem tinha se destacado por méritos literários especiais” (2002, p. 49), afirmação esta que deixa em aberto o motivo da ascensão do jovem. White (2007, p. 29), em contrapartida, busca explicá-lo por meio de sua participação na Confraria de San Girolamo sulla Costa (composta por cerca de 140 homens de negócio, dentre eles seu pai Bernardo), onde certamente conheceu figuras importantes da época. Além disso, segundo o mesmo autor, foi lá que Maquiavel teve contato com membros da família Médici por volta do ano de 1492<sup>1</sup> (WHITE, 2007, p. 67).

Vale resgatar as primeiras viagens de Nicolau como novo emissário florentino em seu novo cargo. Sua primeira missão se deu em 1499, quando fora ao encontro do comandante Jacopo IV d’Appiano, senhor de Piombino (VIROLI, 2002, p. 53). Logo em sua primeira viagem, Maquiavel obteve êxito ao convencer o militar que a República não dispunha de recursos e homens conforme exigido, colocando fim num início de conflito entre as partes (WHITE, 2007, p. 71-72). Na segunda missão, o emissário foi ao encontro de Caterina Sforza Riario, condessa de Ímola e Forli. Maquiavel viajou com o intuito de negociar a redução do salário do filho de Caterina, Ottaviano, possuidor de um exército que lutara muitas vezes ao lado de Florença. Viúva de Girolamo Riario<sup>2</sup> e comandando sozinho seu reino havia 12 anos, a condessa se encontrava em uma situação difícil, pois ao mesmo tempo que não concordava com a proposta florentina, precisava do apoio destes. Apesar da insistência de Maquiavel em manter o acordo inicial junto aos seus, o governo florentino não cedeu, resultando na perda do apoio do exército de Ottaviano por parte de Florença e na perda do apoio de Florença por parte da condessa (2007, p. 72-74). O desfecho de tal negociação foi fatal para Caterina, tendo em vista que seis meses mais tarde seu pequeno reino foi conquistado pelos exércitos de Cesare Borgia. Durante o combate, Caterina recusou a oferta de rendição e se refugiou na fortaleza da cidade com todos os soldados que pôde. Cesare Borgia tomou a fortaleza e prendeu a condessa em seus aposentos por duas semanas, enviando-a posterior-

<sup>1</sup> Maquiavel compôs três poemas que foram incluídos em um livro que continha também poemas de Lorenzo de Médici. Um dos poemas de Nicolau foi dedicado ao adolescente Giuliano de Médici, indicando que ambos possivelmente se conheciam (WHITE, 2007, p. 67).

<sup>2</sup> Em 1478 Lorenzo de Médici sofreu um atentado arquitetado por Girolamo Riario, sobrinho do papa Sisto. O atentado falhou, matando Giuliano de Médici, irmão mais novo. Os conspiradores, incluindo Riario, foram presos e executados (WHITE, 2007, p. 51-53).

mente ao castelo de Sant'Angelo, em Roma. Lá o papa a manteve presa por mais um ano, soltando-a após ter renunciando a seus direitos sobre as cidades (2002, p. 56).

### 3. A guerra contra Pisa e os exércitos mercenários

No ano seguinte Maquiavel se dedicou quase inteiramente ao conflito envolvendo Florença e Pisa. Embora ambos os autores afirmem que a cidade foi perdida graças à interferência de Carlos VIII e suas tropas, White (2007, p. 61) coloca que tal fato se deu no governo de Savonarola, enquanto Viroli (2002, p. 59) versa ter sido perdida quando Piero de Médici mantinha-se no poder. Independentemente disso, a perda de Pisa desencadeou uma série de confrontos envolvendo as duas cidades. Inicialmente, sob o comando de Paolo Vitelli e com um exército mercenário, Florença acabou sendo derrotada após estar muito próxima de recuperar a cidade. Para Viroli (2002, p. 61), o primeiro ataque aos muros da cidade abriu a clara possibilidade da conquista, mas surpreendentemente o comandante das tropas hesitou, dando tempo para a recuperação dos pisanos e permitindo suas tropas serem dizimadas pela malária. Tais atitudes de Vitelli irritaram profundamente os florentinos, que o condenaram à morte no primeiro dia do mês de outubro de 1499.

Antes de prosseguir, vale recuperar o que Maquiavel coloca no capítulo XI do livro *O Príncipe*. Para ele, “as fundações principais para todos os Estados, sejam novos, velhos ou mistos, são as boas leis e um bom exército” (1996, p. 73). Acrescenta ainda que “não pode haver boas leis onde não há um bom exército, e onde haja um bom exército é conveniente que haja boas leis (...)” (1996, p. 73). Logo a seguir, Maquiavel subdivide as milícias em “próprias” ou “mercenárias”, “auxiliares” ou “mistas”, e acrescenta que as mercenárias e auxiliares são inúteis e perigosas. A justificativa para isso está na ideia de que tais tropas não têm outro motivo para lutar a não ser o soldo, ensejo insuficiente para entregarem suas vidas. Seguindo em sua obra, Maquiavel também versa acerca dos capitães mercenários, que, sendo bons irão aspirar a sua própria grandeza, e sendo ruins levarão à ruína o exército que comandam. Finaliza citando como exemplo a batalha descrita acima, afirmando que quanto a Vitelli, “se houvesse expurgado Pisa, ninguém pode negar que aos florentinos teria sido conveniente mantê-lo consigo, pois, se passasse para o inimigo, não teria salvação. Porém, se o mantivessem consigo, teriam de obedecê-lo” (1996, p. 77). Segundo Skinner (1988, p. 54), a maioria dos historiadores concluiu que o sistema mercenário, de maneira geral, funcionou de forma bastante eficaz, sendo no mínimo estranha a veemência com que Maquiavel afirma que “um príncipe sábio prefere perder com as suas (milícias) a vencer com a dos outros” (1996, p. 82). Na opinião de Skinner, “talvez ele (Maquiavel) estivesse pensando particularmente nas desgraças de sua cidade nas mãos de seus comandantes mercenários durante a prolongada guerra contra Pisa” (1988, p. 55). Para o autor, Maquiavel ficou chocado com o escárnio com o qual os franceses olhavam para Florença, justamente por serem incompetentes militarmente e incapazes de submeter Pisa a seu controle após a nova derrota em 1500 (1988, p. 55).

Essa derrota a qual Skinner se refere teve início com um acordo firmado com a França. Contrariando Maquiavel, o governo florentino decidiu dar continuidade na campanha, desta vez contratando soldados junto ao rei da França. White e Viroli concordam que a quantia paga foi de cinco mil escudos de ouro, embora o primeiro afirme que foram contratados cinco mil soldados suíços e outros cinco mil franceses (2007, p. 77), e o segundo cinco mil soldados suíços e outros dez mil franceses (2002, p. 62). De qualquer maneira, as tropas reunidas em Piacenza saquearam Bolonha e outras cidades e atacaram o marquês Alberigo, aliado de Florença. Nas palavras de Viroli (2002, p. 62), “ao chegarem ao território pisano, essas hordas puseram-se a saquear os campos e com muita má vontade deram uns poucos tiros de canhão contra os muros da cidade. Enfim, para coroar uma empresa tão gloriosa, os suíços e os gascões se amotinaram, denunciando a escassa quantidade e qualidade de vinho e dos víveres fornecidos pelos

Florentinos”. Acerca do mesmo acontecimento, White ressalta que “Maquiavel fez várias viagens<sup>3</sup> a Pisa durante o inverno de 1499 e a primavera de 1500, e estava lá no momento mais crítico, quando os mercenários suíços se amotinaram, em julho daquele ano” (2007, p. 77).

Poucos dias após o novo fracasso em Pisa, Maquiavel foi enviado à corte do rei Luiz XII, em companhia de Francesco della Casa<sup>4</sup>, com intuito de “resgatar algo tangível em troca do dinheiro que haviam gastado” (WHITE, 2007, p. 79). Nicolau tinha acompanhado de perto os acontecimentos no campo de batalha e era a pessoa mais indicada para defender a tese de que a responsabilidade cabia aos franceses, especialmente ao comandante Hugo Beaumont, incapaz de disciplinar seu exército (VIROLI, 2002, p. 63). Com o passar dos dias, porém, o rei Luiz XII deixou claro aos emissários que considerava Florença um estado de terceira categoria – e este provavelmente é o fato a que se refere Skinner no trecho acima (ver SKINNER, 1988, p. 55). Além de ter sua integridade física ameaçada devido à demora das respostas do governo florentino, Maquiavel mantinha-se na corte com pouquíssimos fundos, sendo obrigado a usar de seus próprios. Além disso, ocupava-se em formular uma estratégia a fim de recuperar o dinheiro junto à França sem desestabilizar a relação com o país, pois havia ainda a ameaça do filho do papa Alexandre XII<sup>5</sup>, o “psicopata” Cesare Borgia<sup>6</sup> (que recebeu o título de duque Valentino em 1498) (WHITE, 2007, p. 80).

Quando a missão na França encontrava-se no pior momento, o duque Valentino aproximou suas tropas perigosamente de Florença. Temendo um ataque, o governo florentino optou por assegurar os fundos para pagar as tropas enviadas pelos franceses em troca da proteção contra o duque. Após sete meses<sup>7</sup> na corte do rei Luiz, Maquiavel retornou trazendo consigo cópias de uma carta assinada pelo rei dando garantia de proteção (2007, p. 84-85).

#### 4. A Fortuna ao lado de Cesare Borgia

Skinner (1988) apresenta a ideia de Fortuna sob dois prismas. Inicialmente a visão clássica, na qual historiadores e moralistas romanos tinham como premissa básica temer a deusa Fortuna. Através de Tito Lívio obtém-se a ideia geral de seu tempo: aquele que dependesse da Fortuna estaria sujeito à queda “do modo mais terrível”, o que quase certamente ocorreria no final (SKINNER, 1988, p. 45). Apesar de temê-la, os romanos não a viam como uma força maligna, mas, ao contrário, como uma boa deusa, cuja atenção valia tentar conquistar devido aos bens que oferecia. Tais bens foram descritos de inúmeras formas: Sêneca, por exemplo, fez referência à honra, riqueza e po-

<sup>3</sup> Em meio a uma destas viagens morreu Bernardo, seu pai. Não tendo tempo para organizar o enterro, Maquiavel deixou tal encargo (além do controle dos negócios da família) ao seu irmão mais jovem Totto (WHITE, 2007, p. 81).

<sup>4</sup> Que adoeceu e viajou para Paris em 14 de setembro, deixando Maquiavel sozinho na missão.

<sup>5</sup> Para White (2007, p. 94), “O papa Alexandre entrou para os livros de História com uma imagem tão ultrajante quanto a de seu filho, por ter sido talvez o mais devasso e assassino de todos os papas, o homem que lidera a longa lista daquelas que mais macularam o nome e a imagem do papado”.

<sup>6</sup> O duque Valentino nasceu em 1475 ou 1476. No ano em que Cesare completou 17 anos, seu pai Alexandre VI tornou-se papa. Antes disso, aos sete anos tornou-se Prebenda da Catedral de Valência, e um ano depois Protonotário Apostólico da cidade. Aos nove anos recebeu o título de Reitor de Gandia e Preboste de Albar e Jativa. Em seu décimo aniversário tornou-se tesoureiro de Categena. O filho de Rodrigo Borgia estudou teologia na Universidade de Pisa e aos 18 anos tornou-se cardeal. Dentro de uma lista de inúmeros crimes, destaca-se a suspeita do assassinato do irmão Giovanni. Alguns historiadores defendem que a causa do assassinato tenha sido por ciúmes do poder que o irmão vinha ganhando, enquanto outra ideia refere-se a ciúmes sexuais relacionados à sua irmã Lucrecia, de 13 anos (2007, p. 97-98).

<sup>7</sup> Em meio à missão na corte francesa, faleceu subitamente sua Irmã Primavera, aos 35 anos (WHITE, 2007, p. 84).

der, enquanto Salústio à glória, honra e poder, sendo honra ou glória o maior de todos. Uma das questões centrais trazida pelos escritores clássicos era de como persuadir a Fortuna a olhar na direção desejada e a derramar sobre ela sua cornucópia. A resposta seria que, sendo Fortuna uma deusa e, portanto, uma mulher, deixaria se atrair pela *vir*; o homem verdadeiramente varonil. De maneira geral, a deusa Fortuna recompensaria a coragem viril, o homem com a posse da *virtus* em seu mais alto grau (1988, p. 46).

A segunda perspectiva surge com o triunfo do cristianismo, quando a perspectiva clássica é abandonada. Em seu lugar surge uma noção que nega a influência de qualquer um sobre a Fortuna, considerado-a um “poder cego”. Mais do que isso, por sua indiferença aos méritos humanos, buscar seus bens passou a ser algo completamente indigno, afastando quem o faz dos caminhos da glória divina. Nesse contexto, Fortuna transforma-se em uma agente da providência divina, pois Deus teria colocado o controle dos bens mundanos em suas mãos displicentes justamente para ensinar que a felicidade não está nas coisas fortuitas desta vida mortal (SKINNER, 1988, p. 47).

Com o Renascimento e a recuperação dos valores clássicos, a perspectiva muda novamente, desta vez com relação à liberdade e ao livre arbítrio. A liberdade do homem estaria ameaçada ao se conceber a Fortuna como força inexorável, fazendo os humanistas italianos do século XV resgatarem a imagem clássica da deusa Fortuna, aquela que favorecia os bravos (1988, p. 49). Maquiavel nitidamente assume essa última perspectiva, evidenciando-a em *O Príncipe*, capítulo XXV, quando escreve que “para que nosso livre arbítrio não seja completamente anulado, julgo que a sorte possa determinar a metade de nossas ações, mas que até ela nos permite governar a outra metade” (1996, p. 145). E retomando a pergunta já feita pelos moralistas clássicos – de como fazer a Fortuna sorrir para nós – responde seguindo os termos antes utilizados: “ela é amiga” dos bravos, daqueles que são “menos cautos”, mais cheios de ânimo (SKINNER, 1988, p. 50). Portanto, Maquiavel segue a ideia de que o *vir*, de fato, atrai a atenção da Fortuna, favorecendo a conquista da honra, glória e fama. Segundo Skinner, com frequência se afirma que Maquiavel não apresenta uma definição de *virtu*, embora acredite que fica clara a utilização do termo seguindo a ideia clássica humanista, referindo-se à “qualidade que permite a um príncipe resistir aos golpes da Fortuna, atrair o favor da deusa e, em consequência, elevar-se aos píncaros da fama que lhe cabe enquanto príncipe, conquistando honra e glória para si e segurança para o seu governo” (1988, p. 59).

Skinner adentra ainda mais na temática da *vir* ao resgatar as características particulares que se deve esperar de um homem virtuoso. Novamente partindo dos moralistas romanos, o autor traz a noção de “virtuoso” como aquele possuidor de três séries de qualidades: (1) as chamadas de quatro virtudes “cardeais” (sabedoria, justiça, coragem e temperança); (2) honradez (qualidade principesca), lidando de maneira honrosa em todas as circunstâncias; (3) magnanimidade e (4) liberalidade. Segundo o mesmo autor, tais preceitos foram adotados integralmente pela maioria daqueles que escreviam livros de conselhos aos príncipes renascentistas, concordando que a conduta racional de um príncipe deveria seguir sempre a conduta moral. Entretanto, nesse aspecto, Maquiavel se distancia dos moralistas romanos, evidenciando em *O Príncipe* que nem sempre considera racional ser moral (1988, p. 63). No capítulo XV, Maquiavel escreve: “Pois o homem que queira professar o bem por toda parte é natural que se arruine entre tantos que não são bons. Para um príncipe é necessário, querendo se manter, aprender a poder ser bom e usar isso, conforme precisar” (1996, p. 91-92).

Grosso modo, Maquiavel resgata a visão de *virtu* como um conjunto de qualidades que possibilita um príncipe aliar-se à Fortuna em busca de honra, glória e fama; em contrapartida, nega a ideia de virtuosidade com características cardeais ou principescas, enaltecendo ações que variam de acordo com as circunstâncias (SKINNER, 1988, p. 65). No capítulo VII de *O Príncipe*, antes de descrever longamente acerca dos acontecimentos envolvendo o duque Valentino, Maquiavel versa: “Não me parece supérfluo discorrer sobre isso, pois não saberia quais preceitos melhores a dar a um príncipe novo, fora o exemplo destes atos” (1996, p. 45). Embora seja possível discordar de muitos autores que acreditam que Cesare Borgia seria o modelo de príncipe para Maquiavel,

também não parece correta a afirmação de Mattingly de que estava claro a Maquiavel que o filho do papa era incompetente e um “fracasso miserável”. Por meio das referências elogiosas feitas em *O Príncipe*, bem como em trechos de cartas por ele enviadas ao governo florentino, sobretudo enquanto estava na corte do próprio Borgia, é plausível afirmar que Maquiavel considerava o duque Valentino – apesar das suas limitações – virtuoso e afortunado nos moldes descritos acima, destacando, sobretudo, o episódio envolvendo seu comandante Remirro de Orco. Porém, antes de apresentar tal episódio, vale discutir alguns acontecimentos anteriores que levaram Maquiavel à presença de Cesare.

## 5. O encontro de Maquiavel com o duque Valentino

Apesar de Luiz XII ter impedido o ataque de Cesare Borgia, os florentinos sabiam que não estavam definitivamente a salvo. O maior exemplo disso se deu no verão de 1501, quando o duque Valentino posicionou suas tropas na cidade de Campi, próxima a Florença. Novamente o ataque não ocorreu devido à interferência francesa em troca de uma grande quantia de dinheiro. Há divergências entre os autores no que tange à primeira viagem de Maquiavel ao encontro do duque. Segundo White (2007, p. 102), “em junho de 1502, a República decidiu tentar alguma forma de negociação por sua própria conta, arranjando um encontro entre o duque Valentino e o mais confiável de seus emissários, Nicolau Maquiavel”. Viroli, em contrapartida, afirma que “para acertar as contas com Florença, o duque solicitou à Senhoria o envio de dois emissários competentes para tratar de assuntos importantes” (2002, p. 73). Ambos os biógrafos concordam, porém, que o encontro dos emissários florentinos Maquiavel e Francesco Soderini<sup>8</sup> com o duque se deu em Urbino, território recém-conquistado, em um clima carregado de tensão. No encontro, Borgia deixou claras as suas exigências para apoiar Florença: dinheiro e a reinstalação do governo dos Médici, tendo em vista que Piero estava trabalhando para o duque desde que fora exilado e, portanto, seria fácil controlá-lo. Recolocar os Médici no poder fazia parte de um plano maior: formar alianças com Estados italianos, dentre eles Florença, e acabar com a interferência da França. Após o primeiro encontro, os emissários enviaram uma carta ao governo de Florença. Para White (2007, p. 104), a carta fora enviada por Maquiavel, enquanto Viroli (2002, p. 74) afirma que, apesar de assinada por Soderini, a carta tinha o “estilo e as palavras” de Maquiavel. O conteúdo desta carta é de suma importância, pois Nicolau descreve o homem que acabara de conhecer como:

(...) esplêndido e magnífico, e tão vigoroso em questões militares, que não há empreendimento grande o bastante que não pareça para ele coisa menor. Ele nunca cessa de procurar a glória ou ampliar seu Estado, e não teme nenhum esforço ou perigo: ele chega a um lugar antes que se perceba que saiu de outro; seus soldados o amam; ele recrutou os melhores homens da Itália: e tudo isso o faz vitorioso e formidável, ao que devemos agregar que é perpetuamente afortunado (WHITE, 2007, p. 104).

Na segunda reunião Cesare Borgia enviou dois de seus ajudantes mais confiáveis, Giulio e Paolo Orsini. Como no primeiro encontro os emissários florentinos blefaram exagerando quanto à amizade de Florença para com o rei Luiz, no segundo os ajudantes do duque responderam ao blefe, garantindo que o rei francês nada faria, caso Florença sofresse um ataque. Por fim, na terceira reunião, Borgia novamente se fez presente, nitidamente irritado e frustrado com a posição defensiva de Florença. Naquele momento exigiu o pagamento de um tributo no prazo de quatro dias, caso contrário,

<sup>8</sup> Irmão do futuro golfaloneiro de Florença, Piero Soderini.

garantiu atacar Florença. Maquiavel retornou imediatamente para avisar das ameaças de Borgia. Novamente o governo florentino foi obrigado a pedir ajuda aos franceses, que, em troca de dinheiro, seguraram mais uma vez o ímpeto do filho do papa Alexandre.

Maquiavel regressou à corte de Cesare Borgia em 1502, desta vez em Ímola e Forli. Segundo White (2007, p. 109), lá encontrara o duque bastante mudado, com uma postura conciliatória e paciente (nas palavras de Viroli, fora recebido amavelmente (2002, p. 79)). “Ele parecia mais relaxado, revitalizado pelas discussões bem sucedidas que travara com Luiz<sup>9</sup>” (WHITE, 2007, p. 109). A missão de Maquiavel tinha dois objetivos: dar continuidade às discussões iniciadas na primeira visita e, principalmente, controlar os passos de Cesare Borgia, que naquele momento estava concentrado em se defender de uma conspiração<sup>10</sup>.

A missão na corte durou três meses e quase no final – em 26 de dezembro – Maquiavel presenciou o que mais tarde classificaria como uma ação a ser “imitada” no capítulo VII de *O Príncipe* (1996, p. 47). Desde a ocupação da Romagna pelo duque em 1500, seu braço direito, Remirro de Orco, controlava a região com plenos poderes. Segundo a descrição presente em *O Príncipe*:

(...) em pouco tempo, tornou-a pacífica e unida, conquistando ótima reputação. Depois, julgou o duque não ser necessária uma autoridade tão forte, pois acreditava ser que tornaria odiosa. (...) Por saber que os rigores passados haviam gerado alguns ódios, para purgar a alma do povo e conquistá-lo inteiramente, quis demonstrar que se houvera alguma crueldade, não era de responsabilidade sua, mas da personalidade acerba do ministro (MAQUIAVEL, 1996, p. 48).

Na manhã daquele dia, o corpo de Remirro de Orco (citado por Viroli como Ramiro de Lorqua (2002, p. 84), foi encontrado retalhado em dois em plena praça pública. Ao lado do corpo, uma cunha e uma faca ensanguentada.

No capítulo XIX de *O Príncipe*, Maquiavel afirma que o príncipe deve “fugir das coisas que o tornem odioso e desprezível”, e acrescenta que “devem deixar que outros administrem as decisões impopulares, mantendo para si os atos de graça” (1996, p. 112-113). Nitidamente a ação de Borgia foi ao encontro das ideias de Nicolau, pois, apesar de possuir uma fama de cruel, naquele momento Borgia deixou o povo “gratificado e petrificado de admiração e temor”, ao mesmo tempo em que eliminou a “causa de ódio” que lhe poderiam votar (1988, p. 68).

Esta e outras ações do duque foram estudadas em profundidade por Maquiavel, que o considerava quase paranoico em relação à importância do sigilo, bem como usava muito bem a desinformação para ludibriar aqueles que tentavam adivinhar seus movimentos. Nicolau observou também que todas as conquistas do duque foram feitas através de logros e da tomada de consciência das fraquezas daqueles que estavam ao seu

---

<sup>9</sup> Segundo White (2007, p. 107), apesar de feliz por aceitar o dinheiro florentino, Luiz ficou “furioso com a ameaçadora megalomania do duque”. Borgia, ciente disso, viajou para Milão em 5 de agosto para encontrar o rei francês com o “intento de reparar as rachaduras que se abriu” entre eles.

<sup>10</sup> Para White (2007, p. 108), a conspiração teria nascido após o encontro entre o duque e o rei da França. O fato de o filho do papa ter sido recebido com honrarias em Milão confundiu seus próprios subcomandantes, levando quatro deles – os irmãos Orsini, Vitellozzo Vitelli e Giampaolo Baglioni – a romperem com Borgia. Viroli (2002, p. 80) acrescenta que poucos dias após, os irmãos Orsini, Vitellozzo Vitelli, Oliverotto Eufreducci de Fermo, Giampaolo Baglioni, Ottaviano Fregoso e Antonio de Venafro se reuniram no castelo de Magione para preparar um plano comum contra Borgia. Apesar de contar com cerca de nove mil soldados e mil cavaleiros, a incompetência e a insegurança existente entre eles fizeram com que Cesare escapasse ileso. Enquanto Cesare Borgia viajava entre Fano e Sinigaglia, enviou um mensageiro dizendo do interesse pela paz com seus antigos colegas. Convencidos da boa intenção de Cesare, aceitaram encontrá-lo na estrada entre as duas cidades. Lá chegando foram presos e estrangulados pelos homens do duque.

redor (WHITE, 2007, p. 110-111). Logo que retornou da última viagem à corte de Borgia, Maquiavel contou detalhadamente o que viu a Piero Soderini e a seus colegas. Segundo White (2007, p. 119), “dessa contemplação surgiu um primeiro rascunho para *O Príncipe*, um relato detalhado dos acontecimentos intitulado *Descrição do método usado pelo duque Valentino para matar Vitellozzo Vitelli...*”.

## 6. A mudança na Fortuna do duque Valentino

No capítulo VII de *O Príncipe*, quando discute os principados novos conquistados com armas e fortuna de outros, Maquiavel refere-se a Cesare Borgia como o príncipe que obteve um estado com a sorte de outrem, no caso, seu pai Alexandre. Em grande parte deste capítulo, Maquiavel descreve as ações do duque Valentino, concluindo que, mesmo perdendo o que conquistou, fez tudo o que um “homem prudente e de valor deve fazer para criar raízes em um estado que as armas e a sorte de outros tenham lhe concedido (1996, p. 44). Acrescenta ainda que, “se suas iniciativas não deram fruto, não foi por culpa dele, mas de um extraordinário e extremo azar” (1996, p. 45).

Após retornar da corte de Borgia, Maquiavel presenciou importantes mudanças na constituição de Florença, muitas delas visando corrigir deficiências do sistema, como falta de competência e continuidade no governo da cidade. Em 10 de setembro criou-se o cargo de gonfaloneiro perpétuo, seguindo o modelo veneziano. Nesse contexto, assumiu o cargo Piero Soderini – irmão de Francesco Soderini, amigo de Maquiavel que viajara com ela à corte de Cesare. No mesmo momento em que Maquiavel via sua carreira ascender com a entrada de Piero, Cesare Borgia “via” a deusa Fortuna virando-lhe a face. No dia 10 de agosto, durante um jantar em Roma, o papa Alexandre VI, numa tentativa de envenenar um dos de seus opositores políticos – o cardeal Adriano di Corneto – comete um erro e acaba por envenenar a si e a seu filho. Enquanto White (2007, p. 120) descreve esse fato como o causador da morte do papa após sete dias, Viroli (2002, p. 94) restringe-se a dizer que em 18 de agosto de 1503 o papa Alexandre morreu de febre terçã. Viroli também não faz nenhuma menção ao conclave que elegeu o cardeal Francesco Piccolomini. Para White (2002, p. 120), com a morte de Alexandre surgiram três possíveis candidatos ao papado: Georges d’Amboise, Giuliano della Rovere e Ascanio Sforza. Surpreendentemente o Colégio optou pelo nome do doente cardeal Piccolomini, um candidato conciliador, que assumiu como Pio III e faleceu dez dias após a posse.

Apesar de Maquiavel estar pronto para partir quando soube da morte de Alexandre VI, o governo florentino optou por não enviar emissários ao Vaticano. Contudo, com a morte de Pio III, Maquiavel foi enviado. No dia 24 de outubro já viajava para acompanhar a eleição do novo papa. Segundo Viroli (2002, p. 94-95), ao chegar, Nicolau encontrou o duque Valentino “cheio de vivacidade e de esperanças para realizar grandes feitos”, pois, apesar de ter perdido cidades importantes, controlava muitos cardeais espanhóis e contava com muitos votos no conclave. Já White (2007, p. 122) afirma que Maquiavel ficou chocado com as mudanças que vira no caráter de Cesare, talvez pela primeira vez na vida ele se tornara indeciso e irresoluto. Foi nesse contexto, surpreendendo a todos, que o duque apoiou o cardeal Giuliano della Rovere, “um homem que sempre fora avesso aos Borgia, sujeito rancoroso que havia sido injustamente tratado por Cesare e Alexandre em numerosas ocasiões”. O cardeal Rovere foi eleito papa no dia 31 de outubro, assumindo o nome de Júlio II. Estranhamente Cesare Borgia, conhecido por não manter a palavra dada, colocou seu destino nas mãos de um homem que sabia ser inimigo da família e confiou em sua palavra. Maquiavel escreveu que o duque “parecia estar desorientado, confuso, e era facilmente abusado e manipulado pelo novo papa”. “Os negócios do duque sofreram mil mudanças (...) e é verdade que têm ido continuamente de mal a pior” (WHITE, 2007, p. 123).

Nos últimos dias de novembro, Borgia escapou de Roma enquanto os crimes dele e de seu pai vinham à tona. “(...) Por toda Europa nobres depostos, chefes da igreja,

vítimas vingativas e íntegros líderes clamavam para que ele fosse preso e escarpado ainda vivo” (2007, p. 124). Cesare Borgia foi preso e levado acorrentado para as prisões do Vaticano. Uma das versões de sua morte aponta para um assassinato cometido por bandoleiros em 1507, na estrada, a caminho do exílio.

## 7. Conclusão

O britânico Michael White, que muito contribui no presente artigo, escrevendo um capítulo dedicado exclusivamente à obra *O Príncipe*, afirma que “é universalmente aceito que Maquiavel usou Cesare Borgia, o duque Valentino, como modelo de príncipe ideal, e ao longo de seu tratado faz tanto referências oblíquas quanto óbvias ao homem que lhe inspira o conceito de ‘governante perfeito’” (2007, p. 242). Conforme se observou ainda na introdução com a obra de Berlin (2002), a grande maioria das generalizações envolvendo o nome de Nicolau Maquiavel pode incorrer em erro, e esta não é uma exceção. Conforme observado nas obras de Maquiavel, particularmente em *O Príncipe*, as ideias do autor foram e são interpretadas de inúmeras e, muitas vezes, contrárias formas. O presente artigo, ao discutir conceitos da obra tendo como base a figura de Cesare Borgia, não pode abster-se de alguns pressupostos. O primeiro deles é de que, embora seja difícil afirmar que Cesare Borgia seja o grande exemplo de Príncipe, parece claro que Maquiavel nutria por ele uma grande admiração.

Em sua obra, com cerca de 30 mil palavras e 26 pequenos capítulos, Maquiavel faz inúmeras referências a Cesare Borgia. No capítulo VII – onde estão as primeiras citações – Maquiavel dedica um longo trecho para descrever o duque Valentino como um “exemplo de príncipe novo”, destacando, sobretudo, o episódio do assassinato de Remirro de Orco, classificando tal ação como “digna de ser imitada”. Mesmo no final da descrição, ao se referir à queda do duque, trata o acontecimento como um “erro” ou uma “escolha ruim”, aliás, a única na opinião de Nicolau. Nos capítulos VIII, XI, XX, Nicolau traz referências indiretas a Borgia, enquanto menciona outros governantes. Já no capítulo XII, novamente apresenta Cesare como um “exemplo”, desta vez referindo-se à escolha dos exércitos, e, finalmente, no capítulo XVII, como um príncipe clemente, referindo-se ao caso da invasão de Romagna por parte do duque (em comparação às ações de Florença no incidente envolvendo a Pistoia).

Portanto, diante de tantas controvérsias, e da dificuldade de se posicionar sem parecer um mero palpite, com o presente artigo – baseado em biografias, na obra do próprio autor e de comentadores – busca-se fortalecer a ideia do papel destacado de Cesare Borgia na vida e na obra de Maquiavel como um príncipe virtuoso e afortunado, concordando com Viroli, quando afirma que “o acaso se divertia em colocar frente a frente um príncipe, mestre nas artes da simulação e habilíssimo tanto no uso das armas quanto nas palavras, e um observador de assuntos políticos que, melhor que ninguém, sabia ver através das máscaras, recolher a verdade das coisas por meio de um movimento mínimo da face ou de uma frase dita ao acaso (WHITE, 2002, p. 79). Embora tal afirmação contrarie importantes autores, acredita-se possível mantê-la, mesmo porque, quase sempre, concluir qualquer coisa sobre Maquiavel é contrariar alguém.

## 8. Bibliografia

BERLIN, Isaiah, “A originalidade de Maquiavel”, in: *Estudos sobre a humanidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

WHITE, M. *Maquiavel: um homem incompreendido*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

VIROLI, M. *O sorriso de Nicolau: história de Maquiavel*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

SKINNER, Q. *Maquiavel*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

# Adaptação cinematográfica de *Cidade de Deus*

Fábio E. G. Soares

Doutorando em Teoria Literária pela PGLB-UFSC. Mestre em Literatura Brasileira.

e-mail: fsoares@spectroeditora.com.br

---

**Resumo:** Este artigo pretende analisar a adaptação cinematográfica do romance *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, debatendo com as perspectivas existentes sobre este tema, por fim contrapondo a perspectiva etnográfica contra a ideia de naturalismo.

**Palavras-chave:** 1. adaptação cinematográfica. 2. literatura. 3. cinema

---

Este trabalho pretende analisar a adaptação do livro *Cidade de Deus* (LINS, 1997), para o filme homônimo, de 2002, dirigido por Fernando Meirelles, com co-direção de Kátia Lund, roteiro de Bráulio Mantovani, produção de André Barata Ribeiro e Maurício Andrade Ramos, com co-produção de Walter Salles, Daniel Filho, Globo filmes e outros. Inicialmente faremos uma revisão breve da fortuna crítica sobre a adaptação do filme para, em seguida, analisarmos as modificações formais na narrativa decorrentes do processo de adaptação.

## A crítica

*Cidade de Deus* é um filme que gerou grande controvérsia e interesse por parte da crítica após seu lançamento. De acusadores a defensores do filme, um ponto em comum parece permear muitas das análises filmicas, que é o movimento simultâneo de criticar o filme, mas preservar o livro.

É difícil dizer ao certo se tal movimento se deve às modificações narrativas na adaptação do livro para o filme, em que a narrativa dispersa se torna mais linear, ou ao estigma de inferioridade da adaptação em relação ao seu suposto original, sobre o qual Robert Stam comenta:

A linguagem convencional da crítica sobre as adaptações tem sido, com frequência, profundamente moralista, rica em termos que sugerem que o cinema, de alguma forma, fez um desserviço à literatura. Termos como “infidelidade”, “traição”, “deformação”, “violação”, “abastardamento”, “vulgarização”, e “profanação” proliferam no discurso sobre adaptações, cada palavra carregando sua carga específica de ignomínia. “Infidelidade” carrega insinuações de poder vitoriano; “traição” evoca perfídia ética; “abastardamento” conota ilegitimidade; “deformação” sugere aversão estética e monstruosidade; “violação” lembra violência sexual; “vulgarização” insinua degradação de classe; e “profanação” implica sacrilégio religioso e blasfêmia (STAM, 2006)

Esse tom de moralismo religioso, misturado a certo preconceito de classe, podemos encontrar, por exemplo, em uma dissertação de mestrado de 2005, em que a

autora, após dedicar sua dissertação a *Jesus de Nazaré*, desfia uma longa teia de acusações morais ao filme por banalizar a violência. A autora parte do pressuposto de grave falha ética cometida pelo filme, por ter conteúdo violento e poder ser assistido pelas pessoas como entretenimento. Muito embora ela mesma admita que é uma questão de postura do espectador refletir ou não sobre o conteúdo exibido, ela conclui condenando o filme, baseada na ideia de que o povo não será capaz de refletir sobre a obra, afirmando: os anêmicos são o povo, os 3,2 milhões de pessoas que assistiram *Cidade de Deus*. O crítico é aquele que no meio destes respira, está vivo, pode falar (DUTRA, 2005).

Já Rocha, em um artigo intitulado *Dialética da Marginalidade*, defende a tese de uma infantilização progressiva do livro para o filme e, por fim, para a minissérie *Cidade dos Homens*, feita com personagens do livro excluídos do filme. Segundo ele, a violência que caracteriza as produções de novos artistas como Paulo Lins, Ferréz, entre outros, explicita uma disputa simbólica e:

A melhor maneira de expor essa disputa e apresentar uma compreensão outra do filme de Fernando Meirelles consiste em destacar a drástica e nada inócua mudança de ponto de vista na transposição para as telas do impactante romance de Paulo Lins. Por fim, a série "Cidade dos Homens" apenas radicalizou o processo de infantilização do problema da violência e do narcotráfico iniciado pelo filme. Tal processo pode ser mais bem apreciado por meio do estudo do foco narrativo [...].

Ora, qual o ponto de vista narrativo do filme "Cidade de Deus"? Em lugar de um narrador difuso e deliberadamente ambíguo, optou-se pela determinação do foco narrativo, atribuído ao adolescente Busca-pé. No filme, ele parece ter dois problemas principais: perder a virgindade e deixar a favela graças a um possível emprego como fotógrafo. Essa extraordinária simplificação da personagem corresponde a um propósito duplo: tanto torna o horror da história mais palatável, por acrescentar uma dose de comédia, quanto associar o desejo do espectador de distanciar-se da realidade ao objetivo do rapaz de abandonar a Cidade de Deus (ROCHA, 2004).

A análise de Rocha tem muitos méritos, por identificar a necessidade de um novo aparato teórico para se lidar com essa produção artística dos anos 90 e, principalmente, por perceber que a violência comum nestas obras não é gratuita ou banal, mas tem um significado que é próprio da vida do país nos anos 90. Identifica, ainda, acertadamente, Rubem Fonseca, em seu conto *O cobrador*, como um precursor desse movimento, com antecedentes ainda em *Capitães de Areia*, de Jorge Amado. Poderíamos, ainda, acrescentar nessa lista *Querô: uma reportagem maldita*, de Plínio Marcos.

No entanto, o que foge à percepção tanto de Rocha como de Dutra é que *Cidade de Deus* não é uma obra sobre o narcotráfico ou o crime, mas sim sobre a vida dos moradores em meio ao desenvolvimento da violência. E essa violência é tanto dos criminosos, quanto policial e familiar. De fato, as cenas mais chocantes no romance são as cenas de violência familiar, em que um pai esquarteja o bebê por duvidar da paternidade, um marido traído enterra viva a esposa, um namorado abandonado estupra e empala a ex-namorada etc.

Não olhar o romance por esse viés implica, além de desconsiderar esse elemento, cair em erros como ver personagens "divididos em bons e maus traficantes" (COLLI, 2002), ou ainda a acusação de não mostrar a ligação da favela com o resto da cidade e do desenvolvimento do narcotráfico, rebatida pelo jornalista Carlos Alberto Mattos, que diz:

Tem que ser muito vesgo para não enxergar o contexto no filme, através da presença dos policiais, de traficantes de armas, dos "cocotas" da Zona Sul, todos interagindo com os personagens do gueto. Não precisava escalar, por exemplo, Gracindo Júnior como um burguês enfiado num superapartamento da Barra, cheirando cocaína e mandando vir mais para mostrar que o narcotráfico interessa às elites. Pois tanto o livro de Paulo Lins como o filme de Fernando Meirelles dedicam-se a narrar um anti-épico com cenário es-

pecífico. Um sistema que se construiu e se nutre de maneira autofágica em seus próprios limites (MATTOS, 2008).

Luiz Eduardo Soares (SOARES, 2008), ao compreender esse foco nos moradores da favela, deu uma das melhores descrições do filme e do romance, como sendo:

o drama localizado de alguns meninos, atropelados pela brutalidade e o despudor venal de policiais protegidos pela truculência da ditadura militar, no contexto do abandono das periferias e favelas por parte do poder público. Depois da época em que predominavam furtos e roubos quase inocentes, impôs-se o tráfico de drogas e armas, e o calvário que conhecemos.

Como consequência do ponto de vista de Luiz Eduardo Soares, o resultado não poderia ser outro senão perceber que longe de ser um livro e filme dividido em bons ou maus, todos, até o protagonista, acabam enredados em virtudes e falhas morais, em que:

Vítima e algoz encontram-se e trocam de posição, continuamente, até que a própria distinção perca sentido, porque é a agência mesma que se dissolve na reprodução inexorável da dinâmica acionada. O único sujeito dessa história é a voracidade autofágica e diluidora (de diferenças) que a desdobra; que a desdobra sempre uma, idêntica a si, sem porosidade, contraponto, contradição e dialética: não há salto libertador, mudança de qualidade ou síntese transformadora. O triunfo da polícia será, finalmente, a vitória de mais uma infâmia, que contagiará Busca-pé, o narrador-fotógrafo, réplica cinematográfica do narrador-escritor do livro de Paulo Lins. No filme, o narrador terá de ser o esperto caçador de imagens, Antonioni dos trópicos, cujo sucesso profissional lhe custará o silêncio cúmplice, a omissão das fotos mais reveladoras.

## A adaptação

Em termos formais, o livro é dividido em 3 capítulos, cada capítulo dividido em diversos cortes narrativos, que são demarcados por duas linhas em branco entre parágrafos, ou três asteriscos no caso de o corte se dar no topo da página, onde ficariam imperceptíveis as linhas em branco. Em cada corte temos um deslocamento temporal, em que a narrativa volta ao passado, retorna ao presente, ou avança ao futuro, ou ainda um deslocamento espacial, em que o foco narrativo se desloca para outro grupo de personagens, narrando assim os acontecimentos em paralelos. Há cerca de 1 corte para cada 2 páginas, o que imprime um ritmo bastante ágil de leitura. Os capítulos são: 1) A história de Cabeleira; 2) A história de Bené; e 3) A história de Zé Pequeno.

Há ainda três divisões iniciais no primeiro capítulo que funcionam como prólogos do livro. No primeiro Barbantinho e Busca-pé conversam, e nele se demarca a posição de Busca-pé como um personagem principal em meio a tantos outros personagens-narradores. Em seguida há um breve histórico do local antes de virar o loteamento que dará origem à favela e, por fim, um apelo a poesia para que ajude o narrador na tarefa de contar essa história. Após os três prólogos entramos diretamente em meio a um assalto do Trio Ternura: Marreco, Cabeleira e Alicate.

O filme de Meirelles parece ter optado por estrutura semelhante, dividido em partes, porém acentuando mais o aspecto histórico de cada divisão, ao usar técnicas de câmera diferente para cada época. Segundo o material de divulgação do filme:

Para a primeira parte, situada nos anos 60, ele optou por cortes corretos e uma continuidade plano a plano. Para a segunda, quando o tráfico de drogas começa a se expandir,

há uma maior liberdade nos cortes. “Na última etapa, com a atmosfera do filme se tornando pesada e opressiva, tive liberdade total e não mais me preocupei com a continuidade dos planos, do tempo e da ação. Os cortes são estranhos, ajudando a criar sensações de sufocamento e tensão. O espectador não tem tempo de recuperar o fôlego”<sup>1</sup>

O filme começa então com uma costura diferente: há uma cena no presente em que uma perseguição a uma galinha, por parte do bando de Zé Pequeno, leva ao protagonista Busca-pé, que então lança a narrativa ao passado, para iniciar a história da Cidade de Deus.

Embora o foco narrativo do filme esteja mais centrado em Busca-pé do que ele o é no livro, a escolha do personagem é acertada, uma vez que o próprio romance já aponta para Busca-pé um papel maior na história, ao contrário da crítica apresentada por Rocha, que via essa decisão como arbitrária. No entanto isso gera certa mudança no enfoque do filme em relação ao livro, pois o foco central do romance no desenvolvimento daquela comunidade, passa a estar mais amparado, no filme, na infância, adolescência e na vida adulta do personagem-narrador, sem com isso deixar de mostrar também o desenvolvimento daquela comunidade, apenas com um peso menor em relação à vida do narrador do que no livro.

De certa forma, opera aí um truque narrativo, pois o grande narrador do filme continua sendo a câmera, superior ao próprio Busca-pé na narrativa. Embora algumas cenas tenham sido alteradas para a inclusão de Busca-pé nelas, o filme não deixa de ter vários cortes que relatam a ação longe dos olhos de Busca-pé, o que nos mostra que apesar de ele se colocar como narrador, a câmera vai muito além, efetivando no filme a dispersão narrativa que caracteriza o romance.

Ainda na questão dos focos narrativos e núcleos de personagem, vale ressaltar alguns cortes efetuados para encaixar a narrativa no espaço curto de um filme. O núcleo de personagens de Acerola, Laranjinha, Jaquinha, Manguinha e Jorge Gato foi cortado e mais tarde aproveitado em minissérie para televisão. Marreco, do trio ternura, passa a ser irmão de Busca-pé, justificando assim no filme o aparecimento da arma para o assalto que Busca-pé tentaria, que no livro é conseguida por seu amigo Ricardinho. Ainda no episódio do assalto, a cobradora do ônibus é trocada, no filme, por Mané Galinha, que também no romance trabalhava de cobrador.

Ainda foram cortadas várias histórias de violência doméstica, entrando apenas duas. A história da mulher que vira amante do peixeiro e é morta pelo marido é incluída, inventando-se para Marreco e Busca-pé a atividade de peixeiros. Já a mulher grávida morta pelo ex-namorado é apenas marginalmente citada: aparece a polícia fazendo buscas e depois Zé Pequeno e Bené expulsando o bandido da favela por causa do homicídio.

Isso nos leva a um terceiro aspecto a se discutir nessa adaptação (além dos critérios formais e dos núcleos narrativos), que é a transposição dos temas do livro para o filme. Cada um desses três aspectos de análise daria bastante material para três longos trabalhos, de forma que aqui fazemos apenas breves apontamentos.

O tema central do livro, do desenvolvimento da comunidade junto ao crescimento da violência parece ter sido a preocupação central na transposição ao filme. Este tema está largamente adaptado, mostrando os diversos grupos sociais que se formam, mostrando a transição da bandidagem aventureira de pequenos assaltados para a chegada do narcotráfico, financiando a compra de armas e o acirramento das disputas. Mostra o caráter autofágico da guerra, em que cada morto faz com que surjam novos combatentes, na figura dos familiares que entram para os bandos em busca de vingança.

Outro tema importante, o da corrupção policial, também está presente no policial que é o fornecedor de armas para o bando de Zé Pequeno. Este tema aparece mais

---

<sup>1</sup> Provavelmente elaborado pelas jornalistas Anna Luiza Muller e Margarida Oliveira, é disponibilizado apenas com o título de *pressbook* no site do filme <http://cidadededeus.globo.com>.

forte ainda no livro, por conta dos números episódios em que a polícia extorque moradores e até mesmo se apropria de material roubado.

O tema da violência doméstica aparece também no filme, ainda que apenas dois dos episódios que permeiam o romance apareçam no filme. É um tema poucas vezes levantado nas discussões sobre o livro e filme, mas me parece que é essencial na obra. O episódio mais forte, no entanto, acabou cortado da obra, que era a história de um pai que, desconfiado da paternidade do filho, esquarteja o bebê de um mês, depois arruma os pedaços dentro de uma caixa de sapatos e manda entregar à mãe.

O homossexualismo, tema que ganha fôlego extenso no livro através do personagem Ari, travesti irmão de Cabeleira, não aparece no filme. Tanto o tema quanto o personagem foram cortados, apesar da grande quantidade de páginas do romance dedicadas a eles. É claro que há a necessidade de cortes para fazer o filme, mas a escolha justamente deste tema para ser cortado indica a possibilidade de o diretor não ter incluído o tema na adaptação para não ter que lidar com um assunto que ainda é tabu na sociedade e que lhe criaria dificuldades adicionais.

Outro tema recorrente do livro que não parece de forma nítida no filme seria a tensão conflituosa, étnica, entre os negros, habitantes locais, e os imigrantes nordestinos. Embora este tema não tenha sido totalmente cortado do filme como o tema anterior, aparecendo nas palavras pejorativas usadas por um grupo para hostilizar o outro, ele é menos explorado no filme que no livro.

## Concluindo

Embora não possamos, por questão de espaço, fazer uma análise mais demorada do filme, pudemos aqui apontar os pontos principais na adaptação do livro para o filme, tanto na recepção por parte da crítica quanto nos quesitos estruturais da obra (os aspectos formais, narrativos e temáticos). A escolha por esses três aspectos para análise é, em parte, uma simplificação dos critérios propostos por Francis Vanoye e Anne Goliot-Leté<sup>2</sup>, mediada ainda pelas ponderações discutidas por Linda Hutcheon em *A Theory of Adaptation*<sup>3</sup>.

Apesar da crítica de Rocha quanto a uma infantilização do filme, vimos que Busca-pé já ocupa no livro este espaço de narrador privilegiado. Assim a busca por sexo e uma profissão de Busca-pé não é exclusividade do filme, mas também está presente no livro, que mostra o aliciamento dos jovens de diversos segmentos sociais pelo mundo do crime, à medida que este se expande, de forma que seria impossível não tocar nestes assuntos em uma obra dessas.

Vimos que o filme, mesmo que mais focado na vida de Busca-pé do que o livro, também não abre mão de mostrar o desenvolvimento histórico e social do lugar, além de ter uma câmera que narra os fatos, independentemente da presença de Busca-pé, o que pode se evidenciar até mesmo nas cenas de abertura e encerramento do filme (a fuga da galinha que iria ser morta e a caixa baixa no poder, respectivamente), nas quais Busca-pé não está presente, além de várias outras.

Por fim, ainda não dito aqui, cabe ressaltar aquilo que Alba Zaluar apontou no livro como sendo seu caráter etnográfico, isto é, o fato de ele se dar a partir de entrevistas, conferindo vozes a personagens diversos, e de como isso parece ter sido adaptado também como método de produção na filmagem, ao selecionar moradores daquela comunidade para atuar no filme. Longe de trazer naturalismo para o filme, como é a visão

---

<sup>2</sup> Vide o quadro nas páginas 138 e 139 de VANOYE & GOLIOT-LETÉ, 2006.

<sup>3</sup> Vide também a discussão sobre temas, personagens e unidade da história em HUTCHEON, 2006, p. 10 e 11.

de Dutra<sup>4</sup>, isso representa uma novidade técnica que integra a produção fílmica com a vida daquela comunidade ficcionalizada, integrando inclusive projetos pré-existentes de oficinas de atores, como foi o caso do grupo “Nós-do-teatro”, que já desenvolvia trabalho de formação de jovens atores e que deu origem ao “Nós-do-cinema”, que formou os atores para o filme. Isso acaba por conferir também ao filme, um certo sentido de filme etnográfico, a partir do momento em que os atores puderam, a partir de seu conhecimento da vida no local, fazer improvisos e alterações no roteiro. Ao incorporar a visão daqueles sujeitos sobre a realidade em que vivem, isso não traz nenhum realismo ou naturalismo adicional, pois não se pode compreender os sujeitos como detentores de uma verdade final, mas sim dá vazão a um discurso e a uma visão de mundo frequentemente emudecidos e sem acesso à expressão nos meios de comunicação.

## Bibliografia

COLI, Jorge. *Uma questão delicada*. Caderno MAIS! *Folha de São Paulo*, 14/12/2002.

DUTRA, Eliane Aparecida. *Cidade de Deus: a banalização da violência como discurso*. Florianópolis: Curso de pós-graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

HUTCHEON, Linda. *A Theory of Adaptation*. New York and London: Routledge, 2006.

LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. *Cidade de Deus*. 2 ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MATTOS, Carlos Alberto. In [http://cidadededeus.globo.com/imprensa\\_01.htm](http://cidadededeus.globo.com/imprensa_01.htm), último acesso em 10/07/2008.

STAM, Robert. Teoria e prática da adaptação: da infidelidade à intertextualidade, in: CORSEUIL, Anelise. *Film beyond boundaries*. *Revista Ilha do Desterro*, n. 51, p. 19-53. Florianópolis: EDUFSC, 2006.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Dialética da marginalidade* (Caracterização da cultura brasileira contemporânea). Caderno MAIS! *Folha de S. Paulo*, 29/02/2004, p. 4-9.

SOARES, Luiz Eduardo. *Cidade de Deus e do Diabo*. [http://www.luizeduardosoares.com.br/docs/cidade\\_de\\_deus\\_e\\_do\\_diabo.doc](http://www.luizeduardosoares.com.br/docs/cidade_de_deus_e_do_diabo.doc), 08/07/2002, último acesso em 12/08/2008.

VANOYE, Francis & GOLIOT-LETÉ, Anne. *Ensaio sobre análise fílmica*. Campinas: Papi-rus, 2006.

---

<sup>4</sup> *Op. Cit.* p. 81. Novamente aqui há um certo preconceito de classe na autora, ao denotar que moradores da favela poderiam fazer com facilidade o papel dos bandidos por não precisar representar e serem “apenas eles próprios”.

# *Spiritu, Corde et Practice.* Em busca de uma conciliação.

Isabel Cristina Fernandes Auler  
Mestranda em História Social da Cultura, na Pontifícia Universidade Católica  
do Rio de Janeiro. Graduada em História pela PUC-Rio.

**Resumo:** Este trabalho consiste na análise da função das imagens para pregadores jesuítas, mais precisamente na obra *Adnotationes et Meditationes in Evangelia* de Jerônimo Nadal S.J. (publicada em Antuérpia em 1595), em que a retórica orienta as relações entre visualidade, memória, meditação e ação devota. O livro originou-se de uma sugestão de Inácio de Loyola. Sua proposta consistia em uma extensão do método de oração dos *Exercícios Espirituais* a todo o ano litúrgico, por meio da formulação de pontos para a meditação, juntamente com comentários e ilustrações. Pretendo demonstrar que a obra nadalina representou a tentativa de uma conciliação entre vida ativa e vida contemplativa, por meio da elaboração de imagens retóricas - além das anotações e meditações acopladas a elas - análogas a sua tríade *spiritu, corde et practice*, que sintetizavam "o modo de proceder" da Companhia.  
**Palavras-chave:** 1. Jerônimo Nadal. 2. iconografia. 3. retórica.



Anunciação da obra *Adnotationes et Meditationes* 1607, de Jerônimo Nadal

A imagem em questão faz parte de uma obra do século 16, elaborada pelo jesuíta Jerônimo Nadal. Baseado em narrativas bíblicas sobre a história da salvação do homem, o livro *Adnotationes et meditationes in Evangelia*<sup>1</sup> contém gravuras que ilustram determinadas cenas da vida de Jesus Cristo. Cada imagem possui uma série de letras e suas respectivas *adnotationes* que, além de identificar os personagens e locais históricos, demarcam o processo narrativo, que deve ser acompanhado pelo espectador.

De acordo com Diego Jimenez, assistente de Nadal e responsável pela organização do livro após sua morte, o livro de meditação originou-se de uma sugestão de Inácio de Loyola; sua proposta consistia em uma extensão do método de oração dos *Exercícios Espirituais* a todo o ano litúrgico, por meio da formulação de pontos para a meditação juntamente com comentários e ilustrações. Jerônimo Nadal reclamou tal tarefa para si, atrelando a cada gospel sua história – uma retomada acurada dos escritos de outros evangelistas – e uma ilustração. Para cada lição do evangelho – 153 mistérios da salvação, presentes nas leituras da Bíblia –, nosso autor designou uma imagem e fixou uma anotação que apresenta o local e o tempo histórico, no qual tal evento bíblico ocorrera, além de uma meditação sobre cada episódio.

De acordo com Coupeau, a obra nadalina em questão era destinada a leitores de fora da Companhia de Jesus, uma vez que “*tratan de los mismos temas del instituto de la Compañía y de asuntos propios a ella (pero) los tratan, sin embargo, para un lector que no conoce bien a la Compañía*” (COUPEAU, 2007, p. 10).

Jimenez, contudo, afirma que este trabalho dirigia-se à comunidade jesuíta: “*Note nas Anotações e nas Meditações, que Nadal escreveu seu texto para religiosos. Seu objetivo primeiro não era escrever para um auditório comum, mas sim para jesuítas, especialmente os jovens escolásticos*” (JIMENEZ, in: NADAL, 2003, p. 101).

No entanto, devido a seu valor pedagógico e artístico, o livro, de fato, alcançou grande repercussão e circulou por um público muito mais amplo e diversificado. Paul Hoffaus, assistente do Fr. Geral Mercuriano, na expectativa de conseguir fundos para a publicação do livro, escreveu uma carta ao Papa Clemente VIII descrevendo-lhe a relevância dos escritos nadalinos:

[...] útil e benéfico a todas as classes de pessoas que sabem latim, especialmente aos candidatos ao sacerdócio... o livro não só é desejado por europeus, como também por missionários nas Índias, que utilizando as imagens, poderão mais facilmente cooptar novos cristãos pelos mistérios da redenção humana, os quais são difíceis de compreender através da pregação e catecismo (MELLION, in: NADAL, 2003, p. 1)

Meu objetivo é analisar a função das imagens para pregadores jesuítas, em que a retórica orienta as relações entre visualidade, memória, meditação e ação devota, mais precisamente no estudo da obra *Adnotationes et Meditationes* de Nadal. Portanto, apesar desta posterior amplitude, primeiramente o que nos interessa é o objetivo de Jerônimo, ou seja, a proposta de uma obra imagética sobre a vida de Jesus Cristo, direcionada à Companhia.

Qual seria a relevância da utilização de imagens em uma obra que não almejava converter? Para responder a essa pergunta tornou-se necessário fazer um levantamento bibliográfico do jesuíta em questão, pois, à medida que compreendamos sua formação intelectual e seu papel na Companhia de Jesus, tornar-se-á possível apreender a relevância da produção desta obra.

---

<sup>1</sup> Para maiores informações sobre a elaboração da obra, ver: HOMANN, Frederick. S. J. *Introductory story*, in: NADAL, Jerônimo. *Annotations and Meditations on the Gospels*. Vols. I. Tradução de HOMANN, Frederick. Philadelphia: Saint Joseph's Press, 2003 e WADELL, Maj-Brit. *Evangelicae Historiae Imagines. Entstehungsgeschichte und Vorlagen*. Goteborg: Acta Universitatis Gothoburgensis, 1985.

## Vestígios biográficos: um retrospecto de sua formação intelectual

Nadal foi um dos primeiros a juntar-se à Companhia; associou-se à ordem em 1545, após fazer os *Exercícios Espirituais* de Loyola. Considerado um segundo fundador da Companhia de Jesus, sua vida fora marcada pelas inúmeras viagens que fizera como porta-voz de Ignácio, para a promulgação das *Constituições*<sup>2</sup>.

[...] A claridade do entendimento, cultivado nas universidades de Alcalá e de Paris, o grande juízo prático para tratar dos negócios, a fecundidade de meios para conseguir o que desejava, a atividade e energia no obrar, a muita experiência do mundo (...) a sólida formação religiosa que recebera das mãos do mesmo S. Inácio, faziam de Nadal um superior admirável e apto como ninguém para a obra que desejava fazer o Santo Patriarca. (ASTRAIN, 1912, p. 386)

Dentre as inúmeras funções que possuía, uma das mais relevantes consistiu na procura do significado da oração jesuítica, o que o tornou um importante autor espiritual e ascético dentro desta Ordem.

O modo de orar da Companhia não deve ir de encontro aos trabalhos que nos são próprios. Por isso é nossa incumbência nos prostrarmos diante desse problema até recebermos de Cristo a habilidade de fazer a acomodação correta (NADAL, in: BANGERT, 1992, p. 50).

A partir desse reconhecimento quanto à existência de um problema a ser resolvido, Nadal aprofundou-se na análise desta complexa relação entre vida ativa e contemplativa. Após a morte de Inácio, ele passou a almejar por um maior conhecimento espiritual místico, o que lhe fez retomar ideias de autores que o influenciaram no passado, em detrimento da teologia de sua época, que acreditava estar envolta em um árido intelectualismo, afastando-se, dessa forma, do caminho à ascese contemplativa e à prática pastoral.

Nadal concebe aos sentidos, em especial a visão, um papel muito importante na prática contemplativa, pois através dos “olhos exteriores” o espectador consegue abrir seus “olhos interiores”, que o farão enxergar as verdades divinas e compreender sua missão, como companheiro de Jesus. A contemplação da graça<sup>3</sup> divina deveria iniciar-se pela emoção; o coração seria a chave da elevação espiritual, não a mente. Além disso, a transposição do que foi apreendido a uma efetiva ação no mundo era a principal tarefa do jesuíta<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> “A frequência e o caráter das viagens de Nadal significaram que praticamente todos os jesuítas na Europa o encontravam (...). Desse modo Nadal conheceu e influenciou diretamente um número maior de membros da Companhia do que o próprio Inácio”, in: O’MALLEY, 2004, p. 31.

<sup>3</sup> “Gracia es el concepto bíblico que Nadal utilizó para explicar cómo, contra lo que creían los luteranos, los “papistas” no persiguen una vida de perfección basada exclusivamente en el esfuerzo humano y la práctica de la virtud. Dios, llamando, capacita para el seguimiento de Cristo, pero el hombre coopera por medio del deseo de responder a esta llamada. El concepto de gracia que Nadal usa está fundamentado en la Escritura. Nadal lo explica en categorías de la teología de St. Tomás de Aquino. (...) Nadal entiende la gracia de la vocación como una *gratia gratis data* (o *facultas*) que se desarrolla con la *gratia habitualis* (la práctica virtuosa), de acuerdo al modelo de su vocación: Ignacio”, in: COUPEAU, *Op.cit.*, p. 79.

<sup>4</sup> De acordo com Walter S Mellion, em *The Art of Vision in Jerome Nadal's Adnotationes et Meditationes in Evangelia*, Nadal acreditava ser a visão um instrumento da fé e defendia a utilização da imagem nas práticas meditacionais jesuíticas, uma vez que o próprio Cristo utilizara de artifícios visuais para alcançar o coração de fiéis. Contemplar as imagens da vida de Jesus possibilitaria a ascese religiosa e a revelação

Pelo Espírito Santo a Palavra torna-se clara. No amor e na afeição do coração o Espírito Santo é manifesto. Através de seu coração trabalhe com Deus. (...) As revelações dadas nas escrituras devem animar a vida e encontrar preenchimento na ação. Na ação elas são finalmente compreendidas (NADAL, in: BANGERT, 1992, p. 218).

Através de suas experiências espirituais e intelectuais, Nadal conseguiu elaborar uma fórmula, cujos princípios sintetizam o modo de proceder jesuítico: *spiritu, corde, et practice*.

O agir no Espírito significava imputar tudo a Deus e à graça divina. Agir de coração significava trazer os sentimentos a tudo que se fizesse e nunca agir somente especulativamente – *ut speculative tantum ne agamus*. Atuar praticamente significava que a afetividade do jesuíta não era contemplativa, mas era dirigida a ajudar os outros. Numa palavra, atuar praticamente significa atuar pastoralmente. “Teologia mística” expressava um aspecto central do modo de proceder dos jesuítas (O'MALLEY, 2004, p. 392).

Para Nadal, portanto, *Spiritu* significaria conformar-se inteiramente com a palavra de Deus, resignando-se por completo, tornando-se, assim, um instrumento da salvação. A vontade deveria estar a serviço da vocação que lhe fora concedida pela graça divina; nenhuma decisão deveria ser tomada sem uma prévia abnegação ao que fora determinado pelo Senhor. *Corde* demonstra a importância do amor, pois, para Jerônimo, não bastava a sujeição, uma vez que, com o tempo, o devoto sentir-se-ia tentado a fazer o que realmente desejava. Por isso, para haver obediência dever-se-ia amar a Deus fazendo da Sua vontade um ato de regozijo interno. No entanto, contemplar apenas a palavra divina não era o suficiente; tornava-se imprescindível encaminhá-la à prática. *Practice*, portanto, consistia nos ministérios jesuítas, cujo objetivo era a salvação das almas.

... não se deve cuidar de especulações somente, pois isso seria um erro muito grande; e nestes tempos esta (*practice*) é o mais necessário a se fazer, porque o mundo está repleto de hereges, os quais pretendendo acabar com as obras, dizem que só a fé basta. Portanto, (...) nós devemos trabalhar para trazer tudo à prática (NADAL, 1945, p. 45).

Após sua visita à Alemanha<sup>5</sup>, Jerônimo, em uma carta a Inácio, apontou a situação problemática, na qual o país encontrava-se. Ele demonstrou grande preocupação perante a expansão luterana: “Acredito que Deus nosso Senhor fundou a Companhia e a entregou a Igreja com o propósito de acabar com esses heréticos e infiéis” (NADAL, in: BANGERT, 1992, p. 144).

Com isso, torna-se possível supor que sua emulação ante o protestantismo também tenha influenciado sua alegação sobre as potencialidades dos elementos visuais,

---

dos mistérios da salvação. Mellion demonstra como Jerônimo trabalha com a relação dos sentidos exterior e interior: a partir do apelo ao sentido visual, exterior, tenta-se alcançar a consolação interna. Para Nadal, a verdade divina só pode ser alcançada pela emoção; o mero conhecimento do evangelho sem uma sincera comoção, um verdadeiro amor pelo ato misericordioso de Deus para com os homens, não o motivaria a tornar-se um instrumento da salvação na terra. Para o autor Nadal utiliza a imagem na tentativa de sensibilizar o devoto, convidando-o a participar da missão de Cristo no mundo: a salvação e redenção dos homens.

<sup>5</sup> Em 1554, Papa Julio III nomeara Nadal, junto com Lainez, teólogo do Concílio de Trento, para acompanhar o cardeal Morone na Dieta de Augsburg, no intuito de restaurar o catolicismo na Alemanha. Ignácio, sabendo da missão de Jerônimo, aproveitou para nomeá-lo Comissário geral da Companhia na Itália, Áustria e outras regiões, para que tivesse autoridade sob as casas jesuíticas por onde passasse durante a viagem a Augsburg. In: CANELLAS, Juan. *Op. cit.*, p. 123.

assim como a produção de uma obra meditacional, alicerçada no poder imagético. Nesta primeira metade do século XVI, os reformistas radicais, como os seguidores de Zwinglio, defendiam que a iconoclastia não poderia ser utilizada como instrumento religioso, pois que sua figuração tinha um caráter puramente mundano e sectário. A igreja católica, por sua vez, na tentativa de contestar o discurso reformista, revalorizou o uso da imagem por sua eficácia pedagógica. Além disso, Nadal participou da terceira seção do Concílio de Trento, na qual a importância dos sacramentos foi ratificada, assim como a criação de uma nova iconografia sacra, cujo convencimento associar-se-ia ao deslumbramento decorrente das impressões sensíveis.

Jerônimo reflete sobre a relação entre o mistério da Encarnação e as representações pictóricas. Ele demonstra que a possibilidade de se alcançar a *graça* deve-se à Encarnação de Cristo, pois a Palavra tornou-se visível, a Verdade tornou-se carne; nossa habilidade cognitiva não é capaz de conceber diretamente Deus, mas nos permite conhecer a sua revelação encarnada. Devido a Sua benevolência, Ele nos concedeu a *graça* do entendimento através da vinda de Seu filho ao mundo e de sua morte na Cruz.

Deus, nosso Senhor comunica a *graça* nesta vida, e tem já comunicada aquela grande plenitude dela em sua Paixão sacratíssima, com que nos fez capazes a todos de sua glória abrindo o caminho para poder ir a ela e salvar-nos (NADAL, 1945, p. 75).

Portanto, a hipótese de Coupeau – defende que a obra nadalina em questão fora elaborada para um público leigo, de fora da Companhia de Jesus – não corresponde ao objetivo primário nadalino: publicar um livro imagético de meditações, no intuito de aperfeiçoar a formação dos jovens integrantes da Ordem, por meio de um melhor entendimento de seu papel no mundo e melhor preparação para lidar com a expansão protestante que relega a fé, a salvação da humanidade.

A experiência sensorial seria o caminho, encontrado por Nadal, para facilitar a passagem jesuítica ao *corde*, pois ao mobilizar o espectador, leva-o à contemplação do *spiritu*, e, conseqüentemente à *practice* no mundo.

Considérese que siempre han de caminar juntamente la vida activa y contemplativa. Mas el tiempo de la probación tan exacto hace que venga en alguna perfección la activa y domine la contemplativa y guie y gobierne con quietud y ilustración en el Señor, y así se llega a la vida activa superior, que supone la activa y contemplativa, y tiene fuerzas de imprimirlas en todos, según conviene a mayor servicio de Dios; y brevemente: la acción de la caridad unida con Dios es de perfecta acción (NADAL, 1577, p. 679).

Pretendo demonstrar que a obra nadalina representou a tentativa de uma conciliação entre vida ativa e contemplativa, por meio da elaboração de imagens retóricas – além das anotações e meditações acopladas a elas – análogas a sua tríade *spiritu, corde et practice*, que sintetizavam “o modo de proceder” da Companhia<sup>6</sup>.

### *Invisibilia per visibilia*. O apelo sensorial da cultura visual nadalina

A Companhia de Jesus da época defendia a utilização do apelo visual em práticas meditacionais, no intuito de alcançar a *graça* divina e convertê-la em ações no

---

<sup>6</sup> “Quando Nadal descreveu em termos gerais “nosso modo de proceder”, reduziu-o à tríade da ação “no espírito, de coração, praticamente” – *spiritu, corde et practice*. Este era um de seus resumos mais eloquentes do ideal de vida jesuíta”, in: O’MALLEY, 2004, p. 391.

mundo. Mas será que toda representação visual poderia nos proporcionar essa passagem à ascese religiosa?

De acordo com Michael Baxandal, existem três razões para a instituição de imagens no âmbito religioso, contudo somente duas adaptam-se ao caso particular do livro de Nadal: para que as mensagens bíblicas e os exemplos sejam fixados em nossa memória e para incitar sentimentos devotos.

São reconhecidas as possibilidades de uma abordagem mais pessoal e afetiva das imagens e a capacidade de pelo menos algumas delas sustentar a devoção, assegurar uma passagem, um transitus (como dirá o abade Suger de Saint-Denis no século XII), permitir uma elevação do visível para o invisível (LE GOFF e SCHMITT, 2002, p. 597).

Ao lermos a introdução da obra de Jerônimo, podemos notar como os artifícios pictóricos prostraram-se à disposição da finalidade religiosa. Mas o mais importante consiste na ênfase dada à qualidade atrativa que tal imagem deveria possuir. Assim como a contemplação deveria ser o meio pelo qual a compreensão do *spiritu* direcionaria o devoto às ações no mundo, a imagem deveria ser o instrumento por meio do qual o recurso ao sensório incitaria um juízo de valor, cuja finalidade centrar-se-ia na utilidade espiritual. Dessa forma, tornando-se método, a representação visual passou a ser concebida como um meio de comunicação, uma técnica persuasiva, cuja legitimação não reside em si própria, mas em seu objetivo final.

Utilizando a imagem de acordo com a arte retórica, é possível torná-la mais do que uma simples ilustração. Ela comunica-se com o espectador, provocando fortes emoções e fixando assim na alma deste uma lembrança, ou imagem interna, capaz de transformar suas faculdades interiores e, com isso, sua atuação no mundo.

As imagens foram introduzidas devido a nossa indolência emocional; por que os homens que não são tomados pela devoção quando escutam as histórias dos Santos possam ao menos se emocionar quando os vêem, como se estivessem presentes nos quadros. Por que nossos sentimentos são despertados pelas coisas vistas mais que pelas coisas ouvidas (...). As imagens foram introduzidas por que muitas pessoas não podem reter em sua memória o que ouvem, mas recordam se vêem imagens (BAXANDALL, 1988, p. 52).

A imagem material contém um sentido que perpassa o mero *ornatus* e é captada pelo intelecto humano. Ao assimilá-lo, este, orientado pela arte retórica, alcançará o *Afecto* do espectador, que, por sua vez, criará uma imagem mental e por intermédio da meditação dessa memória visual, sua atuação será influenciada pela mensagem que tal imagem retinha.

De acordo com O'Malley, a utilização da retórica pelos jesuítas era comum, pois ajudava na acomodação de sua mensagem a diversos públicos. Jerônimo Nadal era um grande conhecedor dessa técnica e a utilizou em suas imagens, no intuito de melhor persuadir o leitor/espectador.<sup>7</sup>

Em suas diversas exortações sobre as *Constituições*, a defesa das letras é uma constante, pois mesmo que a oração faça do homem um religioso, somente a *eloquentia* sagrada o tornaria capacitado a "*falar das coisas da fé*", predicar e até mesmo lidar com os hereges. Posto que o "demônio" tende a ser muito persuasivo, o jesuíta, ainda que possua boas intenções e entendimento das verdades religiosas, fracassaria em sua missão salvífica se não obtivesse essa *scientia* do bem dizer.

---

<sup>7</sup> "Persuadir en sentido más amplio, se debe identificar con el tercero de los objetivos intrínsecos de la retórica (*docere, delectare, movere*). Se trata de mover al auditorio a la acción", in: COUPEAU, *Op. cit.*, p. 53.

(...) as letras nos hão de servir para pelejar contra tal sábio, que é o demônio e seus seguidores; e devemos persuadir-nos que, assim como a comum graça e o favor da vocação, Deus nosso Senhor também quis que houvesse nela (na Companhia de Jesus) (...) muitos doutores, uns em Filosofia, outros em Teologia, outros em Retórica e Humanas (NADAL, 1945, p. 126).

Esta defesa nadalina sobre a relevância das letras – mais precisamente da retórica – assemelha-se à alegação aristotélica quanto à utilidade desta mesma habilidade.

A Retórica é útil porque o verdadeiro e o justo são, por natureza, melhores que seus contrários. Donde se segue que se as decisões não forem proferidas como convém, o verdadeiro e o justo serão necessariamente sacrificados: resultado este digno de censura. (ARISTÓTELES, 2000, p.31)

Com efeito, Nadal teve contato com os estudos aristotélicos, principalmente na Universidade de Alcalá, onde se graduou em Artes. Além disso, a tradição retórica de Quintiliano – que, como vimos acima, foi uma grande influência na formulação de uma eloquência sagrada – nos remete a Aristóteles<sup>8</sup>, cuja obra *A Arte Retórica* evidencia a centralidade concedida pelo autor à experiência visual, em razão do deleite proveniente desta. Para Aristóteles, a persuasão é incitada pelo prazer advindo das sensações, sobretudo visuais, e, por isso, acreditava que a força icônica deveria ser explorada como técnica retórica – “colocar as coisas diante dos olhos” (OLIVEIRA, 2006, p. 5).

A retórica, portanto é a arte de argumentar em momentos nos quais a demonstração não pode ser possível, tornando-se, assim, necessário o uso das “noções comuns”, da verossimilhança, posto que “verossímil é o que acontece as mais das vezes” (ARISTÓTELES, 2000, p. 35)

A convenção retórica da naturalidade, por exemplo, perpassa a construção pictórica nadalina, “pois não basta possuir a matéria do discurso; urge necessariamente exprimir-se na forma conveniente” (ARISTÓTELES, 2000, p. 173). Para que uma imagem possa persuadir, assim como o discurso, é necessário obter uma familiaridade, ou seja, tornar a construção visual semelhante a nossa realidade. Dessa forma, o espectador, ao identificar-se com a representação, consegue imaginar-se em uma mesma ou similar situação e, com isso, emociona-se. Por isso vemos a preocupação de Nadal, e mais tarde Jimenez, quanto à procura dos melhores artistas da época para a produção de suas imagens.

Além disso, vemos certa preocupação em ratificar a historicidade da narração – a constante corroboração de seus argumentos por testemunhos, a descrição dos locais e regiões onde tais acontecimentos sucederam; provas independentes da arte. A letra D da imagem da Anunciação pode ser um exemplo: “o quarto onde está Maria, agora visto em Piceno.” – também demonstra a importância de concebê-la como real ou verossímil, facilitando uma possível identificação e comoção do espectador ao visualizá-la. Além disso, o espectador, praticante de exercícios espirituais, por obter um considerável conhecimento dos episódios narrados pelo Novo Testamento, já detinha uma prévia visualização interior do que seria representado no livro de Jerônimo. Portanto, a caracterização e organização cenográfica eram feitos segundo sugestões narrativas. O sermão era um forte guia para a construção dessas imagens representadas. Devido à preocupação em não particularizar as imagens, a afetividade não dependia da feição dos personagens, mas, sim, de sua posição corporal. Dessa forma, criaram-se lugares comuns, ou

---

<sup>8</sup> “Contrariamente às conclusões de Solmsen, foi Quintiliano, e não Cícero, quem conservou e em última análise transmitiu a herança intelectual de Aristóteles no que diz respeito a retórica.” (GINZBURG, *Op. cit.*, p. 75).

seja, descrições e características presentes na maioria das figurações religiosas, uma vez que se tornaram um senso comum.

A mente pública (em questão) não era uma tábua rasa em que se poderia imprimir as representações a respeito de um assunto ou pessoa; era uma instituição ativa de visualização interior, com a qual se deveria conviver (BAXANDALL, 1988, p.66).

A representação de Maria na *Anunciação* fora vinculada ao Colóquio Angélico, tema que discorria sobre a dramatização da figura da Mãe de Cristo, no momento em que recebe essa missão divina – Inquietude, Reflexão, Interrogação, Submissão e Mérito.



*Anunciação*, de Barberini, 1413.



*Anunciação*, de Jerônimo Nadal (detalhe), 1593.

De acordo com a representação da *Anunciação* do livro de Nadal, podemos assimilar três diferentes emoções no Colóquio. Se analisarmos a passagem de Lucas, referência bíblica dada pelo autor, veremos que sua descrição aproxima-se do primeiro estágio: Inquietude. De acordo com as posições determinadas por Baxandal, Maria está reflexiva, assim como a representação de Barberini em sua pintura da *Anunciação*. Contudo, a partir da legenda de Nadal, o único sentimento mencionado é sua submissão à decisão de Deus, o que a aproximaria do quarto estado do Colóquio Angélico. O Mérito não é observado na figuração de Maria, porém esse sentimento é representado pela flor na mão do anjo Gabriel. Ela representa a pureza, uma valorização do resguardo da Virgem.

A perspectiva também ajudou nesse quesito da naturalidade como na convenção da clareza, ao possibilitar uma distribuição mais equilibrada dos personagens dentro de uma composição geométrica do espaço, ordenando-os de forma mais organizada na

história narrada. Com isso, as ilustrações, estando mais realistas, tornaram-se mais persuasivas, portanto mais eficazes em seu propósito jesuítico de mover o devoto, por meio da emoção.

Por um lado, a perspectiva oferece aos corpos o espaço em que eles podem desdobrar-se plasticamente, e cria uma distância entre o homem e os objetos; por outro ela reúne os objetos na vista do homem. Por um lado ela reduz os fenômenos a regras matematicamente exatas; por outro, os reconduz ao homem e os faz depender do indivíduo (GARIN, in: KAMITA, 2002, p. 226).

Nos textos natalinos, podemos perceber a importância que o jesuíta relega ao amor. A obediência aos preceitos religiosos está intrinsecamente ligada ao amor do devoto a Deus; para alcançar esse amor Nadal aposta em sua cultura visual que, ao aliar técnicas persuasivas a um conteúdo religioso, esta revela-nos a misericórdia divina: Deus tornou-se homem e morreu para nos salvar. A compaixão, portanto, torna-se central para a cooptação do leitor, assim como a ideia de que a sua salvação não depende apenas da fé, mas também de ações que perpetuem esse projeto salvífico no mundo.

Você deve procurá-los para encontrá-los (a graça e o poder de Deus), para conceber o Espírito de Deus no seu coração (...). Saiba que a graça é oferecida a você e quando seu poder criar raízes em seu coração você poderá transformá-las em ações divinas e fazer trabalhos dignos da divina glória, com Cristo, como se estivesse trabalhando em você (NADAL, 2003, p. 113).

A memória, que já fazia parte integrante do *corpus* retórico da Antiguidade – referida por Aristóteles, Cícero e Quintiliano<sup>9</sup> – insere-se na tradição religiosa ao tornar-se fundamental à constituição das imagens mentais utilizadas pelos tratados religiosos místicos. De acordo com Fernando de La Flor, textos clássicos como o *Ad Herennium* contribuíram para a formação dos “lugares da memória” presentes nos tratados referentes às imagens cristãs: “Es preciso colocar en orden los lugares y meditarlos mucho para que jamás se olviden, pues las imágenes, lo mismo que las letras se borran cuando no hacemos uso de ellas” (FLOR, 1966, p. 64).

Os tópicos, referentes às anotações alfabeticamente organizadas e indicadas a cada acontecimento representado na imagem, constituem um *aide-mémoire*, pois apresentam em poucas linhas – brevidade essa que facilita a memorização – o tema apresentado na meditação. Os sentimentos precedentes à contemplação do *invisibilia per visibilia* são preservados na memória do praticante e é a partir destas lembranças que se torna possível manter-se em contato com a graça divina. Portanto, a *reliquiae cogitationum* – nome dado por Nadal às relíquias gravadas em nossa memória, sobre as quais podemos sempre meditar e mais uma vez nos emocionar, conformando nossas ações à graça inerente a tal recordação – é a maneira pela qual o devoto torna-se o instrumento divino na terra, uma extensão das obras de Cristo anteriormente contempladas.

Por meio da experiência visual apresentada e a partir destas meticulosas anotações, organizadas alfabeticamente, espera-se que o espectador seja condicionado a construir, juntamente com Nadal, uma “imagem mental” referente à cena apresentada. Passo a passo, a ilustração deixa de ser uma produção intelectual particular, de Jerônimo, para tornar-se uma aliança entre autor e receptor. Além disso, as *adnotationes*

---

<sup>9</sup> “Al recopilar estos preceptos capitales en los que se apoya la mnemónica, el fundador de la escolástica (Tomás de Aquino) está completando viejos contenido clásicos. Estas mismas reglas, con ligeras modificaciones en algún punto, son básicamente las mismas que se encuentran instaladas en la retórica *Ad Herennium*, en el *De oratore ciceroniano*, en los tratados de Alberto magno, de Quintiliano antes y, sobre todo, en el *De memoria aristotélico*”, in: FLOR, *Op. cit.*, p. 59.

tinham como principal objetivo manter a atenção do leitor/espectador em momentos essenciais da narrativa bíblica. Somente através de uma compenetração do devoto sob a construção visual, poder-se-ia contemplar as verdades divinas, pois o mero relance não seria suficiente para alcançar a ascensão espiritual.

Para Nadal, seu livro seria a solução para o problema da inabilidade de se meditar, resultado da *evagatio* – divagação sem propósito – e da *curiositas* – distração. Além disso, assim como a imagem representa o controle da imaginação *ad libitum*, uma vez que a conforma com um poder visual concreto que concorda com a ortodoxia católica, as notações que a acompanham reforçam tal concordância ao não permitir que o espectador interprete erroneamente o que lhe foi apresentado.

De acordo com Melion, o ataque à máxima luterana *sola fide* nos ajuda a compreender o caráter ortodoxo do livro, além do constante destaque à ideia de *contemplatio in actione* presente nas meditações natalinas. Para a eficácia da *practice*, o *spiritu* deveria unir-se à razão; a missão jesuíta distinguia-se por sua ação no mundo, ratificada pela oração e meditação e associada a uma educação em *humaniora*.

Essa “legenda” associada a cada imagem – uma “orientação” à meditação do leitor, sendo muitas vezes enfáticas nas implicações doutrinárias e ortodoxas de Jerônimo – podem ser relacionadas à seção do livro de Ignácio, *Exercícios Espirituais*, nomeada *Regras para pensar com a Igreja*. Esse capítulo apresenta afirmações sobre a prática pastoral, assim como determinados valores religiosos, apresentando posições ortodoxas semelhantes às de Nadal. Muitas vezes são apresentadas regras contrárias a ideias dissidentes que circulavam na época, como as luteranas. Um ato prudente contra as possíveis suspeitas quanto à demasiada valorização da inspiração interior e da conversação íntima com Deus presente em seu livro.

De acordo com Maravall, é próprio da cultura barroca essa direção; uma atitude ortodoxa e conservadora que assemelha-se às atitudes políticas da época, cujo objetivo centrava-se na manutenção dos quadros estamentais da sociedade. A liberdade de engenho era de fato valorizada, mas estava sujeita a um forte princípio de unidade e subordinação. Essa máxima da glorificação da obediência é semelhante ao papel da cultura visual jesuítica, como por exemplo, as imagens natalinas, pois restringem a imaginação e posteriormente a ação do devoto, na medida em que impõem um modelo, por meio do qual deve direcionar-se.

O programa pastoral jesuíta consistia basicamente na tríade palavra-sacramento-obras. Mesmo que “palavra” denote mais do que apenas pregação e ensino, estes eram considerados os mais importantes para a *Constituição* da Companhia. Além disso, ambos estavam intrinsecamente relacionados, já que a pregação jesuítica tinha também uma função educacional. Porém, seu objetivo primordial era mover, ou seja, inspirar as pessoas a ações devotas. Com isso, conseqüente a essa intenção, há a necessidade de o sermão emocionar. Como já foi dito anteriormente, para sensibilizar, os jesuítas acreditavam que o orador deveria ser um verdadeiro cristão. É devido a essa grande importância dada à conversão interior, que os *Exercícios Espirituais* de Ignácio tornaram-se essenciais para Nadal, que acreditava na obrigatoriedade da prática desse retiro espiritual pelos noviços da Companhia de Jesus.

Devido ao comprometimento de Nadal com os *Exercícios Espirituais*, além de sua ferrenha convicção sobre a relevância da conversão espiritual interior para o alcance do “modo de proceder” jesuítico e de sua função de mover o devoto e salvar as almas, é possível concluir que a decisão de escrever um livro de meditações possa ter sido influência de tal apreço.

Da mesma maneira que a cena, cautelosamente articulada com suas habilidades construtiva e interpretativa, o discurso, quando eloquente, tornar-se-ia capaz de criar imagens mentais influentes no sistema cognitivo e analógico que condicionariam as ações humanas e suas práticas devocionais. Após meditar por meio da sincronia entre “espiritualidade visualizada” e suas orientações para a assimilação da doutrina cristã, o jesuíta estaria preparado para a pregação, não apenas devido a sua conversão interior, como também devido a sua facilidade em reconstruir para o público uma imagem que já estaria arraigada em sua memória.

O discurso deve criar imagem. Referência absoluta de uma nova definição da inteligibilidade, a forma visível impõe suas condições ao discurso, pedindo-lhe que crie os meios de uma visibilidade senão real, ao menos metafórica (OLIVEIRA, 2006, p. 2).

Durante o período da Contra Reforma, podemos perceber uma crescente institucionalização dessas imagens percussivas, claramente influenciadas pela retórica clássica, aplicadas a exercícios de contemplação e meditação e para a pregação. A utilização dessas imagens para esta finalidade última – os ministérios jesuítas, em especial a pregação – resultam dessa capacidade que tal construção visual possui de organizar separados pontos suscetíveis de evocação com uma forte emoção, proveniente de seus atributos dramáticos.

Destarte, a construção visual de Nadal possui todos os pontos necessários à apreensão do modo de proceder da Companhia, o qual consiste no objetivo de sua obra, e, principalmente, na missão de sua vida. Com a exceção de Loyola, Nadal foi o principal responsável pela formação dos jesuítas e sua obra *Adnotationes et Meditationes* representou a completude de suas inúmeras instruções e o fim, ou pelo menos um passo à frente, na busca à harmonia entre vida contemplativa e ativa.

## Bibliografia

- ARGAN, G. *Renacimiento y Barroco*. Madrid, Akal: 1987.
- ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- ASTRAIN, Antoine. *Historia de la Compania de Jesus en la Assistencia de España*. vols. I, II. Madrid: SE, 1912.
- BANGERT, William. *Jerome Nadal, s.j. 1507-1580. Tracking the First Generation of Jesuits*. Chicago: Loyola University Press, 1992.
- BAXANDALL, Michael. El ojo de la época, in: *Pintura y bienvenida cotidiana en el Renacimiento. Arte y experiencia en el Quattrocento*. Barcelona: SD, 1988.
- CANELLAS, Juan. *Jeronimo Nadal. Vida e influjo*. Cantabria: Sal Terrae, 2007.
- COUPEAU, Jose Carlos S.J. “Los Diálogos de Nadal. Contexto histórico-literario e hecho retórico”, in: *Ignaciana*. Vol. 3 (2007).
- FLOR, Fernando R. de La. *Teatro de la Memoria*. Salamanca: Junta de Castilla y León, 1966.
- KAMITA, João Masao. A Janela do Mundo: A Arte do Renascimento, in: *Modernas Tradições*. Rio de Janeiro: Access, 2002.
- LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: Edusc, 2002, vol. 1.
- MARAVALL, Jose Antonio. *A cultura do barroco: Análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- NADAL, Jerônimo. *Annotations and Meditations on the Gospels*. Vols. I, II e III. Tradução de Frederick Homann. Introdução de Walter S. Melion. Philadelphia: Saint Joseph's Press, 2003.

\_\_\_\_\_. *Pláticas Espirituales en Coimbra 1561*. Tradução de Miguel Nicolau. Granada: Facultad Teológica de la Compania de Jesus, 1945.

\_\_\_\_\_. *Epistolae P. Hieronumi Nadal Societatis Jesu, ab anno 1546 ad 1577*. Volume 11. Biblioteca Nacional, Acervo Geral.

OLIVEIRA, Ana Lúcia M. de. A retórica da imagem: sobre as releituras seiscentistas de Aristóteles. *X Congresso Internacional da Abralic*: 2006. Disponível em: [paginas.terra.com.br/arte/dubitoergosum/simp4.htm](http://paginas.terra.com.br/arte/dubitoergosum/simp4.htm).

O'MALLEY, John. *Os primeiros jesuítas*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004.

REALE, Giovanni. *História da Filosofia*. São Paulo: Paulus, 1990.

\_\_\_\_\_. *O corpo das imagens*. Bauru: EDUSC, 2007.

# Interpretações sobre o sindicalismo no Brasil

João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior  
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).  
Professor Adjunto I da Universidade Federal de Viçosa (UFV).  
e-mail: joao.melo@ufv.br

---

**Resumo:** A intenção do artigo é mapear as principais linhas interpretativas sobre o movimento sindical e de trabalhadores no Brasil, destacando as ações coletivas empreendidas por esses atores sociais. Para tal, será realizada uma exegese autoral sobre o tema, buscando apreender os principais ramos teóricos sobre os estudos de sindicalismo e sindicatos. Aqui serão destacadas as contribuições de diferentes pensadores que se propuseram a estudar o tema.  
**Palavras-chave:** 1. Sindicatos. 2. Sindicalismo. 3. Novo Sindicalismo. 4. Linhas Interpretativas. 5. Ações Coletivas.

---

Os sindicatos, direta ou indiretamente, têm cumprido um importante papel no desenvolvimento social e histórico do Brasil, ora atuando como catalisadores da mão-de-obra, mobilizando-a e organizando efetivamente suas ações juntos à sociedade, ora inserindo-se verticalmente nos processos produtivos e econômicos do país, seja no papel de contundentes críticos ou como eficazes fomentadores. Fato é que os sindicatos são instituições de dinâmicas faces que, muitas vezes, apresentam-se antagônicas em virtude tanto das transformações vividas pelos trabalhadores, como do processo produtivo no qual estão inseridos.

Por conseguinte, as instituições sindicais brasileiras, ao longo de sua trajetória, passaram por modificações de cunho político e social que afetaram enormemente sua postura, proporcionando o aparecimento de outras formas de intervenção sindical na sociedade. As distintas etapas de posicionamento dos atores sindicais e suas nuances propiciam estudos e teorias sobre questões relativas ao sindicalismo brasileiro.

Este artigo constitui-se em uma tentativa de mapear algumas concepções teóricas referentes à temática sindicato/sindicalismo, destacando as contribuições interpretativas deixadas por pensadores da área. A abordagem se dá por caminhos teóricos e empíricos diversos. Há estudos que contemplam a conjuntura político-econômica nacional e internacional, os sindicatos e o movimento social, o trabalho e os trabalhadores, entre outras perspectivas de análise.

Ao cotejar o sindicalismo nacional, pretende-se discutir diferentes e antagônicas modalidades de institucionalidade sindical. O primeiro momento retrata um sindicalismo mais pulsante e vigoroso que, ao arrostar as contingências sociais e políticas que lhe confrontava, alterou sua prática discursiva — com o novo sindicalismo —, posicionando-se vicejantemente frente à realidade que se avizinhava, trazendo, com isso, novas determinações.

Já o segundo momento é o inverso do primeiro. Ele apresenta uma realidade de desencanto sindical, inaugurada no Brasil nos anos 90, com o advento de governos sin-

tonizados com as políticas neoliberais e de mercado, que, de certa forma, intimidaram o movimento sindical organizado, desorientando seu foco de ação.

Acredita-se que, por meio dessa escolha, seja possível entender como ocorreu o desenvolvimento da literatura sobre o movimento sindical em diferentes momentos históricos<sup>1</sup>, facilitando a assimilação de um movimento que tem a eterna capacidade de se remoçar cotidianamente.

Sem sombra de dúvidas, o tema ainda provoca vigorosos debates no meio acadêmico. As controvérsias suscitadas pelos embates intelectuais normalmente orbitavam em torno das abordagens teóricas e suas linhagens intelectuais temáticas. Grande parte dos estudos filia-se a escolas teóricas, como as marxistas, as norte-americanas vinculadas às ações coletivas, a Sociologia Econômica, a Sociologia do Direito, aos paradigmas europeus sobre os novos movimentos sociais e assim por diante.

Todavia, como acrescenta Maria da Glória Gohn (1997), grande parte das interpretações sobre os movimentos sociais, entre eles o sindical, que predominou nos anos 1970 e no começo dos anos 80, seguia uma linhagem marxista, seja ela mais tradicional ou mais variada. Desse modo, Gohn elenca algumas possibilidades de análises estruturadas a partir do marxismo, tais como a corrente franco-espanhola com Castells, Lojkin e outros; a corrente acionalista de Touraine. A autora coloca que, já nos anos 80, os estudos sobre os movimentos sociais ganharam o reforço de autores neomarxistas, como Foucault, Castoriadis, Melucci, Offe e outros.

A novidade trazida por essa linha interpretativa foi a adição de um componente culturalista em contraposição ao árido economicismo marxista até então presente, com muita força, nas análises sobre o movimento social. Paulatinamente, outros elementos começaram a ser incorporados aos estudos, como, por exemplo, a construção de uma identidade coletiva social e operária, enfatizando o surgimento de novos atores políticos e sociais. É o caso da indispensável obra *Quando novos personagens entram em cena*, de Eder Sader (1988).

As mudanças socioculturais e as transformações políticas também são enfatizadas nos estudos atuais sobre os movimentos populares no período da ditadura militar. As recentes preocupações teóricas procuram priorizar outros elementos que conseguissem superar a velha ideia das contradições urbanas e operárias. Em suma, o que se digladiava eram dois paradigmas teóricos importantes: o europeu e o norte-americano<sup>2</sup>.

A produção acadêmica brasileira referente ao movimento sindical e operário buscou incorporar no centro do debate as concepções apontadas. O foco central concentrava-se no período posterior a 1964.

O golpe militar de 1964 e o movimento sindical, por sua vez, são objetos de estudo que despertam interesses variados tanto em pesquisadores como em leitores ávidos por informações sobre um período instigante e repleto de possibilidades analíticas.

Existem, pelo menos, quatro hipóteses de trabalho que norteiam a produção sobre o período militar, o novo sindicalismo e a redemocratização. Uma vertente analisa somente os sindicatos, concebendo-os como importantes atores políticos e sociais. Uma segunda concepção discute o movimento sindical e suas relações com o Estado, apresentando quais seriam os caminhos de inserção num contexto social político e econômico mais amplo. A terceira corrente paradigmática enfatiza a ideia de luta de classes, destacando o confronto entre a classe trabalhadora e o Estado. Finalmente, a última linha, porém não menos importante, volta-se para uma Sociologia Econômica e do Direito, encarando o movimento sindical como uma forma de ação coletiva inserida num contexto econômico e de direito.

<sup>1</sup> Cumpre ressaltar que, em cada um dos momentos, serão mostradas as contribuições da literatura especializada que discute o período em questão. Não é tarefa deste texto apresentar uma visão completa e definitiva de cada período, muito menos elaborar profundas elucubrações pertinentes aos temas propostos. O que se deseja é discutir separadamente esses episódios através de seus intérpretes, para mostrar as diferentes estratégias sindicais utilizadas por aqueles atores.

<sup>2</sup> Para maiores esclarecimentos sobre o cerne desse debate, ver: Gohn (1997, p. 284).

A efetivação do golpe militar de 1964 trouxe mudanças significativas para a vida associativa dos sindicatos brasileiros, eliminando quaisquer vestígios de participação política, já bastante comprometida pela tradição populista que imperava no movimento sindical nacional. Os prejuízos causados pela subida dos militares foram incalculáveis.

Leôncio Martins Rodrigues (1991), que pode ser encaixado confortavelmente na primeira perspectiva, levanta uma suposição controversa, quando coloca que, nos momentos iniciais do período ditatorial militar, aconteceu um esvaziamento dos atores políticos de oposição ao golpe, centralizando-se, com isso, em duas forças opositoras<sup>3</sup>. Entretanto, é o próprio Leôncio Rodrigues (1991) que relativiza sua afirmação, ao mencionar que seria uma completa imprecisão afirmar que os demais movimentos sociais desapareceram ao ponto de entrar em processo de extinção. O autor mostra que houve uma retirada estratégica para que pudessem se fortalecer para a árdua batalha que era anunciada.

Para o autor, simbolicamente, a oposição ao golpe militar concentrou-se dentro do movimento estudantil organizado. Pretendendo marcar território, as forças estudantis oposicionistas empenharam-se na construção de um projeto alternativo e de destruição do regime e, para tal, contaram com o apoio de diversas forças políticas aglutinadas em torno de um objetivo comum. Se, por um lado, ocorreu o fortalecimento do movimento de estudantes, por outro, condensar com outros movimentos sociais foi seu ponto de desequilíbrio. Polemizando, Leôncio Rodrigues deixa claro que o declínio estudantil, como força oposta ao regime militar, ocorreu com a promulgação do Ato Institucional n.º. 5, em dezembro de 1968<sup>4</sup>.

A promulgação do dispositivo fez com que muitas lideranças estudantis<sup>5</sup> se vinculassem à luta armada clandestina. Leôncio Rodrigues (1991) apresenta dados que comprovam sua hipótese. Segundo ele, num total de militantes mortos pelo regime e por seus órgãos de repressão, aproximadamente 39% eram estudantes que aderiram à luta armada. Acrescenta, ainda, que, na composição das guerrilhas urbanas e rurais entre as décadas de 1960 e 1970, o contingente de estudantes era alto<sup>6</sup> (RODRIGUES, 1991).

---

<sup>3</sup> Leôncio Martins Rodrigues (1991) argumenta que, no período imediatamente posterior à decretação do golpe militar de 1964 e nos momentos que se subseguem, apenas era possível a visualização de dois atores políticos: de um lado, as forças militares, e, de outro, seu contraponto refletido no movimento estudantil.

<sup>4</sup> O AI-5 foi promulgado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo militar do general Costa e Silva, e perdurou até dezembro de 1978. Entre seus dispositivos era permitido ao executivo federal, independentemente de qualquer ação judicial em contrário, decretar recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos, intervir nos estados e municípios sem as limitações previstas pela Constituição, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, decretar o confisco de bens de todos aqueles que tinham enriquecido ilegalmente, suspender a garantia de habeas corpus, entre outros termos. Em suma, o Ato Institucional n.º. 5 foi o retrato mais duro do regime militar (1964-1985), concedendo poder de exceção para os presidentes militares, para que pudessem punir arbitrariamente todos que fossem declarados inimigos do regime em vigor.

<sup>5</sup> Para um maior entendimento da geração estudantil da década de 1970, ver João Roberto Martins Filho (1997).

<sup>6</sup> Analisando a “geração estudantil” do final da década de 1970, Martins Filho (1997) aponta diferenças substanciais entre o movimento de estudantes do final dos anos de 1970 e aquele ocorrido em 1968. Apesar dos caminhos se cruzarem em certa medida, as duas gerações pautaram-se por trajetórias distintas e algumas vezes antagônicas. A participação dos estudantes no cenário político brasileiro nos anos 70 foi massivamente menor se comparada à geração anterior. Há que ressaltar que o percentual de alunos matriculados nos cursos superiores era mais elevado do que em 1968. A explicação pode ser encontrada, segundo o autor, no fato dos estudantes de cada geração pertencerem a extratos sociais diferentes, culminando em outras “formas de produção cultural”. Num quadro mais geral, entre os anos de 1964 a 1968, não é possível falar de um movimento estudantil amplo e de massa e muito menos tecer qualquer proximidade com a militância partidária. Normalmente, as aproximações políticas e ideológicas aconteciam em função da inserção do estudante em seu grupo social e de origem. Já a geração de estudantes de 1970 a 1978/80 compreendeu uma aproximação mais profunda e eficaz com a militância partidária organizada, estabelecendo contatos e projetos comuns (MARTINS FILHO, 1991).

É preciso dizer que a abordagem que retrata a movimentação sindical não a faz independente de suas relações políticas, sociais e econômicas: isso seria inviável. De acordo com essa interpretação, o movimento sindical foi eleito, entre outros, como opositor do sistema e, por isso, passível de ser controlado por meio de restrições nas entidades.

Houve uma intensa eliminação de dirigentes contrários aos rumos tomados pelos sindicatos. Em seus lugares, interventores nomeados pelo governo federal integravam as diretorias dos sindicatos, coadunando com as diretrizes impostas de cima para baixo pelo Ministério do Trabalho<sup>7</sup>. Para Betina Schürmann (1998), outra autora que pode ser enquadrada na opção de número um — daqueles se preocupam exclusivamente com os sindicatos —, o momento seguinte ao dismantelamento dos sindicatos foi inaugurado com uma irascível repressão aos envolvidos no processo, começando com os trabalhadores participantes das greves de Osasco e Contagem.

Eduardo Noronha (1991), autor que trabalha com o movimento sindical e principalmente com suas manifestações grevistas, procura, inspirado por Charles Tilly, associar os sindicatos a um contexto econômico e de direitos mais amplos e mostrar que as associações que não tiveram suas portas e atividades sumariamente fechadas foram transformadas em prestadoras de serviços, meramente assistencialistas. Em sua maioria, eram disponibilizados atendimentos médicos, odontológicos e, algumas vezes, jurídicos. Os sindicatos passam a ter, naquele momento, uma nova função em detrimento da defesa corporativa e salarial de seus filiados (NORONHA, 1991).

O ano 1968 é marcado pelo recrudescimento do regime militar com a promulgação do AI-5, que reprimiu duramente o movimento sindical organizado, expurgando vários dirigentes do cenário político. Todavia, Noronha (1991) deixa claro que a ação governamental estava voltada contra as lideranças, preservando toda a infra-estrutura das instituições, perpetuando, inclusive, a contribuição sindical.

Paradoxalmente, as diretrizes do Ato Institucional nº. 5 (AI-5), ao invés de silenciarem definitivamente o sindicalismo brasileiro, arrefeceram ainda mais o ânimo e o movimento de oposição dos trabalhadores. As primeiras manifestações contrárias ao regime político ocorreram, respectivamente, em Contagem e Osasco. As duas cidades, uma mineira e a outra paulista, se tornaram palco de greves que foram reprimidas energeticamente pelo governo federal. A realização dessas duas greves revelou que a estratégia do executivo em minar apenas as mais importantes lideranças sindicais, tecendo sobre elas um aparato de repressão e deixando intacta a estrutura sindical populista, mostrou-se falha e equivocada. Com o aparecimento de líderes sindicais mais “combativos”, o poderio logístico dos sindicatos foi revertido para o financiamento de greves, bem como para publicações operárias, cursos de formação, palestras e outras atividades políticas e sindicais (RODRIGUES, 1991).

O fenômeno de massas conhecido como novo sindicalismo<sup>8</sup> teve uma trajetória linear e impactante na vida política/associativa brasileira em fins da década de 1970 e começo dos anos 80. A evolução da práxis sindical foi talvez a principal virtude do movimento de 1978.

O novo sindicalismo surgiu no Brasil em fins dos anos 1970, rompendo com as amarras burocráticas e clientelistas do sindicalismo populista que prevalecia antes do golpe ditatorial militar de 1964. A literatura especializada sobre o sindicalismo pós-70

---

<sup>7</sup> Entre as novas normatizações impostas pelo Ministério do Trabalho, destacam-se a completa extinção das centrais sindicais e as intervenções do órgão governamental nos sindicatos. No que se refere ao quesito, a ação do ministério foi contundente: 70% das entidades com mais de cinco mil membros sentiram o peso da mão intervencionista do governo; 38% com filiação até cinco mil associados também sofreram com os processos de intervenção; apenas 19% dos sindicatos menores e com baixo índice de filiação foram alvos da ação ministerial (SCHÜRMAN, 1998).

<sup>8</sup> Segundo Wilma Mangabeira (1993), o novo sindicalismo promoveu relações mais democráticas entre as lideranças e as bases e, ainda de acordo com a autora, esse movimento de trabalhadores representou uma ruptura com a cidadania do período getulista ao estender os direitos trabalhistas e colocar o operário e o movimento sindical organizado num lugar de destaque no cenário nacional.

revela que os sindicatos, de uma maneira geral, assumiram uma política de confronto com as autoridades patronais, tanto no interior da empresa como na sociedade.

Normalmente, as demandas dos atores sindicais extrapolavam o cotidiano fabril, perpassando por questões de moradia, condições de vida e ampliação da cidadania. No entanto, as questões imediatamente visíveis do movimento foram as greves e a luta pela reposição salarial<sup>9</sup>.

O momento especial se deu na campanha salarial de 1977, capitaneada no ABC paulista pela Oposição Metalúrgica, que esteve à frente de um grande número de paralisações entre os anos 1977 e 1978. Eder Sader (1988) mostra que o novo sindicalismo se beneficiou em larga medida do período de abertura política, que se iniciou com o governo militar de Geisel (1974-1979) e se encaminhou no governo Figueiredo (1980-1985). Porém, isso não quer dizer que houve certa dose de apatia e acomodação. Pelo contrário, os sindicatos extrapolaram as possibilidades do período de distensão política, transformando-se em legítimos defensores dos interesses específicos dos trabalhadores. Segundo Sader (1988), os operários se tornaram, pela voz de seus sindicatos, cidadãos, de fato, respeitáveis, que exigiam atenção por parte do governo e das autoridades dirigentes do país.

Considerado por muitos autores como um dos mais importantes movimentos sociais ocorridos no período da transição política em que passava a sociedade brasileira<sup>10</sup>, o novo sindicalismo foi o segundo momento mais importante do processo de redemocratização. Iram Jácome Rodrigues (1999) observa que o primeiro momento, e mais importante ainda, foi uma manifestação ocorrida em 1974 em função das eleições parlamentares de novembro. Na oportunidade, o antigo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) — partido da oposição concedida — obteve uma expressiva vitória eleitoral na região centro-sul do país.

Sobre o mesmo momento, têm-se duas posições distintas. De um lado, as análises de Iram Jácome Rodrigues que mostram perfeitamente a relação entre o movimento sindical organizado e o Estado; e de outro, as percepções de Ricardo Antunes, centradas na fórmula marxista da luta de classes.

A primeira abordagem indica que o crescimento oposicionista no processo eleitoral de 1974 foi surpreendente e inusitado para o momento de exceção política que vivia o Brasil. De certo modo, o episódio revelou o início da reação de setores oposicionistas à ditadura militar. Por outro lado, admite Iram Jácome Rodrigues (1999), o movimento serviu para mapear as condições reais das organizações da sociedade civil, bem como para apontar as definições e os caminhos da oposição que se articulavam lentamente. A incipiente abertura que se iniciava provocou o crescimento de vários e diferentes acontecimentos contrários ao regime.

Num outro plano, as impressões de Ricardo Antunes (1988) mostram que a tímida (re)organização sindical aconteceu no mês de setembro de 1978, num congresso

---

<sup>9</sup> Para Iram Rodrigues (1999) houve outros canais de manifestação, embora a greve fosse um dos mais importantes. Diz o autor que “A greve não foi o único canal de manifestação desses segmentos (os chamados ‘movimentos sociais’ e as campanhas das diretas já são outro exemplo), mas certamente a forma mais duradoura e talvez eficaz de expressão de descontentamento social e político” (RODRIGUES, I., 1999, p. 77).

<sup>10</sup> Eduardo Noronha (1992) analisa a somatória de algumas características gerais da transição política aliada a algumas peculiaridades do movimento sindical. Em um contexto de crise econômica, evidenciase o potencial conflitivo e de desentendimento dos atores sociais envolvidos. A argumentação do autor parte de alguns pressupostos que afirmam que a transição foi lenta, gradual e pactuada pela direita, excluindo, dessa forma, segmentos populares e operários que se tornaram a base da reinvenção sindical no País. Por outra perspectiva, acrescenta Noronha (1992), os atores sindicais não conseguiram superar a dicotomia entre a renovação das lideranças e o aumento de sua capacidade de ação, associada à velha estrutura legislativa sindical. Ressalta-se que todo esse imbricado processo aconteceu em um contexto de incerteza econômica que evidenciava substancialmente a crise distributiva existente: “A transição brasileira se deu, de fato, através de um pacto das elites (como salienta O’Donnell), mas sob eleições (como relativiza Lamounier) e, do ponto de vista das relações de trabalho, sob greves — o que definiu, tal como o calendário eleitoral, diferentes possibilidades no pacto das elites e na composição das oposições” (NORONHA, 1992, p. 40).

realizado na cidade paulista de São Bernardo do Campo. Nessa ocasião, foi traçado um perfil completo das atividades sindicais nacionais, destacando-se: o contrato coletivo de trabalho, a liberdade sindical e uma lei básica do trabalho que complementasse seus direitos fundamentais.

Embora possa parecer que os dois movimentos não possuem qualquer semelhança, a dependência entre eles era enorme. Em outras palavras, o grau de proximidade entre os dois períodos era gigantesco. Os acontecimentos de 1974, de certa forma, influenciaram positivamente os trabalhadores que se sentiram mais seguros para se organizar em associações e sindicatos. O alvo inicial das críticas feitas pelos metalúrgicos era inspirado, em grande medida, por aquelas realizadas pelos militantes do MDB. Normalmente elas se assentavam em torno de alguns pilares básicos, quais sejam: a política econômica do governo militar, a luta contra os baixos salários, o direito à greve, a negociação direta com o patronato sem interferência do Estado, a autonomia e a liberdade sindical (RODRIGUES, 1999).

A interessante análise feita por Iram Jácome Rodrigues (1999) ressalta a necessidade de uma urgente redefinição do papel dos sindicatos no intuito de se proporcionar aos trabalhadores melhores condições de subsistência e trabalho. Para o autor, a classe operária carecia, ainda, de uma identidade coletiva, para que pudesse conquistar espaços de intervenção na esfera pública.

Nesse sentido, o autor observa que o novo sindicalismo adquiriu contornos próprios e a classe operária ganhou uma identidade coletiva, quando foram criados o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). É completamente tangível que a estruturação da institucionalidade operária, inaugurada com o novo sindicalismo, não se restringia somente ao universo específico dos sindicatos. Os espaços de atuação ganhavam outra dimensão, fato que possibilitava o desenvolvimento de outras potencialidades e perfis que até então eram desconhecidos ou negligenciados pelos atores sindicais.

Certamente, os limites estabelecidos anteriormente não mais serviram como referência para o novo sindicalismo. Pois bem, a partir daquele momento em diante, as lideranças sindicais passaram a atuar numa área de abrangência maior e, portanto, menos definida. Isto quer dizer que extrapolaram as fronteiras classistas, conquistando novas frentes e possibilidades no cenário político nacional<sup>11</sup>.

Roberto Vêras (2002) deixa claro que o deslocamento de atitude não era somente físico; ultrapassava-o. Era, sobretudo, político partidário, como é explicitado na seguinte citação:

Neste caso, contrastado flagrantemente pela coincidência de duas situações. Ou seja, ao mesmo tempo em que, de um lado, as mobilizações refluíam, do outro, as lideranças do novo sindicalismo, embaladas pelo crescente desgaste político do regime e pelo acirramento das disputas sobre os rumos da “transição”, lançavam-se em um frenético ciclo, seja de articulações partidárias (visando consolidar o PT como projeto alternativo), seja de articulações intersindicais, quando se assumem como bloco combativo (VÉRAS, 2002, p. 132).

Ora, é perfeitamente dedutível a entrada de um novo público no cenário de relacionamento dos sindicatos. A diversificação era notória e compreensível, uma vez que o novo sindicalismo apresenta uma nova agenda para o sindicalismo nacional, incluindo militantes partidários, agentes pastorais e religiosos, movimento de bairro, entre outras

---

<sup>11</sup> Reconhecendo a aquisição de novas formas de atuação — reverenciadas pela transposição de interesses —, Vêras (2002) destaca que o novo sindicalismo permitiu que as lideranças sindicais e seus sindicatos representativos deslocassem de suas experiências de origem, centradas nas lutas trabalhistas, para outras mais amplas, voltadas à política partidária e nacional. Vêras (2002) lembra o nome de Lula como o exemplo mais representativo desse momento: um líder sindical que se despontou com o novo sindicalismo, tornando-se o símbolo incontestável das lutas operárias e políticas, tanto no ABC como também no cenário político partidário brasileiro.

categorias sociais<sup>12</sup>. O engajamento em novas frentes exigia, algumas vezes, posicionamentos mais radicais que contrastavam com opiniões mais brandas, “vacilantes”, “conciliadoras” e “moderadas” que ecoavam de segmentos da própria esquerda, consideradas reformistas (VÉRAS, 2002).

Magda Neves (1999), seguindo a tradição de Leôncio Martins Rodrigues, aponta três características definidoras que marcaram a mudança da postura sindical com o advento do novo sindicalismo. A primeira é o rompimento com a estrutura oficial, corporativista e burocrática dos antigos sindicatos. O sistema getulista passou a ser duramente questionado pela nascente política sindical. A proposta de uma concepção alternativa refletia-se basicamente no desejo empedernido de autonomia sindical, no anseio pela livre organização das entidades sem interferências externas e, ainda, na vontade incontida de promoverem a livre negociação por ramo de atividade.

Uma segunda característica apresentada pela autora corresponde diretamente ao cotidiano fabril, isto é, ao piso fabril. Seria essa a mais expressiva manifestação operária: a organização no interior das empresas e por local de trabalho. Seu objetivo era resguardar o trabalhador de eventuais problemas que viessem a acontecer na linha de montagem, como a precarização dos serviços, a exploração da mão-de-obra, as péssimas condições de trabalho, os salários aviltantes. Ao propor esse tipo de organização, os sindicatos pleiteavam conter, ou pelo menos diminuir, a avalanche de conflitos entre o capital e o trabalho.

A terceira e última característica abordada por Magda Neves (1999) vai ao encontro das posições de Iram Jácome Rodrigues, ao destacar a questão da ampliação da luta sindical por demandas maiores, com profunda inserção democrática e cidadã. O novo sindicalismo se pautou, desde sua gestação, por uma atuação que extrapolasse o mundo fabril, marcando presença integral na vida política e social do país. Por isso, como discute Iram Jácome Rodrigues (1997), os sindicatos, de uma maneira ou de outra, conseguiram interferir positivamente na conquista democrática.

É evidente que o revigoramento sindical do final da década de 1970 acirrou os conflitos operários, refletidos principalmente na ascensão do movimento grevista no país. Depois de um longo período sem nenhum tipo de movimentação por parte dos sindicatos, os trabalhadores ressurgiram com ânimo e disposição renovados, o que possibilitou conquistas históricas em fins dos anos 1970 e na década de 1980. Apesar de a greve ter se transformado no mais conhecido instrumento de batalha, ela não foi a única estratégia utilizada pelos operários e sindicatos, mas, sem dúvida alguma, foi a mais duradoura e eficaz arma utilizada pelos sindicatos de trabalhadores<sup>13</sup>.

Uma das mais marcantes características do novo sindicalismo foi a articulação da massa trabalhadora, seja no interior das fábricas, seja na sociedade. O movimento conseguiu conquistar o espaço do trabalhador no centro das decisões políticas do país. No entanto, sua completa inserção no cenário político brasileiro não foi fácil nem amena; precisou confrontar com diferentes forças políticas, como a burguesia industrial, a sociedade, a justiça militar e o Estado. Com certeza, as greves foram as principais armas de ataque do novo sindicalismo.

---

<sup>12</sup> Para uma melhor visualização das parcerias dos atores sindicais, ver, entre outras, as obras de Eder Sader (1988), José Álvaro Moisés (1982) e Lúcio Kowarick (2000).

<sup>13</sup> Além das tradicionais interpretações sobre o revigoramento do movimento sindical no final da década de 1970, existem três frentes teóricas que discutem o ressurgimento do movimento sindical. A primeira linha mostra que, na verdade, tal ressurgimento se deu em decorrência da exploração a que os trabalhadores brasileiros estavam submetidos. A segunda vertente mostra que a reação operária, através das greves, caracteriza-se como uma resistência ao processo de trabalho capitalista. E, por fim, a terceira abordagem mostra que o período é marcado por um discurso sobre a dignidade (RODRIGUES, 1997). Em outras palavras, os atos foram realizados em nome da dignidade operária contra a miséria, a super-exploração e a opressão a que os operários brasileiros estavam submetidos, tanto no chão da fábrica como na sociedade como um todo. Elas demandavam conquistas básicas de cidadania, refletidas na luta pela ampliação dos direitos políticos, econômicos e sociais na sociedade e no interior das empresas (RODRIGUES, 1997).

Pensar o novo sindicalismo sem mencionar as greves seria impossível: o estudo ficaria incompleto. O novo sindicalismo e as greves são mais do que formas sinônimas; uma não existe sem a outra; uma é o necessário complemento da outra. Assim, a parte final deste tópico dedica-se a essa manifestação operária em sociedade.

Existem muitos estudos dedicados às greves, com diferentes linhas de abordagem. Alguns caminham por uma seara marxista, enfocando a luta de classes e a greve como seu resultado. Outras abordagens pensam as greves a partir de uma perspectiva cultural. Já outras trabalham o tema por meio de um enfoque psicológico. Por sua vez, existe ainda outra concepção que tenta focalizar as greves a partir de um contexto social mais pleno, encarando-a como possível transformadora da realidade social, política e econômica do país. É nessa que se alinham às teses de Eduardo Noronha.

As teorias de Noronha (1991; 1992) sobre as greves no período de redemocratização são referências para os que estudam o movimento sindical recente. Seguindo a trilha deixada por Charles Tilly, o autor apresenta os atos grevistas como ações coletivas de impacto na sociedade e na própria classe operária.

Neste momento, são apresentadas as três fases da renovação sindical no Brasil propostas por Noronha (1991; 1992). Destacam-se seus pontos articulares e conflitantes, em cada uma das três etapas de conflitos sociais que marcaram as décadas recentes da história brasileira.

Ao tentar mapear a evolução dos conflitos trabalhistas no Brasil das últimas décadas, Eduardo Noronha admite a possibilidade das seguintes etapas sucessórias: o primeiro momento entre os anos 1964 e 1977; o segundo entre 1978 e 1984; e finalmente o último período, que compreende os anos 1985 a 1989.

A primeira fase, que compreende os anos 1964 a 1977, é subdividida em três partes que, segundo o autor, de certa maneira, se complementam e se sobrepõem<sup>14</sup>. O momento inicial, relativiza Noronha (1991), acontece com o golpe militar de 1964 e é reafirmado em dezembro de 1968 com o AI5. Acrescenta o autor que o período representou a total exclusão dos sindicatos do cenário político brasileiro. As perseguições ocorreram em três frentes: repressão às greves e às lideranças sindicais<sup>15</sup>, controle dos reajustes salariais e controle das negociações coletivas.

Por seu turno, o governo militar alterou a antiga fórmula populista que se assentava no binômio controle-incorporação, substituindo-a pelo polinômio repressão-exclusão (NORONHA, 1991). A mudança de orientação governamental refletirá na inserção dos sindicatos na vida associativa do país, promovendo a desarticulação das entidades e de seu poder de cooptação das massas trabalhadoras. Ora, o reflexo imediato foi a baixa perspectiva de renovação das lideranças sindicais. Todavia, se fossem renovadas, passariam a agir convenientemente com o governo, assumindo atitudes passivas e assistencialistas, com um baixo índice de mobilização e um inabalável apoio às políticas governamentais (NORONHA, 1991).

A segunda etapa, que compreende os anos 1978 a 1984, intitulada pelo autor de “A cidadania política através de demandas econômicas”, é marcada pela recuperação das funções básicas e originais dos sindicatos. Ou seja, pela defesa corporativista e salarial, encaradas como meios de reconquistar a cidadania operária perdida.

---

<sup>14</sup> Noronha (1991) subdivide o período em três fases que se ligam por compreender que, entre 1964 e 1977, houve três diferentes mecanismos de exclusão dos trabalhadores do cenário político nacional.

<sup>15</sup> O autor deixa claro que as perseguições governamentais eram voltadas exclusivamente para as lideranças sindicais mais proeminentes, preservando a integralidade da estrutura sindical populista. O imposto ou a contribuição sindical, importante recurso utilizado pelo sindicalismo assistencialista, foi mantido inalterado (NORONHA, 1991). Quando aponta a dicotomia controle-incorporação/repressão-exclusão, Noronha (1991) quer dizer que, até 1964, os governos populistas utilizavam como estratégia a aproximação dos movimentos sindicais, no intuito de vigiá-los. A artimanha governamental era cooptar as lideranças sindicais, incorporando-os em cargos burocráticos e em agências estatais controladas pelo governo federal. Posteriormente ao golpe militar de 1964, a forma de controle foi mais coercitiva, isto é, os militares utilizaram instrumentos repressivos contidos na legislação sindical. Percebem-se, então, dois momentos antagonísticos da relação entre governo e movimento operário e sindical (NORONHA, 1991).

Contudo, o período em questão pode ser dividido em três etapas diferentes: a primeira é marcada pelo retorno de várias e importantes greves, na sua maioria, circunscritas ao setor privado. Seus efeitos em longo prazo, salienta Noronha (1991), foram as definições de traços comuns que marcaram o início da eclosão grevista em solo nacional.

Um segundo momento definido pelo autor compreende os anos 1980 a 1982, e é caracterizado pela diminuição do percentual de greves. Ao contrário do período anterior, caracterizado inexoravelmente pelo surto grevista, a década de 1980 marca a retração do ímpeto grevista dos sindicatos operários. A causa da retração dos ânimos grevistas, alerta Noronha (1991), tem sua origem nos problemas estruturais, como, por exemplo, os econômicos.

Um terceiro momento, que se estende por um ano, entre 1983 e 1984, marca a lenta retomada das greves no setor privado, ampliando-se para o setor público. A última etapa arrolada pelo autor vai de 1985 a 1989, momento em que os conflitos trabalhistas se acirram, colocando em evidência a figura do dirigente sindical. A característica mais marcante desses anos foi a enorme quantidade de greves e manifestações operárias, atingindo categorias consideradas pacíficas e alheias a manifestações de tal natureza (NORONHA, 1991).

Por meio das pressões políticas, foram consolidados o direito à greve e seus dispositivos legais. Nota-se uma substancial alteração no direito sindical, como bem coloca Noronha (1991), ao analisar as transformações jurídicas advindas das greves.

Entre os anos 1978 e 1984, o direito à greve era considerado como a única forma de defender os interesses dos trabalhadores. A radicalização das greves causava um mal-estar nos empresários e no governo, como também nos próprios trabalhadores. Já por volta de 1985, a relação concentra-se entre os sindicatos e os empresários (NORONHA, 1991). A luta pela cidadania operária adquiriu novos contornos que possibilitaram a descoberta e a utilização de novos mecanismos de inserção social para a classe que vive do trabalho.

A migração de um estado de confronto para um de interlocução com o governo e empresários, deixou entrever o amadurecimento das instituições sindicais e de trabalhadores ao longo dos anos. Todavia, é bom frisar que em momento algum houve abrandamento dos conflitos classistas e os sindicatos continuaram defendendo os interesses de seus associados frente às demandas trabalhistas.

A prova cabal é a manutenção das greves no ano de 1985. O conflito entre trabalhadores e patrões alcançou uma visibilidade social que lembrava os embates do final dos anos 1970 (NORONHA, 1991). Destaca-se especialmente que o movimento grevista não tinha o mesmo peso e impacto das manifestações trabalhistas da década anterior. A explicação pode estar relacionada ao fato de que as manifestações daquele ano eram, na verdade, o anseio de extravasar demandas contidas desde 1980, ano em que o movimento sindical grevista encontrava-se receoso pelo eminente risco de desemprego originado pelas sucessivas crises econômicas (NORONHA, 1991).

Todavia, o período não pode ser considerado totalmente obscuro e perdido para o movimento sindical brasileiro. Seria uma incongruência pensar e agir por esse prisma. Com todas as dificuldades encontradas pelo caminho, os trabalhadores conseguiram organizar duas importantes centrais sindicais<sup>16</sup>, ampliando sua base de sustentação e pressão junto à sociedade organizada.

---

<sup>16</sup> A proposta de se organizar uma central sindical no Brasil ganhou força em 1977, quando os empresários lançaram a Conferência Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP), com o claro objetivo de se unirem frente às demandas de um mercado internacional. Interessados também em se fortalecer, os trabalhadores promovem encontros intersindicais pelo Brasil — os encontros da Classe Trabalhadora (ENCLATS), visando à realização da Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (1.º CONCLAT). Tanto a CUT quanto a CGT tiveram uma origem comum: 1ª Conferência da Classe Trabalhadora (CONCLAT), realizada em Praia Grande, litoral de São Paulo. No congresso, aprovou-se a proposta de se criar uma comissão que tinha o objetivo de estruturar uma central de trabalhadores. Porém, com o passar do tempo, ficou clara a incompatibilidade ideológica das duas principais concepções, a reformista de Joaquinção, que defendia um sindicalismo de resultados, e a combativa de Lula e Meneguelli, favorável à liberda-

O aumento do percentual de greves foi pequeno entre os anos 1984 e 1985, fato que caracterizou, de certa forma, a dificuldade de se consolidar um movimento de trabalhadores homogêneo na sua integralidade. Todavia, traçar um paralelo entre o aumento insignificante do número de greves e a ausência de manifestações operárias e sindicais seria uma imprecisão teórica grotesca. Ao contrário, expõe Noronha (1991), o período é marcado por movimentações reivindicatórias impulsionadas pelos sindicatos de trabalhadores. Na verdade, as manifestações grevistas tornaram-se mais visíveis e com duração prolongada, quando comparada às do ano anterior.

Outro dado interessante apresentado por Noronha (1991) é o aumento das greves no decorrer do ano de 1985. Tentando referendar essa informação, o autor acrescenta que, nesse ano, houve um vertiginoso aumento dos atos grevistas, quando comparados ao ano de 1984: de 14 milhões para 76 milhões (NORONHA, 1991). Uma das explicações para o impulso das greves foi a retomada da economia associada ao fim do governo militar, como é demonstrado pelo autor.

O aspecto econômico é fundamental na composição do novo perfil de sindicalismo mais combativo e de confronto. É evidente que existia uma relação íntima e de proximidade entre a esfera sindical e a realidade econômica do país.

Essa foi a expectativa causada pela adoção do Plano Cruzado. Concebido em fevereiro de 1986 como uma medida de estabilização econômica, outorgado pelo decreto-lei n.º. 2.283, trouxe, desde sua concepção inicial, anseios dos mais diferentes grupos sociais.

Os laços de dependência dos atores sindicais com os sucessivos planos monetários de estabilização refletiam substancialmente na agenda de prioridades das entidades, condicionando, em alguns casos, as atividades sindicais em função da vida financeira do país; seja para apoiar, seja para criticar.

## Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 1988.

BLASS, Leila Maria. Novo sindicalismo: persistência e descontinuidade, in: RODRIGUES, Iram Jácome (org.). *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 33-49.

BOITO JR., Armando. *O sindicalismo de estado no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.

---

de e à autonomia sindicais. É praticamente impossível pensar o novo sindicalismo sem passar pelo nascimento da Central Única dos Trabalhadores. Sua base foi gestada dentro do movimento, com o intuito de ser uma entidade representativa dos trabalhadores brasileiros. O surgimento do novo sindicalismo, no final dos anos de 1970, possibilitou que as várias correntes existentes no movimento sindical pudessem se aglutinar, cada qual trazendo suas experiências e posicionamentos políticos, o que contribuiu para a criação de uma central sindical de representação operária. O ápice do movimento se deu com a criação das centrais sindicais, que teriam o claro objetivo de articular e coordenar nacionalmente os trabalhadores brasileiros. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi criada em 1983, por ocasião do 1.º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, realizado na cidade de São Bernardo do Campo. Na oportunidade, mais de cinco mil representantes de sindicatos urbanos e rurais votaram pela criação da CUT que, atualmente, é referência para as massas operárias e é reconhecida como tal pelas mais diversas forças políticas. Em 1986, o grupo de Joaquinção fundou a Central Geral dos Trabalhadores. No interior da CGT encontrava-se agrupado um conjunto heterogêneo de tendências políticas e sindicais, que permanecia unido principalmente pela oposição à CUT. A convivência pacífica das correntes não durou muito tempo. As divergências explodiram durante um congresso realizado em janeiro de 1988, provocando, posteriormente, uma cisão dentro da central. O grupo pró-Joaquinção continuou com a nomenclatura Central Geral dos Trabalhadores, distanciando-se da Confederação Geral dos Trabalhadores, de Rogério Magri e Luís Antônio de Medeiros. Em março de 1991, no Memorial da América Latina em São Paulo, foi criada a Central Força Sindical, oriunda da Confederação Geral dos Trabalhadores. Luís Antônio de Medeiros foi eleito seu primeiro presidente.

BOITO JR., Armando. A crise do sindicalismo, in: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (org.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 319-334.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2004.

MANGABEIRA, Wilma. *Dilemas do novo sindicalismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil na conjuntura do golpe, in: TOLEDO, Caio Navarro (org.). *1964: visões críticas do golpe*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

MCLIROY, John. *Trade unions Britain today*. Manchester: Manchester University Press, 1995.

NEVES, Magda de Almeida. A agenda sindical mineira nas últimas décadas: permanências e desafios. In: Rodrigues, Iram Jácome (org.). *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 185-210.

NEVES, Magda de Almeida. *Impactos da reestruturação produtiva sobre a relação capital/trabalho: o caso da FIAT-MG*. São Paulo: Cebrap, 1996.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva e estratégias no mundo do trabalho: as consequências para os trabalhadores, in: Congresso ALAS. 1988. *Anais...* São Paulo: [s.n.], 1998.

NORONHA, Eduardo Garuti. A explosão de greves na década de 80, in: BOITO JR., Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

NORONHA, Eduardo Garuti. *Entre a lei e a arbitrariedade: mercados e relações de trabalho no Brasil*. São Paulo: LTR, 1991.

NORONHA, Eduardo Garuti. *Greves na transição brasileira*. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1992.

O'DONNELL, Guilherme. Hiatos, instituições e perspectivas democráticas, in: O'DONNELL, Guilherme; REIS Fábio Wanderley (org.). *Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

RODRIGUES, Iram Jácome. As comissões de empresa e o movimento sindical, in: BOITO JR., Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 137-180.

RODRIGUES, Iram Jácome. *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999.

RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo e desenvolvimento regional: a experiência dos metalúrgicos do ABC, in: Encontro Anual da ANPOCS, 28, 2004, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 2004. 2-31.

RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais, in: BOITO JR., Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 11-43.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do sindicalismo*. São Paulo: Edusp, 1999.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram e cena: experiências e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SCHÜRMAN, Betina. *Sindicalismo e democracia: os casos do Brasil e do Chile*. Brasília: Ed. da UnB, 1998.

WATERMAN, Peter. A new union model for a new world order, in: MUNCK, Ronaldo & WATERMAN, Peter (ed.). *Labor worldwide in the era of globalization*. London: Macmillian Press, 1999.

# *Leprosário Santa Izabel:* um “Lugar de Memória”<sup>1</sup>

Keila Auxiliadora Carvalho

Doutoranda em História pela UFF, bolsista CAPES, mestre em História pela UFJF.

Este artigo é resultado das pesquisas iniciais realizadas para a elaboração de minha tese de doutorado, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

e-mail: Keilahis2002@yahoo.com.br

---

**Resumo:** O objetivo deste artigo é discutir as contribuições da História Oral para a compreensão do processo de construção da memória das pessoas atingidas pela política de isolamento compulsório dos “leprosos”. Particularmente, tratamos dos ex-internos do Leprosário Santa Izabel situado em Minas Gerais. A partir da metodologia de História Oral, e da atenção às questões referentes à problemática da memória, pretendemos entender como estes indivíduos atingidos pela lepra, ao serem retirados da sociedade, conseguiram reconstruir sua “identidade” dentro do leprosário. Sendo assim, procuramos indicar as possibilidades oferecidas por esta metodologia, bem como elucidar certos preceitos básicos que envolvem o trabalho com fontes orais. Em primeiro lugar, é preciso entender que a perspectiva de que os relatos contidos nos depoimentos são a expressão da “verdade” e a “reconstituição” dos fatos, deve ser categoricamente recusada. Em seguida, deve-se considerar que a entrevista de história oral é uma construção teórica, e não meramente um procedimento técnico.

**Palavras-chave:** 1. Lepra. 2. Isolamento. 3. História Oral. 4. Memória

---

No Brasil, a segregação dos portadores de lepra foi uma medida de controle da doença implementada pelo Estado e legitimada pela sociedade, ao longo de aproximadamente quatro décadas, entre os anos de 1920 e 1960. A justificativa do isolamento se dava em função de a doença carregar consigo um forte estigma “e historicamente estar relacionada com as noções de pecado e corrupção” (CURI, 2002, p. 57). A lepra era vinculada às ideias de sujeira, promiscuidade e miséria humana. O leproso era aquele indivíduo com o qual não se desejava relacionar, não se recomendava seu relacionamento nem com seu próprio filho, era um genuíno “indesejável” na sociedade. Além do estigma, a pouca precisão dos conhecimentos médicos sobre a doença também contribuíam para que a política de isolamento se sustentasse. Neste texto trataremos do isolamento compulsório sob a perspectiva da memória de indivíduos que sofreram sua ação. Como é uma pesquisa ainda em fase preliminar, faremos uma discussão teórica e metodológica envolvendo aspectos importantes para o tratamento das fontes orais, que são também fontes de memória. De maneira específica, lidaremos com os depoimentos de um grupo de ex-internos do Leprosário Santa Izabel situado em Betim, Minas Gerais<sup>2</sup>. O asilo-colônia Santa Izabel foi uma das maiores instituições criadas no país, com o obje-

---

<sup>1</sup> A expressão “lugar de memória” faz referência ao conceito criado por Pierre Nora. Cf. NORA, 1987.

<sup>2</sup> As entrevistas foram realizadas no mês de julho de 2008. Foram entrevistadas 16 pessoas, totalizando 6h e 12 min. de entrevistas. O CD de áudio, as transcrições das entrevistas, bem como a documentação referente à cessão de direitos sobre depoimento oral ficarão arquivados no Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.

tivo de isolar os indivíduos portadores de lepra, e foi construído entre os anos de 1922 e 1931, sendo que em 1937 chegou a abrigar 3.886 pacientes.

Assim, os depoimentos das pessoas que foram levadas para Santa Izabel e lá passaram a vida inteira, ajudam-nos a compreender melhor, tanto o processo de reconstrução de sua identidade, como também a dimensão social e econômica desta política de controle da lepra, que tinha como base o isolamento dos doentes. Mas para que sirva a este propósito, devemos entender que o depoimento oral só pode ser trabalhado tendo em vista a memória e a subjetividade dos indivíduos que o constroem. Segundo Elizabeth Jelin, “en el mundo occidental, el movimiento memorealista y los discursos sobre la memoria fueron estimulados por los debates sobre la Segunda Guerra Mundial y el exterminio nazi, intensificados desde comienzos de los años ochenta” (JELIN, 2002, p. 10). Esta autora identifica os anos de 1980 como o momento de eminência das discussões acerca da memória, cujo tema principal era o extermínio provocado pelos nazistas. A intenção era explorar a possibilidade de entender a história do holocausto utilizando como fontes de pesquisa os relatos daquela geração de sobreviventes dos campos de concentração. A partir desse período, as discussões referentes às questões de memória, bem como de História Oral, foram ganhando espaço dentro da historiografia, uma vez que os estudos sobre memória apareceram para dar “consistência” teórica aos relatos orais.

Existe, portanto uma infinidade de aspectos que envolvem a memória dos portadores de lepra da Colônia Santa Izabel, que só poderão ser analisados a partir da realização de um profícuo trabalho de História Oral, pois é preciso entender que tratar os problemas colocados pelas fontes orais entendidas como “fontes de memória” significa marcar algumas diferenças para com as fontes escritas “convencionais”. Como enfatiza Verena Alberti, “a postura envolvida com a história oral é genuinamente hermenêutica: o que fascina numa entrevista é a possibilidade de tornar a vivenciar as experiências do outro, a que se tem acesso sabendo *compreender* as expressões de sua vivência” (ALBERTI, 2004, p. 19). Desta forma, cabe ao historiador um permanente exercício de interpretação, para entender as expressões de vida do entrevistado, bem como para acompanhar seu relato. E ainda, segundo a mesma autora, “as entrevistas têm valor de documento, e sua interpretação tem a função de descobrir o que documentam” (ALBERTI, 2004, p. 19). A postura do historiador frente ao entrevistado deve, então, ser orientada por uma preparação criteriosa, posto que é ele o interlocutor, e será também o responsável por transformar aquele relato em história.

De acordo com Alejandra Oberti, “lo que la entrevista le ofrece al entrevistado es una situación comunicativa excepcional, por lo tanto genera también un relato singular y la vez irregular” (OBERTI, 2006, p. 47). Por isto, o depoimento oral só pode ser trabalhado tendo em vista a memória e a subjetividade, e o historiador deve ter consciência de que a entrevista (o relato) não pode ser utilizada como dado empírico, mas sim como “fragmentos de uma memória”. Como destaca Silvia Salvatici, “a vida de uma pessoa se insere num campo de possibilidades históricas”, sendo assim, cabe ao historiador entender que não é sua tarefa encontrar a versão “verdadeira” dos eventos que pesquisa, mas sim compreender a historicidade da versão que lhe é relatada (SALVATICI, 2005, p. 35). De acordo com Dora Schwarztein, “os testemunhos de história oral são profundamente influenciados por discursos e práticas do presente e pertencem à esfera da subjetividade”, portanto, deve-se considerar que a entrevista de história oral é uma construção teórica, e não meramente um procedimento técnico (SCHWARZTEIN, 2001, p. 73).

Deste modo, para que o trabalho de história oral se realize da maneira mais consistente possível, é necessário que o entrevistado esteja convencido da “própria utilidade de falar e transmitir seu passado”, e quem imprime tal sentido à entrevista é o historiador (SCHWARZTEIN, 2001, p. 37). Alessandro Portelli afirma que a entrevista de campo deve ser um “experimento em igualdade”. Esta deve ser a busca do pesquisador como condição básica para uma comunicação menos distorcida. Todavia, tal *igualdade*, ainda segundo Portelli, não depende da “boa vontade do pesquisador, mas de condições sociais” (PORTELLI, 1997, p. 9-10). Assim, é necessário que se crie um ambiente que inspire confiança, do contrário, elementos importantes podem ser suprimidos quando o

indivíduo for relatar suas memórias. Estas e outras questões são colocadas ao historiador devido à especificidade da História Oral criar seus próprios documentos, que por definição são diálogos explícitos de memória, com o entrevistado circulando entre as experiências passadas e o contexto presente. Dora Schwarztein ainda chama atenção para o fato de que o historiador desempenha um papel importante na criação da fonte, pois é ele que realiza a operação histórica.

O conceito de memória é, pois, fundamental para a realização desta operação histórica que envolve os relatos orais. Para Michael Pollak,

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLAK, 1992, p. 201).

O autor partilha da perspectiva de Maurice Halbwachs de que a memória é um fenômeno coletivo, uma vez que necessita de uma “comunidade afetiva”<sup>3</sup> para se realizar. Maurice Halbwachs não nega a existência de uma memória individual, ou seja, de certa seleção de acontecimentos por um indivíduo, todavia esta seleção só será “preservada” na memória daquele indivíduo, na medida em que ele estiver em contato com os membros do grupo que partilharam com ele daquela experiência. Como destacou Maria Paula Araújo, “o pertencimento a uma comunidade – mesmo que difusa – permite o processo social de construção da memória” (ARAÚJO, 2006, p. 94). O grupo de pessoas que entrevistamos faz parte de uma comunidade afetiva, pois cada entrevistado faz questão de ressaltar que sua história não é isolada, faz parte da “história dos moradores de Santa Izabel”, seus depoimentos raramente são narrados em primeira pessoa, eles utilizam sempre o “nós”, ou “a gente”.

Seguindo as prerrogativas de Ecléa Bosi, “nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar na história de sua vida” (BOSI, 1994, p. 37). Neste sentido, é interessante pensarmos que as entrevistas, apesar de serem realizadas a partir de certa seleção de questões propostas pelo historiador, acabam por adquirir uma dinâmica própria, uma dinâmica que é comum entre os membros da comunidade. Cabe, então, estarmos atentos para o fato de que “não é importante apenas o que se lembra – mas *como* se lembra e, principalmente, *como se narra* o que se lembra” (ARAÚJO, 2006, p. 95). Também é preciso, perceber e analisar qual é o propósito que motivou a pessoa a falar de si. Para os ex-internos de Santa Izabel, percebemos que falar de si é uma forma de sinalizarem que “venceram”; venceram o preconceito, venceram a segregação e hoje estão sendo admitidos na sociedade e, para além disto, hoje a sociedade vai até eles, inclusive nós, pesquisadores, precisamos deles para construir nossos trabalhos<sup>4</sup>.

Podemos dizer então que a “comunidade afetiva” se forma entre pessoas que possuem alguma relação de afinidade umas com as outras, e por meio desta afinidade constroem uma memória coletiva. A memória coletiva também pode ser pensada como uma memória oficial do grupo, ou seja, como seus membros querem “se colocar” para a sociedade. E deste modo, a memória é construída e mantida por este grupo de pessoas, entretanto não podemos entender “construção” como algo forjado, como destaca Beatriz Sarlo, “no se trata simplemente de una cuestión de la forma del discurso, sino de

---

<sup>3</sup> Este conceito também é muito importante para esta pesquisa, pois os moradores da Colônia Santa Izabel podem ser pensados como participantes de uma “comunidade afetiva”, ou como prefere Ecléa Bosi “comunidade de destino” (BOSI, 1994).

<sup>4</sup> Em Santa Izabel, os ex-internos - que hoje são moradores - recebem constantemente a visita de grupos de pessoas da região, geralmente estudantes de ensino médio e de graduação, que vão até lá para realizarem algum trabalho, ou simplesmente para conhecerem a ex-colônia e seus moradores. Por isto, estão habituados com o fato de que se antes foram excluídos, hoje despertam o interesse da sociedade.

su producción y de las condiciones culturales y políticas que lo vuelven creíble" (SARLO, 2001, p. 25). Não se trata, pois, de identificar a verdade ou não nos relatos de memória, mas entender que as questões são dadas historicamente, e devem ser compreendidas em sua relação com o presente. Porque 'construir uma memória', ou seja, fazer a seleção do que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido, envolve uma relação política, a qual é realizada de acordo com as necessidades dos sujeitos que participam de determinada conjuntura. No caso deste trabalho, podemos pensar como os moradores de Santa Izabel realizam este processo de construção de suas memórias, e quais são as necessidades que os direciona.

Percebemos que os portadores de lepra, que hoje são chamados hansenianos, ao construir suas memórias, têm como necessidade fundamental a retomada do lugar de "sujeitos" na sociedade. Por isto, em seus depoimentos, fazem questão de aludir ao sofrimento que enfrentaram, mas, principalmente, procuram mostrar que superaram. E o sofrimento – deixam bem claro – foi causado muito mais pela rejeição do que pela própria doença. A história do Sr. Vicente é bem característica da dor causada por esta rejeição. Ele narra toda a dificuldade para tratar a lepra: chegou a Santa Izabel aos 9 anos de idade, em 1939, conta que havia tratamentos muito dolorosos – como por exemplo, o que era realizado com ácido para queimar a pele – mas quando perguntamos o que mais lhe causou sofrimento, ele responde:

Ah, só d'eu chegar lá minha mãe e minha irmã não me aceitar (...).

O copo da gente tomar café era só aquele, prato da gente comer também era só aquele...separava tudo, dentro da casa da gente...quando eu voltei lá separava tudo do mesmo jeito, tudo meu era separado... quando eu era novinho também era separado...era um preconceito danado! Se a gente contar a vida, a gente fica triste... mas aconteceu mesmo, fazer o quê, né?!<sup>5</sup>

E esta é uma postura comum entre os entrevistados: falam dos males causados pela doença, mas quando vão dimensionar os prejuízos, eles acabam sendo muito mais psicológicos do que físicos. Nenhum deles lamenta a perda dos dedos, a falta de sensibilidade nos membros, mas lamentam profundamente as discriminações sofridas. Dona Antônia é outro exemplo, chegou a Santa Izabel aos 25 anos de idade em 1960, depois de o marido dela ter cometido suicídio, e de terem dado sua filha para adoção. Seu depoimento é todo permeado por estes dois fatos, mas ela sempre os associa à rejeição de sua mãe, pois de acordo com seu relato, foi a mãe que não quis ficar com a filha dela que estava novinha para o marido trabalhar, e ele desesperado deu um tiro na cabeça, ao saber que a jovem esposa iria para o leprosário, e não poderia contar com a avó da criança para ajudá-lo a cuidar da mesma.

Vivia fechada no quarto... minha mãe com aquele pavor, falava: "ah, se você ficar aqui eu vou por fogo no quarto, quando você for embora...", não tinha um momento que ela não me discriminasse, sabe. Então eu sofri muito, porque você sofrer uma discriminação de uma pessoa estranha a gente aguenta, mas de uma família, ainda mais de uma mãe...<sup>6</sup>

Sendo assim, existem elementos que são comuns a todos os depoimentos. Como destaca Michael Pollak, apesar das transformações e variações, existem também elementos que são relativamente imutáveis na memória construída, seja ela, individual ou coletiva. É como se fosse processado um trabalho de "solidificação" da memória, a qual

---

<sup>5</sup> Entrevista concedida à autora pelo ex-interno e atual morador de Santa Izabel, Vicente da Silveira, Betim 17 de julho de 2008.

<sup>6</sup> Entrevista concedida à autora pela ex-interna e atual moradora de Santa Izabel, Antônia Ribeiro, Betim 17 de julho de 2008.

toma certos fatos como irredutíveis. No caso específico dos ex-internos do leprosário Santa Izabel, este elemento de imutabilidade parece residir na discursiva da dor, do sofrimento e da superação. Apesar de as histórias serem diferentes, em todos os depoimentos as pessoas fazem questão de ressaltar as dificuldades de sua existência, porém, sempre tratam do sofrimento e da dor como algo que conseguiram vencer, procurando por outra via, evidenciar a coragem que tiveram para enfrentá-los. Para Michael Pollak, a memória possui mesmo certos elementos que a constituem, e que “em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” (POLLAK, 1992, p. 201). Neste segundo caso, pode ocorrer de a pessoa nem mesmo ter participado ou vivenciado o fato em questão, entretanto, no imaginário do grupo toma tamanho relevo, que ela acaba nem conseguindo saber se efetivamente participou ou não, mas isto não a impede de tê-lo guardado em sua memória. As histórias individuais se misturam às do grupo. No relato do Sr. Lázaro esta mistura entre memória individual e coletiva está bastante presente: ele chegou a Santa Izabel em 1978, num momento posterior à política de isolamento compulsório, entretanto quando vai relatar suas memórias, notamos que ele mistura – ou aproxima – sua experiência individual das experiências do grupo. Uma das primeiras questões que fizemos a ele foi se havia sido obrigado a se isolar, ao que ele respondeu que não, que ele quis ir. Em seguida perguntamos por que ele quis ir, se era porque havia sofrido alguma rejeição, ele respondeu que não, que as pessoas já estavam aceitando melhor o portador da doença:

É já tava aceitando mais um pouco... é, já aceitava sim. Ai já era vamos dizer assim, quase que normal né?! Aceitava, mas antigamente diz que não aceitava, não era no meu tempo. Quando eu cheguei aqui tinha um parlatório aqui, então tinha, acho que era um muro mesmo com os portão, então os paciente aqui que os parentes vinha visitar ficava lá no portão lá em cima, alguns com muita dificuldade entrava, mas o restante...<sup>7</sup>

Então, ele afirmou ter ido para a Colônia por vontade própria, pois no momento em que descobriu que era portador da hanseníase, a sociedade estava aceitando um pouco mais, porém, fez questão de dizer que antes de sua chegada as coisas eram diferentes. Daí descreveu a formação da Colônia, falou das correntes que separavam a área “sadia” da área “doente”<sup>8</sup>, do portão de entrada e do parlatório<sup>9</sup> que era o lugar onde os doentes recebiam as visitas. Assim, dando continuidade à entrevista tocamos novamente na questão da escolha em se internar, e perguntamos o que o havia motivado. Foi aí que ele mencionou o fato de ter tido familiares que foram levados para a Colônia antes dele:

---

<sup>7</sup> Entrevista concedida à autora pelo ex-interno e atual morador de Santa Izabel, Lázaro Teodoro Pimenta, Betim, 17/07/2008.

<sup>8</sup> Em todas as colônias do Brasil havia esta separação entre ‘doentes’ e ‘sadios’, a área dos sadios era destinada aos funcionários que trabalhavam na colônia. Entretanto, o contato entre estes funcionários e os internos praticamente não ocorria, pois a maioria daqueles que precisavam ter um contato próximo com os internos também eram doentes. Inclusive os enfermeiros, segundo os relatos que obtivemos, eles eram “práticos”, ou seja, doentes que aprendiam a aplicar injeções, fazer curativos, e até mesmo fazer medicação.

<sup>9</sup> Interessante destacar que o parlatório é um prédio – se mantém conservado até hoje – construído bem no limite entre as duas áreas: doente e sadia. Na verdade, era uma varanda separada ao meio por um balcão largo de cimento, sendo que um lado dava para a parte interna da Colônia e o outro para a parte externa. O que impedia o contato entre os doentes e os visitantes, aqueles raros amigos e familiares que não se conformavam em ficar distantes de seus entes queridos. A visita, então, era somente para ver o doente, não podia ocorrer nenhum contato físico com ele.

Se eu te contar que meus avós, tinha... inclusive morreu dois tio (sic) meu aqui e meu avô. Morreu aqui. A minha avó ela foi morrer lá em Santa Fé, Três Corações né?! Que ela tinha uma filha que era hanseniana e tava em Santa Fé, então lá ela adoeceu, já tava muito velhinha já.<sup>10</sup>

E a partir de então, ele mudou a tônica de seu depoimento, se antes havia dito que não tinha sofrido discriminação, ao falar da família, ele diz exatamente o contrário:

É, eles falavam bem, que aqui era "bão" e tal né?!... que ficava mais a vontade. Que lá no nosso lugar lá, o povo é, ainda é até hoje, tem um preconceito "medonho". Então, era sempre humilhando a gente mesmo, de verdade... humilhava a gente demais. Então a gente chegava a ponto de ficar nervoso né?! Com aquilo, porque a pessoa com aquela humilhação né?! Aí a gente via falando que aqui era "bão", assim tal... então eu tinha aquela vontade, então eu pedi o médico lá quando ele tava me encaminhando pra Belo Horizonte, eu falei pra ele que eu queria ir direto já pra Colônia, aí ele falou assim: "ih, "ocê" vai achar muito ruim lá, lá não é "bão" não, lá tem muita pessoa muito mutilado, muita gente acamado, e "ocê" vai achar ruim, eu não vou te mandar pra lá não...vou te mandar pra Belo Horizonte, lá "ocê" vai fazer seu tratamento lá"... e tudo.<sup>11</sup>

Esta sequência do depoimento mostra como as experiências individuais e do grupo se misturam para o indivíduo que faz parte de uma comunidade afetiva, notamos que ele utiliza sempre a expressão "a gente" para falar da discriminação sofrida pelos familiares. Mas quando diz "a gente", ele se inclui, e afirma que o preconceito existe até hoje lá na terra de onde ele veio. Percebemos que o Sr. Lázaro, a princípio, não tinha a intenção de falar de seu sofrimento, mas na medida em que vai relatando suas memórias, ele faz conexões, e inevitavelmente chega à questão do sofrimento causado pela rejeição. Primeiro, fazendo alusão à experiência de seus parentes que haviam sido internados compulsoriamente, e posteriormente, de maneira bastante discreta falando de sua própria experiência. Pois sempre que questionávamos sobre sua família, ele se esquivava e falava apenas dos filhos, sem mencionar a esposa, até que chegamos à questão e perguntamos se ele havia tomado a decisão de se internar em Santa Izabel sozinho, ou se a esposa o havia ajudado, ao que ele respondeu melancolicamente:

É... é, foi... foi junto com ela. Eu tomei a decisão de vim pra cá, então falei pra ela que eu vinha, que eu ia fazer meu tratamento, mas que eu... com tempo que eu melhorasse eu voltava pra lá... mas aí deu errado né?! Viraram a cabecinha dela lá (risos sem graça) ela partiu pra outra "banda"...<sup>12</sup>

A lepra o separou dos filhos e da esposa, mas os filhos ele não os perdeu, ao contrário da esposa. Então, esta experiência que é pessoal acaba tomando uma dimensão coletiva, na medida em que as "perdas" em função da doença são comuns a todos. Como salienta Michael Pollak, "é perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que

---

<sup>10</sup> Entrevista concedida à autora pelo ex-interno e atual morador de Santa Izabel, Lázaro Teodoro Pimenta, Betim, 17/07/2008.

<sup>11</sup> Entrevista concedida à autora pelo ex-interno e atual morador de Santa Izabel, Lázaro Teodoro Pimenta, Betim, 17/07/2008.

<sup>12</sup> Entrevista concedida à autora pelo ex-interno e atual morador de Santa Izabel, Lázaro Teodoro Pimenta, Betim, 17/07/2008.

herdada” (POLLAK, 1992, p. 201). Acontecimentos marcantes, e às vezes até traumatizantes, que ocorrem em uma região ou com determinado grupo, acabam fazendo com que a memória seja transmitida ao longo de anos com alto grau de identificação. Não que eles não tenham vivenciado de fato o que relatam, mas o processo de elaboração da memória – envolvendo o exercício de seleção do que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido – possui grande complexidade.

Desta forma, a memória herdada propicia a criação de um sentimento de “identidade”, ou seja, uma imagem de si, para si e para os outros. E como destaca Michael Pollak,

podemos portanto dizer que a memória é um sentimento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 205).

A identidade é construída em relação aos outros, posto que é preciso que haja uma aceitação, uma credibilidade na imagem que está se formando para o grupo. Por isto, é necessária uma negociação direta entre os membros deste grupo, e desta negociação vai resultar a sua identidade. Tal identidade pode ser utilizada pelos grupos para fins específicos, como assinala Michael Pollak, para o caso dos deportados franceses na Segunda Guerra Mundial, “a memória deles constitui um cacife importante para serem reconhecidos pelos outros, ou seja, serem valorizados pelos outros” (POLLAK, 1992, p. 205). Guardadas as devidas proporções entre os deportados e os ex-internos da Colônia Santa Izabel, nota-se esta mesma preocupação no exercício de construção da memória destes últimos, qual seja, criar uma imagem de si marcada pela dor, pelo sofrimento e ao mesmo tempo pela superação, uma imagem que acaba por se constituir como identidade para aquele grupo de pessoas que viveram isoladas da sociedade em razão da lepra, mas que individualmente vivenciaram este isolamento de modo diferente, porque as experiências são em parte compartilhadas coletivamente, mas existe aquela parte que é individual.

No caso desta pesquisa, é de extrema importância este conceito de “identidade”, pois será necessário compreender que tipo de identidade os moradores da Colônia Santa Izabel construíram para si. Seguindo as assertivas de Alessandro Portelli, em texto que analisa o massacre de Civitella Val di Chiana, podemos entender que a memória de um grupo “se fundamenta na experiência vivida e em emoções profundamente sentidas. Mas não deixa de ser uma construção bastante ideológica e institucional, distinta das memórias pessoais nas quais se baseia” (PORTELLI, 2001, p. 126-127). Não obstante, o fato de ser uma construção ideológica não torna esta memória coletiva ilegítima, pois quando materializada, está repleta de valores importantes para a compreensão da historicidade do grupo. E como acentua Michel Winock, as ideias e/ou ideologias são fundamentais para a história, porque permitem conhecer melhor os sistemas de representações das sociedades (WINOCK, 1996). Sendo assim, apesar de ainda não podermos precisar que tipo de identidade os moradores de Santa Izabel construíram para si, é possível afirmar que ela está pelo menos em parte, assentada sobre a perspectiva que opõe colônia *versus* sociedade. A colônia representando o lugar do acolhimento, da reconstrução da vida, enquanto a sociedade representa o lugar de onde foram expulsos, onde sofreram todo tipo de rejeição.

O Sr. João do Carmo chegou a Santa Izabel em 1944, aos 10 anos de idade, ou seja, ele viveu muito pouco fora da Colônia. Órfão de pai e mãe, passou sua vida inteira lá dentro, e ao avaliar seu passado, considera que teve uma vida tranquila. Porém, das poucas experiências que teve na sociedade ele guarda recordações que marcam muito bem esta oposição entre a vida dentro e fora de Santa Izabel:

É... eu considero sim uma vida tranquila, a gente tem aquelas recordações é das humilhações né? Humilhação... porque eu por exemplo, quando rapazinho, que tive que tirar documentos em Belo Horizonte, e o meu primo... tinha um primo aqui meu, e ele então, ele é que me incentivou, "não...você tem que tirar documento, vamos dar um jeito e tal" . Então ele e mais um outro companheiro, nós fomos pegar o ônibus aqui em Mário Campos para ir para Belo Horizonte, e nós entramos dentro do ônibus, ônibus de... como chama essa cidadezinha aqui perto de Mário Campos? É... Brumadinho. Então entramos dentro do ônibus e o motorista falou assim com nós: "você desce que eu não posso levar vocês não"... e nós... o companheiro falou assim: "mas por quê?" Ele respondeu: "não, não precisa de falar não...você podem descer, eu não posso levar não". Então, nós tivemos que descer né? Ai pegamos o trem... mas isso aí já ficou aquele complexo pro resto da vida da gente né? A gente sempre tinha aquela desconfiança, chegava num lugar desconfiava.<sup>13</sup>

A colônia ocupa, então, um lugar privilegiado na memória de seus moradores. É o lugar onde podiam viver sem a "desconfiança" de que a qualquer momento seriam expulsos, ou impedidos de fazer alguma coisa. Nos depoimentos, as referências a Santa Izabel são quase sempre do ponto de vista do acolhimento, mas claro, existem algumas queixas em relação ao funcionamento interno da colônia, entretanto, no que diz respeito à humilhação e rejeição elas praticamente não existem. Sempre que os moradores fazem alguma reclamação, é com relação aos funcionários: enfermeiros, médicos ou as freiras, porque eram os únicos "sãos" que conviviam com eles e conseqüentemente expressavam o medo de contrair a doença:

Aqui dentro... aqui dentro... a gente sentia, mas não assim que... direto não! Por exemplo, às vezes uma... uma religiosa, uma freira, as irmãs trabalhavam, ia abrir uma porta ela pegava o avental pra pegar ali na... na... pra abrir a porta né? A gente ficava pensando assim né?... mas isso não é... não atingia a gente. Só que a gente ficava com aquele preconceito "puxa" o negócio é feio né?<sup>14</sup>

É, portanto, justamente pensando na Colônia Santa Izabel como este local privilegiado nos relatos do grupo de moradores hansenianos que entrevistamos, que podemos refletir sobre o que Pierre Nora chama de "lugares da memória" como um constituinte importante da memória destes indivíduos. De acordo com este autor, "a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto" (NORA, 1987, p. 9). Esses lugares de enraizamento podem ser desde um lugar de férias na infância, até monumentos erguidos em homenagem a mortos. Neste trabalho especificamente, o lugar da memória é também o lugar onde se vive, e os "ex-internos" de Santa Izabel continuavam vivendo lá, seja nos arredores, ou mesmo dentro da Colônia. Naquele local eles elaboram e reelaboram sua memória transmitindo-a como "herança" aos seus descendentes. Pois o próprio ambiente é o lugar onde a memória está sedimentada. É interessante pensar que tipo de memória está "enraizada" naquele leprosário. E nesse sentido, entender que não existe entre os moradores aversão ao lugar que foi construído com a exclusiva finalidade de segregá-los da sociedade, as queixas que fazem somente dizem respeito à falta de liberdade dentro da Colônia. Quando expressam suas memórias em relação à vida cotidiana no leprosário, eles fazem as seguintes afirmações:

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida à autora pelo ex-interno e atual morador de Santa Izabel, João do Carmo Almeida, Betim, 17/07/2008.

<sup>14</sup> Entrevista concedida à autora pelo ex-interno e atual morador de Santa Izabel, João do Carmo Almeida, Betim, 17/07/2008.

A vida aqui era braba, tinha guarda pra todo lado, tinha cadeia, tinha muita diversão, mas tinha muita punição também.(...) Pra qualquer coisa, se fazer uma baguncinha, se “ocê” fugia tomava...<sup>15</sup>

Ah, aqui tinha uma ordem dura sabe... (...) A ordem aqui oh, o homem não podia conversar com mulher aqui em lugar nenhum. Uma mulher pra “ocê” conversar com uma mulher era a coisa mais difícil. O sujeito pra ser “bão” tinha que andar com o chapéu de baixo do braço... era tanta ordem, tanta coisa... sadio pra entrar aqui era a coisa mais difícil que existia, pois é, então em período assim de natal, aí eles liberava a colônia. Liberava e vinha aquela criançada, vinha passear aqui né?! Eles gostava de vim aqui, mas só podia vim no natal, e dia das mães, que eles vinha.<sup>16</sup>

Como podemos observar, as lembranças negativas da vida em Santa Izabel dizem respeito à ausência de liberdade em decorrência da regras de comportamentos impostas aos internos. Quando o Sr. Manoel menciona a “ordem dura”, ele está se referindo às regras de convivência dentro da Colônia. Não é nosso objetivo fazer uma análise de tais regras neste texto, queremos apenas chamar atenção para o fato de que a memória produzida pelos moradores de Santa Izabel é uma memória profundamente relacionada àquele lugar. E sendo assim, cabe pensarmos como a permanência naquela “minicidade” é capaz de influenciar estes depoimentos. E aqui, lembrando que a memória é a presença do passado no presente, ou seja, são “representações” do passado a partir do contexto em que se vive. Como muito bem destacou Pierre Laborie, “a memória propicia um acréscimo de sentido ao passado”<sup>17</sup>, pois o indivíduo constrói a narrativa sobre seu passado com as “ferramentas” que possui no seu presente.

Sendo assim, é importante entendermos qual a influência que o “lugar da memória” – representado por Santa Izabel – tem sobre o processo de produção da memória daquele grupo. Hugo Achugar vai além, e chama esses “lugares” de “monumentos de memória”, pois de acordo com ele, “la monumentalización de la memoria es una forma de documentar, construir o consolidar la identidad del ciudadano y de la polis” (ACHUGAR, 2003, p.200). Para este autor, o monumento trata da objetivação da memória com vias a vencer tempo e esquecimento. A Colônia Santa Izabel representa esta objetivação, posto que não permite que a política de internação compulsória do indivíduo portador de lepra seja esquecida, justamente porque os edifícios que formaram a cidade em miniatura – abrigando milhares de pacientes e os mantendo segregados da sociedade por várias décadas do século XX – ainda se encontram lá. Os moradores, mesmo aqueles que não foram para lá obrigados, têm vivo em sua memória, a “lembrança” do período em que a colônia era “fechada com correntes” e, para eles, narrar isto é importante, pois é a única maneira que têm de impedir que o seu sofrimento caia no esquecimento. Um sofrimento que acaba por formar a identidade do grupo, a identidade do “leproso”, que hoje nem é mais chamado dessa maneira, pois passou a ser reconhecido como “hanseniano”. A troca do nome da enfermidade, de lepra para hanseníase, foi uma estratégia visando eliminar o estigma da doença; todavia, notamos que os moradores de Santa Izabel fazem questão de destacar que quando a contraíram, eram chamados e tratados como “leprosos” e não “hansenianos”.

Portanto, para acometidos pela lepra trocar o nome da doença não poderia implicar em um esquecimento de todo o sofrimento ao qual foram submetidos. A palavra “hanseniano” traz para eles uma nova compreensão da doença, pois conseguem delimitar com muita precisão a diferença entre o significado de ser “leproso” e de ser “hanse-

---

<sup>15</sup> Entrevista concedida à autora pelo ex-interno e atual morador de Santa Izabel, Vicente da Silveira, Betim, 17/07/2008.

<sup>16</sup> Entrevista concedida à autora pelo ex-interno e atual morador de Santa Izabel, Manoel José dos Reis, Betim, 17/07/2008.

<sup>17</sup> Conferência apresentada pelo autor no “Seminário Internacional Culturas Políticas, Memória e Historiografia”, realizado na Universidade Federal Fluminense em 27 de agosto de 2008.

niano”. Os leprosos não podiam conviver com os “sãos”, eram expulsos da sociedade, eram rejeitados, despertavam aversão e medo. Já os hansenianos convivem na sociedade – apesar de deixarem claro que o preconceito ainda os ronda – não são mais “condenados”<sup>18</sup> ao confinamento, e mais importante, têm a possibilidade de se mobilizar e lutar para serem aceitos<sup>19</sup>. E a própria Colônia, que atualmente está se firmando como centro de referência no tratamento de feridas, contribuiu para criar este novo significado para a doença. O trecho do depoimento de dona Antônia ilustra bastante esta questão:

... a gente que sofreu aquela discriminação, aquele horror, aquele pavor que todo mundo tinha medo da gente né?! Uma vez fui tirada até de dentro do ônibus, que eu fui a Belo Horizonte, quando chegou perto da Fiat, o cobrador falou: “desce que a senhora é leprosa”. E hoje, quem daquela terra, que me jogou daquele ônibus que vive aqui dentro, consultando, tratando, quantas pessoas hoje né?! Vive aqui tratando, vem aqui na emergência... ainda fico pensando: meu Deus como o mundo dá voltas... quantas pedras foram atiradas na gente... e hoje... tão precisando da gente.<sup>1</sup>

É, pois, justamente em função dessa oposição ‘rejeição *versus* acolhimento’, que Santa Izabel vai além de um “lugar de memória”, para os ex-internos é o *seu lugar*. O testemunho de dona Antônia ajuda-nos a compreender como são construídas as memórias destes indivíduos. Como já destacamos, a memória é o passado dentro do presente, e desta forma, faz-se necessário entender como está a colônia hoje, ou seja, em quais circunstâncias as memórias sobre Santa Izabel estão sendo produzidas. E neste sentido, é interessante salientarmos que ela não é mais “depositário de leprosos”, mas está sendo transformada em centro de tratamento de doenças da pele, e com isso tem atraído pessoas de diversas regiões do Estado, além da população dos arredores. Então, à medida que os moradores consideram Santa Izabel o “seu lugar”, conseqüentemente eles também entendem que as pessoas que vão em busca de tratamento, estão “precisando deles”, pois usufruem daquilo que lhes pertence. E com base nestas percepções, os ex-internos daquela colônia imprimem novos sentidos ao seu passado, sem deixar de considerarem a colônia como o “seu lugar”.

Mas aí eu falo assim...com sinceridade, aqui é que é minha terra! Eu gosto muito daqui, e graças a Deus sou muito querida...tenho muita amizade, portanto eu vou te contar eu não tenho saudade lá da minha terra...de dizer assim: ah, meu Deus que tristeza deu ter vindo...não eu não tenho...eu acho que aqui foi aonde eu encontrei a paz, o sossego e a tranquilidade, porque lá...você pensa bem, a gente vivia só da discriminação, não podia sair de casa né?!<sup>2</sup>

É fiquei um tempinho, mas depois eu convenci que minha terra era aqui mesmo, vão deixar dessas besteira que eu tô no lugar certo. Aí um dia que o médico chegou e falou assim: “o senhor é um negativo, o senhor pode ir embora pra casa, o senhor já chegou

---

<sup>18</sup> Muito importante neste sentido, é o fato de que a própria medicina naquele momento contribuía para expansão do estigma sobre a doença, na medida em que proibia o contato do doente com seus próprios familiares.

<sup>19</sup> Um dos principais instrumentos nesta luta é o Morhan (Movimento de Reintegração dos Hansenianos na Sociedade), que promove campanhas de conscientização sobre a hanseníase.

<sup>1</sup> Entrevista concedida à autora pela ex-interna e atual moradora de Santa Izabel, Antônia Ribeiro, Betim, 17/07/2008.

<sup>2</sup> Entrevista concedida à autora pela ex-interna e atual moradora de Santa Izabel, Antônia Ribeiro, Betim, 17/07/2008.

aqui quase tudo negativo, só com problema de vista e tal, o senhor pode ir embora”. Eu falei: “ocês” num quê eu aqui não? Amarra uma pedra no meu pescoço então e me joga no rio, porque eu tô gostando... aí ele perguntou: “então o senhor gosta daqui?” Eu sinto aqui como minha terra, melhor do que se eu tivesse lá na minha terra. Eu gosto daqui!<sup>3</sup>

Então aí a gente teve assim... uma vida... meia sofrida, mas tinha também lá suas alegrias né?! E tudo. Mas foi sempre a... como se diz, a minha terrinha natal foi aqui, Sanatório Santa Izabel, porque você pensa bem, eu vim pra aqui com 10 anos né?!... Agora com 74 anos, ontem eu completei meus 74 anos... mas então a gente teve muitas experiências aí boa né?!<sup>4</sup>

Os trechos dos depoimentos citados acima, fornecem elementos para pensarmos na dimensão assumida por certo sentimento de “enraizamento” dos ex-internos à colônia. Alguns deles já tiveram possibilidade de sair de lá, mas não quiseram, porque consideram Santa Izabel como “sua terra”. Podemos dizer que isto se justifica, em certa medida, pelas experiências negativas que estas pessoas tiveram fora de Santa Izabel, todos falam da dificuldade em largar a família e da dureza do processo de adaptação à nova vida. Não obstante, eles afirmam que passados os primeiros meses, já não queriam mais voltar. Dona Antônia deixa bem claro que em Santa Izabel “encontrou a paz”. Estes três depoimentos não são exceções, todos os nossos entrevistados são categóricos ao afirmar que a Colônia Santa Izabel é a terra deles, é o lugar onde se reencontraram.

Mas esses depoimentos que expressam o sentimento de apego dos ex-internos em relação à colônia, não devem estimular a interpretação de que a política de isolamento tenha sido realmente humanitária<sup>5</sup>, como defendiam alguns médicos e associações filantrópicas. Ao contrário, eles fornecem elementos importantes para tentarmos entender mais amplamente toda a complexidade que envolve a política de segregação dos portadores do *mal de Hansen*. Há que se pensar que estas pessoas somente sentiram todo este “acolhimento” dentro do leprosário, porque estavam vindo de uma dura experiência de rejeição social. E somado a isto, a contribuição dos próprios profissionais da saúde para manter o estigma da doença, que ao recomendar o total afastamento das pessoas “sãs” dos “leprosos”, aumentavam o sentimento de medo da doença e consequentemente a exclusão social do doente. E não apenas, eles contavam ainda com a ausência de recursos capazes de mantê-los fora dos leprosários. Observemos o depoimento do Sr. Aldecir:

É... falaram “não, ‘ocê’ tá bom”... eu falei eu vou ficar aqui. Daqui eu não saio pra lugar nenhum, enquanto eu não tratar eu não saio pra lugar nenhum. “Ah, mas ‘ocê’ trata lá fora”... tratar lá fora onde? Não tem recurso nenhum lá não. Falar ah, “ocê” pode tratar lá, é bom. Mas depois que chega lá o posto de saúde não tem uma atadura, às vezes não tem uma pomada, não tem um antibiótico, só tem os funcionários lá... outra hora nem funcionário não tem, tá fechado. Lá no interior é assim. Não tem nada... agora pode ter, mas naquela época era assim...

Aí eu cheguei aqui tinha tratamento, tinha curativo duas vezes no dia, às vezes, outra hora tinha só uma vez, mas tinha. Tinha remédio, que é o que mais faltava era remédio pra gente tomar, então tem que ficar é aqui mesmo...<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> Entrevista concedida à autora pelo ex-interno e atual morador de Santa Izabel, Lázaro Teodoro Pimenta, Betim, 17/07/2008.

<sup>4</sup> Entrevista concedida à autora pelo ex-interno e atual morador de Santa Izabel, João do Carmo Almeida, Betim, 17/07/2008.

<sup>5</sup> Sobre a perspectiva humanitária do isolamento (cf. CARVALHO, 2008, p. 130).

<sup>6</sup> Entrevista concedida à autora pelo ex-interno e atual morador de Santa Izabel, Aldecir Pereira dos Santos, Betim, 17/07/2008.

O ex-interno descreve muito bem a situação que os portadores da doença enfrentariam fora da colônia, ou seja, a inexistência de uma estrutura de saúde pública capaz de lhes assegurar o tratamento. Voltar para a sociedade implicava muitos enfrentamentos, em primeiro lugar, enfrentar a exclusão, e logo após, como bem destacou o Sr. Aldecir, não ter acesso aos recursos necessários para se tratarem devidamente, e isto no momento posterior à política de internamento compulsório, porque antes esta possibilidade sequer existia. Portanto, para o indivíduo infectado pela "lepra", manter-se interno passou a ser a alternativa considerada mais viável, pois a doença desestruturava completamente sua vida, uma vez que além de sofrer com falta de tratamento, tornava-se indesejável ao convívio social, despertando medo e repulsão nas pessoas ao seu redor.

## Fontes

Entrevista concedida à autora pelo ex-interno e atual morador de Santa Izabel, Aldecir Pereira dos Santos, Betim, 17/07/2008.

Entrevista concedida à autora pela ex-interna e atual moradora de Santa Izabel, Antônia Ribeiro, Betim 17 de julho de 2008.

Entrevista concedida à autora pelo ex-interno e atual morador de Santa Izabel, João do Carmo Almeida, Betim, 17/07/2008.

Entrevista concedida à autora pelo ex-interno e atual morador de Santa Izabel, Lázaro Teodoro Pimenta, Betim, 17/07/2008.

Entrevista concedida à autora pelo ex-interno e atual morador de Santa Izabel, Manoel José dos Reis, Betim, 17/07/2008.

Entrevista concedida à autora pelo ex-interno e atual morador de Santa Izabel, Vicente da Silveira, Betim 17 de julho de 2008.

## Bibliografia

ACHUGAR, Hugo. El lugar de la memoria, a propósito de monumentos (motivos e paréntesis), in: JELIN, Elizabeth & LANGLAND, Victoria (orgs.). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Madrid: Siglo XXI Editores, 2003.

ALBERTI, Verena. *Ouvir e contar: Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. "Estratégias de resistência e memória da luta contra a ditadura militar", in: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EDUFSCar, 2006.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARVALHO, Keila A. *A Saúde pelo Progresso: Médicos e Saúde Pública em Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

CURI, Luciano Marcos. *“Defender os sãos e consolar os lázaros”*: lepra e isolamento no Brasil 1935-1976. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

JELIN, Elizabeth. *Los Trabajos de la memoria. Colección Memorias de la Reprección*. Siglo veinteuno de Argentina editores, 2002.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, in: *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, 1987.

OBERTI, Alejandra. Contarse a si mismas, in: CARNOVALE, LORENZ y PITTALUGA (orgs.). *Historia, Memoria e Fuentes Orales*. Buenos Aires: CEDINCI, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social, in: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5. n.º 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. “Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade”, in: *Projeto História*. São Paulo, n.º 14, fevereiro, 1997.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum, in: FERREIRA, Marieta Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da história oral*, 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SALVATICI, Silvia. “Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres”, in: *História Oral – Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v. 8, n.º 1, 2005.

SARLO, Beatriz. *Tiempo Pasado*. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.

SCHWARZTEIN, Dora. Historia Oral, memória e historias traumáticas, in: *História Oral – Revista da Associação Brasileira de História Oral*, n.º 4, junho de 2001.

WINOCK, Michel. As ideias políticas, in: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

# O filósofo João Duns Escoto (1265-66/1308), no VII centenário do seu desaparecimento e a sua difusão no período incunabular

Manuel Cadafaz de Matos  
Academia Portuguesa da História; e CEHLE (Portugal)

A S. Exa. Reverendíssima,  
Dom Frei Cláudio Nori Sturm, O.F.M.,  
por ocasião da sua entrada na diocese  
de Patos de Minas, com os votos de êxitos pastorais

Decorreu em 2008, no seio da família Franciscana, um duplo acontecimento comemorativo: celebrou-se, então, quer o VII centenário da morte do filósofo medieval britânico, João Duns Escoto (1265-66/1308), quer o II centenário do desaparecimento, em Pequim, do Bispo D. Frei Alexandre de Gouveia (Évora, 1751/1808) que esteve à frente da referida diocese na China.

No âmbito dos estudos que, ao longo de mais de 20 anos, temos vindo a dedicar à família Franciscana (com trabalhos, entre outros e por ordem cronológica, sobre Frei Marcos de Lisboa<sup>1</sup>, o referido Alexandre de Gouveia<sup>2</sup>, Beatriz da Silva<sup>3</sup>, André do Prado<sup>4</sup>, ou Santo António de Lisboa<sup>5</sup>).

---

<sup>1</sup> Remete-se para o nosso estudo sobre Frei Marcos de Lisboa, editado em 1984-85.

<sup>2</sup> O nosso trabalho sobre D. Frei António de Gouveia foi primeiramente apresentado no Congresso Mundial de Orientalistas em Hamburgo, em agosto de 1986, sobre o tema “Alexandre de Gouveia e Caetano Pires Pereira: as vias da religião e da cultura numa diocese de Pequim em mudança”. Esta primeira edição, polycopiada, veio a ser ampliada e apresentada ao Huitième Colloque Internationale de Sinologie de Chantilly (França), tendo vindo a ser publicada na *Revista Portuguesa de História do Livro*, vols. 12-13-14, Lisboa 2004.

<sup>3</sup> Votámos uma primeira análise a Santa Beatriz da Silva, no âmbito do nosso trabalho “S. Frei Gil, a lenda da sua iniciação nas artes mágico-alquímicas em Toledo e a perspectiva erasmiana do testemunho de André de Resende”, in *Actas do Colóquio de Comemoração dos 600 anos da fundação do Convento do Carmo em Lisboa*, promovido pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1989, pp. 113-148. De momento temos em curso o projecto de edição da vida desta santa, a obra de Sórora Catalina de Santo António, *Margarita Escondida*, códice do século XVII (mais precisamente de 1661). Trata-se de um texto cuja cópia nos foi facultada pelas Irmãs concepcionistas de Toledo, que iremos publicar em breve, depois de termos trabalhado nele acompanhado, então, pelo Pe. Sousa Costa, que também votou a esta santa – na fase final da sua vida e antes do seu desaparecimento em dezembro de 2002 – o seu conhecimento do trabalho, ainda inédito na íntegra, *Um Lírio Quatrocentista Português. Santa Beatriz da Silva, Fundadora da Ordem da Imaculada Conceição (1427-1492)*.

<sup>4</sup> Um primeiro trabalho sobre Frei André do Prado – inspirado em trabalhos anteriores do Pe. Sousa Costa (e que beneficiou ainda da sua douda orientação) – editámo-lo sob o título “Os diálogos do livro *Horologium Fidei*, o Infante D. Henrique e a problemática filosófica pré-renascentista”, Viseu, *Infante 94, Actas do Congresso Infante D. Henrique, Viseu e os Descobrimientos*, [27-29 de Maio de 1993], 1995, pp. 21-52.

<sup>5</sup> Manuel Cadafaz de Matos, “Ideologia e práticas de representação antonianas na cultura ocidental do Renascimento. A imagem de Santo António na iconografia e na História do livro quinhentista”, in *Congresso Internacional Pensamento e Testemunho (Porto, Coimbra, Lisboa, 25-30 de setembro de 1995)*,



doso Mestre, A. D. Sousa Costa<sup>8</sup> – tivemos ensejo de visitar na capital francesa, com efeito, alguns dos lugares a que esse filósofo britânico ficou ligado, quando aí viveu no século XIII. Aí pudemos preparar, também, o breve estudo que votámos quer ao tratado (de Lopes Rebelo), *Do Governo da República pelo Rei*, quer a um outro do mesmo autor, sobre a *Produção das Pessoas no Divino* (ambos em versão portuguesa pelo Dr. Miguel Pinto de Meneses)<sup>9</sup>.

São algumas dessas nossas investigações (de 1998), em evocação de João Duns Escoto, que agora aqui damos aos prelos, neste período de centenário.

## I

### 1. Reflexos de João Duns Escoto na filosofia de Diogo Lopes Rebelo

Registe-se que Diogo Lopes Rebelo se afirma neste seu livro *Do governo da república pelo rei* – que hoje se admite ser ligeiramente posterior (num plano de produção cronológica) ao outro de sua autoria intitulado *Tratado da produção das pessoas [no divino]*<sup>10</sup> – também como um devoto leitor de João Duns Escoto (c. 1266-1308)<sup>11</sup>. Esse apego à obra do filósofo que cursara em Oxford, antes de passar a viver em Paris<sup>12</sup>, já havia, aliás, sido uma constante em diversos outros pensadores portugueses antes dele<sup>13</sup>.

<sup>8</sup> A. D. Sousa Costa, “Mestre Frei André do Prado, desconhecido escotista português do séc. XV”, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, 23 (1967), 293-337.

<sup>9</sup> Manuel Cadafaz de Matos, “Diogo Lopes Rebelo, um pré-humanista na sua modernidade, visto à luz da edição tipográfica (quatrocentista) parisiense das suas obras”, in *Diogo Lopes Rebelo, Do Governo da República pelo Rei, Tratado das Produções das Pessoas. [Divinas]*, Lisboa: Centro de Estudos de História do Livro e da Edição – CEHLE e Edições Távola Redonda, 2000, pp. VII-LXV.

<sup>10</sup> A. B. Wolter, na sua obra *The Philosophical Theology of John Duns Scotus*, M. McCord Adams editor, Ithaca/ Londres, 1990, questiona-se sobre o período da (curta) vida de Duns Escoto em que ele terá escrito o *Tratado do Primeiro Princípio*. Num seu outro trabalho, *The Transcendentals and their function in the Metaphysics of Duns Scotus*, Nova Iorque, 1946, o mesmo autor sustenta, com efeito, que esse *Tratado do Primeiro Princípio* se deve contar entre as últimas obras do filósofo escocês, “se não mesmo a última”.

<sup>11</sup> Odulf Schäfer, O.F.M., “Resenha abreviada da bibliografia escotista mais recente (1954-1966)”, in *Revista Portuguesa de Filosofia, No sétimo centenário do nascimento de Escoto*, tomo XXIII, fasc. 3, Braga, Julho-Setembro de 1967, pp. 338-363.

<sup>12</sup> No outono de 1302, Duns Escoto inicia as suas lições em Paris. Tendo regressado, por breve tempo, a Oxford, já em 1304 se encontra de novo a leccionar na capital francesa. Aí se mantém até 1397, altura em que decide ir ensinar para a cidade de Colónia. Escoto acaba por falecer nesta cidade germânica em 8 de novembro do ano seguinte. Contava então pouco mais de quarenta anos, mas já deixava para a posteridade uma vasta obra. A argumentação deste filósofo escocês, segundo A. B. Wolter, in *The Philosophical Theology...*, edição ant. cit. (1990), é “talvez uma das mais elaboradas e pormenorizadas provas da existência de Deus construídas durante a Idade Média”.

<sup>13</sup> Francisco de Coimbra fora seu discípulo em inícios do século XIV em Paris. “Quando em fins de Junho de 1303 Duns Escoto, por se recusar a subscrever as acusações de Filipe o Belo contra o papa Bonifácio VIII, foi expulso de Paris, com ele e pelo mesmo motivo foi dali expulso Frei Francisco de Coimbra seu discípulo que lhe ouvia o curso das Sentenças”, regista F. Félix Lopes, O. F. M., “As doutrinas escotistas na cultura e escolas de Portugal”, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, 1967, pp. 235-249 (em particular in p. 239). O mesmo autor franciscano estabelece ainda que Frei Pedro da Cruz, professo na Província de Portugal, publicou também, em fins do século XV, mais precisamente em 1500, na cidade de Veneza, duas obras em que discute as doutrinas escotistas intituladas *Questio de ratione subjecti primi scientiae secundum Johannem Scotum an ad entia rationis extendatur; e Summulae Joannis de Monte minoritae doctoris parisiensis super Petrum Hispanum ad mentem Doctoris Subtilis Joannis Scoti*. – São já depois do desaparecimento de Diogo Lopes Rebelo as edições de outras obras de portugueses sobre Escoto, nomeadamente uma de Frei Gomes de Lisboa, a *Questio perutilis...*, de Veneza, 1517 (que mereceu uma cuidada edição ao Pe. Joaquim Cerqueira Gonçalves); e uma outra de João Vígério, *Lectura in librum primum scripto Oxoniensi Scoti*, verificada em 1527.

Ao tratar de uma matéria com incidência na Filosofia política, o teólogo português estabelecido na cidade onde ensinara Escoto, detém-se em particular nas suas reflexões no tratado daquele mestre de Oxford intitulado *Resolutiones* [ou *Quaestiones*] *in quatuor libros sententiarum*<sup>14</sup>. Tal verifica-se, sobretudo, nos cap<sup>o</sup>s. IV, VIII, XIII, e XIV.

Pode estabelecer-se, em resumo, que enquanto Diogo Lopes Rebelo utiliza neste tratado *Do governo da república pelo rei*, o livro de Escoto intitulado *Resolutiones in quatuor libros sententiarum*, no seu *Tratado da produção das pessoas no divino segue*, no essencial, o *Tratado do primeiro princípio*, do mesmo filósofo inglês.

Podemos ainda interrogar-nos se existem alguns traços que denotem confluência entre o pensamento de Diogo Lopes Rebelo e de outros pensadores portugueses de várias gerações que o antecederam, neste âmbito preciso da filosofia política e da soberania régia.

Num plano de produção teológica, por um lado, a sua obra – em particular aquela que produziu anteriormente à redacção do tratado *Do governo da república pelo rei* – associa-se, com efeito, à do seu compatriota Frei João Sobrinho<sup>15</sup>. Neste seu tratado de inspiração manuelina (*Do governo...*), ele já patenteia outro género de influências textuais. Descendo do reino de Deus ao reino dos homens, o filósofo repensa as artes do amor e as artes da guerra.

É neste segundo âmbito específico que Diogo Lopes Rebelo pode ter também algumas linhas de confluência de pensamento em relação a outros autores portugueses de gerações que o antecederam. Encontra-se, assim, em comunhão com o pensamento vegeciano presente em D. Duarte (1391-1438), no seu *Leal Conselheiro*.

O Professor do colégio de Navarra, referindo-se às duas virtudes que deve ter o monarca, a fortaleza e magnanimidade, estabelece que elas já “vigoraram outrora entre os romanos”. Eles “mereceram o nome de senhores do mundo, segundo o testemunho de Vegécio, no *Da arte militar*, o qual afirma que os romanos alcançaram o império do mundo, não pela multidão das gentes, mas pela prudência dos cônsules, e pela virtude da fortaleza e perícia militar”.

Este passo de Diogo Lopes Rebelo, como leitor de Vegécio<sup>16</sup> apresenta a sua natural correspondência com a leitura que D. Duarte fez desse mesmo tratado<sup>17</sup>.

Esta leitura de Vegécio pelo teólogo português – e tendo ainda no seu horizonte o recém-entronizado D. Manuel – implica uma vez mais que tenham em linha de conta alguns aspectos da filosofia da guerra neste período. Não distante dos pressupostos do *De Bello* erasmiano, ele tinha no seu horizonte teórico, como anteriormente referimos, o conceito de uma guerra “justa”.

## 2. Alguns dados sumários para o registo catalográfico do *Tractatus de productionibus personarum*, de c. 1493 a 1495

A presente edição conclui-se com a edição do *Tratado das produções das pessoas no divino*. Embora já se tenha escrito, por diversas vezes, que esta foi impressa em

<sup>14</sup> Existem várias edições incunabulares que eventualmente poderiam ter existido na biblioteca do colégio de Navarra, de que se poderá ter servido este autor português. É o caso das de Bolonha 1478; Veneza 1477-1478; Nuremberga, 1481, Veneza 1481, Veneza 1490, respectivamente identificadas no catálogo de Craviotto sob os n<sup>o</sup>s. 2196-2200.

<sup>15</sup> Veja-se o tratado deste autor (que mereceu uma recente edição por parte de Moses Amzalak), intitulado *De Justitia commutativa*, referenciado por Artur Moreira de Sá em notas aos cap<sup>o</sup>s. I e XI deste tratado de Diogo Lopes Rebelo (v. p. 183 e p. 211, adiante).

<sup>16</sup> Esta obra de Vegécio havia sido editada, não muito antes de o teólogo português escrever o seu tratado, referenciando Craviotto uma edição “Pisciae”, de 1488 (n<sup>o</sup> 6001).

<sup>17</sup> Artur Moreira de Sá remete, com efeito, para o *Leal Conselheiro*, na edição de Piel, Lisboa, 1942, p. 215.

Paris, presumivelmente na oficina de Guy Marchant, c. de 1497, as nossas investigações apontam para que tal tenha sucedido um pouco antes, entre 1493 e 1495 (ou, segundo outros historiadores do livro, entre 1493 e 1500<sup>18</sup>).

Trata-se de uma obra de pequeno formato que não ocupa mais do que dois escassos cadernos, num total de (apenas) 14 fls. impressas. Por razões que desconhecemos o impressor atrás referenciado deixou todo o espaço da fl [1] r<sup>o</sup>. e v<sup>o</sup>. em branco.

De formato *in 4<sup>o</sup>*, essas 14 (2) folhas apresentam as seguintes assinaturas: a8, b8. Este incunábulo existe, nomeadamente, na Biblioteca Nacional em Lisboa (inc. 516) e na Bibliothèque Municipale de Lyon, França (inc. 745) e é referenciado em catálogos usuais como os seguintes: C 3691, BGP II 73, Pell 7260 (7202) e Maria Valentina Mendes 1097.

As dimensões deste incunábulo – ao que nos confirmou por escrito o Dr. Guy Parguez, Conservador Geral Adjunto daquela biblioteca francesa (em resposta a uma nossa missiva de 1999) são: mancha de página (global) 183 x 128 mm; mancha de composição tipográfica, 129 x 82 mm.

Tivemos presentes, na realização do presente trabalho, quer uma reprodução do exemplar da BN (Lisboa), quer uma do da biblioteca lionesa. Em relação ao exemplar português, agradecemos ao Prof. Francisco Bethencourt, então director da Biblioteca Nacional, por ter autorizado em abril de 1998, quando da respectiva reprodução em microfilme, a sua utilização para este efeito; bem como ao Prof. Pedro Calafate, do Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa, por nos ter cedido cópia da reprodução do mesmo que detinha.

Reproduzimos o exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa, em virtude de estar caracterizado pela intervenção de um (ou mais) leitor(es) que em tempos remotos procedeu ao seu estudo e respectivas anotações no exemplar que lhe *pertencia*. São essas notas que também aqui reproduzimos em *fac-símile*, para o estudo das mesmas pelo leitor mais exigente.

### 3. Algumas das fontes directas (e indirectas) de Diogo Lopes Rebelo desta obra incunabular parisiense

Diogo Lopes Rebelo, na sua própria formação teológica, era um admirador confesso da obra do filósofo João Duns Escoto, o que se manifesta na redacção deste tratado (e em partes proporcionalmente menos significativas no texto de *Do governo da república pelo rei*, que escreverá pouco depois).

Este pensador português medieval, tomado de admiração por aquele filósofo escocês em inícios da década de noventa (do século XV), optou por uma apreciação das incursões teóricas daquele autor materializadas no *Tratado do Primeiro Princípio*. O resultado foi, assim, uma curta mas profunda obra, que preenche as referidas 14 folhas impressas (de um caderno de 16 fls.), intitulada *Tractatus de productionibus personarum*, editada naquela data em Paris.

Importa estabelecer, agora, algumas das principais fontes textuais a que recorreu Diogo Lopes Rebelo na redacção deste seu tratado filosófico. Este levantamento sumário permite, assim, também “arquitectar” uma história da leitura deste professor português ao serviço da universidade francesa de então.

<sup>18</sup> Francisco García Craviotto, no *Catálogo General de Incunables en Bibliotecas Españolas* (2 vols.), Madrid: Dirección General del Libro y Bibliotecas, 1989 (passamos a referenciar esta obra como *CGIBE*), identifica esta edição sob o n.º. 4869, identificando o exemplar do incunábulo existente na Biblioteca Colombiana. Esta é, com efeito, uma das cópias da presente obra de Diogo Lopes Rebelo existentes na Península Ibérica, para além da existente na biblioteca Nacional de Portugal.

### 3.1. Pensamento grego e latino anterior ao Cristianismo (Grécia e império romano)

O pré-humanista português foi também um leitor e comentador atento – para além do tratado de João Duns Escoto (de que trataremos mais adiante) – da obra de Aristóteles. Ele recorre, por exemplo, em mais de uma passagem, ao tratado *De Physica*. Descortina-se ainda, numa ou noutra passagem, a sua predileção pela *Historia animalium*, do mesmo autor.

Esta última obra de Aristóteles, aliás, tinha conhecido nos meios universitários em Paris, entre os séculos XIII e XV, uma significativa popularidade. Um dos casos que podem ilustrar esta vertente é o códice iluminado dessa *Historia animalium*, produzido em Paris, c. de 1280, hoje existente no Merton College, em Oxford, na Grã-Bretanha<sup>19</sup>.

O autor português, na primeira parte desta sua obra (tratando de duas proposições distintas), referencia, por seu lado, os Livros VII e III da *Metafísica* do mesmo autor. Um pouco adiante, transcreve o espírito de uma passagem do Livro III do *De Anima*, também do filósofo estagirita.

O antigo mestre de Gramática de D. Manuel está também atento a questões hermenêuticas. Evidencia, ainda, os seus conhecimentos nesse âmbito – a um nível mnemónico ou não (neste caso tendo a fonte impressa junto a ele quando da redacção deste seu tratado) – quando trata, na parte final deste seu tratado do Livro II do *Perihermeneias*.

O estagirita é ainda mencionado – embora numa transcrição curta e ocasional – através de uma passagem do seu tratado *Posteriores*, Livro I, o que sucede quando trata das formas do *entendimento* no Pai.

### 3.2.-3.3. Bíblia: fontes veterotestamentárias e novitamentárias

Este tratado do filósofo português quatrocentista, no respeitante ao levantamento das fontes essenciais do seu conteúdo, permite a identificação quer de autores do período anterior ao Cristianismo, quer de outros intelectuais da Alta e Baixa Idade Média. No que concerne a fontes bíblicas não se serviu – pelo menos que sejam directamente visíveis – de outras para além daquela, retirada de o livro do *Apocalipse* de João<sup>20</sup>, x, 29.

Nesta curta passagem bíblica regista-se: “Meu Pai, que mas deu, é maior que todas as coisas”. Comungando do espírito de João Duns Escoto, Diogo Lopes Rebelo convida os seus leitores a um reconhecimento e aceitação dos valores da omnipresença e da omnivivência do Pai.

<sup>19</sup> O conteúdo deste códice apresenta algumas afinidades com o de Aldobrandino de Siena, *Regime do corpo*, produzido em Lille, França, c. de 1285 (British Library, Ms. Sloane, 2435), considerado como um “manual de sexualidade” medievo. Em relação ao referido códice *Historia animalium*, de Aristóteles (Merton College, Ms. 271), o comentador ou tradutor medievo parisiense – detendo-se no Livro IX e tratando de aspectos relativos à fecundação e procriação humanas – ostenta uma iluminura curiosa. São apresentados, em dois planos, primeiramente uma mulher e um homem em acto amoroso físico; e, de seguida, a mesma mulher, já com um filho nos braços. As figuras dos adultos são encimadas pela representação de dois coelhos (frente a frente) que, por ostentarem um cromatismo diferenciado, podem induzir para a presença de macho e fêmea. O casal de coelhos e o casal humano parecem, assim, indiciar uma representação procriativa em afinidade. – Remete-se a este respeito para Michael Camille, *The Medieval Art of Love. Objects and subjects of Desire*, Londres: Laurence King Publishing, 1998, p. 144.

<sup>20</sup> Em relação a outros comentários (também) publicados em Paris sobre o *Apocalipse* de S. João, desta feita da responsabilidade do teólogo Ioanne Gagnaeio, remetemos para a edição (atrás referenciada na n. 62) “D. Ioannis Apocalyps. in brevissima scholia recens edita” (sic), in *Brevissima & facillima in omnes divi Pauli epistolae scholia, ultra priores editiones, ex antiquissimis Graecorum authoribus, abunde locupletata...*, Paris: Oficina de Simonem Colinaeum, 1543 [na LHITIPOR], fl. 199 rº. - fl. 212 vº.

### 3.4.-3.5. Pensamento latino e grego pós-cristão: período dos Doutores (e outros Padres) da Igreja

Em relação ao primeiro destes dois pontos, não são facilmente detectáveis neste seu tratado influências de autores (de entre os séculos I e IV) como Lucano, Suetónio, Diógenes de Laércio ou Vegécio, presentes como vimos atrás naquele seu outro tratado. No que respeita, por seu lado, ao segundo daqueles pontos, constata-se a presença, entre outros autores, de Dionísio [séc. V-VI].

O responsável pela obra aqui em estudo aprecia, pelo menos, duas passagens do tratado de Dionísio *De divinis nominibus*. Fá-lo para se documentar em relação a aspectos da perfeição simples, analisando as pessoas *no divino*.

Um dos autores que o português mais segue nesta sua obra é, sem dúvida, Santo Agostinho [354-430]. Esse seu procedimento é justificado, no essencial, por se encontrar em comunhão de espírito com os ensinamentos do mais famoso dos Doutores e Padres da Igreja no tratado *Da Trindade*. Não deixa de ser curioso verificar que praticamente todas as citações deste autor são retiradas do Livro I deste tratado agustiniano.

De um período ligeiramente posterior, Gregório I ou Gregório Magno [c. 540-604] vê também os seus ensinamentos serem objecto de reflexão por parte do teólogo do colégio de Navarra. A sua inclusão no âmbito de tão grandes mestres justifica-se pelo facto de também ele referir que as coisas da fé não podem ser provadas pela razão natural, pois “doutro modo a fé não teria mérito”.

### 3.6. Alta e Baixa Idade Média cristã

No que respeita a este período específico, o teólogo português fixado em Paris segue neste seu tratado os ensinamentos de, entre outros, Anselmo [1033-1109], Pedro Lombardo [c. 1100-1160], Tomás de Aquino [1225-1274], ou – num âmbito mais alargado e como já referimos atrás – João Duns Escoto e, ainda (em reduzida dimensão), Henrique de Gand [c. 1240-1293] ou Francisco de Meyronnes [1288-c.1325/1328].

De Anselmo<sup>21</sup>, por seu lado, Diogo Lopes Rebelo identifica o *Monologion*, 15, logo na abertura deste seu tratado. Toma essa atitude ao referir-se ao domínio da *perfeição*.

Em relação a Pedro Lombardo, é bem manifesto neste tratado do ex-Mestre de Gramática do Duque de Beja que ele acolheu e seguiu com particular simpatia – tal como, aliás, era frequente por parte dos teólogos da época – os ensinamentos das *Sentenças* desse autor. No que respeita aos quatro livros das *Sentenças*<sup>22</sup>, é sabido que este teólogo português do Colégio de Navarra identifica, no essencial do seu conteúdo, passagens do Livro II<sup>23</sup> daquele que considera como *Mestre das Sentenças*.

Essa aproximação de Diogo Lopes Rebelo ao espírito teológico do filósofo da Lombardia advém do facto de ele querer provar a perfeição divina. Ao que regista o português

<sup>21</sup> Remete-se para *Santo Anselmo, Proslogion, seguido do Livro em Favor de um Insensato, de Gaunilo, e do Livro Apologético*, tradução, introdução e comentários de Costa Macedo, Lisboa: Porto Editora, col. “Filosofia-Textos”, n.º 10, 1996.

<sup>22</sup> Vimos atrás (e remetemos para a n. 68 deste nosso trabalho) que uma das muitas edições que no século XVI chegavam a Portugal com esta prestigiada obra do teólogo Pedro Lombardo foi a intitulada *Petri Lombardi Episcopi Parisiensis Quadripartitum Opus, Nostre Christianis. decreta & orthodoxorum theologorum Sententias...* Paris: Oficina de Jean Petit, Poncetum le Preux e Ambrosium Girault, 1536 (uma das várias edições quinhentistas deste autor existentes na LITHIPOR).

<sup>23</sup> *Vide* (na edição constante da n. anterior) esse Livro II entre fls. CVr.º. e CLXXXr.º., a que se seguem “Tituli” e “Tabula”, referentes a esse mesmo livro sem dúvida que de grande utilidade para o investigador.

criador, redentor e glorificador são essenciais porque convêm às três pessoas e, no entanto, não são perfeições simples, visto que... existindo eles em Deus em certo tempo, seguir-se-ia que haveria em Deus uma perfeição simples que seria temporária e não eterna, o que é falso e herético dizer.

De Tomás de Aquino identifica pelo menos uma passagem, em que ousa contradizer uma afirmação do Mestre que segue e aprecia. É seu propósito, neste aspecto particular, distanciar-se de uma conclusão do autor da *Summa Theologica* de que, se o Espírito Santo não procedesse do Filho, não se distinguiria dele.

### 3.6.1. João Duns Escoto, o inspirador

João Duns Escoto, por seu lado e pelas razões atrás aduzidas, é o filósofo por excelência que, a cada passo, está presente neste tratado do mestre teólogo português. Se o religioso do século XIII, por um lado, é a fonte inspiradora do pensamento no divino, por outro, também não dispensa os comentários da parte do português.

Perante a responsabilidade científica de partilhar com o público a primeira edição portuguesa do *Tratado sobre as produções das pessoas [no divino]*, de Diogo Lopes Rebelo – autor que segue *pari passu* o *Tratado do Primeiro Princípio*, de João Duns Escoto – importa, em termos metodológicos, tomar por base o *cânone* da edição latina deste tratado do escocês<sup>24</sup>.

Há por outro lado, no âmbito de uma confluência com outros trabalhos do mesmo autor do século XIII, que tomar em linha de conta os textos estabelecidos em outras edições, nomeadamente no que concerne a uma das mais prestigiadas edições quinhentistas do filósofo de formação oxoniense. É o caso – e mesmo tomando em linha de conta que neste estudo nos votamos apenas à análise das obras de Duns Escoto no período incunabular – da edição lionesa de 1520, preparada por Antonio de Sanctis Tarvisino e que engloba, nomeadamente,

I  
*Tabula prima materierum [sic] disputarum;*  
*Tabula diffinitionum Tertia in ordine, et divisionum Quarta;*  
*Sectio quinta Scientialium [sic] Regularum ac Theorematum, cui annectitur notabilium prepositionum. Tabula Sexta de mente doctoris Subtilis...*  
*Octava sectio Tabule generalis in qua artificiosum epithoma scibilium seu Mare magnum Scoticarum speculationum et universis...*

II  
*Quaestiones quolibetales (prima - vigesima prima);*

III  
*Disputationes collationales (I – XX18)<sup>25</sup>.*

---

<sup>24</sup> Tem vindo a decorrer, a um ritmo ponderado (e com trabalhos meticulosos) a vulgarmente designada por “edição Vaticana” de João Duns Escoto. Trata-se, já se vê, da edição crítica dos *Opera Omnia*. Da *Ordinatio* tínhamos conhecimento (até recentemente) da publicação dos primeiros sete volumes. Para efeitos deste nosso trabalho seguimos a edição *Johannes Duns Scotus. Abhandlung über das erste Prinzip*, com estabelecimento do texto por W. Kluxen, Darmstadt, Alemanha, 1979. Temos presente, de igual modo, a edição *Tratado acerca del Primer Principio*, com texto estabelecido por F. Alluntis, Madrid, 1989.

<sup>25</sup> Desta edição, em três tomos (encadernados num só), da cidade de Lyon – dos prelos dos Giunta, também ali estabelecidos – existe um exemplar na nossa biblioteca.



Um dos frontispícios dos *Opera*, de João Duns Escoto: as *Quaestiones quolibetales*, Lyon, 1520 (LHITIPOR)

Nesta área de pesquisas da Filosofia medieval escotista, com vista a um entendimento mais profundo das proposições do *Tratado sobre as produções das pessoas [no divino]*, de Diogo Lopes Rebelo, que adiante se publica, entende-se ser ainda do maior interesse tomar por referência alguns dos estudos primordiais por alguns dos mais credenciados analistas do autor do *Tratado do primeiro princípio*. É o caso dos estudos escotistas, sem dúvida que (ainda) precursores de, entre outros, E. Gilson<sup>26</sup> ou Paul Vignaux<sup>27</sup>.

Já em fins do século XV, Diogo Lopes Rebelo, dada a multitude de interesses de João Duns Escoto ante uma mundivivência do espírito do *divino*, procurou no essencial, nesse seu tratado de meados da década de noventa, aprofundar algumas ideias do *Tratado do primeiro princípio* (que recentemente mereceu a Mário Santiago de Carvalho, do Instituto de Filosofia da Universidade de Coimbra, uma cuidada edição<sup>28</sup>). Para além desse modelo de intervenção o filósofo português procurou, também, estabelecer o seu comentário às proposições que suscitaram o seu particular interesse, tendo tal sucedido em grande número.

A Diogo Lopes Rebelo (e a este seu trabalho de exame de fontes), numa postura do filósofo que vai progredindo de *proposição* em *proposição*, pode hoje concluir-se que nada daquele tratado do século XIII lhe foi estranho. O português, dotado de um profundo conhecimento das questões teológicas escotistas, afirma-se, aí, ora em consonância com aquele autor e comungando dos seus princípios, ora distanciando-se criticamente dele.

<sup>26</sup> E. Gilson, *Jean Duns Scot, Introduction à ses positions fondamentales*, Paris, 1952.

<sup>27</sup> Paul Vignaux, “Recherche métaphysique et théologie trinitaire chez Jean Duns Scot”, in *Aquinas*, 1962, pp. 1-23; idem, “Infini, liberté et histoire du salut”, in *Acta Tertii Congressus Scotistici Internationalis, Roma, 1972*, pp. 495-507; idem, “Lire Duns Scot aujourd’hui”, in *Regnum hominis et regnum Dei, Acta Quarti Congressus Scotistici Internationalis* (1976), Roma, 1978; idem, “Métaphysique de l’Exode, philosophie de la religion à partir de De Primo principio selon Duns Scot”, in *Rivista di Filosofia neoscolastica*, LXX, 1978, pp. 135-148.

<sup>28</sup> João Duns Escoto, *Tratado do Primeiro Princípio*, tradução do latim e nota introdutória por Mário Santiago de Carvalho, Lisboa: Edições 70, col. “Textos Filosóficos”, n.º. 43, 1998.

Uma leitura comparativa dos tratados do escocês<sup>29</sup> e do português leva inequivocamente à conclusão de que, quando da redacção do seu texto, Rebelo tinha presente uma edição daquele tratado do mestre oxoniense. Não andaremos, decerto, muito longe da verdade, se admitirmos que ele tinha consigo – porventura pertencente à rica biblioteca do Colégio de Navarra, a edição de João Duns Escoto, *Quaestiones quodlibetales. De Primo rerum principio* [Veneza, Bernardinus Riccius, 1490]<sup>30</sup>.

Esse *Tratado do Primeiro Princípio* encontra-se subdividido em quatro partes. Para além de um capítulo I, ou secção introdutória<sup>31</sup>, ele apresenta um capítulo II em que, desenvolvidamente, apresenta 16 conclusões. Nestas o autor prova desde “não há coisa nenhuma que esteja essencialmente ordenada a si mesma” até “todo o *finito* é excedido”<sup>32</sup>.

O capítulo III desse tratado, por sua vez, engloba 19 conclusões. Principiando por verificar que “nos entes, existe alguma natureza *efectiva*”, explícita, no final desta secção, que “uma única natureza existente é primeira em relação a qualquer outra...”<sup>33</sup>.

<sup>29</sup> Nessa leitura comparativa, no que concerne a João Duns Escoto, seguimos os dados do índice da edição constante da nossa nota anterior. – Importa esclarecer que, sendo o âmbito específico da nossa especialidade a História do Livro e não a Filosofia medieval, não estamos dotados de conhecimentos que nos permitam um debate profundo dos temas tratados por Escoto neste seu tratado. A inserção em nota, como se segue adiante, dos sumários de cada um dos capítulos desta obra do filósofo do século XIII, poderá permitir aos especialistas análises comparativas do texto de Escoto com o ultimado por Diogo Lopes Rebelo. É esse, de facto, o nosso único intuito.

<sup>30</sup> Incunábulo referenciado no Catálogo de Craviotto, sob o n.º. 2192. É muito mais provável que dispusesse dessa edição do que da intitulada *Quaestiones in Aristotelis Metaphysicam. De primo rerum principio*, Veneza Bonetus Locatellus, *impens.* Octaviani Scoti, 20 de novembro de 1497 (catálogo Craviotto, n.º. 2194), na medida em que, quando tal edição foi terminada, já teria sido concluído o trabalho de colação de fontes por parte de Diogo Lopes Rebelo, como se procurou provar, atrás, neste nosso trabalho.

<sup>31</sup> Aí João Duns Escoto apresenta quatro curtas intervenções, que referencia como da primeira à quarta divisão.

<sup>32</sup> São estas as conclusões do pensador escocês neste seu capítulo II (sendo as designações das conclusões, em língua portuguesa, da responsabilidade de Mário Santiago de Carvalho, que seguimos neste passo): 1 - Que não há coisa nenhuma que esteja essencialmente ordenada a si mesma; 2 - O círculo é impossível em qualquer ordem essencial; 3 - O que não é posterior ao anterior também não o é ao posterior; 4 - O que não é “finito” não é “efectuado”; 5 - O que não é “efectuado” não é “finito”; 6 - O que não é “efectuado” não é “materiado”; 7 - O que não é “materiado” não é “formado” e vice-versa; 8 - O que não é causado por causas extrínsecas, não é causado por causas intrínsecas; 9 - Os quatro géneros das causas, quando causam o mesmo, ordenam-se essencialmente; 10 - Se se comparam dois efeitos com uma mesma causa, ela ou é causa próxima ou é causa remota; 11 - Nem todo o efeito mais próximo de uma causa é causa de um efeito mais remoto da mesma causa; destarte, algum efeito é anterior, embora não anterior porque seja a sua causa; 12 - Nada depende essencialmente senão de uma causa ou de um efeito mais próximo de uma causa; 13 - Nem tudo o que é excedido depende essencialmente do eminente. Logo, o primeiro membro da primeira divisão não implica o segundo; 14 - Nem tudo o que depende é excedido por aquilo de que depende; 15 - A pluralidade nunca deve ser posta sem necessidade; e 16 - Todo o “finito [sic]” é excedido. Quanto à emenda de «*finido*», o tradutor desta obra para a língua portuguesa, Prof. Mário Santiago de Carvalho, docente de Filosofia Medieval na Universidade de Coimbra, opta pelo conceito de *finido*, em detrimento de *finito*, por entender que exprime assim melhor o pensamento de Duns Escoto na sua época.

<sup>33</sup> Aí se inserem as seguintes conclusões de Escoto: 1- Nos entes existe alguma natureza “efectiva”; 2 – Algum efectivo é absolutamente primeiro, isto é, nem efectivo nem efectivo em virtude de outro; 3 – Um efectivo absolutamente primeiro é incausável, porque é infectível e é efectivo independente; 4 - Um efectivo absolutamente primeiro existe em acto e uma natureza actualmente existente é efectiva dessa maneira; 5 – O incausável é em si mesmo necessário; 6 – A necessidade de existir por si pertence a uma só natureza; 7 – Nos seres há uma natureza que é finitiva; 8 – Algum finitivo é absolutamente primeiro, isto é, nem ordenável a outro nem apto por natureza a finalizar outros em virtude de outro; 9 - O primeiro finitivo é incausável; 10 – O primeiro finitivo existe em acto e esta primazia convém a uma natureza que exista em acto; 11 – Entre as naturezas dos seres há uma que é excedente; 12 – Alguma natureza eminente é absolutamente primeira em perfeição; 13 – A natureza suprema é incausável; 14 – A natureza suprema é uma natureza existente em acto; 15 – A tríplice primazia na referida tríplice ordem essencial, de eficiência, de fim e de eminência, pertence a uma mesma e única natureza existente em acto; 16 – É impossível que o mesmo ser dependa essencialmente de dois, em cada um dos quais termine totalmente a sua dependência; 17 – Qualquer primazia de causa extrínseca de um tipo pertence a uma única natureza; 18 – O primeiro efectivo é actualíssimo porque contém virtualmente toda a actualidade possível. O pri-

O Mestre que (antes de falecer na cidade de Colónia) bafejou os seus alunos parisienses com os seus sábios ensinamentos, apresenta, finalmente, no capítulo IV desse seu tratado, um conjunto de 11 conclusões, a nona das quais comportando sete vias. Trata aí de temas como “em si a primeira natureza é simples”, até, e dirigindo-se à divindade, “És o Deus único, além de ti não há outro, tal como disseste pelo Profeta”<sup>34</sup>.

## II

### 4. Alguns outros aspectos sumários da circulação dos textos de Duns Escoto em França (e na Alemanha) após o aparecimento na Europa das técnicas tipográficas

Na fase final da Idade Média, os estudos em torno da obra de João Duns Escoto e as respectivas edições, após o advento da era do *impresso* – que na sua maioria vieram a dar origem à recente edição (definitiva?) da Biblioteca Apostólica Vaticana<sup>35</sup> – vieram a dar origem a uma multiplicidade de tradições textuais escotistas, quer em França (como se viu no caso de Diogo Lopes Rebelo) e na Alemanha, quer na Itália ou na Península Ibérica. Em termos de *lectio* definitiva, os respectivos estemas, no âmbito da fixação definitiva dos textos de Duns Escoto, as questões de índole filológica ainda não se consideram definitivamente consolidadas no tocante aos testemunhos escritos deste pensador medieval oxoniense.

Há que estabelecer, com efeito, que os textos de Escoto vieram a conhecer uma natural e compreensível maior divulgação com o advento da era do impresso. Importa distinguir, no entanto, o que é hoje verdadeiramente considerado como sendo desse autor e aqueles textos que deverão obrigatoriamente ser referenciados (como o são de facto pela crítica, na especialidade), como “pseudo-Duns Escoto”. Continuaremos a seguir aqui, para o efeito, os textos de ambas as tipologias escotianas sumariamente descritos por Francisco García Craviotto<sup>36</sup>.

---

meio fim é óptimo porque contém virtualmente toda a bondade possível. O primeiro eminente é perfeito porque contém de modo eminente toda a perfeição possível; 19 – Uma única natureza existente é primeira em relação a qualquer outra na tríplice ordem referida, pelo que qualquer outra natureza é-lhe assim triplamente posterior.

<sup>34</sup> São estas as conclusões apresentadas neste último capítulo do *Tratado do Primeiro Princípio*: 1 - Em si a primeira natureza é simples; 2 - Tudo o que é intrínseco à suma natureza é-o sumamente; 3 - Toda a perfeição em sentido absoluto e em sumo grau é necessariamente inerente à suma natureza; 4 - O primeiro eficiente é inteligente e dotado de vontade; 5 - O primeiro causante causa de um modo contingente tudo aquilo que causa; 6 - Para a primeira natureza, amar-se é idêntico à natureza primeira; 7 - Nenhum acto de entender pode ser um acidente da natureza primeira; 8 - O entendimento do primeiro princípio entende sempre em acto, necessária e distintamente tudo o que é inteligível por natureza antes que o inteligível exista em si mesmo; 9 - És infinito e incompreensível para um ser finito? 10 - Da infinidade segue-se omnimoda simplicidade; e 11 - És o Deus único, além de ti não há outro, tal como disseste pelo Profeta.

<sup>35</sup> Remete-se para a edição crítica (iniciada em 1950 e ainda em curso), *Ioannis Duns Scoti Opera Omnia*, conhecida por *Edição Vaticana*, crítica mas ainda em curso, desde 1950; t. I: *Ordinatio*, Prologus, 1950; t. II: *Ordinatio*, l. 1, dist. 1-2, 1950; t. III: *Ordinatio*, l. 1, d.3, 1954; t. IV: *Ordinatio*, l. 1, d. 4-10, 1956; t. v: *Ordinatio*, l. 1, d. 11-25, 1959; t. VI: *Ordinatio*, l. 1, d. 26-48, 1963; t. VII: *Ordinatio*, l. 2, d. 1-13 1973; t. XVI: *Lectura in I Sent.*, l. 1, d. 1-7, 1960; t. XVII: *Lectura in I Sent.*, d. 8-45, 1966; t. 18: *Lectura in II Sent.*, d. 1-6, 1982. Uma das últimas edições – que hoje se consideram de referência no âmbito internacional dos estudos escotianos – intitula-se *Doctoris Subtilis et Mariani B. Ioannis Duns Scotis Ordinis Fratrum Minorum Opera Omnia Iussu et Auctoritate Rmi. P. Iosephi Rodriguez Carballo Totius Ordinis Fratrum Minorum Ministri Generalis Studio et Cura Commissionis Scotiscae ac Fidem Codicum Edita*. Vol. XXI, Civitas Vaticana, Typis Vaticanis, 2004.

<sup>36</sup> Francisco García Craviotto, *CGIBE*, edição ant. cit.

Deve estabelecer-se, antes do mais, que distam apenas poucos meses entre a primeira edição de uma obra de João Duns Escoto em França e na Itália. Quanto à França, tal ocorreu em Paris, em 1473, com a edição de *Quaestiones in quattuor libros Sententiarum*. Em Itália, porém, mais precisamente em Veneza – como se verá um pouco adiante – tal já se havia verificado em 5 de novembro de 1472, com a (conclusão dos trabalhos de impressão da) obra *Quaestiones in primum librum Sententiarum*, do mesmo autor.

Retomemos, deste modo, os primeiros casos de circulação dos textos de João Duns Escoto em França, no período dos primórdios da actividade tipográfica em Paris. Efectivamente no ano de 1470, Guillaume Fichet, professor de Retórica e Reitor da Sorbonne, e ainda João Heynlin, prior da Universidade, tinham tomado conhecimento da recente descoberta da arte tipográfica na Alemanha, mais particularmente em Mogúncia, graças aos trabalhos de Gutemberg e alguns companheiros de trabalho deste.

Essas duas figuras destacadas da vida universitária francesa chamaram então, a Paris, alguns mestres de arte tipográfica, para ali passarem a letra de forma alguns trabalhos de forma a pô-los ao alcance das comunidades de mestres e estudantes daquela cidade. Tais tipógrafos foram o já bem conhecido Ulrich Gering, que se associou ali a dois outros impressores alemães, Martin Krantz, natural de Stein e Michel Freiburger, natural de Kolmar<sup>37</sup>.

Tendo estes impressores deixado, num curto espaço de tempo, o seu nome associado à produção tipográfica incunabular cerca de duas dezenas de obras em latim, merece a nossa particular atenção o facto de uma das primeiras obras por eles impressas, em 1473, tenha sido precisamente a obra assim referenciada:

*Quaestiones in quattuor libros Sententiarum*. Gulielmus de Vorillon: *Vademecum vel collectarium opinionum super easdem quaestiones*. Parisiis. Udalricus [Gering, Martins [Crantz] et Michael [Friburger. 1473]<sup>38</sup>.

É um facto que hoje é bem conhecida a actividade destes impressores, magistralmente estudada por mestres como Lucien Febvre e Henri-Jean Martin<sup>39</sup>. O interesse pela obra de Escoto – presumivelmente depois da circulação daquela referida obra tipográfica parisiense por outros meios cultos e universitários franceses – deu, em breve, os seus próprios resultados. Provas disso é o facto de que, logo no ano seguinte, ocorreu em *Argentina*, ou seja, Estrasburgo, uma reimpressão da mesma obra, *Quaestiones in quartum librum Sententiarum*<sup>40</sup>.

Na mesma capital francesa, no entanto, outros impressores franceses, já ali em laboração, estiveram atentos à importância da obra de João Duns Escoto. Assim, num período mais tardio – e já de certo modo coincidente com aquele em que Diogo Lopes Rebelo imprimiu o já referido *Tractatus de productionibus personarum* – foi ali editada, em 1497 (com trabalhos finalizados em 23 de novembro), a obra do mestre oxoniense

*Quaestiones in quartum librum Sententiarum, una cum textu Petri Lombardi*, Parisiis. Andreas Bocard; *impens.* Johannis Richard, Johannis Petit et Durandi Gerlier<sup>41</sup>.

Pode estabelecer-se, de igual modo, que entre a primeira edição parisiense, atrás referenciada de João Duns Escoto em Paris – de 1473 como se viu – e a primeira edição incunabular germânica do mesmo autor referenciada por Francisco Craviotto, datam

<sup>37</sup> Jean-Claude Faudouas, «Ulrich Gering», in *Dictionnaire des Grands Noms de la Chose Imprimée*, (prefácio de Henri-Jean Martin), Paris : Éditions Retz, 1991, p. 72.

<sup>38</sup> Francisco Craviotto, *CGIBE*, n.º. 2205.

<sup>39</sup> Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, *L'apparition du livre*, Paris: Albin Michel, 1958.

<sup>40</sup> Francisco Craviotto, *CGIBE*, n.º. 2206.

<sup>41</sup> Francisco Craviotto, *CGIBE*, n.º. 2207.

nada mais nada menos do que oito anos. Tais trabalhos tipográficos, tendo tido lugar na cidade de Nuremberga, ficaram a dever-se ao impressor germânico Antonius Koberger.

Foi em 1481, com efeito, que naquela urbe alemã foi dada à estampa a obra do filósofo britânico *Quaestiones quodlibetales*<sup>42</sup>. Tudo parece indicar que, nesse mesmo período, aquele impressor pretendeu continuar a dar à estampa outros conhecidos tratados do mestre britânico. Resultado foi o aparecimento, no mesmo ano (e saídos da mesma oficina) de

*Quaestiones in quattuor libros Sententiarum*. Norimbergae. Antonius Koberger. 1481 ([14]81; 23 Abril; ([14]81; 19 Maio)<sup>43</sup>.

Deve estabelecer-se que, para o trabalho de impressão deste e de outros tratados (do mesmo autor) que viriam então a ser editados, muito contou a existência de uma significativa soma de códices com textos de Escoto, que chegaram até às mãos dos estudiosos, teólogos e filólogos na grande maioria. Não se deve esquecer, com efeito, que o mestre de Oxford ensinou – durante várias fases interruptas – nos *studia* de Paris. E bem provável que, nesse último quartel do período quatrocentista (ainda) subsistissem nessa cidade alguns códices com a fixação dos textos de alguns dos tratados desse pensador franciscano, aproveitados – em termos de edição tipográfica – por alguns mestres aí activos.

Foram esses eruditos – que laboravam em estreita colaboração com *ateliers* tipográficos como o de Gering – que se encarregaram, com efeito, de contribuir para que tais obras passassem da condição de *manuscritas* para a condição de *impressas*. Era o viver e o assumir de um novo paradigma cultural.

##### 5. A recensão de Duns Escoto em meios escolares na Itália do séc. XV (desde os estudos de Veneza e de Pádua aos de Bolonha e de Pavia)

Aborda-se, agora, a actividade de difusão, pela arte tipográfica, dos principais tratados de João Duns Escoto na Itália do século XV (não nos detendo, aqui, desta feita, sobre a circulação dos tratados do mestre britânico, em meios franciscanos e jesuíticos da Ásia Extrema<sup>44</sup>). Tendo estas acções tipográficas transalpinas ocorrido a par da actividade similar em França e da Alemanha, verifica-se que tanto em Veneza como em Pádua ou Bolonha tal antecedeu ligeiramente, num plano cronológico (como já se disse), o verificado em cidades francesas.

No plano da circulação de códices de João Duns Escoto em Itália, é de não esquecer, a propósito, que quer em meios intelectuais no Vaticano, em plena Idade Média, quer em outros, das mais variadas regiões do interior da Itália – como no mosteiro do

<sup>42</sup> Francisco Craviotto, *CGIBE*, n.º. 2190.

<sup>43</sup> Francisco Craviotto, *CGIBE*, n.º. 2198.

<sup>44</sup> Em síntese bastará referir que numa grande China, os jesuítas tiveram um papel significativo na difusão do pensamento de Duns Escoto (tal como sudera, aliás, no Indústão, com a sua afirmação dos tratados de S. Boaventura). Veja-se, a título de exemplo que na Biblioteca dos Jesuítas de Pequim existiram, entre outras, edições como a *Philosophia Scoti*, por Jean-Gabriel Boyvin, OMObs. (Paris, 1681); a *Theologia Scoti*, fixada pelo mesmo (Paris, 1671); as *Quaestiones Quodlibetales*, 4 vols. (Paris, 1519); *Super Sententias*, fixadas por Salvator Batolucio (Veneza, 1680); *Commentaria in Primum Librum Sententiarum*, em fixação de Petrus Posnaniensis (Mogúncia, 1612); ou *Commentaria in Tertium Librum Sententiarum*, fixado por Francesco Pitigiani (Veneza, 1613). – Remete-se (para além dos volumes antológicos da *Sinica Franciscana*) para *Catalogue de la Bibliothèque du Pé-T'ang*, Pequim: Imprensa dos Lazaristas, 1949. Veja-se, de igual modo, o estudo de Achilles Meersman, OFO, “The Institution of Commissaries General for the Portuguese Franciscans in the East”, in *Archivum Franciscanum Historicum*, vol. 59, 1966, pp. 105-138.

Valle d’Aosta (onde o oxoniense foi copiado e estudado nesses tempos medievos) – o filósofo britânico foi não apenas analisado em profusão como também comentado. Foi precisamente a partir desses códices transalpinos que alguns mestres – inclusivamente religiosos da família Franciscana – passaram a estabelecer as respectivas *lições de texto* de tais tratados<sup>45</sup> que, a partir do último quartel do século XV, passaram para o domínio do impresso.

Fora efectivamente em 5 de novembro de 1472 que Vindelínus de Spira dera por terminada a impressão, em Veneza, de uma das mais antigas obras de Duns Escoto que conhecemos como difundida pelas técnicas do impresso, o já aludido tratado *Quaestiones in primum librum Sententiarum*. Esta destinara-se, como se presume, a meios escolares quer de cidades italianas quer de outras cidades europeias, para onde foi exportada.

Tudo parece indicar que essa primeira obra conheceu um êxito significativo, na sua recepção nos referidos meios escolares. Prova disso é que quer este quer outros impressores que laboravam (ou passaram a laborar), naquela e em outras cidades italianas, em breve passaram a editar outros tratados do mesmo mestre oxoniense.

É evidente que os prelos da cidade de Veneza tiveram, naturalmente, um papel precursor – no momento em que as edições de Aristóteles<sup>46</sup> beneficiavam aí de uma particular circulação pelo impresso – em todo este processo da difusão do pensamento escotiano também em letra de forma. Há que registar, no entanto, que em breve outras cidades como Bolonha e Pádua passaram, também elas, a ver ser aí editados, de igual modo, esses mesmos tratados do filósofo britânico. Numa leitura necessariamente transversal (e sumária), vejamos-se, pois, as principais edições incunabulares escotianas de Veneza<sup>47</sup>:

### 5.1. A edição incunabular escotiana em Veneza

- *Quaestiones in primum librum Sententiarum*, Veneza, 1472, 5 de novembro, Vindelínus de Spira (CGIBE, 2202);

- *Quaestiones in primum librum Sententiarum*, Veneza, 1472, 19 de novembro, [Tip. epónima], impens. Antonii [Miscomini] Bononiensis et Christophori Bellapiera, (CGIBE, 2203);

- [in Johannes de Colonia] *Quaestiones selectae ex libris Joh. Duns Scoti in libros Sententiarum Metaphysicorum, De anima et quodlibetales, abbreviatae et per alphabetum ordinatae*, Veneza, [c. 1476-77], Vindelínus de Spira (CGIBE, 3211);

- *Quaestiones quodlibetales*, Veneza, 1477, 7 de outubro, Johannes de Colonia et Johannes Manthen (CGIBE, 2189);

---

<sup>45</sup> Está ainda por estabelecer, numa perspectiva global e transversalizante, um estudo exaustivo sobre as famílias/tipologias de códices italianos com tratados de Duns Escoto e o respectivo aproveitamento para o terreno do impresso. Importa enaltecer, no entanto, o relevante papel desempenhado neste processo pelo P. Balic. Veja-se, por exemplo, o seu trabalho na *Grande Antologia Filosófica*, Milão, 1954, vol. IV, pp. 1335 e sgts.; e, do mesmo Pe. Balic, “Au sujet de l’édition critique des oeuvres de Jean Duns Scot”, *L’homme et son destin*, 1960, pp. 229-239.

<sup>46</sup> Remetemos para Manuel Cadafaz de Matos, “Unidade e diversidade das edições impressas, de e sobre Aristóteles, entre os séculos XV e XVI: I - As edições italianas de Aristóteles nas três últimas décadas do século XV (para a história da edição aristotélica na Itália do Renascimento)”, in *A Apologia do Latim* In Honorem Dr. Miguel Pinto de Meneses (1917-2004) vol. I, Lisboa, Centro de Estudos de História do Livro e da Edição – CEHLE, pp. 251-282; e, id., “Os estudos aristotélicos (e averroístas) em Veneza e Pádua ao longo do século XVI”, in *Revista Alpha*, Revista da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Patos de Minas, Ano 9, n.º. 9, Patos de Minas, Brasil, novembro de 2008, pp. 192-211.

<sup>47</sup> É óbvio que não pretendemos que esta listagem de impressos incunabulares transalpinos (nem também os referenciados como franceses e alemães), de João Duns Escoto, seja considerada exaustiva.

- *Quaestiones in quattuor libros Sententiarum*, Veneza, [1477, 26 de julho / 1478, Janeiro], Johannes de Colonia et Johannes Manthen (*CGIBE*, 2197);

- *Quaestiones quodlibetales*, Veneza, 1481, 14 de Novembro, Johannes Herbort, *impens.* Johannis de Colonia, Nicolai Jenson et sociorum (*CGIBE*, 2191);

- *Quaestiones in quattuor libros Sententiarum*, Veneza, 1481, 10/22/13 de Novembro, Johannes Herbort, *impens.* Johannis de Colonia, Nicolai Jenson sociorum-que (*CGIBE*, 2199);

- *Quaestiones in quattuor libros Sententiarum*, Veneza, [1490], 17 de julho, 3 de Março, 21 de Abril, 3 de Novembro (*CGIBE*, 2200);

- *Quaestiones quodlibetales, De primo rerum principio*, Veneza, [1490], Bernardinus Ricius (*CGIBE*, 2192);

- *Quaestiones in Aristotelis Metaphysicam. De primo rerum principio*<sup>48</sup>, Veneza, 1497, 20 de novembro, Bonetus Locatellus, *impens.* Octaviani Scoti (*CGIBE*, 2194);

- *Quaestiones in quattuor libros Sententiarum, cum textu Petri Lombardi*, Veneza, 1497, 18 de dezembro, Bonetus Locatellus, *impens.* Octaviani Scoti (*CGIBE*, 2201);

- *Quaestiones quodlibetales*, Veneza, 1497/98, 3 de fevereiro, Bonetus Locatellus, *impens.* Octaviani Scoti (*CGIBE*, 2193);

- *Quaestiones in Aristotelis Metaphysicam. De primo rerum principio*<sup>49</sup>, Veneza, 1499, 20 de Agosto, Johannes [Hamman] Hertzog, *impens.* Andreae [Torresani] de Asula (*CGIBE*, 2195);

## 5.2. A edição incunabular escotiana entre Pádua, Bolonha e Pavia

Num certo paralelismo, enquanto decorria a acção tipográfica incunabular veneziana com vista à acção de difusão dos principais tratados de Escoto, também na cidade vizinha de Pádua se registou um movimento similar nesse mesmo sentido. Tal decorreu, embora, em muito menores proporções, na medida em que, reconhecidamente, as obras saídas dos prelos de Pádua também eram canalizadas para os estudantes das instituições paduanas quatrocentistas.

Saliente-se assim que cerca de dois anos depois de se ter iniciado a difusão de Escoto, pelo impresso, em oficinas venezianas, foi editada em Pádua, em 1474, do mestre oxoniense, a obra

*Quaestiones in secundum librum Sententiarum* [Patavii], Albertus de Tendalia<sup>50</sup>.

O mesmo impressor, porém, não se limitou a dar ao prelo essa obra de Duns Escoto. No mesmo ano, com efeito, imprimiu, na mesma cidade, o tratado do referido mestre,

<sup>48</sup> Nesta edição incunabular foi incluída, ainda, a obra hoje considerada de “pseudo-Duns Escoto”, *Theoremata. Omnia cum epitomatibus seu castigationibus Mauriti de Portu Hiberniae*.

<sup>49</sup> Também nesta edição incunabular foi incluída a obra hoje considerada de “pseudo-Duns Escoto”, *Theoremata. Omnia cum epitomatibus seu castigationibus Mauriti de Portu Hiberniae*.

<sup>50</sup> Francisco Craviotto, *CGIBE*, n.º. 2204

*Quaestiones Quodlibetales. [Patavii]*<sup>51</sup>.

E na cidade onde floresceu a mais antiga universidade do mundo, Bolonha? Como decorreram, nessa urbe, as primícias da difusão dos tratados de Escoto pela arte do impresso?<sup>52</sup>.



Alguns escolares no *studium* de Bolonha, em pleno século XIV (segundo um relevo existente no Museu Cívico de Bolonha)

Os dados em presença indiciam que algumas das edições parisienses do mestre franciscano de Oxford já circulavam, em 1478, nos meios universitários bononienses<sup>53</sup>. Foi então que aí veio a ser dada à estampa nesse preciso ano (com trabalhos tipográficos concluídos em 6 de de abril), a obra de Duns Escoto

*Quaestiones in libros Sententiarum, quae Reportata Parisiensi inscribuntur: liber primus. [Bononiae]. Johannes [Schriber] de Annunciata*<sup>54</sup>.

Os intelectuais portugueses, em particular os da família Franciscana, também tinham, em terras de Itália, uma palavra a dizer neste mesmo âmbito da difusão do pensamento de João Duns Escoto pelas técnicas do impresso em fins do século XV. Foi efectivamente o franciscano Frei Gomes de Lisboa que c. de 1490 viu ser impresso, na cidade de Pavia, um tratado seu. Tratou-se da reflexão própria que este pensador estabeleceu, inspirado em João Duns Escoto, na sua obra a que deu o título

*Quaestio de cuiuscumque scientiae ac praesertim de naturali subiecto. [Papiae. Antonius de Carcano, c. 1490]*<sup>55</sup>.

---

<sup>51</sup> Francisco Craviotto, *CGIBE*, n.º. 2188.

<sup>52</sup> De particular interesse, neste domínio, o estudo de Celestino Piana, OFM, “Gli inizi e lo sviluppo dello Scotismo a Bologna e nella regione Romagna-Flaminia (sec XIV-XVI)”, in *Archivum Franciscanum Historicum*, Grottaferrata: Fondazione Collegio S. Bonaventura, vol. 39, 1946, pp. 49-80.

<sup>53</sup> Deve-se ao Pe. A. D. Sousa Costa, com quem tivemos o grato prazer de colaborar, na última fase da sua vida – quer sobre o Bulário do século XII (acerca da tomada de Silves, no Algarve), quer sobre Santa Beatriz da Silva e o período quatrocentista peninsular – alguns dos mais importantes estudos realizados sobre os meios universitários de Bolonha. Remete-se, em particular, para a sua obra *Portugueses no Colégio de S. Clemente e Universidade de Bolonha durante o século XV*, 2 vols., Publicações do Real Colégio de España, col.º. “Studia Albornotiana”, 1990.

<sup>54</sup> Francisco Craviotto, *CGIBE*, n.º. 2196.

Trata-se de uma conhecida obra – traduzida pelo saudoso mestre, Dr. Miguel Pinto de Meneses, sob o título *Questão muito útil sobre o objecto de qualquer Ciência e principalmente da Filosofia Natural*<sup>56</sup>.

### Algumas conclusões

Pelo exposto, pode concluir-se que também alguns intelectuais portugueses, nos fins do século XV, tiveram um papel importante quer no estudo quer na difusão das ideias do mestre franciscano João Duns Escoto.

Nos meios universitários parisienses, mais particularmente no Colégio de Navarra, Diogo Lopes Rebello (Diego Lupi) teve um papel de certo modo significativo quando estudou e fez editar, entre 1493 e 1500, desse filósofo britânico, o *Tractatus de productionibus personarum*.

Sabendo-se que também na Alemanha e, sobretudo em Itália – com predominância para os meios de Veneza, Pádua, Bolonha e Pavia – os trabalhos de Duns Escoto foram também difundidos no período incunabular, foi precisamente na última destas cidades, Pavia, que, pela mão de um outro português, Frei Gomes de Lisboa, os estudos e a edição escotiana passaram a conhecer outro momento de relevo.



Gravura seiscentista de João Duns Escoto

Neste ano de 2009, em que se celebra o centenário da morte de João Duns Escoto, a obra deste pensador e mestre de Oxford e de Paris bem merece em meios cultos

<sup>55</sup> Francisco Craviotto, *CGIBE*, n.º. 2673.

<sup>56</sup> Esta obra de Frei Gomes de Lisboa – bem conhecido, também, como antiaverroísta – mereceu uma cuidada edição, em Lisboa, no âmbito da colecção do Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, anexo à Faculdade de Letras de Lisboa (o qual era, à época, dirigido pelo Prof. Artur Moreira de Sá), em 1964. Para além da cuidadosa tradução do latim pelo Dr. Pinto de Meneses, beneficiou ainda de introdução pelo Doutor Joaquim Cerqueira Gonçalves, O.F.M. Para os trabalhos desta edição foram utilizadas reproduções do exemplar do incunábulo original existente na Biblioteca Colombina, em Sevilha.

portugueses, com efeito, quer o desenvolvimento de novos estudos quer, se possível, a difusão de algum dos seus mais interessantes tratados filosóficos.

#### Addendum

(um franciscano seiscentista português em Valladolid)

Foi notória a interacção entre religiosos de várias ordens no âmbito de produção de trabalhos históricos, literários, ou artístico-musicais alusivos a Sant'Iago apóstolo, até fins da Idade Média, quer em Portugal quer em Castela. Motivados por interesses comuns, ou seja, louvar o santo que se acreditava ter as suas ossadas depositadas em Compostela, tais eclesiásticos como que deixaram bem vivo um fermento cultural e espiritual que se veio a prolongar nestes dois países ao longo da Idade Moderna, até praticamente aos começos do período setecentista.

Da parte dos franciscanos, que estiveram activos em Castela e ali deixaram trabalhos religiosos e filosóficos de significativa importância – quer da sua própria autoria, quer mesmo de tradução – há a registar o caso de, já num período bastante tardio em relação àquele que aqui abordamos, Frei Francisco do Rosário. Este, que tinha nascido no Barreiro (Portugal) em 27 de abril de 1688, rumou algumas décadas depois para a cidade castelhana de Valladolid.

No convento franciscano dessa cidade de Espanha, além de ter estudado Artes e Teologia, foi muito espirituoso na arte musical do «canto-chão» (onde também foi, segundo o bibliógrafo português Barbosa Machado, «vigário dez anos do coro»). Na sua aludida espiritualidade, teve uma significativa proximidade quer à Patrística grega, quer aos principais mártires do Cristianismo.

Precisamente em Valladolid, Frei Francisco do Rosário tomou conhecimento da interessante produção textual de Frei Joannes Perez y Lopez (referenciada por Palau e Dulcet, VI: 87), intitulada *Commentaria in I (et in III) librum de abscondito Scoti thesauro nova et vetera proferentia*, em dois volumes, impressa em Barcelona [Barcinone], em 1690. Perez y Lopez foi também o autor de *Representación clara, concisa y sincera de los reguladores privilegios y capacidad de los Faryles menores pera ricibir limosnes*, Saragoça, 1698, in 4º, 36 pp. Este texto, nalguns exemplares, anda anexo à primeira daquelas obras.

Aquele franciscano português acabou, assim, por verter Perez y Lopez para a língua de Camões: *Instantes do heroe subtil e mariano... o venerável padre João Duns Escoto escritos em castelhano pelo P. Fr. João Peres Lopes...*, agora traduzidos em Portuguez pelo P. Fr. Francisco do Rosário, trabalho, do qual, de momento, empreendemos a respectiva edição em fac-simile, comentada. Esta tradução, porém, só foi impressa em Lisboa, na oficina de Miguel Manescal da Costa, em 1744, constituindo, como indica o título da obra, uma aproximação muito séria a um dos filósofos medievais mais doutos (que estabeleceram uma ponte entre a Inglaterra e a França).

Óbidos, 28 de Janeiro de 2009

# Narradores de Javé<sup>1</sup> - vidas vividas e vidas contadas: narrativas, memórias e histórias

Paulo Sérgio Moreira da Silva  
Historiador. Mestre e Doutorando em História pela  
Universidade Federal de Uberlândia (UFU).  
e-mail: psmsilva@terra.com.br

---

**Resumo:** O artigo é uma leitura do filme *Narradores de Javé* e procura abordar as vidas vividas e as vidas contadas dos moradores do vilarejo de Javé, que estão prestes a serem inundados pela construção de uma barragem. A partir dessa possibilidade, os vários moradores articulam-se em torno do salvamento de suas terras, suas memórias, seus sentimentos, suas histórias. Ao longo do filme, é possível notar o embate entre as múltiplas memórias construídas ou inventadas, entre o que é história e verdade e o poder das narrativas como artimanhas utilizadas pelos moradores com o propósito de resistir às transformações do tempo.

**Palavras-chave:** 1. Memórias. 2. histórias. 3. narrativas

---

*O narrador está presente ao lado do ouvinte. Suas mãos, experimentadas no trabalho, fazem gestos que sustentam a história, que dão asas aos fatos principiados pela sua voz. Tira segredos e lições que estavam dentro das coisas, faz uma sopa deliciosa das pedras do chão, como no conto da Carochinha. A arte de narrar é uma relação alma, olho e mão: assim transforma o narrador sua matéria, a vida humana.*

Ecléa Bosi

*“Se Javé tem algum valor, são as história das origens dos guerreiros do começo, que vocês vivem contando e recontando. Isso, minha gente, é patrimônio; isso, minha gente, é história grande”:* assim Zaqueu, morador do Vale de Javé, tentava argumentar com os outros moradores do vilarejo sobre a possibilidade de aquela região não ser inundada por uma barragem em construção.

Certamente o ambiente não poderia ser outro, pois, naquele momento de total agonia e ansiedade sobre o futuro dos moradores, quase não era possível ouvir as explicações e os posicionamentos dos representantes dos moradores do Vale de Javé (Zaqueu e Vado), tendo em vista que todos falavam ao mesmo tempo, tentando argumentar e defender que isso não poderia acontecer e que estariam dispostos a fazer o possível e o impossível para defender as suas vidas vividas e as suas vidas contadas.

---

<sup>1</sup> Este filme, lançado em 2005, sob a direção de Eliane Caffé, conta a história de um povoado, que está na iminência de ser inundado pela construção de uma barragem, razão pela qual os moradores se unem para reconstruir, com testemunhos da memória oral, sua história. "Narradores de Javé" foi filmado no povoado de Gameleira, no interior da Bahia.

Somente a possibilidade de extinção do local do povoado, das histórias, das crenças e das múltiplas oralidades é que poderia modificar totalmente o cotidiano e a rotina daquele simples e pacato povoado, uma vez que era muito grande o medo de perderem os locais de suas referências, identidades e raízes.

## 1. Enraizamento cultural e as várias histórias narradas

Sem dúvida, as preocupações por parte dos moradores procediam, já que o enraizamento cultural, religioso e político, que eles vivenciavam como prática do cotidiano e das histórias vividas, não lhes permitia o deslocamento para outros lugares; afinal, não eram eles algo que se colocasse em uma embalagem e se transportasse. Tratava-se de sentimentos, memórias e sensibilidades, tudo vivido naquele ambiente e compartilhado com os outros moradores.

Preocupada com o tema do enraizamento, a pensadora judia Simone Weil (1909-1943) afirmava que esta é uma das questões mais vitais e essenciais do ser humano para a sua existência, pois enraizar é criar laços sociais, é enfrentar o mundo compartilhando sentimentos, é fortalecer a vida, a alma e sua existência perante o outro:

O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios de que faz parte naturalmente (WEIL, 1996, p. 411-412).

Portanto, não se tratava de um problema de fácil solução, já que aquelas pessoas não estavam dispostas a abrir mão de todas as vidas compartilhadas em função de um progresso, que mal saberiam se iria lhes trazer benefícios em suas práticas cotidianas.

A nova realidade que se apontava naquele momento certamente os incomodava bastante, porque, pelo próprio projeto da construção da barragem, não ficaria nada, nenhuma pedra sobre pedra. Tudo seria perdido, completamente fragmentado e totalmente desenraizado.

A consequência dessa medida não poderia ser diferente, pois conforme chamou a atenção Simone Weil, a perda de raízes ou

o desenraizamento é, evidentemente, a mais perigosa doença das sociedades humanas, porque se multiplica a si própria. Seres realmente desenraizados só têm dois comportamentos possíveis – ou caem numa inércia de alma quase equivalente à morte, como a maioria dos escravos no tempo do Império Romano, ou se lançam, numa atividade que se tende sempre a desenraizar, muitas vezes por métodos violentíssimos, os que ainda não estejam desenraizados ou que o estejam só em parte (WEIL, 1996, p. 415).

É claro que a decisão de aceitar ou não essa nova realidade (construção da barragem) não estava em discussão, visto que por hora essa decisão já havia sido tomada em instâncias governamentais superiores. O que os moradores poderiam fazer seria resistir e encontrar formas de impedir o estrago anunciado em suas vidas, pois uma certeza estava anunciada: a de que, após a passagem das obras da barragem pelo vilarejo, a vida deles jamais voltaria a ser a mesma.

Sendo assim, a única saída possível era tentar mostrar aos responsáveis da construção da hidrelétrica que aquele vilarejo, apesar de estar fincado no meio do sertão e

isolado do restante do mundo, tinha importância cultural e histórica, não somente para os próprios moradores locais, como também para o país, uma vez que a realidade praticada e vivida pelos moradores traduzia as muitas características de várias outras regiões deste imenso Brasil. Era a luta pela manutenção das características indenitárias daquele povoado.

Nesse clima de total desespero, ante o fato ocorrido, Zaqueu consegue ter uma boa ideia – “*acendeu uma esperançazinha: só não inunda, se for patrimônio*” –, que provavelmente poderia resolver o problema dos moradores do Vale de Javé. Tratava-se da produção de um livro que pudesse contar e recontar as histórias daquela região e de seus moradores e, como eles mesmos já sabiam, histórias para poderem contar não havia de faltar.

Contudo, apesar do problema da falta de domínio da escrita<sup>2</sup> por parte dos moradores, essa proposta de Zaqueu tinha a total possibilidade de ser realizada, pois o que não faltava naquele local eram as várias histórias de seus moradores<sup>3</sup>, apesar de estarem pulverizadas nas inúmeras memórias dos múltiplos atores sociais daquele vilarejo.

Importante lembrar que contar essas histórias cotidianamente fazia parte de estratégias desenvolvidas pelos habitantes locais, como forma de não caírem no esquecimento, uma vez que essa prática permitia alimentar e fortalecer a vida de cada um deles, de modo a não perderem o sentido, a memória de suas vidas. Por isso concordamos com Câmara Cascudo, quando ele afirma que é por intermédio da prática de contação de histórias que ocorre a aprendizagem, “pois o indivíduo revela informação histórica, etnográfica, sociológica, jurídica, social. É um documento vivo, denunciando costumes, ideias, mentalidades, decisões e julgamentos. Para todos nós é o primeiro leite intelectual” (CÂMARA CASCU DO, 1984, p. 16).

Na perspectiva de registrar suas histórias, esse não seria um grande impasse para eles, uma vez que estavam dispostos a tudo para não perderem o seu local de sobrevivência. Bastava encontrar formas de poderem acionar essas memórias vividas, compartilhadas e contadas, uma vez que o “livro da salvação” não poderia deixar de ser produzido.

Mas não podemos esquecer que buscar o passado é sempre conflituoso, pois este irá trazer todo tipo de lembrança, para as mais diversas memórias. Portanto, o grande desafio de Antônio Biá é o de trabalhar com a memória dos moradores, uma vez que, por estar no campo da sensibilidade, tal memória poderá ser inventada e projetada conforme o interesse de quem está narrando; como alertou Beatriz Sarlo, “o retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente” (SARLO, 2007, p. 9).

Por isso, há divergências entre as histórias sobre a origem de Javé, visto que “a memória do homem não é uma soma; é uma desordem de possibilidades indefinidas”

<sup>2</sup> Importante lembrar que, por ser uma região totalmente carente e abandonada de projetos sociais, o Vale do Javé reproduzia uma realidade comum em várias outras regiões do País – o analfabetismo. Por esse motivo, a única pessoa adulta e alfabetizada que poderia assumir a tarefa de escrever a “grande” História do vilarejo era o morador Antônio Biá.

Ironicamente, Biá, como era conhecido por todos, havia sido expulso do vilarejo pelos moradores, tendo em vista que ele, quando trabalhava na agência dos correios do Vale de Javé, resolveu escrever cartas em nomes dos domiciliados em Javé, com a finalidade de aumentar o movimento de sua agência. Para isso ele difamou, inventou, criou histórias de todos os habitantes daquele vilarejo, conseguindo assim retornar o movimento de sua agência dos correios e preservar o seu emprego.

Importante salientar que essa prática realizada por Antônio Biá – escrever e circular as cartas entre os moradores – teve como inspiração a história real de Pedro Cordeiro Braga, trabalhador da agência dos correios da cidade de Vau, povoado de Diamantina, Minas Gerais. Esta e outras histórias foram registradas no livro *O Artesão da Memória no Vale da Jequitinhonha*, da pesquisadora Vera Lúcia Felício Pereira.

<sup>3</sup> Ressalto que estrategicamente, para não esquecerem as suas histórias de vidas, os moradores do Vale de Javé utilizavam a oralidade cotidianamente para expressarem as suas vidas. Certamente cada vez que eram contadas as histórias desse povoado, estas eram interpretadas e compreendidas de forma diferente. Basta observar, no filme, quando Antônio Biá tenta buscar a origem do Vale de Javé – o herói aparece, conforme quem conta. Na versão relatada por uma mulher do povoado, a grande heroína entre os fundadores de Javé é Maria Dina; na voz de um morador negro, o herói principal é negro e chama-se Indaléu.

(BORGES, 1998, p. 449), capaz de sofrer influências e de manipular resultados. Essa característica, por sua vez, é perceptível na própria busca pela origem do povoado, porque os personagens<sup>4</sup> Indalécio, Maria Dina e Indalêo surgem e atuam conforme o desejo e o interesse de cada narrador das histórias.

Assim, é possível perceber que as divergências de múltiplas histórias simbolizam um campo de tensões e disputas vividas entre os moradores, em virtude de que não era simplesmente a construção da barragem o que estava em jogo, mas uma disputa de espaço, sentimentos, memórias compartilhadas por todos aqueles moradores do Vale de Javé. A própria sensação da perda do passado e da falta de perspectiva de futuro permite aos moradores tentarem contar e narrar as suas histórias, conforme desejam.

Sendo assim, considerando as narrativas como práticas sociais, vividas e compartilhadas, carregadas de vivências, experiências e simbolismos cotidianos, é possível compreender os valores e os significados construídos entre as falas narradas e os fatos ocorridos, pois cada narração abordará um determinado tempo, um espaço específico e a experiência de vida do contador.

Na explicação de Khoury, as narrativas são expressões da consciência de cada um sobre a realidade vivida:

Ao narrar, as pessoas estão sempre fazendo referências ao passado e projetando imagens, numa relação imbricada com a consciência de si mesmos, ou daquilo que elas próprias aspiram ser na realidade social. Associando e organizando os fatos no espaço e no tempo, dentro dos padrões de sua própria cultura e historicidade, cada pessoa vai dando sentido à experiência vivida e a si mesma nela (KHOURY, 2004, p. 131).

Sabedores dessa produção para a realidade social, os moradores de Javé conseguem descortinar as suas memórias carregadas de sentidos e possibilidades, em consequência do fato de que o fio condutor que irá conduzir a possível compreensão de seus passados e de suas histórias certamente está centrado na memória, provavelmente a única possibilidade de evitar o apagamento de todas as identidades, das várias histórias narradas, das crenças, dos desejos e da própria vida por eles praticadas.

Portanto, entrelaçar o jogo entre as várias narratividades e as histórias vivenciadas dos moradores é uma forma também de afirmar posicionamentos políticos, de escolhas perante a vida, de estarem organizados para fazerem frente a toda a tentativa de homogeneização e manipulação de seus cotidianos e de suas práticas culturais.

## 2. Memórias, identidades e narrativas - o presente e o passado no Vale de Javé

Heródoto, considerado o pai da história, no seu livro *História*, faz a seguinte narração sobre os gregos, que nos leva à reflexão sobre o poder da memória, da narração e dos sentimentos adormecidos:

Quando o rei egípcio Psamênito foi vencido e caiu prisioneiro do rei dos persas, Câmbises, este resolveu humilhá-lo. Ordenou que colocassem Psamênito na rua por onde passaria o triunfo persa e fez com que o prisioneiro visse passar a filha em vestes de escrava enquanto se dirigia ao poço com um balde na mão. Enquanto todos os egípcios elevaram prantos e gritos àquela visão, só Psamênito permaneceu mudo e imóvel com os olhos

---

<sup>4</sup> Talvez esse fosse o grande problema de Antônio Biá, o responsável por escrever a história do Vale de Javé. Eram tantas versões sobre a origem do povoado que ficava difícil tentar construir e compreender historicamente esse registro. Em cada momento e em cada personagem do povoado, o fundador era diferente, conforme registramos em nota anterior.

pregados no chão; e quando, pouco depois, viu o filho conduzido à morte no cortejo, permaneceu igualmente impassível. Mas, quando viu passar entre os prisioneiros um dos servos, um homem velho e empobrecido, então golpeou a cabeça com as mãos e mostrou todos os sinais da mais profunda dor (HERÓDOTO, Livro III).

Com essa narrativa histórica, Heródoto nos leva a refletir sobre a posição do rei deposto Psamênito sobre o fato ocorrido: por que reagiu com dor e sentimento quando viu o servo? Qual era a sua relação com aquele servo? Que elo existe entre esses dois personagens narrados? Até que ponto o servo está presente na memória de Psamênito? Haverá alguma dívida moral e ética que envolva os dois personagens?

Certamente, não é possível adivinhar o pensamento do rei Psamênito, naquele momento, mas podemos afirmar que aquela cena que conseguiu emocionar e desmontar o rei está vinculada a algum tipo de lembrança que os entrelaçava.

É evidente que era algo marcante em sua vida, pois nem mesmo as situações de sua filha e de seu filho conseguiriam gerar em Psamênito tanta emoção e reação tão inesperada. Provavelmente, por ser um dos servos idosos, este tenha acompanhado cotidianamente as ações do rei, ou talvez até mesmo tenha sido um discreto conselheiro de sua majestade, nos mais diversos acontecimentos cotidianos daquele reino.

Mas, apesar desse cenário trágico e sem muita possibilidade de reversão da situação para o rei Psamênito, o que nos interessa diretamente no fragmento de Heródoto é a aproximação que existe entre a narração dos fatos e o papel desempenhado pela memória, características essas que se aproximam do filme *Narradores de Javé*, um povoado ameaçado de extinção e que utiliza os mesmos métodos e possibilidades para conseguir registrar suas histórias.

Para que o feito de escrever essa “grande história” ocorra, os moradores do povoado de Javé recorrem, com dissemos anteriormente, a um dos habitantes mais polêmicos, Antônio Biá, que, por ser alfabetizado, era o único naquele povoado capaz de colocar no papel as histórias contadas pelos residentes de Javé. Um verdadeiro Homero do sertão, capaz de ouvir, coletar, observar, interpretar e escrever as histórias daquele povoado.

Certamente, para produzir a odisseia do Vale do Javé, Antônio Biá deveria desempenhar o papel de um “historiador”, pois, pela própria recomendação de Zaqueu: *“Científico é... ó, é assim, como assim... é... é que não pode ser as patacoadas mentirosas ocês inventam! Essas patranha duvidosa que ocês gostam de dizer e contar!”*. Uma história de cunho científico, sem invenções e com comprovações do ocorrido.

Portanto, Antônio Biá estava com um grande desafio pela frente: como ele mesmo sabia, não havia documentos escritos que pudessem facilitar a sua vida e a composição do futuro livro.

Sendo assim, para conseguir atingir os seus objetivos e salvar o povoado de uma possível inundação, Antônio Biá começaria a registrar a possível “história” sobre aquele local, ouvindo os relatos dos moradores mais antigos da cidade. É claro que não era uma situação fácil para ele, tendo em vista que, em cada casa que ele visitava para coletar as informações necessárias, ele ouvia versões invariavelmente conflitantes, floreadas e tendenciosas, conforme movimentavam os *vastos palácios da memória*<sup>5</sup> de quem relatava.

O grande embate entre o ocorrido e o inventado, já era perceptível na primeira “fonte” de seu escrito, pois, ao ouvir o morador Vicentino Indalécio da Rocha, Antônio

<sup>5</sup> Em seu livro, *As Confissões*, Santo Agostinho refletiu sobre o arcabouço da memória. “Mas eis-me diante dos campos, dos vastos palácios da memória, onde estão os tesouros de inúmeras imagens trazidas por percepções de toda espécie. Lá estão guardados todos os nossos pensamentos, quer aumentando, quer diminuindo, quer modificando de qualquer modo as aquisições de nossos sentidos, e tudo que aí depositamos ou reservamos, se ainda não foi sepultado ou absorvido pelo esquecimento.”. Para nosso estudo, servimo-nos da seguinte edição: *Santo Agostinho, Confissões, Coleção Patrística 10, São Paulo, Paulus, 1997, 450 p.*

Biá discorda da simplicidade da história relatada pelo nobre relator, alegando que era necessário contar com mais emoção, valorizando os feitos mais importantes.

Essa escolha pela narratividade como forma de registrar a história não foi por acaso, já que o próprio Antônio Biá, conhecedor de todos os moradores e dos lugares, já sabia que contar histórias era a especialidade de muitos moradores. Bastava naquele momento ele ouvir, anotar e cruzar as falas para evitar tantas divergências entre as muitas histórias. Era a busca das lembranças javélicas, como o próprio Antônio Biá as chamava.

A prática e a habilidade de contar histórias, há séculos transmitidas oralmente, carregam uma função social, pois, além de permitir uma maior elasticidade da memória, elas resgatam a tradição oral e ao mesmo tempo estimulam a imaginação do ouvinte. Nessa perspectiva, comungamos com a mesma proposta de Kika Freyre, quando ela afirma que “o contador de histórias é aquele que carrega o encontro das histórias em pó na sua memória e o polvilha com a voz para temperar emoções em quem abre os ouvidos do coração para escutar”<sup>6</sup>.

Portanto, se contar histórias é estimular a memória, Antônio Biá sente na própria pele o grande embate entre as várias memórias espalhadas pela cidade, pois cada morador desejava fazer prevalecer a sua versão para a origem do povoado, ou até mesmo de reafirmar o parentesco com os primeiros moradores. Um embate entre a memória individual e coletiva.

Essa prática entre estes moradores deveria ser compreendida como uma forma de exercer domínio sobre o outro, visto que delimitar espaços é também uma estratégia de sobrevivência, além de fazer perpetuar a sua verdade particular sobre os fatos ocorridos.

Consequentemente, não poderia ser diferente, porque, ao tentar buscar a origem do povoado de Javé, Antônio Biá acabava ressuscitando as várias memórias individuais e coletivas daqueles moradores. Uma imensa miscelânea de acontecimentos inventados, distorcidos e carregados de mitos.

Acreditamos, por conseguinte, que o embate entre as memórias é uma forma de caracterizar e estabelecer a identidade do sujeito em relação ao outro, é afirmar perante o mundo a sua passagem e os seus feitos, é o viver e o estabelecer limites, é reviver o ocorrido. Como afirmou Ricoeur: “a memória é o presente do passado, o que é dito do tempo e de sua relação com a interioridade pode facilmente ser estendido à memória” (RICOEUR, 2007, p. 107).

Importante ressaltar que as memórias que afloraram ao longo do embate de ideias estão carregadas de personalidade, experiências e histórias de vida de seus cotidianos, ficando difícil buscar a neutralidade dos acontecimentos. Por isso, seria necessário compreender e valorizar todos os detalhes que compõem esse momento. Como afirmou o próprio Paul Ricoeur: “ao se lembrar de algo, alguém se lembra de si” (RICOEUR, 2007, p. 107), ou seja, lembra-se somente do que lhe interessa e agrada conforme o momento histórico exige.

Portanto, para conseguir enfrentar o embate de relatos, o ouvinte das memórias alheias deverá ter a noção de que a memória é seletiva e que nem tudo fica registrado, como observou Michel Pollack. Segundo ele, “a memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações, em função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória” (POLLACK, 1992, p. 8).

Certamente, essas peculiaridades da memória seriam, dentre outros, o grande desafio de Antônio Biá, pois estabelecer a linha demarcatória entre o que seria a verdade e o inventado não facilitaria naquele momento. Era preciso, acima de tudo, ouvir os relatos e buscar a neutralidade dos acontecimentos, considerando-se que Antônio Biá

---

<sup>6</sup> Kika Freyre - Contadora de Histórias (Grupo Zumbair de Contadores de Histórias – Recife-PE) e Psicóloga. <http://catirina.zip.net/>

não poderia esquecer e cometer o mesmo erro do passado e que inventar e recontar as histórias dos moradores de Javé seria vital para a sobrevivência das pessoas e do local.

Num sentido mais amplo, entendemos que a realidade que naquele momento acontecia no Vale de Javé era muito comum em outras sociedades que utilizavam a oralidade como forma de preservação de suas histórias, já que o embate entre as memórias seria o fio condutor do conjunto de histórias dessas comunidades. Por tudo isso, fica difícil saber onde começam e onde terminam as histórias “oficiais” e as memórias “inventadas”, tendo em vista que memórias e histórias podem ser consideradas construções, manipulações, formas de demarcar e estabelecer espaços de lutas, formas de sobrevivência.

### 3. História e verdade

Quando o historiador Marc Bloch, ao longo de seus estudos, definiu história como a “ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 1986, p. 29), estava o estudioso interessado em demonstrar que não era mais possível compreendê-la com as mesmas perspectivas do passado, segundo as quais o documento escrito “falava” e o historiador copiava. Essa mudança rompeu com os paradigmas e ampliou as fronteiras do produzir história, uma vez que o seu caráter humano e a compreensão da relação de que passado e presente se entretecem ao longo da história passariam a ser aplicados nos próximos caminhos a serem trilhados pela produção historiográfica. Uma grande ruptura, pois novos objetos, novos temas, novos métodos passariam a fazer parte das opções para se produzir e entender a história.

Com o passar do tempo, esses caminhos foram aperfeiçoados e dinamizados por outras áreas do conhecimento, o que garantiu também o fiar de novos campos de pesquisa e o cruzar de novos olhares na produção científica do conhecimento.

Sendo assim, a nova concepção do que é história permitirá entender que o seu objeto de estudo é o homem, com suas ações no tempo e com a compreensão entre presente e passado. Isso se dá por intermédio de uma urdidura que perpassa todos os homens, em todos os tempos, o que significa pensar que, onde existir o homem, a história estará sendo codificada e deixada para a posteridade.

A história deixará, portanto, de ser contada somente por meio dos grandes homens ou dos grandes feitos, pois pensar história no entendimento de Bloch é buscá-la nos pequenos acontecimentos cotidianos, é encontrá-la nas narrativas corriqueiras da vida simples e presente dos homens, é entender que ela é dinâmica e que possibilitará a perpetuação da humanidade na existência do mundo.

Entretanto, se a história é produzida em todos os lugares por todos os homens, isso significa que ela poderá ser compreendida, narrada, analisada e interpretada de diversas possibilidades, conforme o tempo, o espaço e a forma de escrita, pois, dependendo da sua forma de composição, ela poderá representar uma inversão do ocorrido ou até mesmo denunciar as possíveis montagens articuladas na tentativa de transformá-la em oficial.

Por isso a grande questão dentro da historiografia é a seguinte: se a história permite a interpretação e a composição dos fatos, como saberemos se ela reproduz a “verdade” e se não foi modificada conforme interesses de quem a escrevia, ao registrá-la? Afinal, ela poderá ser manipulada e inventada, a todo momento.

Um grande exemplo de todas essas questões que circulam o fazer história está presente no filme *Narradores de Javé*, no qual o possível “historiador” Antônio Biá, contratado para registrar as histórias do vilarejo, denuncia todas essas questões, pois, ao ser questionado sobre qual história ele escreveria no livro, já que para cada um a história certa foi contada de forma e entendimento diferente, Biá responde de modo bastante significativo:

- *As duas histórias têm sentido, não se pode contar uma sem prejuízo da outra. A história é de vocês, mas a escrita é minha.*  
- *Uma coisa é o fato acontecido, outra coisa é o fato escrito. O acontecido tem que ser melhorado na escrita de forma melhor para que o povo creia no acontecido.*

Esses posicionamentos de Biá perante a história a ser produzida do vilarejo é a própria imagem do certo ou do errado na composição histórica. É certo que várias histórias contadas, com olhares e percepções diferentes, acabariam obrigando o próprio escritor dos fatos a escolher a melhor forma de composição da narrativa.

Com todas essas questões, não podemos negar que produzir história não é uma tarefa de fácil articulação, pois certamente o tempo da escrita influenciará no resultado final, cabendo ao pesquisador tentar encontrar os caminhos de aproximação do ocorrido, sem querer encontrar as verdades absolutas das histórias.

### Considerações finais

*Construção da Barragem do Vale de Javé. Programa de Geração de Energia no Estado da Bahia:* assim denunciava a placa sobre o futuro de Javé, pois seus moradores não conseguiram conter a construção da barragem. A própria história do local não conseguiu sair do papel e das memórias dos habitantes, como justificou Antônio Biá – *quanto às histórias, acho melhor ficar na boca do povo, porque no papel não há mão que lhes dê razão.*

Dessa forma o progresso chegou e não esperou, as muitas histórias contadas e narradas continuariam nas muitas memórias dos moradores em outros locais, com outros sujeitos históricos. Por isso acreditamos que Biá representaria o rompimento entre o passado e o futuro: é o que nos mostra as cenas finais do filme, em que ele começa a escrever novamente outra história, demonstrando que esta será escrita e reescrita, contada e recontada por muito tempo, de forma a atender à memória de quem narra. Afinal, como afirma o ditado popular: “*Existem três verdades: a minha, a sua e a que de fato é*”.

### Referências bibliográficas

- AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. 324 p. (Os pensadores).
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 9 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BORGES, Jorge Luis. *Obras completas*. São Paulo: Globo, 1998, vol. 3.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. São Paulo: Europa América, 1986.
- CÂMARA CASCUDO, Luis da. *Literatura oral no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/ São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.
- HERÓDOTO. *História*, livro III (cap. 10 a 15), in, BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 9 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 86.
- KHOURY, Yara Aun. “Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história”, in: FENELON, Déa Ribeiro et al. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D’água, 2004.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social, in: *Estudos Históricos*, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

RICOEUR, Paul. Memória pessoal, memória coletiva, in: *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

SARLO, Beatriz. Tempo passado, in: *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras/ Belo Horizonte: UFMG, 2007.

WEIL, Simone. O enraizamento. in: BOSI, Ecléa (org.) *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

# Domésticos, servos e criados: trabalho doméstico no Recife de meados do século 19

Tatiana Silva de Lima

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da UFPE.  
e-mail: tatiana\_lima\_7@hotmail.com

---

**Resumo:** A abrangência e a importância do trabalho doméstico no Recife de meados do século 19 são registradas pela historiografia e pela documentação pesquisada. A partir da historiografia percebemos a importância de refletirmos sobre as nuances e historicidades próprias desta forma de trabalho. Os testemunhos dos contemporâneos oferecem indícios de que as(os) trabalhadoras(es) domésticas(os) exerciam múltiplas funções, também lucrativas, tanto nas casas como nas ruas. Havia uma fronteira muito tênue entre o que denominamos de trabalho doméstico, de pequena produção em estabelecimentos comerciais e de trabalho domiciliar. E mais: as pessoas chamadas de domésticas, servos e criados podiam ser na realidade agregadas livres, concubinas e filhas ilegítimas direcionadas ao trabalho.

**Palavras-chave:** 1. fronteiras do trabalho. 2. trabalho doméstico. 3. Recife no séc. 19.

---

O mundo do trabalho é diverso, multifacetado, melhor seria dizer mesmo: os mundos do trabalho. Mas nem sempre isso foi ponto pacífico na historiografia. A face do(a) trabalhador(a) escravo(a), por exemplo, começou a ganhar contornos dentro da história do trabalho no Brasil não faz tanto tempo.

Alertou-nos sobre esse “lapso” Silvia Hunold Lara, na década de 1990, ao destacar que a história social do trabalho no Brasil vinha sendo identificada com a história do trabalho livre assalariado. Era como se até o final do século 19 não houvesse existido trabalhadores, mas apenas seres coisificados, ou seja, escravos, que passavam a ser substituídos pelos trabalhadores livres brancos e imigrantes. Esse período foi caracterizado como “de transição”, da “formação do mercado do trabalho livre”<sup>1</sup> (LARA, 1998, p. 25-38). Tais ideias encerram pelo menos duas problemáticas: a não-figuração do trabalhador escravo e a falta de reflexão sobre os múltiplos significados e experiências de liberdade e de trabalho livre durante a própria escravidão.

Se fôssemos traçar os desenhos de uma historiografia do trabalho doméstico, o quadro não teria cores diferentes. E mais: deveríamos acrescentar o silêncio que as “história/historiografia” quiseram imprimir sobre as mulheres, já que o trabalho doméstico no Brasil do século 19 foi campo de atuação, sobretudo dessas personagens.

Estudos vêm sendo realizados na correnteza contrária. Em se tratando da história do trabalho doméstico no Brasil especificamente, o contexto é favorável nos âmbitos nacional e local desde o final dos anos 1980. No entanto, é importante frisar que obras

---

<sup>1</sup> Sobre esta historiografia, são exemplos: Caio Prado Junior, em *História Econômica do Brasil* (1945), Florestan Fernandes, em *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), Théó A. Santiago organizando *América colonial* (1975), Paulo Sergio Pinheiro organizando *Trabalho escravo, economia e sociedade* (1984).

clássicas foram pontuais no desenvolvimento do tema aqui tratado, a saber: *Casa Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936) de Gilberto Freyre, *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) de Caio Prado Jr., e *Da senzala à colônia* (1966) de Emília Viotti.

Em que pese a importância das obras de Freyre e Caio Prado, e guardadas as devidas diferenças entre as interpretações e perspectivas dos dois – um culturalista e o outro marxista, as imagens difundidas pelos mesmos reforçam ideias de índole brasileira, de moleza, inércia, mansidão, passividade (CARNEIRO, 2001, p. 37), ideias de que as mulheres conquistam pelo estômago e que as contribuições culturais africanas restringiram-se à culinária, à sensualidade, entre outras. No mesmo sentido, Emília Viotti ratificou estereótipos, a exemplo da promiscuidade sexual escrava, da desorganização familiar – ao tomar a família burguesa de inspiração europeia como parâmetro.

Não podemos também deixar de mencionar a produção de estudos nas ciências humanas, como a sociologia, a psicologia e economia, a respeito do trabalho doméstico, tão profícua entre os anos 1970 e 1980. Tomando o pensamento marxista e o movimento feminista como referências teóricas, esses estudos questionaram se o trabalho doméstico é ou não produtivo, discutindo conceitos como mais-valia, modo-de-produção e trabalho produtivo/improdutivo (FERREIRA, 2000, p. 129-144).

Para perscrutarmos os significados do trabalho doméstico segundo a historiografia recente e específica sobre o tema, acreditamos ser pertinente lançarmos algumas questões: quem eram os(as) trabalhadores(as) domésticos(as)? Quais atividades desempenhavam? Como as desempenhavam? Como se relacionavam com os seus senhores(as), patronos(as) e patrões/patroas? Quais eram as representações construídas a respeito de tais trabalhadoras(es)?

De acordo com a historiografia, notadamente referente ao século 19, o trabalho doméstico no Brasil era campo de atuação sobretudo das mulheres; a maioria dos estudos toma tais sujeitos como personagens centrais. Elas desempenhavam um sem-número de atividades como mucamas, amas de leite e de criação, lavadeiras, engomadeiras, costureiras, cozinheiras, copeiras, arrumadeiras, muitas vezes exercendo outras atividades lucrativas nas ruas (GRAHAM, 1992; MACEDO, 1998; COLLINS, 1999; KARASCH, 2000; CARVALHO, 2003; SILVA, 2004; PEREIRA, 2005; CUNHA, 2007; BRITO, 2008).

Não obstante, alguns historiadores pesquisaram as ocupações dos homens no domínio doméstico (MATOS, 2002; COSTA, 2007). Maria Izilda Matos refletiu sobre a singularidade do cotidiano no domicílio nas cidades de São Paulo e Santos entre 1890 e 1930. Essa historiadora destacou as ocupações dos homens no trabalho doméstico – criados, jardineiros, cocheiros, faxineiros, “cuidadores” de hortaliças, frutas e animais; eles ficavam com os serviços no entorno da casa e as mulheres com os serviços “de portas adentro” (MATOS, 2002). Maria Inês de Oliveira, estudando Salvador de 1790 a 1890, acrescentou outras pessoas que se ocupavam das tarefas mais degradantes e penosas de uma casa: os aguadeiros, os despejadores de dejetos – homens, geralmente velhos, enfermos e crianças (OLIVEIRA, 1988).

Escravas(os), notadamente, além de livres e libertas(os) podiam exercer atividades nas residências. Mas a partir de meados do século 19, a restrição da oferta de escravas(os) e o discurso civilizador, racista e depois higienizador, contribuíram para aumentar lentamente as oportunidades de emprego para as(os) livres e libertas(os), em detrimento das(os) escravas(os) (GRAHAM, 1992; CARVALHO, 2003; SILVA, 2004).

Sobre a quantidade de criados(as) nas casas do Recife, na falta de pesquisas em inventários, é lugar-comum citar o francês Tollenare, que viveu no Recife nos anos de 1816 e 1817: “Todo o serviço doméstico é feito por escravos. São precisos muitos para o serviço de uma casa decente; pelo menos dez ou doze.” (TOLLENARE, 1978, p. 201) (Ver também: CARVALHO, 2003; SILVA, 2004).

As pessoas que trabalhavam nas residências podiam também ser concubinas ou prostitutas e ainda filhas ilegítimas de senhores/patronos/patrões (KARASCH, 2000; CARVALHO, 2003; SILVA, 2004; PEREIRA, 2005; CUNHA, 2007; BRITO, 2008). Vem de B. J. Barickman uma importante chave interpretativa sobre as relações familiares e de parentesco. Este historiador, pesquisando a lista nominativa de Santiago do Iguape em

1835, no Recôncavo Bahiano, enfatizou que, pelo menos para o local, domésticos podiam equivaler a agregados livres, filhos ilegítimos, concubinas, e não necessariamente a empregados domésticos como pensamos atualmente. Ele ainda descreveu como se imbricavam os sentidos de fogo, casa e família, e como esta possuía um sentido de rede de parentesco ou de grupo doméstico censitário (BARICKMAN, 2003).

O trabalho era extenuante para os(as) serviçais, muitas vezes eles acumulavam atividades econômicas na rua, como era o caso das vendeiras e das lavadeiras, configurando verdadeiros arranjos de trabalho. Muitos escravos(as) eram alugados(as) para tais serviços, e alguns se inseriam neste mercado como escravos(as) de ganho. (OLIVEIRA, 1988; KARASCH, 2000; CARVALHO, 2003; SILVA, 2004; PEREIRA, 2005; CUNHA, 2007; BRITO, 2008). Mesmo entre as(os) criadas(os) que não desempenhavam atividades lucrativas “portas fora”, existiam algumas pessoas que precisavam sair às ruas para fazer mandados, comprar mercadorias, levar recados, quando não havia uma pessoa ocupada especialmente dessas tarefas.

A observação de que no trabalho doméstico havia uma tensa relação entre casa e rua amplia o número dos(as) trabalhadores(as) que podem ser identificados como “da casa”, compondo um grande grupo. Estas características também colocam em jogo uma interpretação tradicional do escravo doméstico, segundo a qual o proprietário usa e se apropria integralmente do produto do seu trabalho assumindo os gastos de sua manutenção (OLIVEIRA, 1988).

A historiografia também diferencia trabalho doméstico e trabalho domiciliar. Segundo Maria Izilda Matos:

Trabalho domiciliar deve ser entendido como aquele realizado na habitação do trabalhador, por encomenda da empresa ou de seus intermediários, envolvendo geralmente a realização de uma tarefa parcial do processo produtivo, último elo da cadeia produtiva, cujo pagamento era feito geralmente por peça. (...) Essas instâncias de organização da produção configuravam-se como alternativas de emprego particularmente importantes para as mulheres de setores populares, por permitirem a combinação das atividades domésticas com o trabalho remunerado (MATOS, 2002, p. 90-91).

As relações entre as personagens aqui tratadas se constituíam a partir da gramática patriarcal e da noção de honra. O espaço público era uma construção masculina nos oitocentos, mesmo sofrendo mudanças ainda na primeira metade deste século. As mulheres que queriam ter respeitabilidade evitavam a rua; até para uma mulher dos grupos populares era melhor trabalhar em “casa de família” do que ser vendeira (CARVALHO, 2003, p. 52-56). Pelo menos na idealização do comportamento, o lugar natural da mulher era o privado, reclusa dentro da casa, daí a feminilização da domesticidade (CUNHA, 2007). Nesta perspectiva, as criadas sofriam um grande controle, deviam ser morigeradas (ter bons costumes e vida exemplar), asseadas, subservientes, trabalhadoras e fiéis. Sofriam também assédio e violência física e sexual.

Mas muitas delas resistiam, abertamente ou subliminarmente: fugiam, davam prejuízo aos(às) seus(suas) superiores(as), assassinavam estes/estas ou seus familiares (CARVALHO, 1998; COLLINS, 1999; SILVA, 2004; LIMA, 2004). Nesse sentido, ficavam em relevo os “arruados” da casa, quando este lugar transita da representação de segurança e estabilidade, para ser representado como o lugar da violência, podendo a rua passar da noção de suspeição, imprevisibilidade, sujeira e perigo para a ideia de acolhimento/proteção (DAMATTA, 1984, p. 203).

Durante muito tempo, a imagem dos criados seria associada à de um intruso necessário, mas perigoso, que poderia corromper a família, ao trazer vicissitudes do ambiente público, contaminado pelos costumes pouco civilizados das camadas populares (MAIA, 1999).

Em parte, os historiadores passam ao largo de algumas nuances sobre como os contemporâneos do século 19 significavam e viviam o trabalho doméstico. Em certa

medida, eles resolvem um emaranhado de ideias e experiências estabelecendo categorias influenciadas pela história do presente.

### Trabalho doméstico no Recife de meados do século 19: algumas questões e interpretações

Na primeira metade do século 19, o Recife passou por um processo de crescimento populacional. O censo de 1828 estimou 25.678 habitantes para o centro urbano – formado pelos bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista, sendo 7.935 escravos (31%) e 17.743 livres e libertos (69%) (CARVALHO, 1998, p. 41-91). De acordo com o censo publicado em 1856, já viviam 40.977 habitantes no centro urbano da cidade (bairros do Recife, Santo Antônio/São José e Boa Vista), dos 60 a 70 mil habitantes (FIGUEIRA DE MELLO, 1979, p. 283) da cidade do Recife como um todo. Dos que viviam no centro, cerca de 33.270 eram livres e libertos (80%) e 7.707, escravos (20%). O crescimento da população deveu-se ao aumento do número de livres e forros, com uma pequena diminuição dos cativos, que ocorreu a partir do fluxo de imigrantes do interior mais próximo de Pernambuco para o centro do Recife. Por esta mesma época, havia mais de 5.500 casas nos bairros centrais (FIGUEIRA DE MELLO, *Op. Cit.*, p. 283).

Estas casas ofereciam muito trabalho. Os anúncios que seguem indicam parte da diversidade destes serviços e dos arranjos entre várias atividades que uma mesma pessoa podia exercer:

Uma negra sem cria, e com bom leite: quem pretender annuncie (*Diário de Pernambuco* (Recife), 02/01/1837).

Na rua das Cruzes n. 22, segundo andar, vende-se uma escrava parda de 26 annos, com habilidades; uma linda crioula de 22 annos, com habilidades; 4 ditas de nação de 20 a 24 annos, que cozinham, lavam de sabão e são quintandeiras; uma linda negrinha de 12 annos, optima para ser educada (...) (*Diário de Pernambuco* (Recife), 21/01/1851).

Um moleque de 18 a 21 annos, bom official de sapateiro, próprio para todo o serviço, até mesmo para pagem; na rua do Palacete, casa visinha a de Francisco Gonçalves do Cabo ( *Diário de Pernambuco* (Recife), 21/01/1837).

Quem precisar de um homem forro para pagem ou criado de sala, annuncie por esta folha (*Diário de Pernambuco* (Recife), 20/01/1851).

Offerece-se um homem Portuguez para feitor de algum sitio, o qual entende de plantações e de jardim, também entende de bolieiro, quem pretender dirija-se a ponte do Remédio, venda de Manoel Lemos, que ahi achará com quem tratar (*Diário de Pernambuco* (Recife), 22/01/1851).

Henry Koster, que se tornou lavrador de cana de açúcar em Pernambuco no início do século 19, destacou inclusive que “os jardineiros são principalmente, portugueses das províncias da mãe pátria” (KOSTER, 1978, p. 362).

O trabalho doméstico era um dos maiores empregadores no Recife do 19. Num estudo sobre a escravidão de pequeno porte no Recife dos oitocentos, o economista Antônio Pessoa Nunes Neto analisou uma amostra de 523 inventários do Recife entre 1800 e 1887, abordando os que declararam um plantel de 1 a 5 escravos. Estes perfizeram o total de 289 inventários, que indicaram 867 escravos, sendo 422 homens e 445 mulheres. O número médio de escravos nos locais de pequeno plantel não chegou a 3 cativos, indo para 5 se considerarmos todos os inventários (NUNES NETO, 2005).

Um dos aspectos a ser destacado é que a metade dos escravos com atividades descritas era do serviço de casa. Se considerarmos que a(o) cativa(o) acumulava tarefas, este número pode aumentar com alguns declarados dos serviços de rua e de ganho, por

exemplo. O universo também pode ficar maior se considerarmos alguns cativos que não tiveram seus ofícios identificados (NUNES NETO, 2005).

Outra questão a ser refletida está relacionada ao número de escravos criados que o francês Tollenare apontou existir nas casas “decentes” no Recife no começo do século, de 10 a 12 pelo menos. Segundo o estudo do economista supracitado, mais da metade da amostra de inventários do Recife oitocentista indicam que os(as) senhores(as) possuíam de 1 a 5 escravos. Os 234 inventários restantes declararam mais de 1.300 cativos, perfazendo cerca de 6 escravos por inventariado. Dividindo sua amostra por períodos<sup>2</sup> com o intuito de refletir a respeito da estrutura da riqueza dos inventariados, o autor comenta ainda que houve uma tendência de declínio da posse de cativos de maneira geral. E para corroborar com esta interpretação, destacamos o inglês Henry Koster, quando escreveu haver um grande número de pessoas com poucos escravos no Recife (KOSTER, 1978, p. 411).

Mesmo se Tollenare estivesse exagerando, sobretudo quanto à recorrência da grande propriedade de escravos criados, havia mesmo pessoas que dispunham de muitos escravos domésticos, como um comerciante inglês de grosso trato com cerca de 18 em 1848. Mas certamente, o comentário do francês guarda significados mais profundos, como o próprio indicou ao destacar a dificuldade da obtenção de um criado por ser vergonhoso vender um negro de casa. Estudos têm analisado que possuir escravos significava status (OLIVEIRA, 1988; CARVALHO, 1998; SILVA, 2000). Ter escravos(as) serviçais fazia parte dos hábitos suntuários do patriarcado urbano.

Não obstante, cativos classificados “do serviço de casa” não trabalhavam apenas nas casas de morada, mas também nos negócios dos seus donos, “partilhando com eles o produto de seu trabalho diário” (KOSTER, 1978, p. 411). Este foi o caso de José Joaquim de Abreu, dono de uma loja de secos e molhados no bairro do Recife na década de 1830. O comerciante possuía 5 escravos: o padeiro Pedro Crioulo (34 anos); Paulina Parda, do serviço de costura (24 anos); o sapateiro Silvério Crioulo (22 anos); Antônio Benguela, do serviço da rua (50 anos); e Maria Benguela, do serviço de casa (32 anos). Todos trabalhavam com o senhor na loja, que possuía um comércio de pães com produção diária pequena (NUNES NETO, 2005, p. 223).

Os viajantes não se cansaram de destacar os muitos doces, bolos e biscoitos que havia no Recife (GRAHAM, 1956; KOSTER, 1978). Em praticamente todas as casas que eles foram Província adentro, encontraram guloseimas. Assim descreveu Koster a recepção em uma casa de um rico mercador: “Fomos recebidos pela dona da casa, e seu esposo apareceu logo após. Foram excessivamente gentis e mandaram servir doce” (KOSTER, 1978, p. 39).

Existiam muitos estabelecimentos de comércio no Recife a serem abastecidos: só no ramo de produtos alimentares a varejo havia muitas lojas de secos e molhados e quitandas; só de botequins e tavernas existiam em média 516 em 1851, e 415 em 1860; as padarias e confeitarias eram maioria entre os estabelecimentos de pequena produção para o comércio, cerca de 61 em 1851 e 80, em 1860 (ZANCHETTI, 1989, p. 275 - 289).

Maria Graham, que esteve no Recife no início dos anos 1820, legou-nos informações sobre os sobrados dos bairros centrais, ajudando-nos a entender a dinâmica nos seus interiores:

As casas são de três ou quatro andares, feitas de pedra clara e são todas caiadas, com as molduras das portas e janelas de pedra parda. O andar térreo consiste em lojas ou alojamentos para negros ou cavalariças, o andar de cima é geralmente adequado para escritórios e armazéns. Os apartamentos para residência são mais acima, ficando a cozinha geralmente no alto. Por este meio a parte inferior da casa conserva-se fresca (GRAHAM, 1956, p. 112).

---

<sup>2</sup> 1800-1830; 1831-1850; 1851-1887.

Em meados dos oitocentos, a estrutura dos sobrados nos bairros centrais não havia mudado muito, como deduzimos de descrições parecidas deixadas pelo reverendo Daniel Kidder nas décadas de 1830 e 1840 (SOUTO MAIOR e DANTAS SILVA, 1992, p. 150). Nesta perspectiva, não era de se estranhar que nestes sobrados cativas(os), libertas(os) e livres desempenhassem funções tanto nas lojas comerciais como nos “apartamentos para residência”. Certamente esta distinção não era tão clara na época. Assim, devia ser muito tênue a linha divisória entre o que identificamos hoje como trabalho doméstico, trabalho de pequena produção em estabelecimentos comerciais e, em certa medida, o que Maria Izilda Matos denominou de trabalho domiciliar.

Nesta perspectiva, vale colocar em relevo o anúncio que destaca as inúmeras habilidades de:

Uma escrava de nação de 16 a 18 annos, vistosa, cose, engoma, veste, e prega uma Senhora, cosinha, faz “fiambres”, pudins, pão de ló, entende de todas as qualidades de massas para diferentes bolinhos, é do serviço interno de uma casa, e nunca servio em outra, afiança-se não ter vicio algum; e prefere-se a venda para fora da praça: na rua de S. Bento em Olinda n. 24 (*Diário de Pernambuco* (Recife), 10/01/1837).

Os documentos “são construções que atendem a um propósito determinado, que obedecem a certos códigos e assim por diante (...) mas todos podem ser utilizados na construção de uma imagem crítica (objetiva) de uma dada sociedade” (GINSBURG, apud DABAT, 2007, p. 137). Esta concepção também se aplica à literatura. Vem de Aluísio de Azevedo, no romance *O cortiço*, uma expressão dos complexos arranjos e formas de trabalho, somados a relações amorosas. A personagem Bertoleza

representava (...) ao lado de João Romão o papel tríplice de caixeiro, de criada e de amante. Mourejava a valer, mas de cara alegre; às quatro da madrugada estava já na faina de todos os dias, aviando o café para os fregueses e depois preparando o almoço, para os trabalhadores de uma pedreira que havia para além de um grande capinzal aos fundos da venda. Varria a casa, cozinhas, vendia ao balcão na taverna, quando o amigo andava ocupado lá por fora; fazia a sua quitanda durante o dia no intervalo de outros serviços, e à noite passava-se para a porta da venda, e, defronte de um fogareiro de barro, fritava figado e frigia sardinhas, que Romão ia pela manhã, em mangas de camisa, de tamancos e sem meias, comprar à praia do Peixe. E o demônio da mulher ainda encontrava tempo para lavar e consertar, além da sua, a roupa de seu homem (...) (AZEVEDO, 1997, p. 17).

Parece que havia outra fronteira indefinida no universo doméstico. Koster comentou que a criança abandonada nas portas das residências ricas da cidade “é quase invariavelmente sustentada, e criada entre os filhos da casa (se a cor não é completamente escura a admitem nesse meio), certamente como um doméstico, mas não como servo, e mesmo a negrura de sua tez não a afasta de ser instruída entre os meninos brancos” (KOSTER, 1978, p. 376). O inglês aproximou doméstico do sentido analisado por Barickman, agregado livre. E de fato, a criança abandonada era considerada livre. Por outro lado, Koster desconectou doméstico do sentido de servo.

No entanto, estudos têm argumentado que as crianças dos grupos subalternos (cativas, libertas, livres pobres) tiveram experiências muito parecidas no Brasil escravista. Comumente, trabalhadores(as) domésticos(as) eram denominados(as) de “criados(as)” pelo fato de muitos(as) chegarem à casa do(a) empregador(a) bem pequenos(as), “usufruindo durante alguns anos um status um tanto ambíguo que variava entre o de criança engraçadinha e o de serviçal” (FONSECA, 2002, p. 35).

A circulação também permeava a vida das crianças pobres no geral, muitas vezes sendo criadas longe dos seus progenitores. No caso das crianças abandonadas nas Casas dos Expostos, elas eram cuidadas por amas de leite e de criação até os 7 anos, podendo ter várias amas. A partir desta idade as meninas ingressavam no Colégio das Órfãs, se ninguém as adotasse. Neste local aprendiam as primeiras letras, história do Brasil, doutrina cristã, atividades domésticas, entre outras disciplinas, para ingressarem no mercado de trabalho doméstico ou para se casarem (MILANICH, 2001; FONSECA, 2002; NASCIMENTO, 2008; BRITO, 2008). Estas e outras meninas também podiam se tornar concubinas e/ou sofrer todo tipo de violência e assédio sexual nas residências onde trabalhavam (VASCONCELOS: 2007; COSTA, 2007). Comentando sobre o serviço doméstico no Recife oitocentista, Tollenare disparou: “Encontra-se para alugar negras e mulatas livres; mas, são antes concubinas do que criadas” (TOLLENARE, 1978, p. 201).

Para entendermos os mecanismos de controle e exploração no trabalho doméstico, é pertinente lançarmos mão do gênero, que tem sido a abordagem usada para teorizar a questão da diferença sexual. O gênero é uma maneira de analisar as “construções sociais”, a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. A compreensão seja da mulher ou do homem advém de estudos que os considerem conjuntamente, de forma relacional. Do mesmo modo, a abordagem de gênero deve estar ligada às categorias de raça, classe ou etnia (SCOTT, 1996; ver também: HARAWAY, 2004; BUTLER, 2006).

É bem corrente a expressão cria da casa, nascida e criada na casa, em cartas de alforria para denominar a(o) alforriada(o), certamente filha(o) ilegítima(o) das escravas com seus senhores (LIMA, 2004). No entanto, o código moral do século 19 não incentivava o reconhecimento explícito destas filiações. Numa amostra de 456 alforriados no Recife das décadas de 1840 e 1850, apenas uma forra teve sua paternidade declaradamente reconhecida pelo pai e senhor. Em 1856, Ângelo de Albuquerque registrava a carta de liberdade da “crioula” Felippa, que havia sido concedida em 1833 na Matriz de Nossa Senhora da Luz. Segundo o proprietário, ele alforriava a cativa “pelo amor de Deus, e pela reconhecer sempre por filha minha, havida por fragilidade humana da escrava Micaela do dito meu pai, a qual de hoje para sempre poderá gozar de sua liberdade (...)”<sup>3</sup>. A paternidade foi tratada com culpa, circunscrita à fragilidade humana, mas fragilidade de Micaela, que era mulher e escrava (LIMA, 2004).

Desta e de outras maneiras, famílias dos grupos subalternos, notadamente matrifocais, envolviam-se com o trabalho doméstico, pois um código cultural era legado de geração a geração. Assim, no Recife de 1853, Anna, filha da escrava Severina, certamente continuaria a história da sua mãe, pois Rita Cezaria d’Azevedo concedeu a alforria de Anna: “cuja mulatinha pela amizade que lhe tenho em razão de a ter creado, pela presente lhe dou liberdade com a condição de me acompanhar e me servir em quanto eu viver (...)”<sup>4</sup>.

Da mesma forma, podemos observar os membros de uma família matrifocal mais extensa com várias habilidades correlacionadas:

Preciza-se de 1000 \$ de rs. a premio de um por cento com hipoteca em quatro escravas, uma crioula, cosinheira, e coze xão, idade 35 annos, uma filha da dita cabra, costureira, e engomadeira, rendeira, de idade 17 annos, próxima a parir, uma moleca de 11 annos, que já faz todo serviço de casa, e outra de 7 annos, por tempo de 9 mezes, e não sendo remidas ficar vendidas pelo mesmo preço: quem quiser declare sua morada para ser procurada, no espaço de trez dias (*Diário de Pernambuco* (Recife), 12/01/1837).

Em se tratando das famílias escravas, para alguns autores elas instituíam a paz nas senzalas e para outros expressavam a resistência cativa (FLORENTINO e GÓES, 1997;

---

<sup>3</sup> Livro de Notas do Tabelião Francisco Baptista d’Almeida (Recife) 03, n. 39, fl. 229, 25/01/1856.

<sup>4</sup> Livro de Escrituras de Notas de Liberdade de Escravos, n. 48, Recife, fl. 34 v, 15/12/1853.

MATTOS, 1998; SLENES, 1999). Mas era pontual o envolvimento destas famílias com as famílias patriarcais urbanas, tornando as relações e hierarquias sociais no mundo do trabalho muito complexas.

O domínio do trabalho doméstico no Recife de meados do século 19 apresentava muitas nuances e historicidades próprias. Em Pernambuco, desde a década de 1840 os traficantes diminuíram a importação ilegal de escravos por causa da reserva de mão de obra livre e liberta existente no interior da província. Assim, o processo de “passagem” do trabalho escravo para o livre em Pernambuco começou antes mesmo da Lei Eusébio de Queirós, que proibiu em definitivo o tráfico internacional de escravos a partir de 1850 (CARVALHO, 1998, p. 143-153).

Em grande parte, esta reserva de mão de obra migrou para a capital durante a primeira metade dos oitocentos. Nesta conjuntura, o mundo do trabalho ganhou uma nova dinâmica, experimentando transformações e continuidades. As relações de trabalho se construíram a partir das mudanças oriundas do crescimento demográfico e de parâmetros culturais enraizados, notadamente a escravidão e as outras formas de exploração e controle sobre as pessoas.

São significativas as proximidades dos nossos dias com um passado longínquo no que se refere ao tema deste artigo, mas as diferenças e especificidades são pontuais. O que entendemos por trabalho doméstico hoje não se constituía uma verdade no Recife de meados do século 19. As fronteiras entre tipos e relações de trabalho eram indefinidas/intercambiáveis no início do processo da abolição oficial da escravatura. O mundo do trabalho doméstico conjugava múltiplas ideias e experiências, aproximando escravos(os), livres e libertos(as). Um(a) serviçal podia desempenhar múltiplas funções ao mesmo tempo, inclusive lucrativas – na rua, no negócio do(a) seu(sua) superior(a). Quem vivia neste universo, e era chamado(a) de doméstico(a), servo(a), criado(a) ou cria da casa, podia ser também um(a) agregado(a) livre, uma concubina ou um(a) filho(a) ilegítimo(a), todos(as) ou quase todos(as) impelidos(as) ao trabalho.

## Referências bibliográficas

### Fontes manuscritas

*Livro de Notas do Tabelião Francisco Baptista d’Almeida* (Recife) 03, n. 39, fl. 229, 25/01/1856.

*Livro de Escrituras de Notas de Liberdade de Escravos*, n. 48, Recife, fl. 34 v, 15/12/1853.

### Fontes impressas

*Diário de Pernambuco* (Recife): 02/01/1837; 10/01/1837; 12/01/1837; 21/01/1837; 20/01/1851; 21/01/1851; 22/01/1851.

FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. *Ensaio Sobre a Estatística Civil e Política de Pernambuco*. Recife, 1852. Reedição – Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822 e 1823*. Trad. e notas Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. Luis da Câmara Cascudo. 2. ed. Coleção Pernambucana. Vol. XVII. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Governo do Estado de Pernambuco, Departamento de Cultura: 1978.

TOLLENARE, Louis-François. *Notas Dominicais*. Coleção Pernambucana v. XVI. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

#### Livros e artigos

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. 31. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

BRITO, Rose Kelly. Trabalho doméstico como forma de inserção social de meninas enjeitadas no Recife (1840-1850). NASCIMENTO, Alcileide e GRILLO, Maria Ângela (org.). *Cultura, gênero e infância: nos labirintos da História*. Recife: Ed. da UFPE, 2007. p. 19-212.

BUTLER, Judith. Regulaciones de Género. *Revista de estudios de género*. La ventana, Universidad de Guadalajara. Guadalajara, México, n. 23, p. 7-35, 2006.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Procuram-se amas-de-leite na historiografia da escravidão: da “suavidade do leite preto” ao “fardo” dos homens brancos. *Em tempos de histórias: Revista dos alunos da pós-graduação da UnB*. Brasília, v. 5, n. 5, p. 29 – 63, 2001.

CARVALHO, Marcus. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. da UFPE, 1998.

\_\_\_\_\_. De portas adentro e de portas fora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. *Afro-Ásia*, 29/30, p. 41-78, 2003.

COLLINS, Jane-Marie. Slavery, Subversion and Subalternity: Gender and Violent Resistance in Nineteenth-Century Bahia, in: OLIVEIRA, Solange Ribeiro de & STILL, Judith (org.). *Brazilian Feminists*. Nottingham: The University of Nottingham, 1999. p. 34 – 56.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998.

COSTA, Robson. Os germes da perversidade: infância e juventude escrava em Pernambuco, 1871-1888. MIRANDA, Humberto e VASCONCELOS, Maria Emilia (org.). *História da infância em Pernambuco*. Recife: Ed. da UFPE, 2007. p. 51-68.

CUNHA, Olívia M. G. da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. CUNHA, Olívia M. G. da & GOMES, Flávio dos S. (org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 377-417.

DABAT, Christine R. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. da UFPE, 2007.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1984.

\_\_\_\_\_. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

FERREIRA, Jorgetânia da Silva. Do silêncio ao preconceito: a (des)caracterização do emprego doméstico no pensamento acadêmico. *História & Perspectiva*. Uberlândia, (23), 129-144, jul./dez. 2000.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro. 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 12. ed. brasileira, 13. ed. em língua portuguesa. Brasília: Ed. UnB, 1963.

\_\_\_\_\_. *Sobrados e mucambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. Vol. 2: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*. Campinas, (22), p. 201-246, 2004.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo: EDUC, n. 16, p. 25-38, Fev./1998.

MACEDO, Concessa Vaz de. Da lavagem de roupa às branquearias comerciais: sobre o papel das lavadeiras na Escócia setecentista. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, 16, p. 59-74, fev./1998.

MAIA, Clarissa Nunes. O criado de servir: a regulamentação do serviço doméstico no Recife. *Caderno de História*. Natal: EDUFRN, v.1, n. 1 (jan./dez. 1999).

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura – história, cidade e trabalho*. Bauru: Edusc, 2002.

MATTOS, H. M. *Das cores do silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil, séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MILANICH, Nara. *Los hijos de la Providencia: El abandono como circulación en el Chile decimonónico*. New Haven: Universidad de Yale, 2001.

NASCIMENTO, Alcileide. A Roda dos Enjeitados nos embates da cultura. NASCIMENTO, Alcileide & GRILLO, Maria Ângela (org.). *Cultura, gênero e infância: nos labirintos da História*. Recife: Ed. da UFPE, 2007. p. 185-198.

NUNES NETO, Antonio Pessoa. Aspectos da escravidão de pequeno porte no Recife no século XIX. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, n. 61, p. 221-240, Jul. 2005.

OLIVEIRA, Maria Inês C. de. *O liberto: seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio/Brasília: CNPq, 1988.

PEREIRA, Cristiana Schettini. Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX. *Cadernos Pagu*. Campinas, (25), p. 25-54, jul./dez. 2005.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Trad. Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. 3. ed. Recife: SOS Corpo, 1996.

SILVA, Adriana M. P. da. *Aprender com perfeição e sem coação: uma Escola para meninos pretos e pardos na corte*. Brasília: Editora Plano, 2000.

SILVA, Maciel H. C. da. *Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) UFPE, Recife.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUTO MAIOR, Mário e DANTAS SILVA, Leonardo (org.). *O Recife: quatro séculos de sua paisagem*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana; PCR, Secretaria de Educação e Cultura, 1992.

VASCONCELOS, Maria Emília. Meninas, moças e donzelas: os crimes sexuais e a honra em Pernambuco Imperial (1860-1888). MIRANDA, Humberto e VASCONCELOS, Maria Emília (org.). *História da infância em Pernambuco*. Recife: Ed. da UFPE, 2007. p. 85-98.

ZANCHETI, Sílvio. *O Estado e a Cidade do Recife (1836-1889)*. 1989. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo, São Paulo.

# A Linguagem e a morte em *Grande sertão: veredas*

Bairon Oswaldo Vélez Escallón  
Mestrando em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
e-mail: flimt1883@yahoo.com.mx

---

**Resumo:** Este trabalho questiona o coeficiente “oral” de *Grande Sertão: Veredas*, muito sedimentado na crítica rosiana, desde o confronto com a própria obra e desde o seu cruzamento com alguns enfoques da Filosofia e da Teoria Literária contemporâneas. Uma reflexão sobre como isso afeta, principalmente, o posicionamento crítico perante a obra, também faz parte do seu objetivo. A temática se desenvolve em três eixos principais: a) A jagunçagem e a relação de favor; b) O pacto demoníaco; e, c) A escrita como toma de posse e como falsificação do ser. Afinal, volta-se sobre o evento de linguagem que *dá lugar* a *Grande Sertão: Veredas* e sobre a forma como ele problematiza a relação da linguagem com o ser do homem.  
**Palavras-chave:** 1. Escrita. 2. Oralidade. 3. *Shifters*. 4. Estado de exceção. 5. Jagunçagem.

---

“O tempo é a vida da morte: imperfeição”

“O que é para ser – são as palavras”  
GS:V

*Grande Sertão: Veredas*, após quase 53 anos da sua publicação, ainda continua um enigma, não obstante a imensa fortuna crítica que tem suscitado ao longo de toda a sua história e das – às vezes polêmicas – especulações interpretativas despregadas a partir dele. No entanto, algumas das constantes críticas, já enunciadas nas primeiras abordagens em torno da obra, continuam ressoando nos trabalhos contemporâneos com tal insistência que parece que o consenso formou uma base estável, a partir da qual toda reflexão tem que se elaborar.

Um desses pontos, aqui chamados “de consenso”, tem a ver com a forma com que a crítica literária tem compreendido a situação narrativa que inaugura o romance, o evento específico de linguagem que – na ficção, é claro – o faz possível. “Testemunho” (Nogueira Galvão), “diálogo” (Chiampi Cortez), “monólogo exterior” (Coutinho), “diálogo pela metade” ou “monólogo inserto em situação dialógica” (Schwarz), “diálogo-monólogo” (Dacanal), conversação, etc. – qualquer abordagem crítica toma como pressuposto um discurso “oral”, da fala, registrado em signos escritos, como se a escrita só registrasse um sentido único e inamovível sem modificá-lo.

É preciso aqui dizer que o evento de linguagem que *dá lugar* a *Grande Sertão: Veredas* não é a oralidade, mas simples e nem tão obviamente, a escrita, uma prática específica. Se alguma coisa está dramatizada em um primeiro plano dessa narrativa é a escrita, e a escrita nunca é falável<sup>1</sup>. *Grande Sertão* [dois pontos]: *Veredas*. Esses *dois*

---

<sup>1</sup> “...este silencio que funciona en el interior solamente de una escritura llamada fonética –señala o recuerda de manera muy oportuna que, contrariamente a un enorme prejuicio, no hay escritura fonética. No hay una escritura pura y rigurosamente fonética. La escritura llamada fonética no puede en principio y de dere-

*pontos*, nota-se, são faláveis só pela intervenção de uma tradução, e dizer “dois pontos” é muito diferente de escrever “:”. Ora, esse signo escrito é a marca da passagem – é a própria passagem – de uma coisa à sua oposta: *Grande Sertão* – grande deserto, chapadão – [dois pontos]: *Veredas* – pequenos rios, pequenos caminhos. Estamos nessa travessia pela mediação de “dois pontos” signo mudo puramente escrito e nunca imediatamente transmissível fora da escrita. A cisão, então, aparece em todo o seu esplendor: não é o grande deserto se transformando em pequenos rios, mas a sua mútua existência diferenciada um ao lado do outro, em um plano de imanência em que as forças se equivalem – se repelindo – e a alteridade convive consigo mesma: outro [dois pontos]: outro.

Uma das estratégias para abordar o romance sem obliterar a cisão que *lhe dá lugar*, poderia ser refletir um pouco sobre os signos “-”, “∞”, que o abrem e o fecham. Aqui propõe-se, seguindo a terminologia de Giorgio Agamben, em *A linguagem e a morte* (que decorre da linguística moderna), a compreensão desses signos entanto que *shifters*: símbolos-índices, que são “unidades gramaticais, contidas em todo código [*Grande Sertão: Veredas*, no caso], que não podem ser definidas fora de uma referência à mensagem” (2006, p. 42). Todo *shifter* tem uma natureza dupla: de uma parte, entanto símbolo se associa ao objeto representado por uma regra convencional; de outra, como índice, se encontra em uma relação existencial com o objeto que representa. Se esses signos não podem ser definidos fora de uma referência à mensagem, se além disso eles estão em uma relação existencial com aquilo que representam, então é claro que tudo podem ser, exceto marcas de uma fala. Da mesma forma que os nossos “dois pontos” eles não são ouvíveis ou faláveis, mas só legíveis e escrevíveis: são, de novo, marcas puras da escrita, pelo fato de estar com ela em uma relação existencial, silenciosa.

Ora, pelas referências do narrador –Riobaldo – sabemos que alguém escuta a sua história e a transcreve numa caderneta: “O senhor escreva no caderno: sete páginas...” (*GS: V*, p. 378). Portanto temos, sim, um narrador, e ele além é o protagonista da narração, mas o que temos perante os olhos, o que lemos, é o produto de uma transcrição: esse é o evento específico de linguagem em que *tem lugar Grande Sertão: Veredas*. A diferença entre narrador e narratário, então, faz toda a *diferença* (BARTHES, 1990).

Isso, ainda que parecesse muito simples, tem múltiplas consequências sobre esta leitura do romance, como se verá no desenvolvimento do presente texto. Alguma reflexão sobre como essas consequências afetam, principalmente, o posicionamento crítico perante a obra, também faz parte do seu objetivo. Porém, para continuar é preciso aqui transcrever, um pouco extensamente, um trecho da narrativa em que o ato da escrita é dramatizado. Trata-se de uma sorte de *summa* do livro, uma pequena história digressiva em que, de alguma forma, se encontra condensado o nosso tema. Vamos chamá-lo de “História de Davidão e Faustino”:

Tem horas em que penso que a gente carecia, de repente, de acordar de alguma espécie de encanto. As pessoas, e as coisas, não são de verdade! E de que é que, a miúde, a gente adverte incertas saudades? Será que, nós todos, as nossas almas já vendemos? Bobéia, minha. E como é que havia de ser possível? Hem?!

Olhe: conto ao senhor. Se diz que, no bando de Antônio Dó, tinha um grado jagunço, bem remediado de posses - Davidão era o nome dele. Vai, um dia, coisas dessas que às vezes acontecem, esse Davidão pegou a ter medo de morrer. Safado, pensou, propôs este trato a um outro, pobre dos mais pobres, chamado Faustino: o Davidão dava a ele dez contos de reis, mas, em lei de caborje –invisível no sobrenatural- chegasse primeiro o destino do Davidão morrer em combate, então era o Faustino quem morria, em vez dele. E o Faustino aceitou, recebeu, fechou. Parece que, com efeito, no poder de feitiço do contrato ele muito não acreditava. Então, pelo seguinte, deram um grande fogo, contra

---

cho, y no sólo por una insuficiencia empírica o técnica, funcionar, si no es admitiendo en ella misma ‘sig- nos’ no fonéticos (puntuación, espacios, etc.)...” (DERRIDA, 1968, p. 4).

os soldados do Maior Alcides do Amaral, sitiado forte em São Francisco. Combate quando findou, todos os dois estavam vivos, o Davidão e o Faustino. A de ver? Para nenhum deles não tinha chegado a hora-e-dia. Ah, e assim e assim foram, durante os meses, escapos, alteração nenhuma não havendo; nem feridos eles não saíam... Que tal, o que o senhor acha? Pois, mire e veja: isto mesmo narrei a um rapaz de cidade grande, muito inteligente, vindo com outros num caminhão, para pescarem no Rio. Sabe o que o moço me disse? Que era assunto de valor, para se compor uma estória em livro. Mas que precisava de um final sustante, caprichado. O final que daí ele imaginou foi um: que, um dia, o Faustino pegava também a ter medo, queria revogar o ajuste! Devolvia o dinheiro. Mas o Davidão não aceitava, não queria, por forma nenhuma. Do discutir, ferveram nisso, ferravam uma luta corporal. A fino, o Faustino se provia na faca, investia, os dois rolavam no chão, embolados. Mas, no confuso, por sua própria mão dele, a faca cravava no coração do Faustino, que falecia...

Apreciei demais essa continuação inventada. A quanta coisa limpa verdadeira uma pessoa de alta instrução não concebe! Aí, podem encher este mundo de outros movimentos, sem os erros e volteios da vida em sua lerdeza de sarrafaçar. A vida disfarça? Por exemplo. Disse isso ao rapaz pescador, a quem sincero louvei. E ele me indagou qual tinha sido o fim, na verdade de realidade, de Davidão e Faustino. O fim? Quem sei. Soube somente só que o Davidão resolveu deixar a jagunçagem - deu baixa do bando, e, com certas promessas, de ceder uns alqueires de terra, e outras vantagens de mais pagar, conseguiu do Faustino dar baixa também, e viesse morar perto dele, sempre. Mais deles, ignoro. No real da vida, as coisas acabam com menos formato, nem acabam. Melhor assim. Pelejar por exato, dá erro contra a gente. Não se queira. Viver é muito perigoso... (GS: V, p. 66-67)

Notam-se, nesse trecho, três elementos muito importantes: 1. A assimetria social entre as personagens; 2. O pacto, ou contrato “de palavra” entre o jagunço rico e o pobre; e 3. A intervenção de um letrado vindo “de cidade grande”. Nas laudas a seguir, tenta-se manter a mirada nesse roteiro, desenvolvendo-o, correspondentemente, em três eixos principais: a) A jagunçagem e a relação de favor; b) O pacto demoníaco; e c) A escrita como toma de posse e como falsificação do ser. Afinal, voltar-se-á sobre o evento de linguagem que *dá lugar* a *Grande Sertão: Veredas* e sobre a forma como ele problematiza a relação da linguagem com o ser do homem, distinguindo entre duas formas de compreender essa relação.

Davidão é um “grado jagunço bem remediado de posses”, entanto que Faustino é “pobre dos mais pobres”. O temor da morte faz com que o primeiro ofereça uma propina ao segundo em troca de que ele o substitua no evento derradeiro. Outro tanto acontece com Riobaldo. Ele nasce pobre, sem pai conhecido, em um canto esquecido do Sertão. Após a morte da mãe, de uma breve alfabetização e do descobrimento da sua bastardia, ele entra na jagunçagem – primeiro nas filas governistas, sob comando de Zé Bebelo, para depois passar a servir no bando de Joca Ramiro, em aberto confronto com a República. Nessa série de acontecimentos, que constituem a sua juventude, Riobaldo descobre algo que tem a ver com a sua condição:

Eu queria decifrar as coisas que são importantes. E estou contando não é uma vida de sertanejo, *seja se for jagunço*, mas a matéria vertente. Queria entender do medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, *dar corpo ao suceder*. O que induz a gente para más ações estranhas, é que *a gente está pertinho do que é nosso, por direito, e a gente não sabe, não sabe, não sabe!* (GS: V, p. 79) [Itálicos meus]

Faustino, em troca pelos dez contos de réis, só tem uma coisa para oferecer: o seu corpo. Em um primeiro momento, como parte do bando armado, esse corpo é oferecido às balas inimigas; depois, entanto que agregado rural de Davidão, ocupará “uns alqueires de terra”, agindo agora como um poste vivo, encarregado de proteger os limi-

tes da grande propriedade do seu “benfeitor”. Ora, dar ou ter dado, o que está perto e é próprio, ao “suceder de más ações estranhas” é o maior conflito de Riobaldo: dar corpo, dar *o corpo*. O homem disponível, dada a sua condição marginal, destituído de qualquer poder econômico ou político, destituído ainda do poder de si que constitui a mínima autonomia, tem que se alugar para sobreviver e aquilo que tem para dar como contraprestação é um corpo útil como parapeito.

O jagunço, alugado pela grande propriedade latifundiária para estender seu domínio; o capanga, agregado da plebe rural que trabalha “de favor” ou “de palavra” para o fazendeiro em campanha de armas, é um corpo dado, entregue ao projeto do outro, mas nunca ele mesmo como um outro – assim preservaria a sua alteridade –, senão como um *mesmo*: continuação substituível do corpo do patrão, corpo confim (com-fim), poste animado de cerca, cuja função é expandir e preservar os limites da terra. Enquanto homem do confim o jagunço é uma pura *bíos*, um corpo *biopolítico* que deve seu ser em quanto tal à sua inclusão na *polis* social pelo esgotamento da sua vida natural (*zoé*) em uma forma do dever-ser; a sua condição exprime-se perfeitamente no *estado de exceção* em que o filósofo italiano Giorgio Agamben vê a estrutura política fundamental do pensamento ocidental.

Ora, Riobaldo, Faustino e todos os outros jagunços de *Grande Sertão: Veredas*, pertencem a um amplo segmento da sociedade brasileira, especialmente a sociedade posterior ao Segundo Reinado e à transição do regime de trabalho servil ao assalariado. Esses homens encontram-se em um ponto em que, tanto as ideologias – só conjunturalmente opostas – do Liberalismo e do Escravismo, quanto as classes sociais extremas dos escravos e dos proprietários, tendem a sintetizar-se. Dessa forma, essa multidão de homens “formalmente” livres toma a sua feição dos extremos entre os que vivem e constituem um limiar paradoxal em que os opostos se encontram: excluídos do sistema produtivo, “pobres dos mais pobres”, livres da escravidão mas sem posses, a sua subsistência depende da vontade dos senhores da terra. Seja no campo, em que recebem chácaras alheias para produzir seu próprio sustento e cumprem, como camaradas, ofícios de segurança e agressão; seja na cidade, onde vivem como moleques de recados ou de companhia no quarto dos fundos do quintal do dono, os agregados obtêm a sua “qualidade humana” no mesmo instante em que ela é deposta:

O mesmo complexo que encerrava o reconhecimento, pelo senhor, da humanidade de seus dependentes trazia inerente a negação dessa mesma humanidade. O mesmo homem que, no cotidiano, recebia um tratamento nivelador, cujo ajustamento social se processava mediante a ativação de seus predicados morais, era efetivamente compelido a comportamentos automáticos, de onde o critério, o arbítrio e o juízo estavam completamente excluídos. [...] Para aquele que se encontra submetido ao domínio pessoal, inexistem marcas objetivadas do sistema de constrações a que sua existência está confinada, seu mundo é formalmente livre. Não é possível a descoberta de que sua vontade está presa à do superior, pois o processo de sujeição tem lugar como se fosse *natural* e espontâneo. [...] A dominação pessoal transforma aquele que a sofre numa *criatura domesticada*... [Itálicos meus] (FRANCO, 1997, p. 93-95).

Entre a ordem e a desordem, fora do céu da propriedade e do inferno da servidão acorrentada, o jagunço é vida domesticada em uma forma biopolítica que permite sua “entrada” na esfera de propriedade do grande latifúndio. Esse homem formalmente livre é o capturar-fora que a ordem social precisa para se fundamentar, não por meio de uma instituição propriamente dita, mas de um tecido de relações tradicionais, pessoais, excepcionais, em que o reconhecimento arbitrário da humanidade dá razão ao privilégio em todas as suas faces e em que a troca de favores se sustenta no dispositivo<sup>2</sup> do contrato “de palavra”.

<sup>2</sup> “...llamaré literalmente dispositivo cualquier cosa que tenga de algún modo la capacidad de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar y asegurar los gestos, las conductas, las opiniones y

Neste ponto é preciso continuar com o segundo eixo do nosso roteiro: o pacto.

Faustino, o nome da personagem da nossa pequena história digressiva, não é um acaso. Ele está definido pelo seu pacto com Davidão, o seu ser, entregue à morte, esgota-se nele. Nenhum jagunço assina um contrato: Riobaldo também não o faz, na cena em que, na encruzilhada das Veredas Mortas/Altas, invoca o demônio para trocar com ele a sua alma pelo sucesso na vingança contra os Judas – Ricardão e Hermógenes, traidores e assassinos de Joca Ramiro. O diabo não aparece e a promessa de troca parece nunca acontecer. No entanto, para qualquer leitor é clara a mudança do ser do protagonista: daqui por diante ele adotará o apelido Urutú-branco e transformar-se-á em um chefe desapiedado, cujo ser absoluto esgota-se na perseguição do objetivo. Até o próprio Diadorim percebe essa mudança com receio, ainda sendo o mais interessado na empresa de vingança do pai morto, o objeto da paixão que impele Riobaldo ao movimento. Urutu é uma serpente venenosa, de pele escura e cabeça marrom com estrias claras que formam uma espécie de cruz; também é conhecida como cruzeira ou Urutu-cruzeiro: a cobra toma seu nome da cruz que leva na testa. Também Riobaldo: a totalidade do ser do jagunço esgota-se no objetivo marcado, é capturada no pacto da encruzilhada: ele leva essa cruz na sua cabeça. Portanto, as lembranças mefistofélicas do nome Faustino estão inteiras, ainda que sofisticadas, no nome Urutú-branco: os dois estão prometidos à morte, entregues à matabilidade, por conta de um contrato que nunca assinaram, que ficou só expresso no ar da oralidade: “E, mesmo, quem de si de ser jagunço se entrete, já é por alguma competência entrante do demônio”. (*GS: V*, p. 11)

Agora, se um dos termos da equação é o homem em situação assimétrica e evidente estado de necessidade, se intermediando há um dispositivo de captura – chame-se contrato ou pacto – que seria um passo para suprir tal necessidade, ainda tem que pensar-se, no outro extremo, àquele ou àquilo com o que se pauta. Quem, ou melhor, o que é o que está em vantagem perante o jagunço e que pode vir a prometer-lhe uma propina em troca da vida do seu corpo? Dizer que é um homem abastado específico, “bem remediado de posses”, seria muito simples; dizer que é evidentemente o demônio seria ingênuo. É a razão pela qual a isotopia entre as histórias de Faustino e Riobaldo diverge neste termo, mas sem acabar. De fato, a pergunta que fundamenta a totalidade da narração inquirir pela existência do diabo e pela consequente validade do pacto. Ainda sobra uma dúvida: se o ente maligno não comparece à convocação, se ele não existir, isso invalida o contrato? Acaso o mal mesmo não será o oferecimento do ser a uma coisa que não é, ao não-ser propriamente dito? “E o demo existe? Só se existe o estilo dele, solto, sem um ente próprio – feito remanchas n’água. [...] Vendi minha alma a quem não existe? Não será o pior?” (*GS: V*, p. 365).

O diabo em *Grande Sertão: Veredas* é sobretudo um estar-em-sujeito<sup>3</sup>, transitivo puro, não tem existência como ente mas só como acidente, é dizer, não existe por si mas só nos corpos dados dos outros: “Homem, é. O senhor nunca pense em cheio no demo” (p.370). Segundo aponta Giorgio Agamben no seu *Profanações* (2007), este tipo de ser precisa do sujeito para ter lugar, a sua mais premente fundamentação está na noção de um “eu” que lhe dá lugar. A imagem mais certa do demônio é, assim, a do possuidor, algo que vive no corpo de um possesso: “...o diabo vive dentro do homem, nos crespos do homem – ou é o homem arruinado, ou o homem dos avessos. Solto, por si, cidadão, é que não tem diabo nenhum. Nenhum!” (*GS: V*, p. 11).

---

los discursos de los seres vivientes. No solamente, por lo tanto, las prisiones, los manicomios, el panóptico, las escuelas, la confesión, las fábricas, las disciplinas, las medidas jurídicas, etc., cuya conexión con el poder es en cierto sentido evidente, sino también la lapicera, la escritura, la literatura, la filosofía, la agricultura, el cigarrillo, la navegación, las computadoras, los celulares y – por qué no – el lenguaje mismo, que es quizás el más antiguo de los dispositivos, en el que millares y millares de años un primate – probablemente sin darse cuenta de las consecuencias que se seguirían – tuvo la inconsciencia de dejarse capturar”. (AGAMBEN, *¿Qué es un dispositivo?*, em: <http://profanacoes.blogspot.com/2007/10/qu-es-un-dispositivo-giorigio-agamben.html>)

<sup>3</sup> “Estar em um sujeito é, para os filósofos medievais, o modo de ser do que é insubstancial, ou seja, não existe por si, mas em outra coisa” (AGAMBEN, 2007, p. 51).

As personagens do romance são os corpos em que o diabo vigora como estar-em-sujeito, e sua ação aparece como uma falta de sossego, uma perseguição de projetos pessoais, particulares, nos quais o mal é inerente à idéia do “eu”, a um certo egoísmo, ou *egoidade*, termo que cerca “o sentido em cadeia fechada”, segundo Jean-Luc Nancy (2000, p. 27). Para Agamben o sujeito é o produto do corpo-a-corpo entre os viventes e os dispositivos em que eles são capturados (Cf. 2007, p. 63). O dispositivo específico em que são capturados Riobaldo e Faustino, tal como já antes se escreveu aqui, é o contrato ou o pacto “de palavra”. Então é perfeitamente compreensível que, durante a cena da invocação demoníaca, nas Veredas Mortas/Altas, o narrador diga ter sentido que estava “bêbado de meu” (*GS: V*, p. 319). Ele é capturado como um “ego”, é um ser tomado por uma egoidade insistente no seu estar como sujeito:

Tanta gente – dá susto se saber – e nenhum se sossega: todos nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons...[...] Querer o bem com demais força, de incerto jeito, pode já estar sendo se querendo o mal, por principiar. Esses homens! Todos puxavam o mundo para si, para o concertar concertado. Mas cada um só vê e entende as coisas dum seu modo. (*GS: V*, p. 15-16).

Como cada um “só vê e entende as coisas dum seu modo”, como o diabo age por meio dessa particularidade, o mal surge no momento em que essas “egoidades”, esses sentidos em cadeia fechada, chocam uns contra os outros. Daí a guerra, daí o confronto entre bandos comandados por interesses divergentes que leva Riobaldo à perda de Diadorim, o seu ser amado. Se o diabo é possuidor e precisa de corpos possessos, tomados pela sua insistência no estar como sujeitos, se a senha da sujeição é a feição pessoal de cada um, pode-se pensar que a propriedade é o seu rosto mais adequado. Essa é a razão pela qual, tanto Faustino quanto Riobaldo, parecem entregues a poderes superiores quase que na qualidade de mercadorias, corpos possuídos, haveres entregues à propriedade, seres reduzidos entre as posses perecíveis (matáveis) de uma coisa que não existe além de estar “bem remediada”, de um não-ser cuja maior artimanha é fingir que não é: “Deus existe mesmo quando não há. Mas o demônio *não precisa de existir para haver* – a gente sabendo que ele não existe, aí é que ele toma conta de tudo” [itálicos meus] (*GS: V*, p. 49). Do sem-sentido à contradição há só um passo. O velho ex-jagunço – agora proprietário de terras como consequência do vantajoso matrimônio e da herança do pai Selorico Mendes – ainda tendo descoberto o sistema de constrições a que sua vida estava atrelada, acaba reproduzindo esse mesmo sistema, só que agora desde uma posição de privilégio e com novos subalternos:

Mas, hoje, que raciocinei, e penso a eito, não nem por isso dou por baixa minha competência em um fogo-e-ferro. A ver. Chegassem viessem aqui com guerra em mim, com más partes, com outras leis, ou com sobejos olhares, e eu ainda sorteio de acender esta zona, aí, se, se! É na boca do trabuco: é no te-retê-retém... E sozinhozinho não estou, há-de-o. Pra não isso, he coloquei redor meu minha gente. [...] Deixo terra com eles, deles o que é meu é, fechamos que nem irmãos. [...] Em Diadorim, penso também –mas Diadorim é a minha neblina (p. 21-22).

O diabo em *Grande Sertão: Veredas* não é: ele só há, é dizer, não está na existência mas no *haver*, na sua aceção de “estar na posse de, ser proprietário de, possuir” (*Dicionário Houaiss*). Alguma coisa entra no inventário (um dispositivo por excelência) dos haveres de alguém, das suas propriedades, só quando alguma das suas particularidades é usável ou trocável, quando o seu ser se define pelo objetivo adjudicado a uma das suas características. Também o jagunço. Ele não é captado pela propriedade como um ser absoluto, mas “compelido a comportamentos automáticos pela ativação de seus

predicados morais” (FRANCO, 1997, p. 93-95), aproveitado por alguma das suas habilidades específicas. É a razão pela que é rebatizado com um nome de guerra que fala às claras daquilo para o que, desde a perspectiva da propriedade, ele serve. Assim Riobaldo é “Professor” para Zé Bebelo quando a sua alfabetização é premente; assim “Cerzidor” e “Tatarana”, quando a sua pontaria o destaca na função de atirador principal do bando; assim “Urutú-branco”, quando chega o momento de se entregar à chefia e vender a alma ao demônio. O seu ser esgota-se na sua utilidade em cada caso, é reduzido – e, portanto, falsificado – pela imposição de um nome que é prerrogativa de quem precisa dele como ferramenta.

A validade do pacto, então, concreta-se com a atribuição do nome, o que nos leva ao terceiro eixo do nosso roteiro: a intervenção letrada com a sua consequente toma de posse e falsificação do ser por meio da escrita.

Na “História de Davidão e Faustino” temos a assimetria social entre os protagonistas e o pacto ou contrato de palavra que decorre de tal situação. Mas temos também um outro termo, agora surpreendente: a intervenção de um letrado “vindo de cidade grande”, que escuta a narração do pacto da boca de Riobaldo e encontra nela “assunto de valor, para se compor uma estória em livro”. A partir da vontade desse rapaz, “muito inteligente”, em evidente situação privilegiada perante os jagunços miseráveis e iletrados a que o conto se refere, abre-se a possibilidade da transformação dessa estória em escritura, portanto da sua entrada na Literatura e na História. É o caráter *excepcional* do episódio o que faz com que o moço o pesque dentre o rio das historietas do Sertão.

Mas para que o assunto, um fato-*zoé*, digamos, consiga entrar nesse ordenamento (a *polis* da literatura) tem que se determinar primeiro o que ele deveria ser enquanto que *bíos*. Como já antes se disse, toda territorialidade soberana depende dessa determinação, e o poder do escritor, no caso, consiste no capturar-fora essa história excepcional para fazê-la entrar nos livros sob um “formato” que vença “os erros e volteios da vida em sua verdeza de sarrafaçar”. É claro, para que isso aconteça, para que essa vida ocorrida consiga entrar no domínio social da escritura, ela deve-se fazer excluível, matável, controlável: o seu formato é a morte. Para que o escritor outorgue valor à vida do jagunço pactário, ela deve deixar de ser, a sua exemplaridade depende do sacrifício, portanto da consumação final do pacto, ainda pela própria mão de Faustino.

Nesse sentido, o letrado age como um operador do poder e a sua ação, dependente da posse de um saber e uma prática, faz da Letra um dispositivo que captura a vida do jagunço, esgotando-o no pactário e abonando assim à sua matabilidade. A escritura intermédia, então, na posse:

... também a escritura – toda escritura, e não só a dos chanceleres do arquivo da infâmia – é um dispositivo, e a história dos homens talvez não seja nada mais que um incessante corpo-a-corpo com os dispositivos que eles mesmos produziram – antes de qualquer outro, a linguagem (AGAMBEN, 2007, p. 63).

Se o jagunço não tem outra coisa a intercambiar senão a própria vida, se a prática do letrado precisa da sua morte, então essa escrita verdadeiramente é uma consumação do contrato, ela materializa e dá validade ao pacto, é ela mesma produtora do documento demoníaco que, agora sim, se assina com sangue. No caso de Riobaldo, o indulto oferecido pelo governo, a “cidade letrada”, age no mesmo sentido: “E meus feitos já revogaram, prescrição dita. Tenho meu respeito firmado. Agora sou anta empoçada, ninguém me caça. Da vida pouco me resta...” (GS: V, p. 77). O documento da prescrição ao ex-jagunço é a materialização do pacto demoníaco, o contrato mesmo assinado com sangue, pois a última e principal prenda do pactário é a impunidade, a sua imunidade à lei humana. O formato do fazendeiro legítimo e desprovido de punição legal faz possível a sua entrada no ordenamento da *polis*.

Para Agamben o dispositivo que realiza e regula toda separação é o sacrifício (2007, p. 65-66). No caso, a separação opera-se entre os extremos de quem tem o poder de “fazer um final sustante, caprichado” e quem (pelo menos na ficção) tem que sofrer esse desfecho como uma punição exemplar. O que media entre esses extremos é uma escrita virada dispositivo, e da sua interação com os viventes que captura resultam sujeitos demarcados<sup>4</sup>, pessoas: *dramatis personae*, máscaras, com um destino trágico a cumprir; egoidades, sentidos em cadeia fechada, que se arrojam o papel de guardiães do sentido da morte.

Vê-se, então, como a sujeição operada por meio da escrita supõe uma delimitação de identidades. A identificação do morto é equivalente à imposição de um nome: ambas são operações de uma linguagem concebida como dispositivo. Isto nos traz de novo ao nosso tema principal: a linguagem e a morte em *Grande Sertão: Veredas*.

Tanto Davidão quanto o letrado enviam Faustino à morte para eles próprios fugirem da sua iminência, dão curso ao contrato para não ter que se defrontar com ela: o primeiro, substituindo-se com outro no evento final; o segundo, dando um sentido transcendente à continuação inventada por ele para o caso. Ainda que o nome deste escritor não apareça no romance, a sua identidade está assegurada na sua decisão de valor sobre a anedota e no desfecho “caprichado” que ele, desde a sua perspectiva de “moço instruído de cidade grande”, imagina para fazer dela negócio “sustante”. Se pensarmos, de volta às primeiras laudas deste texto, em *Grande Sertão: Veredas* como uma transcrição das palavras de Riobaldo, é possível que achemos uma alternativa a esta sujeição dos viventes no dispositivo da escritura. É o propósito, a seguir.

O diabo tem a sua linguagem, é a linguagem da posse, dos haveres, a da propriedade como sujeição; a da posseção pelo nomear, a de uma arrogância que se pretende capaz de dizer o ser e o mundo, absolutamente. Esse caráter da linguagem, que faz com que Barthes descubra nele uma potência demoníaca, sustenta-se também no *estado de exceção* teorizado por Agamben:

Como somente a decisão soberana sobre o estado de exceção abre o espaço no qual podem ser traçados confins entre o interno e o externo, e determinadas normas podem ser atribuídas a determinados territórios, assim somente a língua como pura potência de significar, retirando-se de toda concreta instancia de discurso, divide o lingüístico do não lingüístico e permite a abertura de âmbitos de discurso significantes, nos quais a certos termos correspondem certos denotados. A linguagem é o soberano que, em permanente estado de exceção, declara que não existe um fora da linguagem, que ela está sempre além de si mesma. [...] A pretensão de soberania da linguagem consistirá então na tentativa de fazer coincidir o sentido com a denotação, de estabelecer entre estes uma zona de indistinção, na qual a língua se mantém em relação com seus *denotata* abandonando-os, retirando-se destes em uma pura *langue* (o “estado de exceção” lingüístico). (AGAMBEN, 2002, p. 33).

Se nomear é possuir e se possuir é determinar o ser em formas específicas (o jagunço, o pactário), então a anomia, o inexpresso, o não-lingüístico estariam do lado do não-ser. Mas o não-dito, o indizível, é, na verdade, o fundamento da vida inteira da comunidade humana, aquilo que sustenta todo dizer (Cf. AGAMBEN, 2006). Se a linguagem tem lugar, é porque ela tem um momento de não-ser que a antecede e continua; porque ela acontece no tempo se ajusta também à economia da morte. No entanto, como o atesta a nossa experiência quotidiana, ela tende a fugir dessa economia, a alienar-se do seu caráter temporal, a implantar-se como enunciado absoluto do ser. É o momento em que o poder possui a linguagem: quando a tirania do dizer faz supor lógica a

<sup>4</sup> “Llamo sujeto a lo que resulta de la relación, o por así decir, del cuerpo a cuerpo entre los vivientes y los dispositivos”. (AGAMBEN, *¿Qué es un dispositivo?*, em: <http://profanacoes.blogspot.com/2007/10/ques-un-dispositivo-giorgio-agamben.html>)

captura do lado de fora como determinável no âmbito da linguagem, “aí é que o diabo toma conta de tudo”.

Esse lado de fora aparece com clareza quando o homem determina o seu próprio ser como “animal falante”. A voz do animal, vida natural (*zoé*) deixada alhures da linguagem (*polis*), é o fundamento do falante homem (*bíos*) e possibilita aquela dimensão em que âmbitos de discurso significantes são abertos. Porém, a instância mesma de linguagem, o seu ter-lugar, é vedada ao dizer, ele não consegue exprimir a sua ocorrência temporal no significado. Esse é o irrelato absoluto, o momento inerente à linguagem em que ela não pode mais dar conta da sua própria dimensão ontológica. Agamben chama essa cisão, entre a voz do animal (o ter-sido) e a impossibilidade de significar a própria instância (o ainda-não-ser significado), de *Voz* (2006, p. 51-58). Do ter-sido ao ainda-não-ser, a linguagem tem lugar em uma dupla negatividade, portanto no tempo, e é tão mortal quanto o homem.

Para Agamben, essa *Voz* pode mostrar a sua instância, e ao fazê-lo, abre o ser e o tempo ao pensamento, é um índice de si mesma e permite assim ao falante ter experiência da morte como irrestrita impossibilidade de dizer, a sua constitutiva condição de indizível. A *Voz*, “*shifter* supremo”, consegue melhor mostrar a sua instância naqueles âmbitos de discurso em que, no limite do dizer, o dito se dilui e perde a sua supremacia perante o evento mesmo da linguagem, o seu ter-lugar. A linguagem, jogada no seu ser temporal, distrai-se do seu viés instrumental e fala de si própria, encontra-se em uma relação existencial com o objeto mesmo que representa, é si-mesma: é poema, um objeto de linguagem que se reprega sobre si, cujo sentido é o que ele mesmo é: imanência, alma atrelada à forma de um corpo, pensamento inseparável da sua existência material (textual).

Segundo Heidegger – em seu ensaio clássico “Hölderlin e a poesia” –, “a poesia não fala sobre seres, ela é criação de seres”. Se ela não fala sobre algo, então, o dito (a fala) dissolve-se na indicação do seu próprio ser. O ato de nomear perde, no poema, o seu sentido de possessão, esquece o seu objetivo e tende a mostrar-se como encenação de si.

Essa experiência poética da cisão entre a fala e o significado, da *Voz*, está magistralmente encenada em *Grande Sertão: Veredas* na figura do transcritor. O “doutor” é aquele que não fala, cuja intervenção é apenas testemunhada pelo produto de uma prática da escrita que é só mediática e que não intervém no seu fluxo mais do que para mostrar-se a si mesma como pura medialidade. Daí os signos “-”, “∞”, que abrem e fecham o romance e que, se compreendidos como aspas (“”) que remetem ao discurso – transcripto – de Riobaldo, só evidenciam o caráter textual do texto, o labor da transcrição tanto quanto a sua recusa à dimensão do dizer e à sanção de um significado para as palavras do jagunço. O “doutor” é quem em *Grande Sertão: Veredas* não fala e não significa, uma pura *Voz*: “Mas o senhor é homem sobrevivendo, sensato, fiel como papel, o senhor me ouve, pensa e repensa, e rediz, então me ajuda” (*GS:V*, p. 79).

O contraste com o letrado da “História de Davidão e Faustino” não poderia ser maior. Entanto que o labor desse moço “muito inteligente” se define pela sua constrição à definição e esgotamento do Faustino na figura de um jagunço-pactário, o “doutor” limita-se a escutar e transcrever o relato de Riobaldo, sem intervir para tirar dele conclusões edificantes ou “sustantes”, sem sequer registrar a resposta que se espera dele ao respeito da existência/inexistência do diabo e que motiva a totalidade da narração.

Nesse sentido, a reserva do “doutor” é uma experiência da morte como impossibilidade de dizer e corresponde-se com aquela inelutável perda que constitui para Riobaldo a morte e reconhecimento de Diadorim. É só a partir dessa morte que a personagem abandona a luta armada e questiona a validade do pacto, ao descobrir no corpo exânime do ser amado a verdade sobre seu próprio corpo entregue aos dispositivos da propriedade: “aí ultimei o jagunço Riobaldo [...] Desapoderei” (*GS:V*, p. 455). Esse “desapoderar” é consumado na prática da transcrição, uma verdadeira experiência da *Voz*:

Ter experiência da morte como morte significa fazer experiência da supressão da voz e do surgimento, em seu lugar, de outra *Voz* [*grámma*, *Voz* da morte, *Voz* da consciência,

fonema]. Ter experiência da Voz significa, por outro lado, tornarmo-nos capazes de uma outra morte, que não é mais simplesmente o descenso e que constitui a possibilidade mais própria e insuperável da existência humana, a sua liberdade (AGAMBEN, 2006, p. 118).

Mas, poderia se perguntar: liberdade, em que sentido? Liberdade com respeito a quê? Vale dizer: liberdade dos viventes com respeito ao dispositivo da linguagem, à possessão e sujeição através do ato de nomear. A recusa a uma linguagem própria, que constitui a prática do “doutor”-transcritor, conserva íntegro o ser (entanto que potência de ser) de Riobaldo ao repetir na indecibilidade a sua não-realização (amorosa), a sua qualidade de inacabado. Dessa forma, a transcrição é sustentada por uma perda, é ela mesma uma obra de perda: corpus-neblina, esse texto não pode deixar de carregar em si, como princípio formal, aquela morte que derruba toda antiga certeza no protagonista e que o joga na indeterminação (“Diadorim é a minha neblina”). “Travessia” ela mesma, portanto, entre duas negatividades – o ter-sido a narração “oral” ou “falada” do ex-jagunço; o ainda-não-ser o significado dessa narração –, a transcrição não tem a ilusão do domínio do dizer e mantém Riobaldo outro com respeito a si.

Uma remissão inclui o remetido tanto quanto quem o remete, faz da própria superfície textual o espaço em que a separação (entre o letrado e o jagunço, p. ex.) é superada sem anular a diferença, torna-se o texto o lugar da habitação de singularidades sem hierarquia nem exceção, sem relações contratuais ou de troca – é uma apoteose da diferença e já não mais a sacralização do in-diferente. O interlocutor-copista é alguém que, recusando-se à própria fala naquilo que transcreve, à normalização letrada, à conceituação, à sua nomeação, se reserva e reserva o outro de um dispositivo de poder que isola a alteridade em objetos. Quem escreve ausenta-se naquilo que ele faz, limita-se a imitar as palavras de Riobaldo desenhando-as sobre papel, e não o define nem nomeia: é a primeira vez que isso acontece com o ex-jagunço, que já foi batizado muitas vezes (Professor, Cezidor, Tatarana, Urutu-Branco). Essa já não é mais uma relação de favor e o texto não pretende suprir o contrato com o diabo, não toma posse sobre Riobaldo, não o possui: “No real da vida, as coisas acabam com menos formato, nem acabam. Melhor assim. Pelejar por exato, dá erro contra a gente. Não se queira. Viver é muito perigoso...” (GS: V, p. 66-67).

*Manter outro* não quer dizer aqui assegurar a demarcação de sujeitos determinados (como no caso de Davidão e Faustino), mas um encontro dos viventes na sua única e autêntica possibilidade. Riobaldo só é na transcrição das suas palavras; o “doutor” só nas palavras transcritas. Esse texto, essa Voz, no entanto, é um outro absoluto desses homens, é um corpo de letra, *grámma* puro<sup>5</sup>, que não remete a nenhuma configuração de linguagem capaz de capturar no seu significado o sentido dessas vidas, mas só a si próprio na sua instancia temporal e espacial de traçado<sup>6</sup>. Eles, porém, são convocados ao texto na sua mais radical potência de ser, é dizer, na morte: na sua qualidade de indizíveis e irreduzíveis à linguagem, são silêncio. Ser na morte e no silêncio não é prerrogativa de ninguém, antes bem, é a destinação inelutável do homem – de qualquer um – e não pode constituir “egoidades”: não sujeita, não determina sujeitos, não destina nem se destina à propriedade porque o não-ser é tão inapropriável quanto o ser<sup>7</sup>. Essa experiência, ao abrir o homem à consciência do seu único verdadeiro poder (po-

<sup>5</sup> “O *grámma* é a última e negativa dimensão da significação, experiência não mais *de linguagem*, mas *da própria linguagem*, ou seja, do seu ter-lugar no suprimir-se da voz” (AGAMBEN, 2006, p. 49).

<sup>6</sup> “Chamarás desde agora poesia a certa paixão da marca singular, assinatura que repete a sua dispersão, cada vez além do *logos*, inumana, doméstica apenas, não reapropriável na família do sujeito: um animal feito um novelo, virado para o outro e para si, *uma coisa afinal* [...] A um poema eu não o assino nunca. *O outro assina*.” (DERRIDA, “Che cos’è la poesia?”, 1988).

<sup>7</sup> “[Segundo Aristóteles] ...a essência primeira não se diz nem de um sujeito nem em um sujeito” (AGAMBEN, 2006, p. 33).

der-morrer), abre também o espaço em que a linguagem pode ser o meio de uma liberação da sua dimensão demoníaca:

Estar na linguagem sem ser aí chamado por nenhuma Voz, simplesmente morrer sem ser chamado pela morte é, talvez, a experiência mais abissal; mas esta é precisamente, para o homem, também a experiência mais *habitual*, o seu *êthos*, a sua morada que, na história da metafísica, já se apresenta sempre demoniacamente cindida em vivente e linguagem, natureza e cultura, ética e lógica e é, por isso, atingível apenas na articulação negativa de uma Voz. E talvez apenas a partir do eclipse da Voz, do não mais ter lugar da linguagem e da morte na Voz, se torne possível para o homem uma experiência do próprio *êthos* que não seja simplesmente uma *sigética* [o silêncio como fundamento abissal da palavra] (AGAMBEN, 2006, p. 131).

A escritura, como os “dois pontos” [:] do título do romance, media entre alteridades que não estão definidas como sujeitos, mas só pela iminência das suas práticas: falar, escrever. Essa mediação, ao fugir da hierarquização das práticas e da falsificação dos seus operadores, não é mais um dispositivo e, portanto, também não é um território soberano fundado na exceção nem no banimento. Pode, então, ser a morada habitual, o *êthos*, desses viventes sempre segregados no domínio social, o meio puro do contato entre os que pareciam tragicamente condenados à separação.

A reserva parece ser a via para “acordar do encanto” que faz Riobaldo duvidar: “Será que, nós todos, as nossas almas já vendemos?”; esse encanto do dizer, de uma linguagem demoníaca e alienada de sua precariedade constitutiva que pretende possuir o ser até consumi-lo absolutamente. A reserva, então, ao fincar-se em uma dimensão silenciosa, não-arrogante, da linguagem em que o ser seja inapropriável, é também – e sobretudo – uma ética da escritura.

Essa ética consiste no empreendimento de uma prática que não cessa de se enunciar como tal, que desde a sua abertura até o seu desfecho se mostra a si mesma e não se oculta na denotação. Através dos *shifters* “-“ “∞”, que enquadram a referência ao discurso do outro, essa escritura desvenda-se como escrita, é um índice da sua própria operação. Para melhor fazê-lo, esses signos assinalam na direção de uma fala corriqueiramente irrelata, banida do domínio da Letra, ao tempo que calam esse domínio e o levam, pela primeira vez, a escutar o ditado<sup>8</sup> sem prejuízos nem pretensões de soberania. As remissões, que não podem ser definidas fora de uma referência à mensagem, partilham uma relação existencial com aquilo que representam e, assim, mostram o seu ter-lugar na estrutura de uma Voz: um desenho, materialidade de uma força, lugar da morada habitual em que a diferença consegue *conviver* consigo sem trair a sua natural cisão entre duas negatividades; um traçado afinal (posso passar o dedo sobre ele), em que o sentido, além do *logos*, se propaga como um toque.

... tocar no corpo, tocar o corpo, tocar, enfim – está sempre a acontecer na escrita. [...] Ora, a escrita tem o seu lugar no limite; e se lhe acontece portanto qualquer coisa, é simplesmente o *tocar*. Tocar o corpo com o *incorpóreo do sentido*, e assim, *tornando o incorpóreo tocante*, fazendo do *sentido* um toque. (Nancy, 2000, p. 11).

A vida não cessa nessa escritura; ela fica jogada no tempo, é inacabada, imperfeita: uma travessia. Outro tanto poderia acontecer com a prática da crítica literária,

<sup>8</sup> “...aquele que escreve é [...] aquele que ‘ouviu’ o interminável e o incessante, que o ouviu como fala, ingressou no seu entendimento, manteve-se na sua exigência, perdeu-se nela e, entretanto, por tê-la sustentado corretamente, fê-la cessar, tornou-a compreensível nessa intermitência, proferiu-a relacionando-a firmemente com esse limite...” (BLANCHOT, 1987, p. 29). Também: “Yo soy *un* dictado, pronuncia la poesía, apréndeme *par coeur*, vuelve a copiar, vela y vigíame, mírame, dictado, ante los ojos: banda de sonido, *wake*, estela de luz, fotografía de la fiesta de luto” (DERRIDA, “‘Che cos’è la poesia?”, 1988).

que quase sempre dá primazia ao dizer e tende a ignorar o enigmático, o irrelato constitutivo de toda linguagem. No caso, essa atitude atesta-se na compulsão por procurar o “significado” das palavras de Riobaldo, obliterando o labor silencioso que lhe dá lugar. A fixação de uma imagem inquestionável para a obra literária é uma forma de possuí-la, de esgotá-la, de também falsificá-la sob um valor de exposição que não faz outra coisa do que assegurar uma posição de privilégio para quem a acomete. Esse ofício pode ser uma expressão de poder, tarefa de guardiães do sentido que não permitem à obra dizer alguma coisa sobre eles próprios, que não conseguem se ver vistos por ela, questionados pela sua rebeldia e inesgotabilidade. Uma alternativa para essa arrogância está na atitude ética e reservada que constitui *Grande Sertão: Veredas*: uma transcrição que assume que “Viver é muito perigoso”, enfrenta o risco da morte sob o signo do silêncio como a sua liberdade constitutiva, não joga essa iminência no outro para depois cultuá-lo como um corpo *sacro* (é dizer, sacrificado) e sem nada mais para dizer.

### Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *A linguagem e a morte*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. “¿Qué es un dispositivo?”, em:  
<http://profanacoes.blogspot.com/2007/10/qu-es-un-dispositivo-giorigio-agamben.html>. Acessado em: 01/11/2009.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Editora Cultrix, 1995.

\_\_\_\_\_. *La aventura semiológica*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1990.

BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

CANDIDO, Antonio. O homem dos avessos, in: COUTINHO, Eduardo (org.). *Fortuna crítica n.º 6, Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 294-309.

CHIAMPI CORTÉZ, Irlemar. Narración y metalenguaje en *Grande Sertão: Veredas*. *Revista Iberoamericana*, Pittsburgh, n. 98-99, p. 199-224, jan.- jun. 1977.

COUTINHO, Eduardo. La deconstrucción de la mirada dicotómica en *Grande Sertão: Veredas*. *Poligramas*, Cali, n. 18, p. 29-39, primeiro semestre 2002.

DACANAL, José Hildebrando. A epopéia de Riobaldo, in: *Nova narrativa épica no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

DERRIDA, Jacques. “Che cos’è la poesia?”. Disponível em: <http://www.jacquesderrida.com.ar/textos/poesia.htm>. Acessado em: 11/11/2008.

\_\_\_\_\_. *La diferencia [Différance]*. Edición electrónica de [www.philosophia.cl/](http://www.philosophia.cl/) Escuela de Filosofía Universidad ARCIS. Disponível em: <http://www.uruguaypiensa.org.uy/imgnoticias/590.pdf>. Acessado em: 10/23/2008.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

GUIMARÃES ROSA, João. *Grande Sertão: Veredas*. 11 ed. José Olympio: Rio de Janeiro. 1976.

LYOTARD, Jean-François. *O inumano: considerações sobre o tempo*. Lisboa: Estampa, 1997.

NANCY, Jean-Luc. *Corpus*. Lisboa: Veja, 2000.

NOGUEIRA GALVÃO, Walnice. *As formas do falso: um estudo sobre a ambigüidade no Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

SCHWARZ, Roberto. Grande Sertão: Veredas – Estudos, in: COUTINHO, Eduardo (org.). *Fortuna crítica n.º 6, Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 378-389.

# A arte da literatura gótica no contexto da Inglaterra setecentista

Camila Mello

Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutoranda em Literatura Comparada.  
Mestre em Literaturas de Língua Inglesa.  
e-mail: mello.camila@yahoo.com.br

---

**Resumo:** O objetivo deste artigo é o de apresentar uma coletânea de dados sobre a recepção dos primeiros e mais influentes romances góticos ingleses do século 18, bem como apresentar algumas ideias interessantes que os autores de tais obras teceram sobre a arte de escrever. Para tal, começamos com o contexto histórico da Inglaterra no século 18, passamos para o nascimento da literatura realista e da literatura gótica, e terminamos com concepções e críticas dos autores góticos setecentistas sobre sua arte.

**Palavras-chave:** 1. romance gótico. 2. literatura inglesa. 3. Inglaterra setecentista

---

Muito se sabe sobre a situação da literatura na Inglaterra no século 18. Que os preceitos do Iluminismo e o advento da Revolução Industrial fomentaram certas mudanças na arte da escrita não é novidade. Que tais mudanças correspondiam aos anseios da emergente classe média também não nos espanta. Que os consagrados autores ingleses de tal cenário histórico indicaram em diversos prefácios o tom realista e prescritivo de suas obras não é informação nova. Em plena efervescência do espírito racionalista, o gênero gótico nasceu como uma resposta às limitações que tal ideologia prefigurava. Assim como seus contemporâneos realistas, os escritores de literatura gótica também pensavam sobre a escrita, também refletiam sobre o seu tempo, e também lidavam com a crítica e com seus demais leitores.

O objetivo deste trabalho, portanto, é o de apresentar uma coletânea de dados sobre a recepção dos primeiros e mais influentes romances góticos ingleses do século 18, e apresentar também algumas concepções interessantes que os autores de tais obras teceram sobre a arte de escrever. Para tal, este trabalho está dividido nas seguintes partes: contexto histórico da Inglaterra no século 18, o nascimento da literatura realista e da literatura gótica, e concepções dos autores góticos setecentistas sobre sua arte. Ao final, uma pequena conclusão será oferecida, na qual pretendo tecer alguns comentários fundados em minhas leituras sobre o conteúdo em questão.

## Contexto

A maior marinha do mundo. Uma das melhores condições de vida da Europa. Mobilidade social. Revolução Industrial. Império sólido. Comércio interno e externo prósperos. Expectativa de vida crescente. Mudanças em questões humanitárias. Não foi por acaso que os 8.8 milhões de ingleses do final do século 18 se mostravam tão orgulhosos em relação a seu país já em meados de 1759 (MCDOWALL, 2000, p. 109).

Pela primeira vez na história da Inglaterra, foi no século 18 que o Parlamento – composto por ministros que representavam uma parte ínfima da população – deteve o real poder de decisão no país. Não foi a primeira vez, no entanto, que Inglaterra e França entraram em uma disputa armada. Em 1756, oito anos após o fim do último conflito, os dois países brigaram mais uma vez por postos comerciais. Surpreendentemente, foi a atitude pacífica do rei George III – que assumiu o trono em 1760 – que realmente beneficiou os lucros mercantis da Inglaterra: George III se colocou contra o desperdício de lutar uma guerra e fez as pazes com a França, focando todos os seus esforços no alargamento do lucro inglês.

Em território nacional, a receita da Revolução Industrial estava à mão: bastou juntar capital, força de trabalho, demanda por novos produtos, reformulações políticas e facilidade de transporte para que as antigas indústrias rurais se transformassem em poderosas fábricas onde o braço humano foi substituído pelos fios das máquinas. Efeitos sociais? Sim, vários. Desemprego, insatisfação, miséria, poluição, e a organização de trabalhadores abandonados em pequenas associações. Mais tarde, rebeliões armadas e, com elas, o medo se instalou no Parlamento: será que a população inglesa iria se revoltar como fizeram na França?

Havia quatro principais grupos nas cidades da Inglaterra setecentista: os mercadores poderosos, os mercadores não tão bem-sucedidos, os artesãos, e um número enorme de pessoas que não tinham habilidades específicas e que vagavam pelas ruas realizando trabalhos menores. Em 1700, a Inglaterra ainda era um país de pequenas vilas. Tais vilas já eram cidades formadas no fim do século – o que foi uma mudança extremamente rápida para os padrões da época. Todas as cidades tinham mau cheiro. Todas funcionavam como verdadeiros centros disseminadores de doenças. Nenhuma tinha sistema sanitário ou ruas pavimentadas ou iluminação adequada. Foi apenas na segunda metade do século 18 que Londres recebeu seu primeiro sistema de iluminação. Depois de 1760, algumas cidades pediram ao Parlamento que viabilizasse a cobrança de taxas populares para que ruas fossem pavimentadas.

A classe média tornou-se força influente na política, na economia e na cultura. Ela não só ocupava lugares no Parlamento e contribuía para o crescimento da nação, como também foi a maior representante e difusora dos ideais iluministas. Um exemplo interessante é fornecido por David McDowall em *An Illustrated History of Britain*: diz-se que foi no século 18 que, pela primeira vez, as noções de afeto e carinho contaminaram a vida cotidiana das famílias inglesas de classe média. Esse fenômeno estaria ligado à concepção de que todo ser vivo é um corpo individual e que, portanto, merece certos cuidados (MCDOWALL, 2000, pp. 119-20). Ora, essa ideia não alimentou apenas uma nova dinâmica familiar, mas também uma nova percepção da classe média em relação a si própria. O individualismo gerou o desejo pelo privado, e isso mudou várias características da sociedade inglesa setecentista: toda a força de trabalho, a dinâmica das cidades e os acontecimentos culturais visavam celebrar o homem e suas qualidades.

Vale ressaltar que, para as classes mais pobres, o individualismo não era uma realidade. Na verdade, a distância entre as classes mais prósperas e as mais miseráveis era exorbitante em vários outros aspectos. Um movimento religioso inédito, o Metodismo, apareceu no século 18 oferecendo esperança e afeto para o novo proletariado – tanto ao indivíduo que trabalhava agora ao lado de máquinas, quanto ao que perdeu seu ofício por causa delas.

Mesmo aqueles que não podiam votar por não atingirem o patamar econômico necessário, aqueles que administravam comércios menores, e até aqueles que se encontravam em condições piores, mesmo esses se interessavam pela vida política de seu país. Entre 1750 e 1770, a publicação de jornais aumentou consideravelmente. A pavimentação de estradas possibilitava a circulação de jornais e livros com uma velocidade nunca antes vista – podia-se ir de Londres a Liverpool em dois dias. A leitura de jornais nutriu discussões políticas populares. Clubes de conversa se reuniam em diversas cidades para discutir questões nacionais. O Parlamento passou a permitir que repórteres presenciassem sessões e divulgassem imediatamente os assuntos abordados. A Inglaterra do século 18 viu o surgimento da opinião pública.

## Nascimento

O momento histórico que esbocei acima de forma resumida apresentou os ingredientes que ajudaram a expansão da publicação e da leitura de romances na Inglaterra setecentista: as inovações industriais impulsionaram a impressão de livros e o crescimento das cidades significou mais leitores, mais espaços para a leitura, e mais possibilidades de aquisição de livros. Mas além disso, não foi apenas a questão mercantilista dos livros que sofreu mudanças: a concepção de literatura e o fazer literário também foram abalados. Vejamos, em termos gerais, de que forma as páginas dos romances ingleses do século 18 refletiram um contexto em plena mutação.

As manifestações literárias inglesas setecentistas que me interessam aqui são os romances ditos realistas e os romances góticos. Gostaria de discutir apenas um autor de cada gênero e uma obra de cada autor, por uma questão de objetividade do presente trabalho. Acredito que *Tom Jones* (1749), de Henry Fielding, e *The Mysteries of Udolpho* (1794), de Ann Radcliffe sejam obras bastante representativas, e portanto me apoiarei nelas.

Na Introdução de seu *Tom Jones*, Fielding afirma que um autor deve considerar-se um homem público, e não alguém que escreve para apenas um indivíduo, ou para uma quantidade muito reduzida de leitores. Fala também sobre a matéria de sua obra: a vida comum, o homem comum, a linguagem comum. Já prevendo que tal escolha poderia provocar críticas, Fielding afirma que é a forma como o escritor trata assuntos triviais que dá ou não boa reputação à obra. Em suas palavras, mesmo que o leitor tenha restrições sobre a ficção que aborda eventos tão triviais, ele ou ela ficará muito feliz ao ler sobre os “princípios mais elevados da nossa nação” (FIELDING, [1749] 2000; todas as obras aqui citadas foram traduzidas por mim). O que me parece interessante no conteúdo que pontuei na Introdução de *Tom Jones* é que Fielding cria novas definições e oferece novos padrões literários: ele não só redefine o que um autor deve ser, como também explica e justifica sobre quais temas ele deve escrever.

No livro IX, capítulo V, o autor define um herói da seguinte forma: “Os heróis, apesar da concepção elevada que possam ter de si, ou que o mundo lhes atribui, certamente tem mais do mortal que do divino em si” (FIELDING, 2000). Considero esse pequeno fragmento muito interessante, pois ele corresponde perfeitamente à ideia da escrita do e sobre o homem comum, mencionada na introdução do romance. E Fielding repete esse tipo de comentário em outros momentos do livro, como se quisesse sussurrar no ouvido do leitor: *Percebam, estou escrevendo sobre o homem comum, não há nada de extraordinário, infundado ou místico aqui.*

Já no livro 18, capítulo X, no meio de uma conversa, o personagem Allworthy diz a Jones:

[...] mas a vilania, meu garoto, quando descoberta é irreparável; as marcas que tal ato deixa, tempo algum apaga. Os censores da humanidade perseguirão o desgraçado, seu julgamento o abaterá em público; e se a vergonha o exilar, ele irá para o refúgio com todos os terrores de uma criança medrosa que, apavorada por monstros, se despede de todos e vai dormir. Então, sua consciência suja o atormentará (FIELDING, 2000).

Nessa passagem, podemos ver concretamente como a ideologia de uma era marca presença nas páginas de um romance: o tema da conversa entre os dois personagens – de fato, o tema de inúmeros diálogos em *Tom Jones* – é a discussão sobre a moral, os bons costumes, os bons exemplos a serem seguidos. É devido a essa característica que *Tom Jones* é também designado como um romance prescritivo. Em outras palavras, a ideia de retratar o indivíduo e de exaltar a vida comum – mas sem esquecer que é o padrão da classe média que interessava difundir – está presente em diversos diálogos moralistas, como o do fragmento acima.

Na Introdução de *The Mysteries of Udolpho*, Terry Castle esboça uma justificativa para o sucesso da obra: “Uma dica pode estar na palavra chave do título: mistérios. [Radcliffe] desejava despertar nos leitores uma sensibilidade para o sobrenatural – para forças invisíveis agindo no mundo” (RADCLIFFE, 1998: xxi). Sabemos que alguns preceitos iluministas resultaram na racionalização de sentimentos e na substituição de um imaginário fantástico por outro mais realista e ligado ao cotidiano do homem comum. O autor da Introdução de *Udolpho* aponta exatamente para a inovação de uma escritora como Radcliffe. Contra a corrente do racionalismo, impulsionada por Fielding e outros realistas, os autores góticos setecentistas exaltavam o inexplicável, o sensório, o sublime.

Como um exemplo do último, é dessa forma que é retratada a reação da protagonista Emily perante os Alpes: “Mesmo sendo selvagens e românticos, esses cenários tinham muito menos do sublime em si que os Alpes que guardam a entrada da Itália. Emily sentia-se elevada, mas não foi tomada por aquela emoção de admiração indescritível que vivenciou continuamente em sua passagem pelos Alpes” (RADCLIFFE, [1794] 1998, p. 226). Eis aí uma pequena prova de que o questionamento dos preceitos do Iluminismo contaminou a obra de Radcliffe: a autora não camuflou as volúpias emocionais da frágil personagem perante magníficas montanhas – e essa mesma estratégia está presente em diversos outros romances góticos setecentistas.

É o que acontece novamente quando Emily vê o castelo de Montoni: “Silencioso, solitário e sublime, parecia o soberano daquele lugar, e desafiava todos aqueles que ousavam invadir seu reino. Quanto mais a luz do entardecer se aprofundava, suas paredes ficavam mais terríveis, e Emily continuava a olhar” (RADCLIFFE, 1998: 227). Mais uma vez, percebemos que a autora abre diversas brechas em sua narrativa para a descrição de sentimentos e reações exaltadas, mesmo que tais descrições não possam ser racionalmente justificadas.

## Crítica

Como já especifiquei na introdução deste trabalho, o meu objetivo é o de apresentar uma coletânea de dados sobre a recepção dos primeiros e mais influentes romances góticos ingleses do século 18, e compartilhar também algumas concepções interessantes que os autores de tais obras teceram sobre a arte de escrever. Até agora, tracei o contexto histórico da Inglaterra setecentista e destaquei dois exemplos de manifestações literárias em diálogo com tal contexto. Agora, podemos focar nossa atenção nos romances e contos góticos mais influentes da Inglaterra setecentista, que também são objeto de estudo de minha tese de doutorado, em andamento. Essas obras são: *The Mysteries of Udolpho* (1794) de Ann Radcliffe, *The Castle of Otranto* (1765) de Horace Walpole, *Vathek* (1787) de William Beckford, e *The Monk* (1796) de Matthew Lewis.

Acredito que o mais interessante ao juntarmos informações sobre o panorama da recepção e da escrita de romances góticos ingleses no século 18, é que os preceitos mais sólidos para tal sociedade se evidenciam repetidamente, e em relação a várias obras. Em primeiro lugar, para termos uma ideia da circulação de textos góticos no século 18 na Inglaterra, “os contos ou fragmentos góticos começaram a aparecer em revistas logo após a publicação de *The Castle of Otranto* de Horace Walpole em 1764, e ficaram muito comuns após 1790, quando a loucura pelo gótico literário atingiu seu auge na Grã-Bretanha” (POLIDORI, 1997: xvi). A efervescência da publicação de livros aumentou o trabalho dos críticos da época. Sabemos que a ideia do ofício de um crítico literário sofreu transformações ao longo dos tempos. No século 18, podemos perceber que os autores já consideravam o julgamento dos críticos e até dialogavam com eles em seus prefácios e introduções:

A escolha de Lewis de incluir uma paródia na edição revisada de *The Monk* sugere sua consciência sobre a posição inconsistente de muitos de seus detratores que, assim como

Coleridge, admiravam sua poesia e ao mesmo tempo insistiam que o romance todo deveria ser resultado das perversões de seu autor (WILSON, 1997).

[...] então sinto-me bastante interessado em vossa decisão sobre os méritos deste trabalho. [...] Prossigam, incríveis e generosos árbitros do gosto nacional, em suas carreiras gloriosas e esplêndidas, direcionem sua raiva sob aqueles que degradam a literatura com suas discussões e vãs filosofias (BECKFORD, 1993, pp. 157-9).

A questão da autoria, percebe-se, também aparece como tema ainda em discussão. Ao abrirmos um romance gótico do século 18, é quase certo que iremos encontrar uma quantidade elevada de citações e epígrafes. Isso é um fenômeno que não cabe analisar aqui, mas seria muito interessante lidar especificamente com a intertextualidade nessas obras. O que cabe trazer à tona agora é que a paródia e o pastiche acabaram levantando uma discussão entre autores góticos e críticos sobre a autoria. O cuidado com tal tema é ressaltado nessa análise sobre uma coletânea organizada por Lewis:

A autoria na editoração de *Tales of Wonder*, uma coletânea de baladas, expõe sua relação com a ideologia do gênio Romântico. O cuidado com o qual atribui cada poema da obra sugere sua percepção aguçada da importância crescente da originalidade e, portanto, do ato de nomear como meio para assegurar a posse autoral dos textos literários em circulação (WILSON, 1997).

E essas discussões não ocorreram apenas em torno da autoria dos fragmentos, mas também em torno da conduta dos autores. É muito interessante observar que Matthew Lewis teve sua vida pessoal confundida com a vida do monge de seu romance, a ponto de ser conhecido como e chamado de “Monk” Lewis:

Lewis escreveu nos primórdios do Romantismo, quando as ideias de auto-expressão na arte e a conexão tênue entre a vida do artista e seu trabalho eram novas e excitantes. Para nós, pode parecer ingênuo que ele tenha ficado satisfeito em ser identificado com sua ficção e seu herói, mas naquela época, tal identificação oferecia uma nova forma de ler e novas maneiras de ver o mundo e o lugar do indivíduo nele, mesmo que fosse um lugar perturbador (WILSON, 1997).

Também é interessante observar as características de um gênero ainda prematuro sendo elaboradas nas palavras dos próprios autores góticos da época. A inovação do gótico literário fica evidente, por exemplo, na introdução de *The Castle of Otranto*. Há o claro embate entre manter as estratégias e estruturas que evocam o imaginário gótico (as imagens sublimes, os momentos de horror, os personagens ambíguos) ou justificá-las ao leitor, torná-las mais digeríveis:

Qualquer que sejam suas opiniões, ou qualquer que sejam os efeitos causados, esta obra só pode ser apresentada ao público como um meio de entretenimento. Mesmo assim, um pedido de desculpas faz-se necessário. Milagres, visões, necromancia, sonhos, e outros eventos sobrenaturais foram abolidos dos romances hoje em dia. Não era esse o caso quando o autor escreveu, e muito menos quando a história em si aconteceu. [...] Se esse ar miraculoso for perdoado, o leitor não encontrará nada mais que seja indigno de sua atenção. Permitam a possibilidade dos fatos, e todos os atores se comportarão como pessoas se comportariam nas devidas situações (WALPOLE, 1996).

Ann Radcliffe nos deixou uma coletânea de correspondências que, inicialmente, não foram destinadas ao público mas que passaram por um processo de arrumação e seleção. Um determinado grupo de escritos da autora compõe o “On The Supernatural in Poetry”, que pode ser caracterizado como um ensaio crítico. Nesse documento, dois personagens, Mr. S. e W., discutem sobre a obra de Shakespeare. Em meio a comentários bastante interessantes, Radcliffe insere algumas ideias sobre a utilização de elementos sobrenaturais em um texto literário:

[...] em se tratando de superstição popular, está certo usar noções corriqueiras e vestir suas bruxas como velhas senhoras da cidade na qual devem ter aparecido.

Desde que tais noções nos preparem para a surpresa que o poeta deseja provocar, concordo; mas para esse objetivo, tudo o que for familiar e comum deve ser evitado.

Então o que acontece quando cenas violentas de terror nos chocam demasiadamente por aparecerem em momentos de alegria, como, por exemplo, na cena do banquete em *Macbeth*?

Elas chocam, nesse caso, pela força do contraste, mas o efeito, apesar de forte, é raso: é o arrepio do horror que elas comunicam em vez do sentimento solene e profundo induzido por situações mais elaboradas (RADCLIFFE, 2002).

A partir desse fragmento, podemos elucubrar com mais segurança sobre a relação entre uma das maiores autoras do gótico literário e o próprio gênero: a utilização de determinadas estratégias da narrativa gótica correspondia a toda uma reflexão sobre tais estratégias. Assim como as correspondências de William Beckford, organizadas em *The Red Copy Book*, podem servir como base para sugerirmos que a escrita gótica não era apenas uma questão de estilo literário, mas também uma expressão fiel da maneira como o autor vivia, um resultado do modo como entendia seu mundo:

Uma névoa constante ronda meus olhos, e, através dela, vejo objetos tão embaçados e volúveis, que suas cores e formas me enganam. [...] Resolvi usufruir dos meus Sonhos, minhas fantasias e toda minha singularidade, ainda que isso seja pesado e muito inovador para o Mundo ao meu redor (BECKFORD, 1997).

Mesmo tomado por uma disposição fantasiosa, Beckford também foi extremamente cuidadoso ao defender sua obra, assegurando que “não economizou esforços na composição” de *Vathek*, e que, sabendo que o indivíduo setecentista “moderado, honrável e iluminado, julgaria” o uso de sentimentos escandalosos como algo “execrável”, seu “principal cuidado foi o de manter a obra livre de tais elementos” (BECKFORD, 1993, pp. 157-8). Isso que forma um paradoxo com a citação anterior. A meu ver, uma explicação plausível para tal paradoxo é que, a fim de viabilizar a publicação, a compra e a circulação de uma obra, o seu autor ou autora utilizavam artifícios diversos, e um deles poderia ser a falsa concordância com os padrões estilísticos e conceituais da época.

## Conclusão

A fim de apresentar um panorama sobre a recepção dos primeiros e mais influentes romances góticos e também algumas concepções interessantes que os autores de tais obras teceram sobre a arte de escrever, vimos o contexto histórico da Inglaterra no século 18 e depois analisamos em termos gerais de que maneira a literatura realista e a literatura gótica responderam a tal contexto.

O cenário literário da Inglaterra setecentista foi extremamente movimentado e inovador. Inúmeros conceitos e hábitos literários já consolidados hoje ainda eram bas-

tante incipientes naquela época. Além disso, fica evidente que cada autor lidou com tais mudanças de forma particular. Mesmo assim, podemos perceber que, em sua grande maioria, todos apresentavam uma consciência madura sobre a faceta mercantilista da literatura: inúmeros autores parecem explicar o teor de suas obras como uma espécie de “jogada de marketing”. Mas os prefácios, introduções e correspondências que serviram a esse objetivo acabaram se tornando espaço para a discussão de inúmeros conceitos inéditos.

Em relação à literatura gótica, especificamente, é bem interessante perceber que os autores setecentistas já pareciam ter a percepção de que suas obras divergiam do sistema vigente, isto é, que sua escrita não estava seguindo os preceitos racionalistas que as outras obras exaltavam. Os relatos em prefácios também mostram que a forma como os autores escolheram escrever era uma opção feita de acordo com objetivos específicos: contar uma história usando estratégias narrativas que evocavam o fantástico, por exemplo, era uma escolha norteada pela função que a escrita tinha para cada autor.

Dois últimas observações me parecem ser pertinentes aqui: a primeira é que não podemos esquecer que os autores setecentistas também eram os leitores setecentistas. É fácil encontrar em páginas da internet alguns depoimentos de Coleridge, por exemplo, sobre *Udolpho* e *The Monk*. Lewis assume a enorme influência que Radcliffe e Walpole tiveram em sua obra. A habilidade fenomenal de Lewis em lidar com fragmentos poéticos influenciou inúmeros autores (dentre eles, Walter Scott) e inaugurou uma nova maneira de ler e entender a poesia. Considero essa interligação importante, pois ela é retrato da efervescência cultural e intelectual da época, e acredito que é a partir do diálogo entre autores e obras que os gêneros literários se solidificam e, mais tarde, se modificam.

Outro fato que chama a atenção: todas as obras góticas do século 18 fascinaram e também repeliram seus leitores. Uma ótima recepção da obra combinada com uma enxurrada de críticas negativas e protestos explícitos por parte dos leitores era fenômeno recorrente e usual. Todas as obras góticas que citei neste trabalho tiveram imenso impacto e foram lidas por um vasto público (dentro dos limites da época), mas também foram alvo de inúmeros ensaios que atacavam, em geral, a falta de realismo e de verossimilhança na narrativa.

De qualquer forma, amados ou detestados, os romances góticos da Inglaterra setecentista contribuíram, e muito, para a formação de uma nova era literária no mundo ocidental.

## Referências bibliográficas

BECKFORD, William. *Vathek and Other Stories*. London: Penguin, 1993.

\_\_\_\_\_. *Red Copy Book*. Beckford.c18.net, 1997. Disponível em: <<http://beckford.c18.net/wbrcbindex.html>>. Acesso em: 06 jan. 2008.

FIELDING, Henry. *The History of Tom Jones, a Foundling*. Vols. I & II. Harvard Classics Shelf of Fiction. New York: P.F. Collier & Son, 1917; Bartleby.com, 2000. Disponível em <[www.bartleby.com/301/](http://www.bartleby.com/301/)>. Acesso em: 05 jan. 2008.

LEWIS, Matthew. *The Monk: A Romance*. London: Penguin, 1998.

MCDOWALL, David. *An Illustrated History of Britain*. Essex: Longman, 2000.

POLIDORI, John. *The Vampyre and Other Tales of the Macabre*. New York: Oxford University Press, 1997.

RADCLIFFE, Ann. *The Mysteries of Udolpho*. New York: Oxford University Press, 1998.

\_\_\_\_\_. On The Supernatural in Poetry. *The New Monthly Magazine and Literary Journal*, vol 16, no. 1, 1826, 145-152. Litgothic.com, 2002. Disponível em: < [http://www.litgothic.com/Texts/radcliffe\\_sup.pdf](http://www.litgothic.com/Texts/radcliffe_sup.pdf)>. Acesso em 09 fev. 2008.

WALPOLE, Horace. *The Castle of Otranto*. Gutenberg.org, 1996. Disponível em: < <http://www.gutenberg.org/etext/696>>. Acesso em: 09 fev. 2008.

WILSON, Lisa M. "Monk' Lewis as Literary Lion". Ron.umontreal.ca, 1997. Disponível em: <<http://users.ox.ac.uk/~scat0385/literary.html>>. Acesso em: 03 jan. 2008.

# Approaching language assessment

Daniel Mateus O'Connell

Mestre em Linguística e Professor do Instituto de Letras e Linguística da  
Universidade Federal de Uberlândia. e-mail: doconnell@prove.ufu.br

---

**Resumo:** Este artigo enseja apresentar uma reflexão crítico-teórica acerca de alguns dos vários aspectos envolvidos na avaliação das habilidades envolvidas no ensino de línguas estrangeiras. Nosso interesse é contribuir, por meio de reflexões, para a concepção de que a avaliação é um processo único tanto para aprendizes quanto para professores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem de L2.

**Palavras-chave:** 1. ensino de línguas. 2. avaliação. 3. ensino-aprendizagem

---

## 1. Introduction

Anyone involved in language education today recognizes the importance of testing and assessment. At the same time, however, politicians, parents, learners, and teachers all have different perspectives on why tests are so important and what they can be used for. For politicians, the main use of assessment is to select people. Parents, in general, view assessment as a synonym of test results. Learners, similarly, are more concerned about their results than anything else. Teachers, differently, are supposed to approach assessment in a totally different manner. As a consequence, an important part of English language teachers' expertise includes a more thorough understanding of assessment.

## 2. Language assessment: a controversial issue

According to Baxter (1993), language assessment is a quite controversial issue in the field of Applied Linguistics. He points out that assessing language students, as well as any other kind of student, can be challenging. This is due to the fact that there is no such "formula" to approach assessment; all groups of students are different and all students are unique individuals. Therefore, it is the teacher's duty to be sensible enough to adequate to his/her students' profile. It is also important for a teacher to be aware of the fact that he/she is also part of this process. Teacher assessment is an on-going process that plays an important role in language teaching, too.

## 3. Evaluating language skills

With respect to student language assessment, there are many factors to be taken into account. Each language skill requires a certain approach. It should be noted, as previously mentioned, that there is no certain way of evaluating your students. As follows, we will present some of the things that should be noted when assessing students in different areas such as reading, speaking, listening and writing.

In "Evaluating Reading Comprehension", Figueiredo (1986) discusses some of the problems of reading comprehension evaluation in relation to some recent cognitive approaches. She suggests that these new reading approaches take reading as a product not considering the various social processes that it involves.

The researcher says that it is difficult for the teacher to get reliable results from the written answers given by the students because of the fact that reading is a mental process. Very frequently, the teacher may not know what exactly the student has understood from the reading or not. Also, depending on the knowledge of the student concerning the text to be read, there will be no input if the student already knows a lot about that certain topic.

Based on what was said above, it is possible to think of a possible solution. It is very effective to hand out a questionnaire before starting a reading course, so that you can ask your students for possible topics that they would like to be reading about throughout the coming semester. This prevents boredom and motivates the students. But, of course it is very hard to please all of them at the same time.

By analyzing the reading comprehension evaluation mentioned by Figueiredo (1986), we agree that when evaluating such a skill, it is necessary to focus on the process of it, too. After all, it is through the process that the teacher can eventually note his/her students' difficulties. We believe that the more the teacher knows about the whole process of reading, the better he will do in making adequate choices in his classes. Reading strategies such as skimming, scanning, guessing meaning through context, activating prior knowledge, predicting and so on should be known by the teacher.

In relation to the listening skill, Ur (1984) contributes with some interesting procedures that can facilitate the assessment of such skill. The author starts out by suggesting that teachers include real-life listening situations in their syllabus. This can create motivation and consequently better performance in the students' tasks.

The author also encourages teachers to provide situations in which the listener will have to improvise in order to keep rapport. According to the author, this is how the world is outside the classroom; you cannot choose what you will listen to or hear. Of course, some of these listening activities are not so easy, so there is nothing wrong in listening to them more than once or even providing your students with the script depending on the level of the task. Doing this will not turn you into a "bad" teacher. This is a myth; it is best to be realistic enough to ensure your students will not get frustrated or bored with the activity.

Another skill that is very well connected to listening is speaking. In general, we only speak if we are spoken to. In other words, we need to listen to someone or something first to establish some sort of communication.

Barcelos (2004) and Figueiredo (2006) are very much into this field of speaking correction. For them, teachers' beliefs are very linked to the speaking ability and, as a result, to the evaluation of their students. Depending on the background education of the teacher, he/she can evaluate the accuracy of the oral production of his or her students in a very strict and conservative way.

Figueiredo (2006) reports a study case of a teacher who was severely punished as a student and does not want his students to experience the same torture. In order to do this, he makes it easier for his students and gives them the expected answers ahead of time. According to the researcher, some of the students enjoy this procedure, but some don't. As predicted, the ones that do not like the teacher's strategy are the ones that feel useless because they are not given the chance to give it a try.

Analyzing this, we believe that the teacher should give the students opportunities to make mistakes. This is the only way in which we all get to acquire fluency in a language. Therefore, it is not advisable to keep interrupting learners as they go along their conversations. It is advisable, however to take notes of the most common mistakes among the class and refer to them as post-activity correction.

Barcelos (2004) also deals with speaking. In her article entitled "What's wrong with a Brazilian accent?", she portrays the attitudes Brazilians have towards accents in general and towards their own accent when speaking English. She shows how Brazilian people have a lot of prejudice against the existing accents within the country and against Brazilians that do not have native-like pronunciation.

Unfortunately, because of our own media and culture we are motivated to believe that when learning a new language, especially English, we are expected to sound like native speakers. In Brazil, depending on where you speak English and to whom, you can be a victim of a joke. Even in language institutes and University classrooms, people make fun of each other because of their accents.

As teachers, we should try to analyze this and do our best in trying to get our students to talk and produce as much as they can, independently of their accent. Of course, there should be a limit for not correcting. A teacher must be sensible enough to choose whether or not to correct his students. We believe correction is necessary if communication fails and in some other cases depending on the mistake.

Similarly to speaking and listening, writing and reading are also very much involved. Kleiman (2004) describes writing and reading as a communicative process that involves a great deal of interaction between the author and the reader. The author will always be aware of the possible readers of his production, and the reader will always try to establish some sort of communication with the author by trying to understand what the author is trying to communicate, in a certain way.

When we think of writing, as teachers, we must understand that it is a process that deals with many important aspects such as social, cultural, historical, ethical and political, mainly. It is through writing that an individual can express himself. Thus, we should take writing very seriously, since it is a political way of inclusion.

In order to provide our students with opportunities to express themselves in a contextualized way, we should once more relate to their real lives and bring in material that interests them. When doing this, we should always remember that error correction can be discouraging and frustrating for our students. Therefore, it is advisable to perform several tasks before actually correcting the final version of a paper.

For example, as an introduction to a certain paper, it is a good strategy to start the class by activating schema for that topic by brainstorming words that relate to the theme. Then, there can be some reminders, that is, reviewing typical features and structures of the type of text that they are about to write. After the reminder, the students can write a first draft, perhaps in pairs, from their notes. Next, they may be able to correct and improve their first draft, looking at content, language, accuracy and organization. Finally, they can write their final version and hand it in.

The strategy described above is a good way of evaluating students. By the time they write their final version, there is a great possibility that there will be fewer errors. This helps them learn more through the process and makes them more confident about their own writing.

#### 4. Teacher assessment

As mentioned in the beginning, teacher assessment is also part of language evaluation. As teachers and professors, we have to be conscious of the necessity of critical teaching. Fortunately, the field of reflective teaching is gaining more and more members. Recently, there have been many studies performed in the area of teacher formation and reflective teaching.

Teachers also make mistakes and as students should accept them and work on them. Even the most experienced teachers and professors commit errors in front of their students. Therefore, it should be noted that admitting a mistake is something that should not be considered a shame. Like learning a language, teaching also implies misunderstanding, sometimes.

An effective way of reflecting on your own practice is by keeping yourself a “diário reflexivo dialogado”<sup>1</sup>. In it, you can keep a record of your comments after every class and help yourself monitor your own teaching. Another good way of analyzing your performance is by handing out questionnaires at the end of a course. This gives students a chance to evaluate your performance and contribute to enriching future similar courses to be given again.

## 5. Conclusion

As it can be seen, there are no “magic” procedures when approaching assessment in a language classroom. All that was said throughout this article are suggestions that can help teachers in the evaluating process. Of course, some of this may not be suitable for certain situations. Again, there is no precise strategy in this field. As noted, every class and every student is different, so assessing them is a challenging task to be performed. The best thing that can be done is getting to know your students’ reality deeper and deeper, so that adequate evaluation can be performed.

## Bibliographical references

BARCELOS, A. M. F. Crenças sobre aprendizagem de línguas, *Linguística Aplicada e ensino de línguas. Linguagem & Ensino*, v. 7, n. 1, p. 123-156, 2004.

BAXTER, A. *Evaluating your students*. Richmond: Richmond Publishing company, 1993.

FIGUEIREDO, C. A. Evaluating Reading Comprehension. *The ESP*. São Paulo, n. 13, p. 1-5, 1986.

FIGUEIREDO, F. J. Q. Erro e correção: as crenças de dois professores de escola pública e de alguns de seus alunos. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v.6, n. 2, p. 113-141, 2006.

KLEIMAN, A. *Texto e Leitor: Aspectos Cognitivos da Leitura*. 9. ed. Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2004.

UR, P. *Teaching Listening Comprehension*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

---

<sup>1</sup> Dialogued reflective diary.

# A questão do sentido em Michel Pêcheux

Hélder Sousa Santos

Mestrando em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia.

e-mail: helder\_sousa@terra.com.br

---

**Resumo:** Este trabalho visa a analisar e discutir alguns movimentos do projeto pecheutiano durante o preconizar de uma teoria (sua) para o discurso - movimentos esses que tiveram como foco a questão do sentido. Para tanto, recorreremos ao texto *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (exemplarmente em sua parte introdutória) - momento em que M. Pêcheux nos dá pistas de uma incursão por ele realizada na direção às teses do materialismo histórico de Marx -, tentando aqui representar elaborações teóricas do autor que acolhem, sob uma perspectiva materialista, não só a língua (analisada em sua contradição constante com a história e com o sujeito), mas também o sentido.

**Palavras-chave:** 1. Análise do Discurso francesa. 2. Materialismo Histórico. 3. Sentido.

---

A posição investigativa humana frente à questão do sentido não é nada recente. Desde sempre, na tentativa de querer entender como a linguagem e o sentido dizem respeito à verdade das coisas e, também, ao mundo, o homem se sente instigado a sabê-los. Filósofos na antiguidade já se sentiam interpelados pelo sentido das palavras no jogo do comunicar de nós seres humanos.

Assim, nessa grande luta pelo sentido, estudiosos da linguagem têm anunciado em suas publicações resultados que visam esclarecer melhor a questão. Vale lembrar que, se em Saussure (o fundador da ciência Linguística, no século 20), o sentido não fora pensado integrado à língua, isso se fez, certamente, devido ao tratamento que ele pretendia dar a seu objeto de trabalho: a língua como sistema fechado em si.

Pode-se assim dizer que foi na segunda metade do século 20, por volta de 1960, que a questão do sentido começa a ser interesse notável em trabalhos de língua(gem); época em que desponta a figura do estudioso M. Pêcheux, que apresentou proposições um tanto “ambiciosas” acerca do sentido sob a nomeação *Semântica e discurso*.

Nesse texto, tomado aqui como objeto de nossa análise sobre o sentido (em especial sua parte introdutória, p. 11-33; doravante PI), Pêcheux trata das especificidades da ciência Semântica, convocando-nos a pensar nos motivos de ser ela alvo de interesses do marxismo. Antes, porém, de falarmos de tal interesse, retomemos, sucintamente, o percurso que o autor fez para nos pôr a par de suas vindouras elaborações teóricas.

Em *Simples nota prévia*, exatamente na parte inicial de *Semântica e discurso*, verificamos haver um Pêcheux de posse dos termos semiótica, semiologia e semântica – termos de forte influência nos estudos a que o autor visava desenvolver.

A semiótica, desenvolvida no século 19 por Peirce, como estudo dos signos, retomava parte das origens do pensamento filosófico sobre a linguagem. Para esse autor, a semiótica era uma ciência geral que englobava as outras ciências, ou seja, uma teoria geral da significação, sem ser particularmente linguística.

Fato assim, em meados da década de 60, fez com que pesquisadores, sobretudo soviéticos, se empenhassem em saber mais sobre o que Peirce havia elaborado. Pesquisas da época chegavam a propor metalinguagens para a descrição da significação em geral aplicável em quaisquer línguas (cf. CORTINA & MARCHEZAN, 2005, p. 396).

De modo diferente a Pierce, no século 20, sem ignorar os alcances semióticos, Saussure (em o CLG), ao definir o objeto da Linguística, a língua, introduz o termo semiologia, vista como uma “ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social” (p. 24). A semiologia, assim, esteve para uma ciência geral dos signos, para um estudo que analisava gestos, imagens, ritos, vestuário, etc., enfim, para um estudo do material linguístico e extralinguístico.

Na verdade, a diferença da semiologia de alcance saussureano em relação à semiótica peirciana reside no fato de que Peirce, ao se servir da língua para traduzir e explicar o sentido de outras linguagens, assim agia sem levar em conta as especificidades de cada linguagem, percebendo a linguagem como uma rede de relações significativas de semioses e não como na perspectiva de Saussure, como um sistema de signos encadeados (cf. CORTINA & MARCHEZAN, 2005, p. 402).

Por sua vez, à sua maneira, a semântica, cujo nascimento data do fim do século 19, esteve para o estudo de um outro elemento, o sentido; sentido esse resultante de possíveis efeitos que o signo passa a representar para àqueles que dele lançam mão no uso. Reconhecida assim, a semântica passou a ser alvo dos filósofos ainda durante todo o século 19. Houve, inclusive, uma tentativa de reconhecê-la como parte da linguística, o que não deixou de provocar hesitações em linguistas da época.

Durante esses inúmeros esforços da semiótica, da semiologia e da semântica por conferir estatuto ao sentido, Pêcheux, em *Semântica e Discurso* (em PI) nos recorda trabalhos de Charles Morris (p. 12) sobre o que seria uma linguagem ideal. Em investigações assim, estudiosos asseveravam que se o uso de um termo fosse dado pela lógica, não teríamos complicações quanto ao seu sentido. Uma linguagem ideal, algo matematizável, amarrado às regras, como considerava a matemática das ciências (a semiótica), evitaria a falha, a distorção das coisas. Ação assim, mais tarde, serviu-nos como motivo para atentarmos às materialidades dos discursos, sem que, contudo, deixássemos de desviar das falhas referenciais.

Os estudos discursivos que Pêcheux empreendia, por sua vez, viam nessas teorias ferramentas a mais (a semiótica, a semiologia e a semântica) que poderiam fazer coro em sua tarefa diante da vontade de conseguir resultados a respeito do modo como o sentido se constituía. Se a semântica esteve ora inacessível, por exemplo, em momentos de tensão política em países socialistas (basicamente na primeira metade do século 20), passou-se, então, posteriormente, na outra metade do mesmo século, a ter grande apreço por ela.

Feita essa breve incursão pelas regiões teóricas acima apresentadas (que serviram a Pêcheux como meio para montar sua concepção de AD), passamos agora a ponderar outro lugar teórico visitado pelo autor, que funcionou como ponto de partida para que, enfim, ele conseguisse estabelecer fundamentos em nome de uma teoria do discurso.

Nossa hipótese em querer aqui mostrar os princípios fundamentais do programa pecheutiano sobre o sentido está no *Materialismo histórico* de Marx. Reconhecemos que há muitos elementos em Pêcheux merecedores de destaque; no entanto, escolhemos o materialismo marxista-pecheutiano para nosso estudo, uma vez que cremos conseguir dele pontos de contato com que engrossaremos nossas discussões as quais contemplam, também, concepções caras a nós — a noção de ideologia na constituição do sujeito, por exemplo.

Iniciamos, assim sendo, com o *Materialismo histórico*.

## 1. Marxismo e semântica

Historiadores são unânimes em afirmar que a década de 60 do século passado passou por grandes momentos de inquietação no campo das idéias, certamente, em função de acontecimentos de ordem político-ideológicos e sociais.

No leste europeu, a sociedade socialista implantada na antiga URSS, desde a ascensão de Stalin, fora foco de investigações de intelectuais – decerto porque lá o acesso à verdade das coisas era, além de controlado pelo Estado, também coisa de alcance de poucos, não deixando, com isso, de provocar interrogações nesses estudiosos e filósofos de até então (sem falar no modelo capitalista que há muito movia o restante do mundo, mantendo toda uma sociedade acorrentada, dependente do que “seus donos” imputavam-lhes).

Indagações relativas a essas sociedades eram variadas, tanto que surgem pesquisadores ditos marxistas interessados em compreender a natureza, o funcionamento delas. Esses seguidores do marxismo, sentindo-se inquietos pelas questões da época, sobretudo pelas então reconhecidas “regiões teóricas” impedidas de acesso em épocas anteriores de stalinismo medonho, despertaram-se para a semântica, certos de que seria objeto de investigações no plano do sentido.

De posse da semântica (1960), Adam Schaff, filósofo marxista polonês, foi quem, primeiramente, empreendeu uma reconciliação dessa ciência com o marxismo. Estava aí se configurando novo terreno de investidas teóricas, já que o olhar agora se fazia em direção à significação das palavras, palavras essas que “carregavam”, *a priori*, sentidos.

Mesmo antes, ao ser reconhecida como parte da linguística e da lógica, o agir desse tipo com a semântica punha linguistas à dúvida em reconhecê-la em tal lugar. Não seria a hora, então, em se tratando da reconciliação entre a semântica e o marxismo, de questionar o *oportunisto filosófico* (aqui, nas palavras de Pêcheux, PI, p. 17) das aplicações semântica ao marxismo? Continua Pêcheux (idem): “é preciso julgar sobre fatos...”.

No suscitar dessas questões, Pêcheux, aos poucos, utilizou-se delas para problematizar e construir seu projeto, a teoria do discurso. Incluir a semântica na linguística não era algo fortuito, havia interesses nisso. Dois prolongamentos aí estavam implicados: a lógica (teoria das matemáticas, o pré-construído, a gramática) e a retórica (técnica da argumentação, uma espécie de particularização das formas de dizer), ambas unidas formando a semântica.

Inquieto com esses prolongamentos, Pêcheux passa a mostrar os limites dessas duas referências epistemológicas convocadas à semântica. A lógica, ou teoria do conhecimento (por querer preservar a verdade) e a retórica (por tomar o sujeito como origem do sentido) falhavam. Cabe dizer, nesse momento, que as críticas pecheutianas impelidas à lógica, por exemplo, se fizeram por razões simples, contudo pensadas sobre o viés da própria historicidade; historicidade que não se vincula a partir de todos os princípios lógicos. A lógica (como fora projetada) anularia a possibilidade da ideologia existir, barrando o sujeito, a produtividade, o sentido.

Reiterando o apego do marxismo à semântica, segundo Adam Schaff, temos que concordar que a intenção daquele sobre esta estava no fato de que a semântica, além de favorecer a pesquisa linguística, prestaria serviços à lógica; o estudo da sintaxe lógica e da metalinguagem ajudaria, desse modo, a construir máquinas de traduzir (cf., PI, p. 16). Ter do lado a semântica, ou melhor, “ter certeza e controle dos sentidos” seria útil a essas questões, principalmente em países, no caso socialistas, que observavam de perto a chamada teoria científica da propaganda.

A introdução da semântica (e todas as suas extensões singulares: a lógica e a retórica) no âmbito da linguística tem lá suas respostas, segundo Adam Schaff, no interior do próprio marxismo, nitidamente no texto *A ideologia alemã*. Desta, Schaff extrai a noção de “função comunicativa da linguagem”, uma linguagem que conforme ele (apud Pêcheux, PI, p. 19) está para “um sistema de signos verbais que serve para formular pensamentos no processo de reflexão da realidade objetiva pela cognição subjetiva e para comunicar socialmente esses pensamentos sobre a realidade (...)”.

Assim sendo, como julgava Schaff, as palavras comunicam um sentido, além de serem resultado de impressões objetivas ou subjetivas de quem as produz. Pêcheux até explica que “há coisas, há objetos e há ciências humanas” (PI, p. 19) no jogo da língua (gem), existindo, da leitura que Schaff empreende de Marx, suspeitas do que fazemos

da linguagem. O que podemos dizer aqui é que a matéria reina sobre a consciência, donde também deduzimos que já não são nunca mais as mesmas...

Analisemos mais de perto esse assunto.

## 2. A Linguística enquanto campo de conhecimento e suas contradições: o surgimento da AD

No quadro epistemológico do projeto de Pêcheux sobre uma teoria do discurso, a Linguística, após acomodar a semântica no seu interior, certamente parece (com todas as contradições que se instalam ali), responder às preocupações pecheutianas viabilizando seus estudos sobre o sentido. Vejamos como isso se procede.

É fato, segundo o próprio Pêcheux, que o ponto nodal das contradições adentro a própria lingüística é a semântica. Isso se faz perceber na forma de tendências que “manifestam e encobrem (tentam enterrar) essas contradições” (PI, p. 20) – tendências que ora se opõem, ora se subordinam, sem que estejam radicalmente opostas como a primeira vista se supõe. Disso vemos ressurgir — aqui o filosófico sendo convocado às questões da lingüística e vice-versa — a proposta marxista de um materialismo histórico, em que o material, no caso a semântica (esta como ponto nodal de contrações), não deixa de produzir efeitos.

Resumidamente, essas três tendências se configuram perante as seguintes posições teóricas:

1. A tendência formalista-logicista: filiada, hoje, à escola de Chomsky, volta-se para questões de cunho estruturalista; parece ser a de maior número de adeptos.
2. A tendência histórica: datada do século 19, volta-se, hoje, para teorias cujo caráter alcançado abrange espaços como variação e mudança lingüísticas.
3. A tendência da lingüística da fala: voltada para questões não mais de primazia do lingüístico; o texto, o discurso são elementos alvo de que se ocupa.

Assim sendo, em relação a essas três tendências, fica para nós que (2) e (3) expostas acima (às vezes, por empréstimos ou devolução) são decorrentes de (1). Ainda, sobre (2) e (3), podemos afirmar que estão ligadas por laços contraditórios e que (2) liga-se contraditoriamente a (1) e (3). Dessa forma, a língua enquanto sistema, tendência (1), liga-se, por dissidências, a seus sujeitos falantes que não deixam de ser, pois, relevantes a (3) (cf., PI, p. 22).

Pêcheux, olhando para essas posições e configurações que cada uma das três tendências acima deixava transparecer em suas elaborações teóricas ditas “explicáveis”, parte ao encontro de elementos, proposições que fossem capazes de intervir, ao mesmo tempo, no interior de tais tendências, dizendo daquilo que ora foi afastado, estando, pois, sob abrigo do sistema lingüístico – sistema que, conquanto limitado a si mesmo, não deixava de produzir efeitos, reclamando, assim, uma exterioridade que à maneira pecheutiana é *constitutiva*. A situação, segundo o próprio Pêcheux, não estava para uma quarta tendência a ser construída com o intuito de resolver as contradições, mas “contribuir para o desenvolvimento dessa contradição” (PI, p. 22).

Também não estava Pêcheux a propor um projeto de todo ambicioso que deixasse de lado as premissas já postas como a saussureana de língua enquanto sistema de signos. Era a partir da consideração de língua como sistema que se encontrava contraditoriamente ligada, ao mesmo tempo, à história e aos sujeitos falantes, que ele ousava anunciar um raciocínio outro para o tratamento dos fatos lingüísticos (cf. TEIXEIRA, 2005, p. 38). A proposta pecheutiana propunha-se resolver a relação língua/ exterioridade para além do par dicotômico língua/fala definido em Saussure, “fazendo trabalhar

no próprio objeto língua aquilo que a linguística considerava como não-pertinente para a análise” (idem). Começavam aparecer, desde então, os primeiros ideais de uma teoria do discurso, ou melhor, a (re)nascer nos estudos de linguagem, além da língua (que passa agora a ser contemplada pela sua materialidade), o sujeito e a história, os três em conjunto, engendrando sentidos. Assim, acrescenta Pêcheux, PI, (1997, p. 24) que

uma referência à História, a propósito das questões de Lingüística, só se justifica na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que se pode chamar as “práticas lingüísticas” inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma formação econômica e social dada (...).

Podemos dizer, com efeito, que o intento do autor não deixa escapar a língua, por ora enxergada na sua materialidade, do lugar que assume nos estudos discursivos; é por ela que Pêcheux consegue entrever os espaços da história e do sujeito, num constante exercício de linguagem da constituição dos sentidos. História aqui não está para uma cronologia, mas para uma historicidade, que é causa direta das condições de produção de uma discursividade.

Para explicar como o sentido se produz, ou melhor, os efeitos do sentido no discurso, o projeto de Pêcheux buscou abrigo na cientificidade do materialismo histórico de Marx, revisitando conceitos marxistas (a luta de classes, por exemplo); o que não deixou de dar credibilidade ao próprio materialismo.

Passemos, portanto, a essa demanda.

### 3. O materialismo histórico em AD

Segundo consta em diversas literaturas especializadas, a tese do materialismo histórico elaborada por Marx é fruto de fatos da ordem da vida social que passaram a interpelá-lo. O método materialista previa que as relações materiais que os homens estabeleciam entre si e o modo como produziam seus meios de vida formavam juntos a base de todas as relações humanas (cf. QUINTANEIRO, BARBOSA & OLIVEIRA, 1995, p. 67); sendo, pois, possível supor que há nisso uma vida já determinada por fatores de ordem não só desse tipo, mas por outras determinações.

A região do materialismo histórico em Marx por que Pêcheux se interessou em seus estudos discursivos foi justamente a da superestrutura ideológica. Nas teorizações marxistas, essa superestrutura define-se como sendo tudo aquilo que foi gerado na produção da vida social, a exemplo, o conhecimento, a ideologia. Esta, estando vinculada à história, produz efeitos de sentido, adquirindo materialidade no discurso.

Certamente, concepção assim vem ao encontro das ideias defendidas pelo autor de que a semântica não pode ser desvinculada de uma teoria das condições sócio-históricas nas quais sentidos se formam. Justamente nisso é que podemos conferir o ranger do trabalho pecheutiano, já que passa a admitir uma exterioridade (então rechaçada pela corrente formalista-logicista), que vem unir-se à língua, permitindo entender melhor como as palavras (re)fazem sentido(s). Em termos empíricos, há uma língua com pluralidade de facetas (língua[gem] da burguesia, do proletariado, etc.) fazendo-nos (re)pensá-la e tomá-la diferentemente enquanto objeto linguístico de estudo.

Em relação a essa exterioridade materialista que não permite ser riscada das pesquisas sobre língua(gem), tomemos, por exemplo, em *Semântica e discurso* (PI), o instante em que Pêcheux nos põe a explicar acerca daquilo que a linguística mais insistia, a unidade da língua. (PI, p. 26-27). Nesse momento, o texto nos recorda as extensões da semântica, da lógica e da retórica. O cuidado do autor em nos alertar quanto à questão de a língua não se limitar às resoluções lógicas direciona nossa atenção para uma nova conjuntura: a própria luta de classes.

Sabemos que a própria constituição da natureza do sistema capitalista, consoante Marx, se funda numa contradição de classes. Nisso tem razão Pêcheux empenhar-se por compreender primeiro que a questão da divisão discursiva por detrás da unidade da língua é, de fato, permeada por uma comunicação/ não-comunicação. No capitalismo, a organização do trabalho obriga que se tenha uma comunicação sem erros, buscando-se uma clareza, uma “lógica”, uma “eficácia” na comunicação das instruções entre trabalhadores. Ação assim não deixava de revelar a verdadeira realidade: uma unidade contraditória da comunicação/ não-comunicação furtando-nos à vista dos fatos: há relações sociais (de um lado proletariado, de outro patrão), políticas e ideológicas que não chegam a se constituir.

Sendo tocado por um contexto assim (as condições políticas por meio das quais o materialismo marxista se impõe), Pêcheux transpõe isso para o âmbito de uma análise do discurso. As materialidades nos fazem crer que os homens produzem suas representações decididas a partir de toda uma ordem da vida social. Se a história é geradora de produtos tais como concepções religiosas, conhecimentos científicos, políticas, ideologias, etc., haveremos de aceitar que esses produtos não deixam, por sua vez, ao produzir sentidos, de exercer força nela mesma.

Desse modo, temos que os sentidos não têm causa em si mesmos, ainda que tentem figurar numa transparência em que a materialidade significativa finge corroborar. Pelo contrário, existem posições ideológicas assumidas pelo sujeito falante, convocadas a partir de uma historicidade ali no fio do discurso (e não trazida de fora), em um constante mecanismo no qual palavras são (re)produzidas.

Ainda no que se refere a esse interesse pecheutiano em inscrever suas elucubrações no materialismo histórico, verificamos, também, que atitude assim foi o que permitiu o autor retirar da situação a noção de ideologia na constituição do sujeito. Antes, porém, ele retoma Althusser em teorias deste sobre o sujeito interpelado pela ideologia, para, enfim, precisar uma teoria semântica que desse conta de desfazer-se das evidências do sentido afirmadas em teses althusserianas.

Assim, o lugar do materialismo nas elaborações de Pêcheux aponta para uma necessidade que ele via em mostrar que há uma materialidade linguístico-discursiva engendrando sentidos.

#### 4. À guisa de alguns encaminhamentos...

Pelo que expusemos até aqui, fica patente que a teoria do discurso de Pêcheux é resultado de uma interlocução construída por ele mesmo a partir do materialismo histórico. É deste que ele enunciou grande parte do que formulou acerca da língua (esta posta numa relação de contradição com a história e com o sujeito, ou melhor, com o sujeito de ideologias) e, por conseguinte, acerca dos sentidos – sentidos esses que estão sendo sempre (re)construídos por nós sujeitos.

O materialismo histórico, à sua maneira, serviu a Pêcheux como meio para nos convocar até o discurso. Com o amadurecimento de suas pesquisas dialogando nesse campo teórico, a língua (até então criteriosamente recortada em Saussure como objeto teórico dos estudos de linguagem) passa da sua autonomia “fechada” ao seu funcionamento – o discurso passa a ser o lugar em que história e ideologia trabalham.

Em decorrência do desejo de querer enxergar uma materialidade específica (a língua) articulada a uma materialidade econômica (pelo viés do materialismo histórico), o programa pecheutiano conseguiu, a princípio, pôr funcionando sua proposta de AD.

É nesse sentido que o trabalho de Pêcheux, inscrito numa perspectiva do materialismo histórico, acolhendo a exterioridade e integrando-a ao objeto da linguística, ocasionou oportunidades de teorizar sobre uma semântica do discurso. Ciente de que as formações sócio-históricas denunciam vestígios na linguagem, à semântica, segundo

o autor, não resta senão colhê-los, explorando, assim, os efeitos de sentido expressos (cf. TEIXEIRA, p. 40).

Enfim, resta-nos dizer que o recorte materialista (com toda uma carnavalização do método marxista, se nos for autorizada qualificação assim) com que Pêcheux trabalhou fez produzir em nós novas impressões emanadas de seu objeto de estudo, o discurso. Tudo tem lá seus limites, e certamente o próprio *corpus* pecheutiano, dada a conjuntura a partir da qual ele se configurou – o que, sem dúvidas, não deixa de nos dar pistas sobre o funcionamento da língua e sobre suas especificidades.

#### Referências bibliográficas

CORTINA, Arnaldo; MARCHEZAN, Renata Coelho. *Teoria semiótica: a questão do sentido*, in: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Chistina. (org.) *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005, vol. 3.

PÊCHEUX, Michel. Simples nota prévia, in: *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p. 11-33.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de O.; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. *Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

TEIXEIRA, Marlene. *Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

# As tecnologias e as representações do “novo” no contexto de ensino/aprendizagem de língua estrangeira<sup>\*</sup>

Hélida Maria de Oliveira Alves

Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Uberlândia.

Professora Substituta de Língua Portuguesa e Linguística na UFU

e-mail: helida\_oliveira@yahoo.com.br

---

**Resumo:** Este artigo apresenta um estudo sobre as representações que os alunos e professores de Inglês tem a respeito do uso das tecnologias da informação e do conhecimento (TCI), incluindo aquelas consideradas novas, no contexto de ensino/aprendizagem de língua inglesa.

Fundamenta-se nas seguintes teorias: ensino/aprendizagem de línguas e tecnologias da informação e do conhecimento, teorias sobre identidade e subjetividade.

**Palavras chaves:** 1. ensino de língua. 2. tecnologias. 3. representação. 4. identidade e subjetividade

---

O processo de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras nem sempre é uma tarefa fácil, nem para o aluno, nem para o professor, pois suscita envolvimento não apenas cognitivos, mas também físicos e psíquicos, que nem sempre são compreendidos pelos sujeitos nele implicados. A tarefa de ensinar/aprender encontra-se imbricada numa rede simbólica de filiações nas quais o sujeito se insere, despertando ilusões e projetando desejos imaginários.

Muitas vezes, na busca pelo preenchimento desses desejos imaginários, o sujeito elege determinado elemento, que pode ser material ou pessoal, para preencher uma falta. Esse elemento pode ser considerado como ponto de partida ou de chegada, uma vez que a concretização de um desejo sempre suscita o aparecimento de outro.

Na trajetória do ensino de línguas no Brasil, percebemos que muitos métodos e abordagens foram eleitos como símbolos de garantia de sucesso, criando a ilusão de que, de posse das regras e “mandamentos” relativos a esses métodos e abordagens, o professor estaria apto a ensinar e, conseqüentemente, o aluno apto a aprender. No entanto, muitos desses métodos não conseguiram atingir o sucesso almejado, deixando um vazio a ser preenchido.

Nota-se que a eleição de cada método ou abordagem surgiu da necessidade de se preencherem as determinações sociais, políticas, econômicas e culturais de cada época. Muitas ideologias fizeram-se presentes, algumas de forma camuflada, outras implícitas nos dizeres que circularam, não raro, de forma naturalizada. Segundo Bourdier (2002) qualquer instituição só pode funcionar se for instituída ao mesmo tempo na objetividade de um jogo social e das atitudes que levam os sujeitos a entrar no jogo, a interessar-

---

<sup>\*</sup> Este artigo foi escrito tomando como referência minha dissertação de mestrado, concluída em 2005, na Universidade Federal de Uberlândia, cuja orientação foi da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alice de Freitas Cunha.

se por ele. Assim, muitos professores e alunos, (in)conscientemente, aderiram aos métodos em voga, a fim de desfrutar das vantagens oferecidas àqueles que participassem do jogo social.

No contexto atual, as tecnologias da comunicação e informação (TCI) surgem como elementos, teoricamente, “capazes” de melhorar as condições de ensino/ aprendizagem de línguas estrangeiras. Diversos estudiosos, como Warschauer (2001), Leffa (1991), Paiva (2001), entre outros, defendem a idéia da inserção das TCI na sala de aula, em especial, o uso do computador, aliado à internet, para a melhoria do ensino de línguas, salientando que o recurso tecnológico favorece a interação entre professor e aluno, como também propicia um estudo mais autônomo.

A esse respeito, Warschauer (1998) comenta, em uma de suas conferências anuais, direcionada ao povo de Israel, que o ensino de língua encontra-se interligado às relações políticas, econômicas e sociais, visando atender às tendências de cada época. Segundo o autor, há cerca de cem anos, o mundo era notadamente agrícola, e a principal necessidade no ensino de uma língua eram a tradução e a interpretação escrita de textos vindos de outros países, que chegavam via barco ou trem. Por isso, naquela época, o ensino de línguas focalizava a gramática e a tradução. Com a explosão da Segunda Guerra Mundial e com o processo de industrialização, o ensino de língua ganhou outras proporções. Assim, a necessidade de estabelecer contato mais direto entre os povos fez surgir a abordagem áudio-lingual, cujo foco passou a ser o ensino de língua voltado para a produção oral.

Warschauer (1998) completa que, nos últimos 50 anos, estamos vivendo uma nova era, a era da informação. Este fato tem provocado transformações no modo de trabalhar, estudar, jogar e comunicar, alterando as noções de espaço e de tempo. Isso requer pessoas capazes de acessar, adaptar e fazer uso da informação e do conhecimento. Esse autor salienta que as pessoas que serão mais bem sucedidas na vida serão aquelas capazes de dominar as “novas” tecnologias da informação. O autor cita o computador, conectado à internet, como uma possível ferramenta para o ensino do Inglês e, inclusive, como meio essencial para a prática literária e linguística, pois permite o acesso à leitura de livros, pesquisas em livrarias e preparação de projetos, numa escala global.

Dowbor (2001) compartilha dessa mesma opinião. Para esse autor, estamos vivendo uma era de profundas modificações, que podem ser comparadas às transformações sociais ocorridas quando a sociedade agrária passou à sociedade industrial. A sociedade agrária estruturou-se politicamente em termos de produção e em torno do controle do fator-chave, a terra, já a sociedade industrial estruturou-se politicamente em termos de produção e em torno do controle dos meios de produção, a máquina. No parecer desse autor, as TCI exigem um conteúdo mais elevado de conhecimento, transformando não apenas o conhecimento, mas também as relações sociais, políticas e econômicas, tanto no nível nacional quanto no internacional.

Observa-se, nesse e em outros depoimentos, que as TCI não se relacionam apenas às máquinas, mas que também são produtos de ideologias, que podem servir de meio de libertação ou de dominação da sociedade, dependendo dos discursos propagados e da forma de sua organização, pois, como advoga Bourdieu (1974, p. 16),

a organização do mundo e a fixação de um consenso a seu respeito constituem uma função lógica necessária que permite à cultura dominante numa dada formação social cumprir sua função político-ideológica de legitimar e sancionar um determinado regime de dominação. O consenso tornou-se a ilusão primeira a que conduz qualquer sistema de regras capazes de ordenar os materiais significantes de um sistema simbólico.

A preocupação com os efeitos das TCI, no âmbito da sala de aula de língua estrangeira, tem sido também assunto de diversos trabalhos realizados, tais como os de Freire (1992), “A interação e simulação computadorizada: uma proposta em CALL”;

Souza (2003), “As tecnologias na formação pré-serviço de professores de inglês: uma proposta para ambientação multimídia”; Santos (2002), “O computador na aula de inglês no ensino fundamental: os interesses dos alunos e a elaboração de tarefa baseado em gênero”; Bacalá (2004), “Assim na tela como no papel: a (não) formação da subjetividade do leitor em Língua Estrangeira de texto em meio eletrônico”, para citar apenas alguns.

Os estudos mencionados acima permitiram-nos verificar que, apesar das contribuições trazidas pelas pesquisas já realizadas, ainda são escassas as investigações em Linguística Aplicada que procuram analisar as representações dos alunos e professores a respeito das TCI. Em nosso entendimento, isso se faz necessário, porquanto, ao se cristalizarem, determinadas representações podem causar impactos diante do aprendiz. As pessoas, de um modo geral, tomam como pressuposto o fato de que, de posse das TCI, elas obterão o sucesso almejado e garantirão seu espaço no mercado social, conseqüentemente, no mercado de trabalho. Consideramos de suma importância, assim, investigar quais são as concepções sobre o uso das TCI que alunos e professores trazem com eles para o contexto de ensino/aprendizagem de língua inglesa, e analisar como eles concebem a integração destas no âmbito da escola pública.

Alunos e professores da escola pública carregam consigo inúmeras representações a respeito da aprendizagem do inglês. A integração das TCI na sala de aula, muitas vezes, é vista como uma solução para o processo de ensino-aprendizagem da língua estrangeira. O desejo de apropriar-se da língua “idealizada”, veiculada nos discursos sociais, cria a ilusão de que, de posse de determinados pré-requisitos como o método, o professor, a escola, e/ou as tecnologias ideais, o sucesso estará garantido. Há uma busca incessante por algum “elemento” novo, propagado culturalmente, que venha a favorecer uma mudança nas práticas escolares.

O elemento novo, via de regra, acirra o desejo de posse, pois, ao se constituir como elemento idealizado, trabalha o imaginário individual e coletivo. Ao adquirir determinado objeto, o sujeito tem a ilusão de fazer parte do jogo social, porém esse mecanismo de preenchimento jamais se dará por completo, posto que haverá sempre um objeto eleito socialmente, sendo esta a condição do seu êxito. Na condição de elemento imaginado, produz sensações, emoções e prazeres. Por outro lado, provoca ainda desgosto, medo e inquietação, visto que nem todos possuem as condições necessárias para entrar no jogo social.

Nas palavras de Bourdier (2002, p. 125),

Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, como é o caso nas interações da vida quotidiana, não têm outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante da sua identidade ou da busca da assimilação a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia, etc) e que tenha em vista propor, por meio de estratégias de dissimulação ou de embuste, a imagem de si o menos afastada possível da identidade legítima.

Dessa forma, a motivação para a realização deste estudo surgiu de nosso interesse em compreender até que ponto professor e aluno constroem suas representações, amparados pelos discursos propagados socialmente, e de que forma o elemento “novo” circula em seu imaginário. Em que momento eles escapam das “armadilhas ideológicas” a eles impostas em relação à deificação das TCI. Interessa-nos, aqui, investigar se eles têm ou não consciência desse jogo ideológico, no qual o elemento considerado mais atual do mercado é supervalorizado por trazer a insígnia do “novo”, que cultua a possibilidade de estar “na moda”, portanto, de incluir-se em um sistema social.

## O papel das representações no ensino-aprendizagem de língua inglesa

Baseando-nos em alguns autores como Woodward (2000), Hall (2000), Moscovici (1978) e González Rey (2003), criamos o seguinte conceito para definir representação: um processo simbólico, consciente ou não, que advém de nossas crenças, imagens, concepções e valores, que são adquiridos individual e socialmente, e que contribuem para a formação de nossas identidades e/ou subjetividades.

Desde seu nascimento, o ser humano busca, em outros, modelos para (re)criar suas representações. A família é a instituição básica, na qual as primeiras imagens são formadas. Depois, essas representações passam a ser buscadas em outros ambientes como a escola, os grupos e a sociedade.

De posse da linguagem, a criança estrutura-se como sujeito. A partir desse momento, ela passa a relacionar-se com o mundo que a cerca, apropriando-se de seus valores, construindo, por meio do seu imaginário, crenças, ideologias e imagens.

Deste modo, as concepções do sujeito vão se formando por meio de símbolos, constituídos como sistema de verdades, que se viabilizam via linguagem, e é mediante o discurso que eles vão se materializar. Segundo Cunha (1981, p. 50), “a idéia de símbolo e de simbólico apela sempre para uma estrutura dupla, de substituição: algo ocupa o lugar de outra coisa”.

É dessa forma que surgem os mitos, cujo conceito é assim retratado por Ferreira (1975 p. 931): “imagem simplificada de pessoa ou de acontecimento, não raro ilusória, elaborada ou aceita pelos grupos humanos, e que representa significativo papel em seu comportamento”. Vistos desta maneira, podemos conceber os mitos como sistemas de representação, que se inserem direta ou indiretamente na maneira de os sujeitos se verem representados; podem ser incorporados, conscientemente ou não, por serem considerados elementos subjetivos, valorativos e criativos, que entram na compreensão e na descrição do que ocorre na sociedade. Como postula (CASTORIÁDIS 1995, *apud* ANTUNES, 2002, p. 127),

é a sociedade que institui o que é e o que deixa de ser “real”, o que tem e o que deixa de “ter sentido”. As “significações imaginárias sociais” são também “essenciais” à ação social, porque impregnam a vida da sociedade.

Os mitos circulam, enigmaticamente, pela sociedade, disseminados nos discursos de forma enviesada. Muitas vezes, eles ditam regras morais, costumes e comportamentos, porque se constituem em modos de significação. Como elemento simbólico, os mitos instituem mensagens a serem decodificadas. Essas mensagens revestidas de caracteres ideológicos vendem e convencem; induzem a sociedade a sentir determinados desejos e vontades, ditando padrões de condutas, que são difundidos de maneira natural, preconizando a favor de um mercado econômico.

Nas palavras de Crippa (1975, p. 15), o mito

representa a manifestação primordial de uma determinada concepção do Mundo, o mito é, para quem o vive como forma da realidade e para o mundo inteligível que dele nasce, uma totalidade indefinível. Configura o mundo em seus momentos primordiais; relata uma história sagrada; propõe modelos e paradigmas de comportamento; projeta o homem num tempo que precede o tempo; situa a história e os empreendimentos humanos num espaço indimensionável; define os limites intransponíveis da consciência e as significações que instalam a existência humana no mundo.

A linguagem é o espaço no qual o mito se reifica. Muitas pessoas usufruem da linguagem, como sistema simbólico, para propagar modelos ideológicos, que visam aos interesses políticos, econômicos, sociais, culturais e religiosos de cada época. As verda-

des míticas não são, portanto, estáticas. Elas circulam, no imaginário individual e social, reproduzindo, conscientemente ou não, padrões de conduta, que são acolhidos e perpetuados, historicamente, através das gerações.

Ferreira (2002, p. 8) nos lembra que

é a partir da linguagem e de sua manifestação nos diálogos do cotidiano, nos textos e nas imagens que construímos as referências que viabilizam a existência da memória e que permitem que nos identifiquemos como membros deste ou daquele grupo social. Em outras palavras, utilizamo-nos da língua e de outros sistemas de significação socialmente construídos para elaborar os significados, as representações que dão sentido à nossa existência. É na linguagem que se constroem as culturas humanas, ou seja, que se constroem as narrativas e os discursos que orientam as nossas ações.

A cultura também funciona como elemento simbólico, pois, como sistema de representação, dita atitudes, valores e costumes. Esses, através dos tempos, podem ser incorporados e assimilados, podendo interferir na construção das identidades, que são sempre moventes e estão sempre em processo de construção. De acordo com Woodward (2000, p. 8), “a representação atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações no seu interior”. Portanto, ao nos inserirmos em uma determinada cultura, estamos sujeitos às suas crenças, normas, princípios e padrões sociais, que podem ou não ser aceitos e mantidos.

Foucault (1996) postula que a “vontade de verdade” apoia-se sobre um suporte institucional, sendo reforçada e reconduzida por um conjunto de práticas, como a pedagogia e suas formas de dissipação, como os livros, as bibliotecas, os sábios e os laboratórios. Ainda segundo esse autor, essa “vontade de verdade” pode também ser reconduzida pela forma como o saber é aplicado em uma sociedade, sua forma de valoração, distribuição, repartição e atribuição, exercendo sobre os outros discursos uma espécie de pressão e um certo poder de coerção. Sendo assim, o processo de construção de conhecimento vai se constituir por concepções de várias ordens, sendo concebido no interior das representações, que indicam modos de pensamento e têm uma importante influência no que concerne ao modo como o sujeito se define em relação aos objetos.

Mito e cultura estão intrinsecamente ligados. A cultura impõe determinados modelos dos quais os indivíduos se servem para construir e reconstruir referências para si próprios e para o outro. O mito é uma forma velada de os homens instituírem seus desejos, de fixar os modos de ser, de pensar e de agir.

Como sustenta Gómez (2001), a cultura é um conjunto de significados, expectativas e comportamentos compartilhados por um determinado grupo social. Esse facilita, ordena e potencia os intercâmbios sociais, as produções simbólicas e materiais e as realizações individuais e coletivas dentro de um marco espacial e temporal. A cultura expressa-se em significados, valores, sentimentos, costumes, rituais, instituições e objetos, sentimentos materiais e simbólicos que circundam a vida individual e coletiva da comunidade, podendo ser considerada como um contexto ambíguo, que é necessário interpretar indefinidamente. “Viver numa cultura e dela participar supõe interpretá-la, reproduzi-la, assim como transformá-la (GÓMEZ, 2001, p. 17)”. Desse modo, podemos conceber que o sujeito, ao participar de uma determinada cultura, fundamenta-se nas representações sociais adquiridas para construir modelos de significações e sentidos que irão determinar suas escolhas. A cultura, para ganhar legitimidade, é difundida via instrumentos simbólicos, como instituições sociais, livros, pessoas reverenciadas socialmente e pela mídia, que garantem a proliferação das ideias.

A escola, na condição de instituição educadora, quase sempre, reforça os discursos considerados “verdadeiros” perante a sociedade, colaborando para a manutenção de certos estereótipos. Segundo Silva (2001), o estereótipo pode ser considerado uma forma de representação, pois, por seu intermédio, o outro é representado de uma forma

especial de condensação, em que processos de simplificação, de generalização e de homogeneização entram em jogo.

Nessa perspectiva, o ensino de línguas torna-se um espaço propício para a manutenção e (re) criação de certos estereótipos, pois, no seu interior, há jogos de luta e poder que se fazem pela presença do “outro”, que surge como elemento simbólico. O “outro” pode ser concebido como modelo a ser seguido e incorporado, mas também pode ser considerado elemento de preconceito, devendo ser desprezado e/ou rejeitado, por provocar dor, medo e insegurança. De acordo com Revuz (1998, p. 217),

Toda tentativa para aprender uma outra língua vem perturbar, questionar, modificar aquilo que está inscrito em nós com as palavras dessa primeira língua. Muito antes de ser objeto de conhecimento, a língua é o material fundador de nosso psiquismo e de nossa vida relacional. Se não se escamoteia essa dimensão, é claro que não se pode conceber como simples “instrumento de comunicação”. É justamente porque a língua não é em princípio, e nunca, só um “instrumento”, que é o encontro com uma outra língua é tão problemático, e que ela suscita reações tão vivas, diversificadas e enigmáticas.

As salas de aula de língua inglesa, por serem espaços passíveis de construção de imagens, mitos, crenças e ideologias, suscitam sempre essa presença do “outro”, que conforme Lacan (1999), surge como elemento capaz de suprir os desejos e de servir como símbolo de completude. Esse “outro” pode ser o professor, que é idealizado e que serve de referência para a solução dos problemas encontrados; ou pode ser um conjunto de objetos, como as TCI, que surgem como soluções para os problemas educacionais, por representarem modernidade e objetividade. Segundo Alves (2002, p. 46),

A “aura de magia” que parece cercar as TIC está relacionada à sua fetichização. É como se a sua simples presença garantisse a ocorrência de mudanças significativas no processo de ensino-aprendizagem. É como se os novos objetos técnicos fossem capazes de dar respostas a todos os desafios educacionais, velhos e novos a ser enfrentados. Para eles, podem acabar sendo deslocadas ações que só podem ser desenvolvidas pelos sujeitos, na expectativa dos efeitos de alguma espécie de poção mágica.

Percebemos, com base nos discursos vigentes sobre ensino/aprendizagem de língua estrangeira, uma forte tendência à inserção das TCI no ambiente educacional. A internet emerge como símbolo de mudança nas práticas educacionais. Uma das vantagens, relacionada a ela, é o de poder ensinar a integração entre as nações, possibilitando trocas de informações nos níveis cultural, social e econômico, contribuindo, assim, para uma melhor visão de cada povo e nação. Conforme declara Singhal (2001, p. 4),

Talvez um dos mais essenciais princípios pedagógicos no ensino de língua seja a ênfase no estudo da língua em um contexto cultural. Outros professores de língua e eu acreditamos que língua e cultura sejam inseparáveis e interdependentes no entendimento da cultura. Entender a cultura da língua alvo é entender a língua. Para esta finalidade, a internet é um recurso valioso tanto para professores de língua quanto para os e aprendizes.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Perhaps one of the most essential pedagogical principles of language teaching is one that emphasizes the study of language in a cultural context. I along with many other language instructors believe that language and culture are inextricable and interdependent. Understanding the culture of the target language enhances understanding of the language. To this end, the internet is a valuable resource to both language teachers and learners.

Segundo inúmeros estudiosos como Rodrigues (2001), Neves (2001), Levy (1996), entre muitos outros, tais inovações tecnológicas vêm produzindo transformações na organização social, no trabalho e no cotidiano, atingindo toda a sociedade e introduzindo mudanças relevantes no conhecimento, na cultura e nas relações de poder. Vêm, ainda, exigindo das pessoas, das instituições e de toda a sociedade a busca de formas de inserção e participação na nova realidade. Isto porque, segundo Barreto (2002, p. 53),

As novas tecnologias, na medida da sua sofisticação, implicam deslocamento que não podem ser apagados, silenciados. A relação mais intensa dos sujeitos com os materiais precisa ser objeto de estudo sistemático. Por um lado, porque até mesmo os jogos jogados horas a fio no computador podem ser um passatempo repleto de operações cognitivas não-aproveitadas no espaço escolar, onde nem se comentam os sentidos que os alunos atribuem a eles.

Não há como desconsiderar os benefícios trazidos pelas TCI no interior da organização social. Por outro, adotar uma atitude de total subserviência às TCI, compreendendo-as como a panacéia do momento, é desconsiderar os sujeitos, com seus anseios, seus valores, suas atitudes e suas crenças. A mera inserção das TCI, no contexto da sala de aula, sem uma mudança nos princípios culturais, pode representar apenas a ocupação de um espaço e o acúmulo de equipamentos sofisticados.

Outra ideia que é sempre veiculada às TCI é a de que elas, usadas adequadamente, serão capazes de proporcionar a autonomia do educando, influenciando direta e positivamente na atitude do aprendiz diante da língua e na sua motivação para o seu aprendizado.

A autonomia, nesse sentido, está ligada a uma força externa, a tecnologia. Desconsidera-se que ela relaciona-se às atitudes do sujeito, que podem ser conscientes ou não, e que são dependentes das filiações históricas, sociais e ideológicas nas quais o sujeito se inscreve. Não há, portanto, como garantir a autonomia do sujeito, pelo simples fato de utilizar as TCI, pois a autonomia é uma força intrínseca, que resulta das escolhas do sujeito.

Nesse contexto, entender quais as representações de alunos e professores sobre TCI torna-se mais um desafio do processo educacional, porquanto a simples inserção das TCI na sala de aula de língua inglesa não traz garantia alguma de sucesso. É preciso que haja uma verdadeira apropriação dos recursos tecnológicos disponíveis e que alunos e professores sejam consultados sobre suas crenças, imagens e concepções individuais e sociais, pois, como postula Moscovici (1978, p. 41),

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano. A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnados.

Portanto, compreender as diversas representações que circulam no contexto escolar é entender os conflitos revelados pelos participantes nos processos de ensinar e de aprender. E é nesta luta que os sentidos serão criados, prevalecendo como imagem verdadeira aquela que os integrantes do processo assimilarem como correta. Dessa forma, a adesão ou não às novas propostas de inclusão de recursos tecnológicos, no âmbito das salas de aula de língua inglesa, da rede pública, vai depender do olhar de cada um que está envolvido nesse processo e, por sua vez, isso vai depender das representações que circulam neste ambiente.

O olhar do professor e o do aluno, via de regra, encontram-se interligados aos valores subjacentes à sociedade, que induzem os sujeitos a pensar e viver de acordo com os princípios considerados válidos pelas pessoas que mobilizam o poder. Quem não gostaria de pertencer a uma determinada classe que desfruta das regalias e dos benefícios requeridos socialmente? Ser eleito por esse grupo é ter a possibilidade de conquistar espaços (in)conscientemente desejados.

Para produzir esses anseios, a cultura dominante utiliza-se de sistemas simbólicos a fim de eleger certas ideias, que serão trabalhadas no imaginário social; cria e recria o desejo de “possuir”, nomeando determinados elementos e ressaltando os benefícios referentes a eles. Instaura-se, assim, um trabalho minucioso de “ilusões”; quanto mais valorizado for o produto, mais ele se tornará produto da ilusão. Tais produtos, geralmente, são lançados no mercado por entidades específicas, que condicionam o funcionamento da economia dos bens de consumos, como shoppings, lojas e a mídia (jornais, revistas, rádio e, particularmente, a televisão). São também lançados em instância de consagração como nas escolas e nos locais de exposição. São, habitualmente, reverenciados por pessoas de prestígio na sociedade, como artistas, políticos, professores, comerciantes, críticos, colecionadores, entre outros.

Nas palavras de Guattari (2000, p. 42),

A ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se trepa, como se fala, etc. Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, como o corpo, com a alimentação, como o presente, com o passado e com o futuro – em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. Aceitamos tudo isso porque partimos do pressuposto de que esta é a ordem do mundo, ordem que não pode ser tocada sem que se comprometa a própria idéia de vida social organizada.

Levando em conta as considerações discutidas, percebe-se que o professor e o aluno podem condicionar suas escolhas aos discursos que a contemporaneidade lhes impõe: escolher determinados elementos que não estão de acordo com suas convicções, mas que, por fazerem parte de desejos coletivos, poderiam incluí-los nos esquemas sociais. Portanto, para escapar dessas “armadilhas”, eles precisam passar por um processo de singularização, o que lhes permitirá romper com as prefixações impostas. Para Guattari (2000), os processos de singularização podem ser entendidos como uma forma de viver, sobreviver num determinado lugar, num determinado momento, ser a gente mesmo. Neste caso, caberiam ao aluno e ao professor as escolhas feitas, que vão depender de suas filiações políticas, sociais, econômicas e religiosas e que vão moldar também suas representações.

Assim, as TCI podem ou não exercer os benefícios que elas empreendem. O fato de elas ocuparem o ambiente das salas de aula não garante que trarão mudanças. No espaço entre a tecnologia e a sala de aula, estão os alunos e os professores com suas identidades e subjetividades. As ideologias sobre o melhoramento da educação via TCI podem até alcançar a sala de aula, mas os conflitos ali instaurados não se resolverão apenas com máquinas modernas e “eficientes”. O desejo, na concepção de Lacan (1999) é o que fundamenta a ação humana. O conhecimento está na ordem do prazer, e o prazer fundamenta-se nas relações humanas.

Em relação ao aluno, torna-se necessário que ele compreenda que o conhecimento envolve limitações e empreendimentos. Não se pode embarcar em uma jornada colocando-se à deriva. O conhecimento é da ordem do “devir”<sup>2</sup> requer tolerância, acei-

---

<sup>2</sup> “Devir”, termo utilizado por Guattari (2000) se refere às economias do desejo. Os fluxos de desejo procedem por afetos e devires, independentemente do fato de que possam ser ou não calcados sobre pessoas, sobre imagens, sobre identificações.

tação e desafios, e isto faz parte da condição humana. As TCI facilitam, mas não resolvem, sozinhas, os problemas concernentes ao processo de ensinar/aprender.

### Considerações finais

No imaginário de uma grande parte dos alunos, as tecnologias configuram-se como elementos simbólicos, capazes de propiciar melhorias no ensino/aprendizagem da Língua Inglesa. O computador, por estar revestido da roupagem do “novo”, desperta diferentes ilusões e desejos. Para alguns, o elemento “novo” é sinal de fascinação, encantamento e delírio, porque traz consigo a ilusão de poder suprir as faltas. Para outros, o elemento “novo” é sinal de resistência, por provocar medo, insegurança e estranhamento.

Nos depoimentos dados pelos alunos de ambas as escolas públicas, de diferentes turnos, diurno e noturno, há sempre a ilusão de que alguém ou algo, o professor ou algum recurso tecnológico, será capaz de sanar as deficiências relacionadas ao processo de ensino/aprendizagem de línguas. É como se o conhecimento se propusesse como uma via de mão única, na qual todos têm acessos idênticos.

Constatamos, assim, que os alunos constituem-se das representações sociais de que haverá sempre um “outro” capaz de fornecer as respostas certas. Momentos vivenciados na educação, que colocam o professor, os métodos, os materiais didáticos como recursos passíveis de fornecer o acesso à aprendizagem. Em seus dizeres, percebemos um anseio pelo elemento “novo”, por este estar inserido nos valores requisitados pela modernidade. Alguns alunos buscam se singularizar e tentam mostrar que quem determina o momento da aprendizagem não são os discursos propagados, mas as necessidades impostas pelo momento.

Raras vezes, os alunos percebem-se como integrantes do processo de ensino/aprendizagem. O que figura em seu imaginário, via de regra, são as representações de que eles são receptores de informação. Os alunos desejam as tecnologias pelo que elas representam: “facilidade”, “acesso ao mundo”, “quebra na rotina da sala de aula”, “ensino mais eficiente e inovação”, e, não como recursos adequados a propiciar sua autonomia. Ao referirem-se às tecnologias, buscam-nas como instrumentos capazes de romper com as deficiências deixadas pelo professor.

Quanto às professoras colaboradoras, acreditamos que, para elas, torna-se mais difícil desfazer-se das representações do que seja o ensino, pois muitas delas já se encontram cristalizadas. O quadro negro, o material didático, o giz e a própria saliva são elementos aceitos, mantidos e perpetuados. Para desfazer-se dessas imagens, é necessário um longo e contínuo processo de aceitação, para que novas verdades sejam incorporadas. Há um temor de que as tecnologias venham a exigir deslocamentos físicos e psíquicos, para os quais o professor pode não estar preparado. Criam-se, assim, barreiras imaginárias, que impedem o professor de perceber o real valor das tecnologias.

As professoras do contexto pesquisado, embora tenham vivido um mesmo processo de formação, graduadas em letras com curso de especialização, alunas do mestrado, professoras de instituto de línguas e, também, de escolas da rede pública, apresentam diferentes perspectivas quanto ao uso das TCI. A professora (P.1), ao falar das TCI, mostra muito entusiasmo, exalta as tecnologias e as percebe como ferramentas indispensáveis ao ensino, apesar de admitir as dificuldades que o uso delas determina. A professora (P.2) não revela a mesma predisposição em relação ao uso das tecnologias. Ao referir-se aos valores dos recursos tecnológicos, busca, não raro, o grau diminutivo dos adjetivos, para mostrar que as mudanças a serem operadas por intermédio das tecnologias não terão um grande alcance, porque, para ela, há outras variáveis que interferem no processo de ensino/aprendizagem.

Tanto no dizer dos alunos, quanto no das professoras, presenciemos elementos relativos aos discursos eleitos, atualmente, na sociedade: o de que as tecnologias possibilitam novos rumos para a humanidade, pela facilidade e rapidez que elas impõem, e

pelo poder de alterar as noções de tempo e espaço. Deste modo, salientamos que o sujeito constituiu-se das representações sociais, que são geradoras de sentidos conscientes ou não, o que pode determinar suas escolhas pessoais.

Assim, as representações dos alunos e professores tornam-se elementos simbólicos extremamente importantes, porque fundamentam a construção das subjetividades. A mera inserção das tecnologias no ambiente escolar não é garantia de sucesso. É preciso que aconteça um deslocamento de imagens em relação ao fenômeno: educação/tecnologia. Novos valores sociais deverão ser construídos para que as tecnologias deixem de funcionar apenas como elementos figurativos e passem a ocupar efetivamente o espaço da sala de aula.

As tecnologias envolvem trabalhar com “as diferenças”. Há alunos e professores que construirão representações positivas em relação a elas, porque são símbolos de desejos (in)conscientes, que subjazem a seus anseios. Na contramão, há alunos e professores que poderão não se aliar às tecnologias por possuírem representações negativas e isto determinar suas escolhas. O que está em jogo não é apenas a relação do sujeito com as tecnologias, mas os sentidos a serem construídos, que poderão se dar na ordem do desejo, do fascínio, do encantamento, e/ou do medo, do anseio, da preocupação e da dor.

## Referências Bibliográficas

ALVES, H. M. O. *O olhar dos professores e dos alunos sobre as tecnologias no contexto de ensino/aprendizagem de língua inglesa da rede pública*. 159 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005.

ALVES, N. “Romper o cristal e envolvermo-nos nos acontecimentos que se dão: os contatos cotidianos com a tecnologia”, in FILE V. & LEITE M. (org.). *Subjetividade, tecnologias e escolas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 14-42.

ANTUNES, N. M. M. Caras no espelho: identidade nordestina através da literatura, in: BURITY J. A. (org.). *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 125-142.

BACALÁ, V. L. A. *Assim na tela como no papel: a (não) formação da subjetividade do leitor em Língua Estrangeira de textos em meio eletrônico*. 174 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2004.

BARRETO, R. G. Tecnologias nas salas de aula, in LEITE, M. & FILE V. (org.). *Subjetividade, tecnologias e escolas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 43-55.

BOURDIER, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 322 p.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974, p. 5-61.

CRIPPA, A. *Mito e Cultura*. São Paulo: Editora Convívio, 1975, 203 p.

CUNHA, B. C. *Psicanálise e Estruturalismo*. Trad. Fernanda Bernardo. 138 ed. Lisboa: Tipografia Severo Freitas & Freitas, 1981. 143 p.

DOWBOR, L. *Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação*. Petrópolis: Vozes, 2001. 85p.

FERREIRA, A. B. *Novo Dicionário da língua portuguesa*. 14 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975. 1512 p.

FERREIRA, M. A. & ORRORICO, E. G. D. Prefácio, in: FERREIRA, M.A. ; ORRICO, E. G. D. L. M. A. *Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 7-12.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 80 p.

FREIRE, M. M. *A interação e simulação computadorizada: uma proposta em call*. 2002. 176 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

GÓMEZ, A. I. P. *A cultura escolar na sociedade neoliberal*. Porto Alegre: Artmed, 2001. 120 p.

GONZÁLEZ REY, F. L. *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Thomson, 2003. 290 p.

GUATTARY, F. & ROLNIX, S. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. 6 ed. São Paulo: Vozes. 2000. 328 p.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaciara Lopes Louro. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 102 p.

\_\_\_\_\_. Quem precisa de identidade?, in: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103- 133.

LACAN, J. O Estádio do Espelho como Formador da Função do Eu, in: ZIZEK, S. (org.). *Um mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p. 97-103.

LEITE, L. A tecnologia no/do curso de pedagogia, in: LEITE, M. & FILÉ, V. *Subjetividade, tecnologias e escolas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 103- 128.

LEFFA, V. J. O computador no ensino de línguas: estado da arte e tendências. *Tecnologia Educacional*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 102/103, p. 23-28, set./dez. 1991.

LEVY, P. *O que é o virtual?* Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996. 160 p.

\_\_\_\_\_. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993. 208 p.

MOSCOVICI, S. *A representação social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 291 p.

NEVES, A. M, C. Ética tecnologia e sociedade, in: GRINSPUN, M. P. S. (orgs). *Educação tecnológica*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PAIVA, V. L. (org.). Aprendendo inglês no ciberespaço, in: *Interação e aprendizagem em ambiente virtual*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001b. 334 p.

REVUZ, C. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio, in: SIGNORINI, I. (org). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 213-230.

RODRIGUES, M. M. A. Por uma filosofia da tecnologia, in: GRINSPUN, M. P. S. (org.) *Educação Tecnológica: desafios e perspectivas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 75-129.

SANTOS, E. A. *O computador na aula de inglês no ensino fundamental: os interesses dos alunos e a elaboração de tarefa baseada em gênero*. 2002. 153 p. Dissertação (Mestrado em Linguística e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed. 4. reimpressão. Belo Horizonte: Autentica, 2002. 154 p.

\_\_\_\_\_. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 117 p.

SINGHAL, M. The Internet and Foreign Language Education: benefits and challenges. *The Internet TESL journal*, vol. 3, n. 6, June. 1997.

Disponível em: <<http://www.aitech.ac.jp/~iteslj/Articles/Singhal-Internet.html>>. Acessado em 20 ago. 2001.

SOUZA, R. A. *As tecnologias na formação pré-serviço de professores de inglês: uma proposta para ambientação multimídia*. 2003. 118 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Estudos da linguagem). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

WARSCHAUER, M. New media, new literacies: Challenges for the next century. Plenary address, in: *Annual conference of the English Teachers association of Israel*, Jerusalem, 1998.

WARSCHAUER, M. & MESKILL, C. Technology and second language learning, in: J. Rosenthal (ed.). *Handbook of undergraduate second language education*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum p. 303-318, 2000.

Disponível em: <<http://www.gse.uci.edu/MarkW/tslt.html>>. Acessado em 08 nov. 2001.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”, in: SILVA, T.; HALL, S. , WOODWARD, K. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petropolis: Vozes, p. 7-71. 2000.

# Das especificidades das repetições na escrita da criança: o outro no mesmo

Helena Maria Ferreira

Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pelo LAEL/PUC-SP.  
Professora do Centro Universitário de Patos de Minas.  
e-mail: helena@unipam.edu.br

---

**Resumo:** O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa empreendida com objetivo de analisar a natureza das repetições na escrita de crianças. Para a consecução do estudo, foi feito um compilado teórico de pesquisas sobre a repetição, envolvendo dois campos: a Linguística (Textual) e a Aquisição da Linguagem. Além disso, foi realizada uma análise de ocorrências de repetição em dois episódios de produção escrita. A partir desses procedimentos metodológicos foi possível constatar que a repetição pode ser analisada não apenas como uma ocorrência linguística, mas como um efeito possível do funcionamento da língua, se se considerar a singularidade das manifestações das crianças como relativas à ordem da língua. Nesse contexto, o estatuto teórico da repetição não se limita à dimensão linguística, mas se estende ao funcionamento linguístico-discursivo.

**Palavras-chave:** 1. linguística textual. 2. aquisição da linguagem. 3. escrita da criança.

---

## Introdução

A reflexão a que me proponho neste trabalho incide sobre a repetição<sup>1</sup> em manifestações gráficas infantis. Frente à literatura que trata da questão, posso considerar que esse fenômeno tem rendido algumas pesquisas voltadas mais especificamente para a fala (MARCUSCHI, 1992, 1996). Entretanto, é preciso frisar que, no âmbito da escrita<sup>2</sup>, a repetição também insiste e tem sido muito pouco estudada<sup>3</sup>. Dessa feita, aventuro-me em abordar o estatuto das repetições em textos escritos por crianças em fase de alfabetização, sob uma inspiração interacionista<sup>4</sup>, que tem sido sensível às peculiaridades das elaborações singulares da fala infantil. O desejo de destacar as ocorrências de repetição

---

<sup>1</sup> Repetição, entendida aqui, como estruturas semelhantes que produzem efeitos díspares e que revelam um funcionamento da língua e a inserção da criança nesse funcionamento. Assim concebido, o paralelismo resiste à descrição segundo uma determinada teoria linguística, uma vez que aponta para um “retorno da fala sobre si mesma”.

<sup>2</sup> Desinano (2004, p. 56) omite ‘deliberadamente’ o termo ‘produção’ em relação aos textos, pois essa palavra conota, no entendimento da autora, uma ação voluntária e deliberada.

<sup>3</sup> Segundo Maeda (1999), a repetição ainda não foi objeto de descrição detalhada dada à dificuldade de identificação de sua natureza e de suas funções, em virtude de suas variadas formas de realização. Isso representa “um problema para a análise, porque o analista, conforme seu objetivo, pode ver apenas uma ou detectando várias, tem de resolver onde encaixar aquela instância de repetição, ou ainda, pode ter que decidir se há ou não várias funções e, se há, quais.” (p. 2)

<sup>4</sup> O termo interacionismo não me parece mais apropriado para abarcar a dimensão alcançada pelas teorias desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Aquisição da Linguagem e Patologias de Linguagem, coordenado por Lier-DeVitto e desenvolvido na PUC/SP.

no texto escrito foi provocado pela leitura do artigo “Singularidade e repetição”, de Lier-DeVitto (2006), em que a autora pontua que o estatuto da repetição suporta uma tensão entre o mesmo e o diferente, pois “se o ‘próprio’ se define em relação ao ‘alheio’, ao diferente, a diferença é garantia da possibilidade de a criança vir a fazer do diferente o mesmo” (1994, p. 138).

Essa pontuação, diferentemente do tratamento dado por outros pesquisadores do assunto, acrescida de outras discussões acerca do paralelismo (LEMOS, 2006 [2000], LIER-DEVITTO, 1998) tem fornecido importantes sinalizações para uma abordagem que considera a repetição não como um expediente trivial nas escritas infantis, mas como uma “lei da linguagem”, como um “movimento da língua no sujeito”.

A partir dessa abordagem, empreendo a minha discussão, inserindo como questões: Por que o mecanismo da repetição emerge na constituição dos textos escritos infantis? De que natureza é essa repetição?

Inicialmente, parto da elaboração de um breve panorama sobre o tratamento dado à repetição pelas pesquisas a que tive acesso (MARCUSCHI, 1992, 1996; KOCH, 1998). Sem embargo da necessidade de uma análise mais aprofundada de tais teorias, tarefa que desborda os limites deste trabalho, enfatizo as postulações feitas pelos teóricos da linha interacionista (LEMOS, 2006 [2000]; LIER-DEVITTO, 1994; 1998; 2006, BOSCO, 2002, 2005; MOTA, 1995, BORGES<sup>5</sup>, 2006), que se circunscrevem ao exame da questão, numa perspectiva que toma o Outro como instância de funcionamento da língua constituída. Em vez de teorizar exaustivamente sobre tais postulações, optei por fazê-lo a partir da análise de dois episódios de escritas de crianças em fase de alfabetização em que a repetição se faz insistir. Essa abordagem agrega novos elementos para uma discussão mais sistematizada e soma pressupostos substanciais para uma reavaliação da repetição nos materiais gráficos infantis.

## Da repetição no texto falado: formas e funções

A repetição é a primeira marca do texto falado, é um fenômeno característico da fala (cf. MARCUSCHI, 1996). Embora seja submetido a várias críticas (gramática normativa, por exemplo), esse recurso não pode ser reduzido a uma forma básica de estruturação do texto, mas, sobretudo, abordado como um mecanismo complexo que contribui substancialmente para o processamento (composição e compreensão) do texto falado, operando como um recurso indispensável ao ‘planejamento textual’. (MARCUSCHI, 1992; MAEDA, 1999, p. 1)

Segundo Marcuschi (1992), a repetição pode ser conceituada como sendo segmentos discursivos idênticos ou semelhantes duas ou mais vezes do âmbito de um mesmo evento comunicativo. Ao introduzir o termo “evento comunicativo”, o autor contempla não somente os aspectos formais, mas os elementos discursivos das repetições.

Concebida dessa forma, a repetição não constitui apenas um ato metalinguístico, mas uma estratégia de coevidência (no plano da textualização) e de interatividade (no plano discursivo), a que o autor nomeia de configuração formal e de configuração interacional do texto, respectivamente.

Nessa direção, a repetição pode assumir variados papéis: contribuição para a organização do discurso, a manutenção da coerência textual, a geração de sequências de orações mais compreensivas e a técnica de revisão e de reforço do que foi afirmado anteriormente (cf. MARCUSCHI, 1996).

Koch (1994; 1998) complementa que a repetição se destaca por sua natureza retórica, tendo em vista a sua função proeminentemente persuasiva, argumentativa e didática. Além disso, acumula a função de economia linguística e apresenta-se em constante *statu nascendi* (cf. KOCH; SILVA, 1996).

<sup>5</sup> Sônia Borges Vieira da Mota passou a chamar-se Sonia Xavier de Almeida Borges.

Embora sejam abordados os tipos e as funções da repetição, as reflexões acerca de sua emergência parecem incidir no fato de a linguagem oral ser aprendida em situações espontâneas (naturais), conforme se depreende em Marcuschi (2003, p. 19):

A fala (enquanto manifestação da prática oral) é adquirida naturalmente em contextos informais do dia-a-dia e nas relações sociais e dialógicas que se instauram desde o momento em que a mãe dá o primeiro sorriso ao bebê. Mais do que a decorrência de uma disposição biogenética, o aprendizado e o uso de uma língua natural é uma forma de inserção cultural de socialização.

Discorrendo sobre o exposto, Souza e Cavasin (2007) postulam que essa aprendizagem não é sistematicamente programada: a criança aprende pelo contato e pelas interações que desenvolve nos ambientes em que vive e com as pessoas com quem convive. Nessa acepção está suposta a base empírica para a conversação, implicada nela a repetição.

Assim, parece possível considerar que a repetição emerge em função da natureza “dialógica” da língua falada. Apesar de demonstrarem com rigor a natureza interativa da fala, os autores acima mencionados não explicitam como o sujeito é afetado nessa relação, questão que não se deixa de ecoar na teorização explicitada a seguir.

### A natureza da repetição numa perspectiva interacionista

Apesar de o investimento interacionista se incidir no texto falado, as postulações empreendidas por Lier-DeVitto (2006) e C. de Lemos (1992, 2006) suportam uma análise do texto escrito, uma vez que as autoras referenciadas partem da hipótese de que nos efeitos do movimento da língua, “há um sujeito que, capturado pela linguagem, desponta na cadeia significante” (De LEMOS, 1992).

Nessa direção, Borges (2006), apoiando-se em Barthes, pontua que “não se trata aí de uma escrita da criança, mas da criança sendo escrita pelo Outro, representado, nesse caso, pelos textos que circulam na sala de aula”. Essa visão defende que “as características da escrita das crianças decorrem dos movimentos da linguagem sobre a linguagem (De LEMOS, 1992, p. 132), sobre os quais a criança não tem controle” (p. 152).

Essa pontuação inaugura um novo encaminhamento teórico sobre a aquisição da linguagem e, conseqüentemente, sobre a repetição<sup>6</sup>, pois provoca uma suspensão da noção de desenvolvimento comumente defendida pelas pesquisas que versam sobre a ‘aprendizagem’ de línguas, o que leva ao “reconhecimento de que as mudanças que a fala da criança dá a ver não se qualificam nem como acúmulo nem como construção de conhecimento” (De LEMOS, 2006, [2000]). Importante salientar, nesse sentido, que o “paralelismo como fenômeno linguístico-discursivo impede que a ele se associe uma visão que o ponha a serviço da aprendizagem que supostamente explicaria a aquisição da língua materna”. Assim, também podem ser tratadas as repetições presentes nas manifestações gráficas infantis.

Essa constatação fica evidenciada nas pesquisas sobre os monólogos desenvolvidas por Lier-DeVitto (1994, 1998, 2006), em que são demonstrados argumentos que desvelam especificidades do paralelismo. Contrariamente à posição cognitivista, Lier-DeVitto (2006) se distancia dos trabalhos em Aquisição da Linguagem sobre os monólogos porque, neles, procura-se “descrever a linguagem para atestar a capacidade metalinguística da criança, i. e., a emergência progressiva que se admite a criança passa a ter sobre a linguagem” (p. 81).

---

<sup>6</sup> Os estudos sobre o paralelismo desenvolvidos por De Lemos e Lier-DeVitto iluminam a discussão sobre a repetição, mas é importante advertir nem toda espécie de repetição constitui uma estrutura paralelística.

Ao redirecionar a ideia de seus precursores teóricos, a autora revela que os monólogos “são textos compostos por restos de diálogos, de situações vividas pela criança. Esses restos articulados num texto são como que ‘traços mnêmicos’ (em expressão de Freud, 1900) relacionados de forma não-linear, o que pode produzir *nonsense*” (p. 81). Essa posição demonstra que

uma criança que ‘fala’, mas que não ‘escuta’ o que diz; na sua voz circulam restos, pedaços de falas de uma cena vivida, como tem dito Cláudia de Lemos. Esses restos/pedaços ‘mnêmicos’ entram em relação nos monólogos: são submetidos a movimento pelo funcionamento da língua, que passa a operar sobre sua matéria própria na voz da criança. (1998)

Partindo desse pressuposto, é posta em suspensão a ideia de planejamento, diferentemente dos demais autores (mencionados na seção anterior deste artigo), pois “não é simples entender o que falta à criança: dizer o que ela sabe e o que ela não sabe” (p. 87).

Por essa perspectiva, evidencia-se que não é o sujeito que se apropria da linguagem, mas é por ela “apropriado”, como uma ordem que lhe é anterior e na qual não tem outra alternativa senão nela se enquadrar, alienando-se.

Assim, o planejamento fica à deriva e num só-depois é que a escrita é significada.

Nessa direção, Pereira de Castro (1995) postula que

na linguagem da criança, a significação é constituída pela interpretação do adulto. A heterogeneidade e a imprevisibilidade, embora sejam características da linguagem como um todo, são constitutivas da fala da criança, dando espaço para os deslizamentos a que constantemente ela é submetida, de tal modo que a interpretação do adulto se dá no embate entre a identificação ou o reconhecimento de estruturas da sua língua e o estranhamento dos arranjos insólitos que resultam de tais deslizamentos.

Ainda segundo a autora (1998), não é possível prever que fragmentos, palavras, enunciados serão incorporados pela criança – “não é saliência perceptual, não é determinação cognitiva: é a própria articulação do sujeito na língua” (p. 250).

Isso posto, vale ressaltar que a repetição também está em jogo, uma vez que o texto da criança evidencia o ‘excesso constitutivo’ quando seu dizer não “faz texto” (M.T. LEMOS, 1995). Esse ‘excesso constitutivo’ não deve ser considerado como ‘erro’. Essa concepção impõe considerar que na repetição, o retorno do mesmo se processa de variadas formas, não resultando, desse modo, em uma repetição exata, uma vez que esse fenômeno não é inócuo, nem constitui uma “prática de linguagem”, conforme se considerava no estudo da repetição nos monólogos por Ruth Weir (*apud* LIER-DEVITTO, 1998).

Lier-Devitto evidencia

a irrelevância de focalizar erro e/ou acerto quando o que está realmente em jogo é esse particular movimento de retorno do linguístico sobre si mesmo. Mostra também a importância de reconhecer que, do ponto de vista da língua, não há suficientes restrições a esse movimento e que, do ponto de vista do sujeito, não há escuta que o barre. Há, contudo, esse ir além da fala do outro, da situação enunciativa e do próprio sentido.

Assim, nesse passo teórico, o foco antes destinado à visão da repetição como “vício de linguagem” ou como os recursos de estruturação do texto (conforme apresentado anteriormente), é deslocado (redirecionado) para a uma posição de “reveladora do funcionamento da língua” (De LEMOS, 2006 [2000]). Desse modo, a repetição também

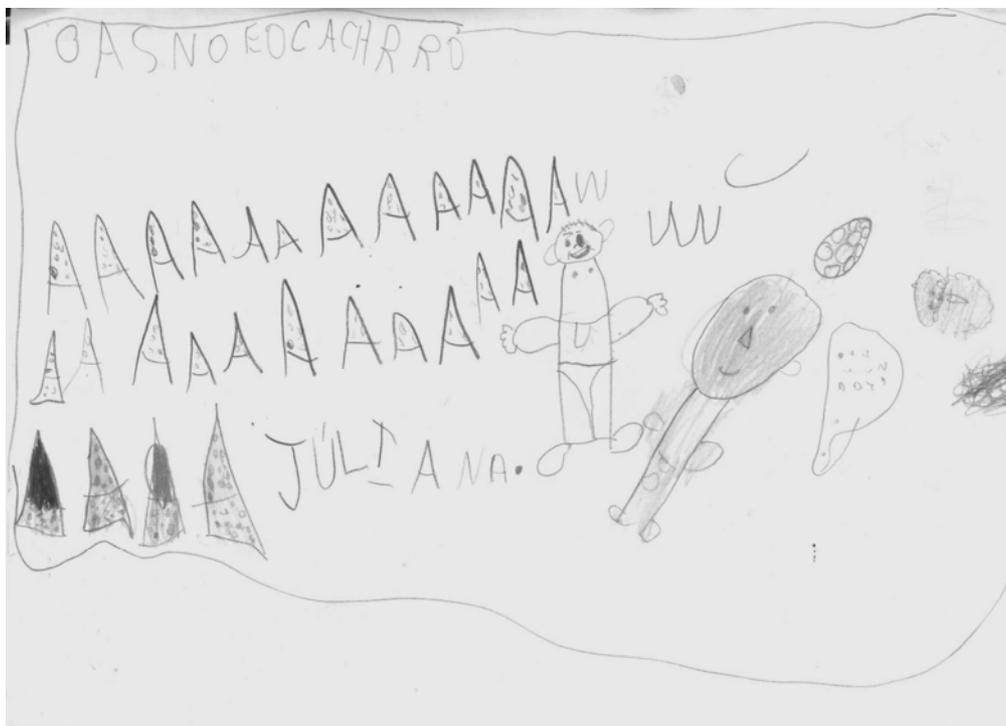
constitui e é constituída no “movimento de retorno do linguístico sobre si mesmo”, em que se constata um “rastro de sujeito.” (LIER-DEVITTO, 1998).

Embora os fenômenos de repetição descritos pela autora se refiram a textos monológicos, observo uma semelhança entre ocorrências de repetição presentes em outras modalidades de textos infantis, que “põem a nu a língua em funcionamento” (p. 93). Assim, a partir da teorização sobre os monólogos, é possível questionar: a repetição revela um não-saber/saber suposto ao falante? Segundo a autora, “a língua improvisa na fala da criança – desmonta e monta, faz relações” (1994/1998, p. 93). A partir da adoção de uma perspectiva como essa, há o destronamento das operações metalinguísticas (que se vinculam à construção, pela linguagem, de um sistema representativo-nocional que se refere a fenômenos de linguagem observados analiticamente pelo sujeito), bem como das explicações cognitivas, que defendem uma visão desenvolvimentista, o que permite afirmar que não se pode “atribuir à criança um estatuto de saber sobre língua”, pois “não é a criança que se apropria da linguagem via capacidades perceptuais e cognitivas, mas, diferentemente, ela é capturada numa estrutura” (ANDRADE, 2003, p. 89).

Por essa via, a questão da repetição implica uma relação com uma série de outros conceitos discutidos no interior do Projeto Aquisição da Linguagem e Patologias de Linguagem, indicando a natureza das relações do sujeito com a língua e demonstrando que excertos da fala da criança não podem ser considerados evidências empíricas do que ela sabe da língua.

Nessa perspectiva, Bosco (2005) pontua que muitas questões de ilegibilidade dos textos infantis poderiam ser desproblematizadas se fossem mobilizadas uma outra forma de ler, em que se vá além da superfície grafada, convocando as “marcas do movimento da língua sobre o sujeito”.

O episódio abaixo<sup>7</sup> é providencial, ilustra trechos de repetição que são um amontoado de símbolos (não se articulam como sistema), mas que, submetidos ao jogo da língua, eles podem vir a significar.



<sup>7</sup> Indubitavelmente, que esse episódio presta-se a muitos outros comentários, conforme o ângulo de observação em que se coloca o investigador. Priorizo, neste momento, analisar a natureza das repetições.

O episódio em pauta, decorrente do reconto da história “o asno e o cachorro”, evidencia que o sujeito não se insere no movimento da escrita, sabendo de antemão o que fazer e o que dizer. Na elaboração de um texto, tal como postula Barthes (2002, p. 11):

duas margens são traçadas: uma margem sensata, conforme, plagiária (trata-se de copiar a língua em seu estado canônico [...]), e uma outra margem, móvel, vazia (apta a tomar não importa quais contornos) que nunca é mais do que o lugar do seu efeito: lá onde se entrevê a morte da linguagem. [...]

Aqui, a evidência dessa primeira margem se mostra no título e na assinatura, em que a criança se apega aos “significantes oferecidos pela professora” (utilizando o termo empregado por Bosco, 2002), que marcarão, sobremaneira, o acesso da criança à escrita. Já a segunda margem é evidenciada no enredamento: letra e desenho, que tem ‘ares de texto’, dada a linearidade e a organização na folha. Esse enredamento diz respeito não à língua dita constituída, mas aos efeitos da mesma sobre o sujeito. Assim, “a morte da linguagem” representa um estado de alienação do sujeito perante a língua.

As letras “A”, que constituem a maior parte da escrita de Juliana, revelam um sujeito nessas estruturas, um sujeito que desliza de uma realização para outra, de modo a fazer emergir combinatórias de formas que possuem um “caráter de repetição diferencial” (MOTA, 1995, p. 158).

Segundo Mota (1995, p. 158), tais combinatórias

remetem aos textos com os quais entraram em relação, mas com diferença. Neste sentido, repetir já indicia a sua relação simbólica e imaginária com os textos significados (interpretados) nas práticas coletivas de leitura e de escrita na sala de aula. Indica o acesso da criança à escrita como processo simbólico. (...) A repetição, nesse caso, é diferencial, não é mera repetição porque diz respeito a relações simbólicas. A criança repete porque os seus significantes encontraram lugar nas posições que lhe foram abertas no discurso escrito do outro. Daí decorre a possibilidade de emergência do sujeito.

Nessa perspectiva, é o outro que inscreve/escreve, primariamente, o segmento a ser lido/escrito pela criança; o nome escrito permite a abertura de um lugar particular para a criança como sujeito no campo da escrita.

De acordo com Bosco (2005, p. 46),

se é a partir do nome escrito por um outro que se abre a possibilidade de a criança escrever o seu próprio nome, podemos, então, dizer que é alienando-se na escrita que o outro provê que se torna possível dela se separar, e apresentar a sua própria escrita. Nesse movimento de alienação e separação, o nome provindo da escrita do outro é incorporado ao ser reescrito pela criança (...). Além disso, podemos também afirmar que são os escritos do outro que, de início, funcionam como um espelho, no qual as manifestações gráficas infantis vão se refletir e refratar, remetendo a uma leitura que se apresenta como efeito de relação entre significantes.

A refração supra-mencionada poder ser ilustrada a partir de uma ocorrência na escrita de Juliana. A letra “A” vai convocar metonimicamente o  $\Delta$ .

Tomados como significantes, “A” e “ $\Delta$ ” são postos em relação no processo associativo que se instaura e promove – como efeito – o deslizamento que leva a escrita da

criança de um elemento para outro, do “A” para o “Δ”, e, na continuidade desse movimento, ao fechamento horizontal do “Δ”. A equívocidade promovida pela correspondência homograficamente fundada e passível de ser estabelecida entre o “A”, do nome da criança e, provavelmente das palavras ‘asno’ e ‘cachorro’ (título da história), e o “Δ”, cria um ponto de indecidibilidade na leitura: é um “Δ” ou um “A”? Que grafia é essa que emerge em meio às outras que compõem a manifestação escrita da criança?

Essa forma gráfica representa um deslocamento operado pela criança, isso é, “um jogo se estabelece e o dizer de uma criança pode convocar outros dizeres” (BOSCO, 2002, p. 77). Ainda segundo a autora,

o percurso da criança na linguagem apresenta-se marcado pela contingência. A estabilidade de uma suposta unidade esboçada por/em um encadeamento que emerge em sua fala ou escrita revela-se sempre ameaçada pela imprevisibilidade, que pode advir, inclusive, das relações promovidas pelo próprio encadeamento (2005, p. 51).

Pode-se considerar, dessa forma, que se trata da repetição de um mesmo traço, que sofre uma variação. Um significante que traz outro significante, por evocarem características comuns. De Lemos (1992) atribui essa ocorrência, dentre outras, ao movimento de espelhamento, em que enunciados emergem na escrita da criança como efeitos de ressignificação de enunciados do Outro. O efeito é de natureza metafórica/menonímica fazendo emergir um outro traçado, que se constituiu na diferença entre o anterior. Isso é possível pelo fato de a letra “A” ter assumido a condição de significante e estar desprovida de qualquer laço de sentido. Nessa dimensão, como explicar o aparecimento do triângulo barrado? As formas do grafema “A” evocam os traços do triângulo, possibilidade latente na cadeia.

Ao emergir numa cadeia em que os elementos constitutivos são reconhecidos como letra, esse significante retroage e articula-se com os demais, assumindo o valor de letra. Assim, entre “os ecos do significante” (LIER-DEVITTO, 1994, p. 160), abre-se um hiato no qual se articula o sujeito.

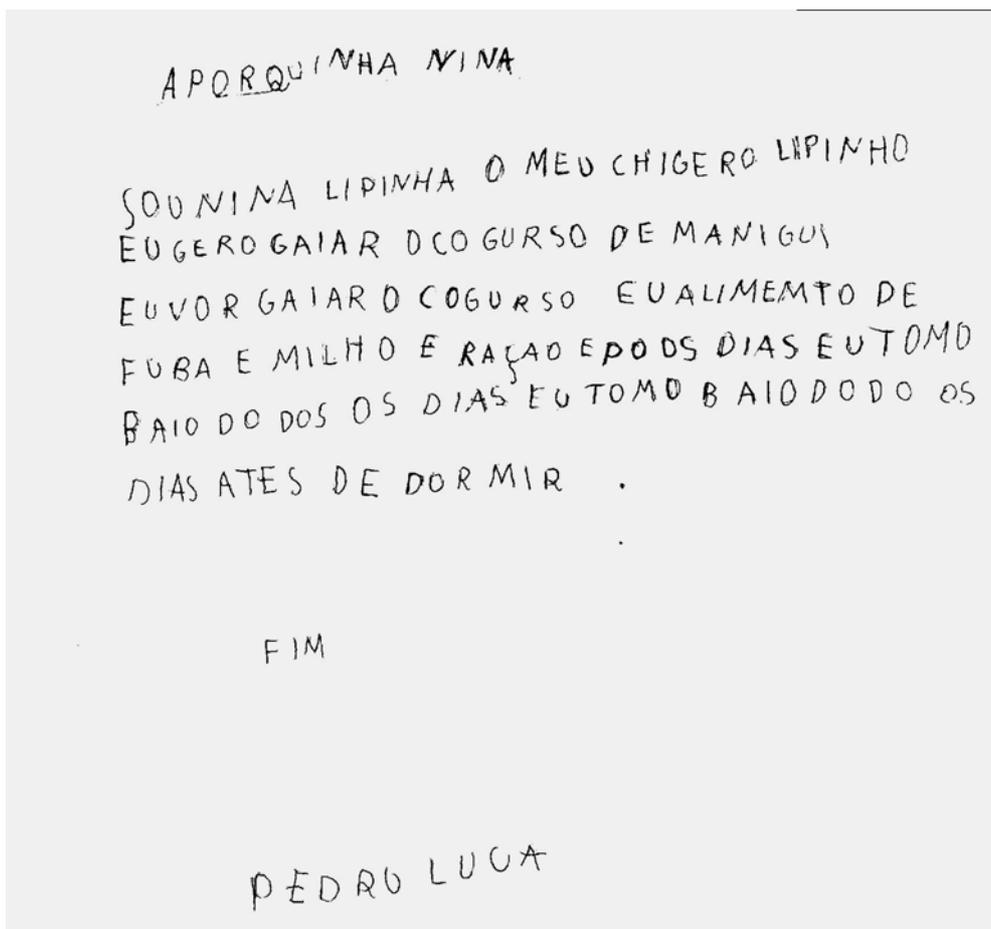
Assim, concebida a produção textual, a repetição não deve ser encarada como uma mera repetição, como uma falha de organização textual, mas como processo de constituição do texto infantil.

Segundo Mota (1995), essas formas indeterminadas e heterogêneas que compõem na escrita infantil “seriam efeito do trabalho do significante, e já indicariam avanços no processo de aquisição” (p. 103).

Em face do exposto, Bosco (2002, p. 80) pontua que

de seu lugar, a professora não pode deixar de interpretar tudo o que a criança diz ou escreve. É essa atividade interpretativa da professora, sempre buscando dar sentido às produções gráficas infantis, que, acreditamos, produziria e mobilizaria o processo.

Em uma outra produção gráfica, relato da história “A porquinha Nina”, pude também constatar a insistência da repetição.



Aqui, a repetição também se apresenta como efeito da captura da criança pelo funcionamento linguístico-discursivo. A criança escreve o seu texto recortando e costurando unidades do texto do Outro, mas com diferenças. As repetições “lipinha/lipinho”; “gero gaiar o cogurso/ vor gaiar o cogurso de naigui”; “do os dias/do dos os dias/ dodo os dias”; “eu tomo baio/eu tomo baio” se alternam e se relacionam, fazendo emergir a diferença. Segundo Mota (1995, p. 186), “é do estatuto do significante ser presença/ ausência, ser o mesmo, enquanto outro”.

Coincidentemente, como na produção gráfica anterior, a criança utiliza os significantes oferecidos pela professora.

Nesse episódio, é possível perceber que as relações emergem do cruzamento de cadeias manifestas e latentes. Para se escrever ‘lipinha’ é preciso recalcar “sujinha”. Para escrever ‘lipinha’ e ‘lipinho’ é preciso substituir a letra ‘a’ pela letra ‘o’. Para Mota (1995, p. 190), “representar essas diferenças já é representar propriedades da língua (escrita) constituída”.

Dessa forma, as repetições como as citadas acima e, em especial, as do tipo “do os dias/do dos os dias/ dodo os dias”, não podem constituir em meras reproduções, uma vez que há a articulação de significantes, ou seja, remetem à “diferença dos lugares a eles atribuídos na língua” (p. 191).

Nessa direção, Chemana (*apud* BOSCO, 2005, p. 176) considera que “tocar na questão do significante remete à repetição, “do retorno regular de expressões, de sequências fonéticas, de simples letras que escandem a vida do sujeito, prontas a mudar de sentido a cada vez que ocorrem, que insistem sem qualquer significação definida.”

Assim, apesar das dificuldades inerentes à escrita (dita constituída), é possível considerar que as crianças produzem “linguagem”, ainda que suas produções venham a ganhar visibilidade na leitura do outro, pois segundo entendimento de Lier-DeVitto

(1998), “o funcionamento produz o imprevisível, mas o imprevisível ainda é linguagem”.

No episódio em questão, a criança consegue sustentar o andamento discursivo e ao fazê-lo é ‘falada’ pela língua, está submetida a um processo de alienação, conforme se pode constatar no fragmento: “vor gaiar o cogurso” (em que o verbo auxiliar sofre um processo de infinitização). A forma ‘gaiar’ convoca a modificação ‘vor’, tal como no exemplo dado por De Lemos (1992):

*Criança mostra para o adulto o dedo indicador coberto de pomada.  
M: Cuca, queimei o dedei (Cuca = apelido do adulto)*

Na perspectiva assumida pela autora, há uma retroação e articulação das formas, que implica um movimento da língua sobre si mesma.

Outra ocorrência digna de nota é “do os dias/do dos os dias/ dodo os dias” (em que são exploradas as possibilidades da língua), que também desvela o efeito da linguagem sobre a própria linguagem. São combinatórias que se aglutinam em blocos que se repetem, embora com variações, que não se estruturam ao caso, mas em um movimento que obedece aos eixos sintagmático e paradigmático (processos metafóricos e metonímicos, para De LEMOS)<sup>8</sup>.

A partir dessa pequena amostra, ou seja, da análise dos episódios que constituem o corpus deste estudo, fica explícita a complexidade da escrita. Em face dessa complexidade, Burgarelli postula que

quando geralmente se propõe a planejar ou a executar uma atividade que objetive levar o aluno a escrever, especificamente nas séries iniciais, a concepção que prevalece encontra-se principalmente atrelada à dimensão psicopedagógica da noção de sujeito. Assim, parte-se da idéia de que o aluno é o próprio construtor de seu conhecimento, devido às suas capacidades de cognição e raciocínio lógico. No mais, ele precisa apenas de instrumentos didáticos adequados para despertar essas suas habilidades. Caso a aprendizagem fracasse, a causa desse fracasso será procurada em um dois elementos dessa operação: ou o aluno é problemático, idéia que inclui possíveis deficiências biológicas, psicológicas ou sociais, ou o professor não teria encontrado ainda os procedimentos adequados para encaminhar suas atividades em sala de aula (2003, p. 147).

Convocando para uma posição diferenciada, De Lemos, Lier-DeVitto (e demais pesquisadores que se ocupam das produções gráficas infantis), dão mostras evidentes de que a escrita implica, assim como a fala, a língua. Desse modo, não parece sensato considerar os fatos desviantes como violação da norma. O procedimento mais indicado, nesse caso, seria interpretá-los como efeitos possíveis do funcionamento da língua, considerando a singularidade das manifestações das crianças como relativas à ordem da língua.

Nessa dimensão, Desinano (2004, p. 49) esclarece que

todo texto, aunque superficialmente, presente una estructura homogénea, lleva en si mismo las marcas de los avatares del funcionamiento del sujeto enunciativo en el discurso. Los fallos y los errores son lugares de excepción para explicar ese recorrido discursivo, pero no hay que tal recorrido, se hace tangible tanto en la transgresión como el respeto de la regla, porque en cualquiera de los casos se estará atendiendo al encuadre que plantean las leyes del lenguaje. (...) Sin embargo, considero que ni los errores ni los

---

<sup>8</sup> Trata-se de uma equivalência superficial, uma vez que De Lemos aprofunda as discussões acerca dos processos metafóricos e metonímicos, instaurando um marco teórico e redimensionamento toda a produção acerca da aquisição da linguagem.

aciertos formales dan lugar necesariamente a evaluaciones negativas o positivas respecto de los conocimientos lingüístico-textuales del hablante. El reconocimiento de esta circunstancia será fundamental para inaugurar otra mirada dentro de lo que tradicionalmente se llama enseñanza de la lengua.

A posição assumida pelas autoras supracitadas pode promover o redimensionamento do modo como se lê as manifestações gráficas infantis. Nessa perspectiva, ainda que o leitor não saiba o que a criança efetivamente quer dizer, ele sabe que o arranjo grafado diz alguma coisa, ou seja, o leitor “antecipa um vir-a-ser falante/ escrevente ao escutar/ler as manifestações linguísticas infantis (...) apesar da (des) organização de sua apresentação gráfica” (BOSCO, 2002, p. 50).

A relevância teórica dessas questões, apesar de uma não-ocupação com a formulação concreta de uma proposta didática, torna-se explícita nos trabalhos de Bosco (2002; 2005; MOTA, 1995), em que as autoras buscaram, mais detidamente, desenvolver uma reflexão sobre “a constituição da escrita, momento de surgimento, com suas transformações, descontinuidades e cortes” (PEREIRA DE CASTRO, *in* BOSCO, 2002). Os dados trazidos pelas pesquisadoras deixam entrever que “os entrecruzamentos e deslizamentos que nela se verificam são reveladores de um sujeito sempre dividido entre ser significado no/pelo Outro e ser sujeito de sua própria fala/escrita” (BOSCO, 2005, p. 169).

Essa forma de conceber a leitura das manifestações gráficas infantis trouxe implicações para instaurar uma outra leitura para a repetição. A partir das considerações feitas ao longo deste artigo, espera-se ter evidenciado o estatuto das repetições nos textos infantis, bem como a emergência do sujeito, uma vez que “o percurso da criança na escrita não se dá como um voo cego, mas guiado pelas possibilidades da criança se identificar nas posições abertas pelos discursos do outro” (MOTA, 1995, a partir de De LEMOS, 1994).

Quero dizer com isso que há sujeito na língua/escrita e, que disso, o professor não pode se esquivar, pois conforme pontua De Lemos (*in* KATO, 2002, p. 9), “a concepção de escrita, implicada pelo seu ensino na escola, pode funcionar como um véu, ocultando a criança e suas formas de saber”.

## Referências

ANDRADE, L. *Ouvir e escutar na constituição da clínica de linguagem*. 2003. 143f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2003.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BORGES, Sonia de X. A. A aquisição da escrita como processo linguístico, *in*: LIER-DEVITTO, M.F.; ARANTES, L. (org.) *Aquisição, patologias e clínica de linguagem*. São Paulo: EDUC/ FAPESP, 2006.

BOSCO, Zelma Regina. *No jogo dos significantes: a infância da letra*. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Errância da Letra: O nome próprio na escrita da criança*. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

BURGARELLI, Cristóvão Giovani; LEITE, Nina V. de Araújo (org.). *Corpolinguagem: gestos e afetos*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

DE LEMOS, C. (1992) Los procesos metafóricos y metonímicos como mecanismos de cambio. *Substratum* I-1.

\_\_\_\_\_. Sobre o paralelismo, sua extensão e a disparidade de seus efeitos. (2000), *in*: LIER-DEVITTO, M.F.; ARANTES, L. (org.) *Aquisição, patologias e clínica de linguagem*. São Paulo: EDUC/ FAPESP, 2006.

DESINANO, Norma B. La escritura de textos científico-disciplinares en alumnos universitarios. Un estudio del funcionamiento del sujeto en el lenguaje. 2004. 188 p. Tese (Doutorado em Facultad de Humanidades y Artes). Universidad Nacional de Rosário, 2004.

KATO, Mary Aizawa (org.). *A concepção da escrita pela criança*. 3 ed. Campinas: Pontes, 2002.

KOCH, Ingedore Villaça et alii. Aspectos do Processamento do Fluxo de Informação no Discurso Oral Dialogado, *in*: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). *Gramática do Português Falado*. Vol. 1. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1991, p. 141-184.

KOCH, I.G.V. Funções retóricas e interativas da repetição. *Boletim ABRALIN*, n. 15: p. 153-8, 1994.

\_\_\_\_\_. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1998.

KOCH, I.G.V.; SOUZA E SILVA, M.C.P. (1996). Atividades de composição do texto falado: a elocução formal, *in*: CASTILHO, A.T.; BASÍLIO, M. (org.) *Gramática do Português Falado*. Campinas: Ed. da UNICAMP, v. IV.

LEMOS, M. T. G. de. *A língua que me falta: uma análise dos estudos em aquisição de linguagem*. Campinas: Mercado de Letras/ São Paulo: Fapesp, 2002.

LIER-DEVITTO, M. F. *Os monólogos da criança: "delírios da língua"*. Tese de Doutorado. Campinas: IEL/UNICAMP, 1994.

\_\_\_\_\_. *Os monólogos da criança: delírios da língua*. São Paulo: EDUC, 1998.

\_\_\_\_\_. Singularidade e repetição, *in*: XIV Congresso Internacional da ALFAL - Associação de Linguística e Filologia da América Latina, 2006, Monterey - México. *Anais da XVI ALFAL*. Santiago, Chile: Propriedade Intelectual - 154.805, 2006.

\_\_\_\_\_. 'Delírios da língua': o sentido linguístico (e subjetivo) dos monólogos da criança, *in*: LIER-DEVITTO, M.F.; ARANTES, L. (org.) *Aquisição, patologias e clínica de linguagem*. São Paulo: EDUC/ FAPESP, 2006.

MAEDA, R. M. A. a repetição: uma estratégia de composição do texto falado. Trabalho apresentado no XI Seminário do Centro de Estudos Linguísticos e Literários do Paraná. Cascavel: 30 de outubro - 01 de novembro de 1999, *in* LEFFA, Vilson J. (Compilador). TELA (Textos em Linguística Aplicada) [CD-ROM]. Pelotas: Educat, 2003.

MARCUSCHI, L. A. *A repetição na língua falada: formas e funções*. UFPE: Departamento de Letras do Centro de Arte e Comunicação. Tese para professor titular de linguística, 1992.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual, n: KOCH, Ingedore Villaça (org.). *Gramática do Português Falado*. Vol. 6. Campinas: Editora da UNICAMP/ FAPESP, 1996, p. 95-129.

\_\_\_\_\_. *Análise da conversação*. 5 ed. São Paulo: Ática, 2003 .

MIZUKAMI, M. G. N. (2000). Casos de ensino e aprendizagem: profissional da docência, in: ABRAMOWICK, Anete; MELLO, Roseli Rodrigues de (orgs.) *Educação: pesquisas e práticas*. Campinas: Papirus, p. 139-161.

MOTA, Sônia B. V. da. *O quebra-cabeça da escrita: a instância da letra na aquisição da escrita*. Tese de doutoramento. São Paulo: PUC-SP, 1995.

PEREIRA DE CASTRO, M. F. “Ainda a negação: indo mais além na interpretação”. *Cad. Est. Ling.*, n. 29, p. 27-38. 1995.

PEREIRA DE CASTRO, M. F. Apontamentos sobre o corpo da linguagem, in: LEITE, Nina V. de Araújo (org.). *Corpolinguagem: gestos e afetos*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

SOUZA, Sílvia F; CAVASIN, Rosane da S. F. Infância e linguagem: a construção do texto falado em crianças que frequentam a educação infantil. Disponível em: [http://www.pesquisa.uncnet.br/pdf/educacaoInfantil/infancia\\_linguagem\\_construcao\\_texto\\_falado\\_crianças\\_frequentam\\_educacao\\_infantil.pdf](http://www.pesquisa.uncnet.br/pdf/educacaoInfantil/infancia_linguagem_construcao_texto_falado_crianças_frequentam_educacao_infantil.pdf) acesso: 20/11/2007.

# Resumo: gênero autônomo ou dependente?\*

Janaina Zaidan Bicalho Fonseca  
Mestranda em Linguística e Língua Portuguesa pela PUC Minas

---

**Resumo:** Nosso trabalho objetiva refletir sobre as dificuldades encontradas pelos estudantes universitários na produção de seus textos. Delimitamos, assim, um gênero discursivo específico - resumo - pois vimos que este carece de uma reformulação teórica, já que as explicações tradicionais não conseguem suprir as necessidades de produção do mesmo. Observamos que isso só será possível por meio das operações semânticas de pressuposição e subtendido, já que as mesmas são utilizadas pelos universitários, ainda que de forma inconsciente, para produzirem seus resumos.

**Palavras-chave:** 1. gênero resumo. 2. tutoria em língua portuguesa. 3. linguística aplicada.

---

## 1. Introdução

O estudo que propomos desenvolver aborda as dificuldades inseridas no processo de produção e interpretação textual de estudantes universitários. Objetivamos pontuar os problemas e as peculiaridades em textos que atendam ao gênero acadêmico *resumo*. A escolha tanto dos produtores quanto do gênero discursivo mencionados deve-se por meio do trabalho constante com o programa de Tutoria em Língua Portuguesa (TLP), desenvolvido na Universidade Federal de Viçosa. Os selecionados para participarem do projeto apresentaram grandes dificuldades na escrita da redação do vestibular, por isso a TLP surgiu para ajudá-los a melhorar a competência textual.

Constatamos, dessa forma, que o gênero resumo, em especial, revelou-se instrumento de grande especulação científica, visto que os estudantes mostraram dificuldades na sua definição e na conseqüente elaboração, devido, muito possivelmente, a uma inabilidade no processo da leitura e da escrita, legitimadas por algumas incongruências teóricas a respeito do referido gênero. Isto porque muitos creem que o resumo é apenas um trabalho de “recorte”, de “ligação de ideias” a despeito da autonomia interpretativa do leitor, a qual – apesar de cerceada pelas pistas linguísticas presentes no texto –, diferencia-se no ato do dizer. Ou seja, espera-se que haja diferenças, no que diz respeito à linguagem, entre o texto de um produtor e o de outro. No âmbito da TLP vimos, até mesmo, que alguns leitores associam o que foi lido com os seus próprios conhecimentos, deixando essas evidências presentes no texto final do resumo.

---

\* Este trabalho surgiu de pequenas pesquisas empreendidas pelo Programa de Tutoria em Língua Portuguesa da Universidade Federal de Viçosa, coordenado pela professora doutora Maria Carmen Aires Gomes. Tal programa encontra sua legitimidade na medida em que foram identificados inúmeros problemas na produção textual de alunos do ensino superior. A Tutoria em Língua Portuguesa surgiu, assim, para suprir essas dificuldades, valendo-se de várias formas didáticas que propiciassem uma aprendizagem mais satisfatória. Uma delas é aliar pesquisa e ensino. A autora deste texto foi, durante os anos de 2005 e 2006, tutora da referida instituição. Atualmente faz parte do programa de Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa da PUC Minas, tendo seus estudos apoiados pela Capes.

Sendo assim, a relevância do trabalho está centrada na inobservância da autonomia textual do gênero discursivo resumo. Acreditamos que o fato de este possuir pouca importância, a título de pesquisa acadêmica, esteja intimamente associado a uma falsa ideia de dependência/subserviência a um texto maior. Vários indícios linguísticos nos possibilitaram afirmar que o gênero discursivo resumo possui, de fato, certa autonomia em relação ao texto sumarizado.

## 2. Uma nova visão de resumo

Será importante, na busca da solidificação da teoria proposta, apresentar o conceito tradicional de resumo. A norma NBR 6028 da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) o define como uma apresentação sucinta, compacta e objetiva dos pontos mais importantes de um texto. Medeiros (1991, p. 61), da mesma forma, afirma que “o objetivo de um resumo é apresentar com fidelidade idéias ou fatos essenciais contidos num texto, fornecendo elementos que dispensem a consulta do texto original”. O resumo deve, portanto, de acordo com as definições supracitadas:

- a) Apresentar as ideias mais relevantes do original, indicando sucintamente o assunto, o propósito e o objetivo do texto;
- b) Ser redigido em linguagem objetiva e impessoal, sem qualquer juízo ou apreciação crítica sobre o mérito ou as falhas do trabalho;
- c) Evitar, tanto quanto possível, a repetição de frases íntegras do original, o que não impede a citação entre aspas de uma ou outra expressão típica.

A inconsistência maior parece estar localizada na letra *b*. Que não haja julgamento explícito do texto, é compreensível. Mas mesmo que não haja avaliação crítica explícita, haverá seleção das ideias mais relevantes. Ora, se há seleção, há indubitavelmente subjetividade, uma vez que podemos selecionar de acordo com nossos valores, crenças e interesses. Vale lembrar que não se trata, de fato, de uma escolha aleatória ou fortuita, uma vez que se espera do produtor textual uma habilidade de separar entre o que é apresentado pelo autor como informação essencial e entre aquilo que é dado como acessório. No entanto, há de ressaltar a função de cada resumo. Em outras palavras, se se resume um mesmo texto ora a título de estudo – o fichamento é um exemplo – ora a título de enquadramento inicial de um artigo, o resultado final pode ser um pouco diferenciado, pois haverá objetivos comunicativos distintos.

Sabemos que um texto nunca é “perfeitamente” objetivo. O resumo, da mesma forma, também não o é. Na compreensão textual, o estudante deverá se perguntar sobre o assunto que está discutindo, o que ele já sabe sobre isso, tentando obter as informações globais da obra e o método expositivo desenvolvido pelo autor, estabelecendo relações com outros assuntos, conectando as informações do texto com seu conhecimento de mundo. Deve, portanto, acionar seu conhecimento prévio acerca do assunto posto em foco.

Além disso, o fato de o resumo ser produzido evitando a *repetição de frases íntegras do original* (letra *c*) possibilita ao produtor textual liberdade vocabular, o que pode implicar diferenças que remetam a valores discursivos variados. Dessa forma, ainda que a ideia central tenha de ser mantida, o entendimento de um leitor *A* sobre um texto pode ser mais abrangente do que a compreensão de um leitor *B* sobre o mesmo texto.

O que torna ainda mais evidente a diferença entre texto original e resumo, ou ainda entre resumos diferentes, são as intervenções sistemáticas feitas pelo autor do texto. Como apura Machado (2005, p. 02):

(...) chegou-se, basicamente, a dois conjuntos de regras/estratégias: de apagamento e de substituição. As primeiras seriam seletivas, pois, por meio delas, selecionam-se os conteúdos relevantes do texto, com o apagamento de informações redundantes. Já as regras/estratégias de substituição seriam construtivas, pois exigem a construção de novas proposições, ausentes do texto original, mas que englobam informações expressas ou pressupostas no texto.

Soma-se a Machado a colaboração dos teóricos da retextualização no que diz respeito a tais regras. A retextualização incorpora a ideia que um texto, ao ser reestruturado, passa por vários processos para sua efetiva reconstrução. A exemplo: a reformulação, por meio de acréscimos, substituições, reordenações; e o cognitivo, que se dá no campo da compreensão por meio de inferências, inversões e até generalizações. Segundo Marcuschi,

(...) para poder transformar um texto é necessário compreendê-lo ou pelo menos ter uma certa compreensão dele. De igual modo que dois falantes só interagem na suposição de uma certa compreensão mútua, um indivíduo só pode retextualizar na suposição de compreensão do texto de origem (MARCUSCHI, 2001, p. 70).

Claro está que a retextualização difere do resumo exatamente pelas alterações de ordem semântica que ela opera no original. Defende-se aqui que o gênero resumo se vale de algumas estratégias previstas pela retextualização (conforme citação acima, a compreensão é uma delas); mantendo-se, no entanto, numa configuração diferente, uma vez que deve manter as ideias mais significativas do texto primeiro. Marcuschi endossa o posicionamento acima ao afirmar que “é importante considerar que, no caso de uma retextualização, interferimos tanto na forma e substância da expressão como na forma e substância do conteúdo” (2001, p.52). Ao lidar com o gênero resumo, a modificação na substância do conteúdo não é tão prudente, já que o que se faz, a rigor, é explicitar considerações inexistentes, de forma explícita, no original. Porém, elas estão lá.

Especificamente neste trabalho nos voltamos para a regra/estratégia *substituição*, isso porque, na análise dos *corpora*, ficou comprovado que a maioria dos alunos se vale do próprio conhecimento prévio para reconstruir o que subjaz ao texto base. Ainda seguindo as definições de Machado (2005, p.02), a estratégia de substituição está associada a ideia de construção, isto é,

substitui-se uma sequência de proposições, expressas ou pressupostas, por uma proposição que é normalmente inferida delas, através da associação de seus significados. Assim, se tivermos uma sequência como: “João tomou um táxi, desceu na rodoviária, comprou uma passagem, esperou o ônibus, entrou, tomou o lugar reservado a ele etc.”, podemos inferir que “João viajou”, podendo essa proposição substituir toda a sequência.

O que se deseja demonstrar é que devemos lançar mão da capacidade de inferir para conseguirmos resumir um texto com proficiência. Logo, o processo de sumarização, para nós, está calcado, especialmente, na operação semântica inferência, à qual está ligada às noções de pressuposição e subentendido.

Na visão de Fiorin (2002, p. 184),

a diferença entre um pressuposto e um subentendido é que aquele é uma informação indiscutível, ou apresentada como tal, tanto para o falante quanto para o ouvinte, pois decorre necessariamente do sentido de um marcador linguístico, enquanto este é de responsabilidade do ouvinte.

Entendemos que se o subentendido, gerado na situação contextual, pode ser usado como um artifício do produtor de um texto para se isentar de uma determinada posição (já que não se diz, mas deixa-se entender), então, é claro que um receptor e futuro “reconstrutor” textual terá que desvendar tais estratégias para compreender de forma satisfatória a mensagem que se está querendo transmitir. Ou seja, entender o texto nas suas entrelinhas é algo esperado de um leitor eficiente. Da mesma forma, também se espera que esse mesmo leitor, agora com o status de produtor, seja capaz de evidenciar os processos implícitos no texto e repassá-los para o resumo.

A pressuposição, por sua vez, também é de importância significativa, pois para entendê-la o leitor deverá reconhecer certos marcadores linguísticos como adjetivos, verbos que indicam permanência ou mudança, advérbios, orações adjetivas, entre outros recursos da língua. Podendo estes, com facilidade, se adequarem a estratégias argumentativas, já que se toma o pressuposto como uma informação verdadeira, não passível de discussões, o leitor deverá estar atento ao uso desses marcadores, a fim de interpretar um enunciado antes de concebê-lo como verdadeiro.

Sendo assim, fica claro compreender que a elaboração do resumo requer conhecimentos semânticos e extratextuais para sua escrita. Além desses, requer também, claramente, o domínio das técnicas escritas, bem como aqueles de natureza linguística, textual, sobre o gênero – sua estrutura, funcionalidade, estilo – e discursiva.

Não podemos enxergar tal gênero discursivo como uma tipologia textual fechada, despreocupada em retomar o texto base como um todo. Negar isso seria negar o entendimento apurado do texto, tendo como consequência leitores menos perspicazes e críticos, o que, de nenhuma forma, é o propósito da TLP ou de qualquer outra instituição educacional.

Tendo como base nosso raciocínio, seria inevitável, para muitos, a pergunta: um resumo que possui tantas informações inferidas, que talvez tenham sido pretendidas pelo autor do texto apenas no campo periférico, não estaria descomprometido com o texto base?

A resposta a essa pergunta está intimamente associada ao conceito de escritor/leitor, o qual esteve em constante mudança na história da linguística textual. É Kato (1999, p. 67) quem vem nos esclarecer tal preceito:

Kolers, por exemplo, conclui que os maus leitores são aqueles que, em lugar de fazer uma leitura textual precisa, procuram, com base em seu conhecimento de mundo, fazer adivinhações, quase sempre mal-sucedidas. Goodman, por outro lado, verificou que justamente o leitor mais competente é aquele que faz mais adivinhações acertadas e que o leitor imaturo é aquele que faz uma leitura linear com pouca predição.

Corroboramos, juntamente com Goodman, que um leitor proficiente seja aquele capaz de inferir as proposições presentes num texto, fazendo as devidas associações com o seu conhecimento prévio. O fato é que o produtor textual, ao redigir o gênero acadêmico resumo, não estaria extrapolando o assunto base presente no texto original, mas, sim, interpretando e conseqüentemente escrevendo o que se encontra implícito (mas subentendido), em sua estrutura textual, buscando um maior grau de coerência.

Como prediz Van Dijk (2004, p.52), todo texto possui em si macrorregas, as quais deixam em evidência o assunto principal tratado. Fiquemos com suas ponderações:

Estas transformações ou operações são chamadas de “macrorregas”. São regras de interpretação semântica de segunda-ordem: depois da interpretação de sentenças, elas permitem uma interpretação de sentenças e de pares de sentenças, elas permitem uma interpretação adicional de seqüências como proposições (globais), que caracterizam o significado de uma seqüência de ações realizadas. (...) As macrorregas suprimem toda

informação proposicional de relevância exclusivamente local que não seja necessária para a compreensão do resto do discurso (...).

Obviamente, para interpretarmos as proposições, faz-se necessário recorrermos ao nosso conhecimento prévio a respeito do assunto lido.

Considerando nossas especulações, propomos uma definição mais pontual para o gênero resumo. Esta deve levar em conta que um texto é atravessado por vários discursos, que se constituem de diversos valores, crenças e interesses; de estratégias persuasivas e de implícitos, que, vez ou outra, podem estar subtendidos a fim de “manipular” o leitor a uma certa opinião. No resumo, portanto, é válido que o produtor do texto esclareça tais proposições; entretanto, fará isso de uma forma sumarizada, deixando explícitas somente as informações mais pertinentes.

Apresentada nossa abordagem, a qual propõe uma reformulação no conceito de resumo, tendo como base certas operações semânticas e o conceito de proposição, é mister enfatizar as definições mais eficazes que propomos para o desenvolvimento do resumo: apresentação sintética e seletiva de idéias de um texto. Embora possa ser redigido em linguagem objetiva, nunca estará descomprometido com as idéias de quem o elabora, já que é permitido a este tecer outras considerações (que se encontrarem implícitas) a respeito do assunto focalizado. Assim, cada um resume primordializando informações diferentes. Para isso, faz-se necessário que se entenda a ideia central do texto original, a qual pode estar permeada de intenções. O fato é que a construção do gênero acadêmico resumo é o resultado de um duplo processo: interpretação/ produção, resultando enfim em estratégias e técnicas tanto discursivas, quanto cognitivas.

### 3. À guisa de conclusão

Tentamos provar a dificuldade que os alunos apresentam para produzir o gênero resumo, assim como demonstrar interpretações possíveis para essa dificuldade. É notável que tal gênero viabiliza com mais precisão a capacidade de entendimento de um texto – noção esta tão cara para qualquer estudante. Tal importância se fez notável já na segunda fase da Linguística Textual. A fase chamada de *Gramática textual*, a qual atestava a competência transformativa de um falante, deixava claro que este seria “capaz de reformular, parafrasear e resumir um texto dado, bem como avaliar, com convergência, a adequação do produto dessas atividades em relação ao texto a partir do qual a atividade foi executada” (BENTES, 2004, p. 250). Dessa forma, nosso trabalho encontra sustentabilidade até mesmo em um cenário mais remoto da Linguística Textual, o qual afirmava que um dos padrões de competência em uma língua estava centrado no fato de se resumir um texto com proficiência.

Acreditamos que a Linguística do Texto, hoje, deva buscar o aprimoramento da noção sumarizadora por meio do conceito de proposição, considerando os conhecimentos de mundo de um falante, podendo este atestar os objetivos requeridos por um texto. É de grande importância ainda o reconhecimento da operação semântica inferência, a qual é capaz de transmutar a mensagem de um texto.

Quanto à pergunta lançada no início do artigo, “Resumo: gênero autônomo ou dependente?”, respondemos que o mesmo só pode ser considerado dependente (mas não subserviente) devido ao fato de o extrairmos de um original. No entanto, tal “extração” deve ser feita de forma consciente e crítica. Logicamente, alguns terão essa visão apurada do texto e outros não. Logo, a autonomia do gênero resumo é dada por seus produtores. Da mesma forma que estes devem descobrir os enlaces e as armadilhas do texto, devem também escolher a direção a ser dada a tal gênero.

#### 4. Referências bibliográficas

BENTES, Anna Christina. 'Linguística Textual', in: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.) *Introdução à Linguística*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004, vol. I.

DIJK, Teun A. van. *Cognição, discurso e interação* (org. e apresentação de Ingedore V. Koch) 6 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FIORIN, José Luiz. 'A linguagem em uso', in: FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à Linguística: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002, vol. I.

KATO, Mary. *O aprendizado da leitura*. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MACHADO, Anna Rachel. 'Revisitando o conceito de resumos', in: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R. e BEZERRA, M. A. (orgs). *Gêneros textuais e ensino*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. São Paulo: Atlas, 1991.

# Deslinde

## Homenaje a Alfonso Reyes a los 120 años de su nacimiento\*

Jorge Ruedas de la Serna  
FFyL, Universidad Nacional Autónoma de México.

---

En septiembre de 1957 Alfonso Reyes escribió una “Carta” a su Doble,<sup>1</sup> en la que se hacía una cierta autocrítica a propósito de *El deslinde*, su obra más ambiciosa, cuyos análisis, decía, “desconcertaron a algunos, porque comencé a ras del suelo, partí del cero, de lo obvio y evidente”, en tanto que otros “más bien pensaron que el libro era de difícil lectura, cuando es mucho más fácil de lo que a primera vista parece”, añade. Como él mismo recuerda habían pasado ya más de diez años de su publicación y pronto harían quince. El libro, en efecto, se publicó en 1945. Don Alfonso pensaba, junto con Ermatinger,<sup>2</sup> que en quince años se formaba una generación literaria. Debía entonces preguntarse sobre el olvido en que había caído ya esa obra fundamental de nuestra teoría literaria, y que, hasta el día de hoy sigue siendo muy poco estudiada.

La “Carta” encierra dos posibles hipótesis para explicar ese olvido, una atribuible a su factura: la proclividad del autor a acumular todo lo que a través de los años ha ido sedimentando, así sean trastos usados y anacrónicos, y otra, la incapacidad del público para separar la creación literaria de la crítica de la literatura. Don Alfonso se culpa sobre todo de lo primero:

Muy posible – dice – es que, al llegar a cierto clima de mis estudios, haya yo cedido al afán de dejar caer como lastre aquella viciosa inflación que durante muchos años se había venido acumulando.

Pero la segunda hipótesis es más reveladora. Escribe:

Pero creo que también me movía un oculto afán de venganza. Me incomodaba que, entre nosotros —y aun en ambientes más cultivados— quien quiere escribir sobre la poesía se considere obligado a hacerlo en tono poético (¡ya con esa Musa hemos cumplido caballerosamente a su tiempo y lugar!), y se figure que el tono científico o discursivo es, en el caso, una vejación.

---

\* Ponencia leída en la Mesa Redonda “Alfonso Reyes a 120 años de su natalicio”. Domingo 24 de mayo de 2009. Sala Manuel M. Ponce del Palacio de Bellas Artes. 12 Hrs. Participaron Fernando Curiel, Alicia Reyes, Jorge Ruedas de la Serna y Minerva Margarita Villarreal.

<sup>1</sup> “Carta a mi doble”, proemio a *Al Yunque (1944-1958)*. [Grabado de El Cerro de la Silla, dibujo de Reyes]. México, Tezontle, [Primera edición], 1960. El libro fue recogido en el tomo XXI de la *Obras completas* de Alfonso Reyes. pp. 245-418.

<sup>2</sup> Ver Julius Petersen, “Las generaciones literarias.” en *Filosofía de la ciencia literaria*. Comp. Emil Ermatinger. México: Fondo de Cultura Económica, 1946, p. 189.

Y ésta es una de esas críticas cáusticas que don Alfonso sabía disparar oblicua pero oportunamente. Esa aversión a la teoría y a la crítica sistemática que nos viene de lejos, como si, en efecto, el estudio científico de la literatura fuera un atentado a la poesía. De ahí ese tono inspirado y emotivo por no decir apasionado o sentimentaloides que todavía distingue, en gran medida, a algunos de nuestros exégetas literarios.

¿De dónde viene esa resistencia o mejor dicho ese santo horror a la retórica y a la poética, entre nosotros? Francisco Zarco, nuestro romántico más radical, se quejaba del mal gusto reinante en su tiempo, que menospreciaba el estudio de los teóricos consagrados por la tradición clásica. En una parodia que intituló “Arte poética”, ironizaba así a sus contemporáneos:

Aristóteles, Horacio, Boileau, Luzán, Martínez de la Rosa, en sus poéticas, os dirán que para ser poeta se necesita genio, inspiración, estudio de la Naturaleza, buen gusto. Pues, ¡mentira!, nada de eso, tales autores han querido monopolizar la gloria, cerrar las puertas de la poesía a todos los ingenios de la tierra.<sup>3</sup>

Y no obstante que siendo Zarco, además, uno de nuestros más respetados periodistas, combatió la superficialidad y simplificación que ha traído consigo, decía, el periódico, con “sus marcadas tendencias de abreviatura”: “¿Hay ahora – se pregunta – quien tenga tiempo para escribir un libro?” La carrera por ganar prestigio social y buenas posiciones políticas, construyéndose, al vapor, fama de literatos, es la otra causa que explicaría esa decadencia. ¿Será que es muy diferente ahora?

El largo convivio de Alfonso Reyes con la tradición clásica y con los grandes maestros a quienes frecuentó, fue preparando su intelecto para producir obras de largo aliento una vez concluidas sus misiones diplomáticas. Liberado de los proconsulados a los que dedicó tantos y fatigosos años, exactamente como lo hizo 500 años antes Michel de Montaigne, dispuso su Capilla para recogerse a escribir sus grandes obras, entonces todavía pendientes. Así surgieron obras primas, inéditas en nuestra patria: *La crítica en la Edad Ateniense*, de 1942, *La antigua retórica*, del mismo año, y, entre otros, *El deslinde*, de 1945.

*La crítica en la Edad Ateniense* es, en palabras de otro sabio Agustín Millares Carlo, “una obra propiamente magistral”, que lleva al lector de la mano por un camino intrincado y difícil, con admirable sentido de “ponderación y equilibrio”. Y, además, la obra adquiere unidad no solamente por el adecuado recorte histórico y la selección de los acontecimientos tratados, sino por la especial facultad del autor de proponer un objeto central que dilucidar. Esta cualidad de los ensayos de Reyes es la que los hace amenos, capta la atención del lector y evita caer en esa sucesión tan árida y dispersa de datos y fechas sin sustancia que caracteriza a muchos trabajos de este género.

“El análisis profundo, detallado y erudito, lleno de personales conclusiones”, como escribió Millares Carlo, permite al autor plantear como cuestión central del estudio, la respuesta a la siguiente inquietante pregunta:

¿Puede alcanzarse la obra de suma belleza sin una percepción teóricamente de la autónoma belleza?

Lo que, en primer término revelaría la “escasez” con que se muestra el criterio puramente estético, que no permite comprender ésta y muchas otras cuestiones cruciales, como la tan citada y poco esclarecida cuestión de la ausencia de la poesía lírica en la crítica griega.

<sup>3</sup> Francisco Zarco, “Arte poética”. Apareció en *La Ilustración Mexicana*, I, pp. 241-245. Fue recogido en sus *Obras completas*. Tomo XVII, p. 779.

De todo lo cual extrae magistralmente Millares Carlo el sentido último de este libro magistral de Alfonso Reyes: que “no es la ‘sonrisa de Grecia’, ni el ‘milagro griego’, ‘sino el enigma griego’, lo que se ofrece a nuestras reflexiones y a nuestro asombro”.

Al entender el criterio estético no como la única vía del conocimiento crítico, sino como una interpretación que asimiló la dimensión social como factor de arte, ocurre la paradoja – dice un crítico contemporáneo – de que “lo *externo* se torna *interno*” y la crítica deja de ser “estética” o “sociológica”, para ser apenas crítica. “El elemento social se vuelve uno de los muchos que interfieren en la economía del libro, al lado de los psicológicos, religiosos, lingüísticos y otros”, dice este mismo crítico.<sup>4</sup>

En este mismo sentido, asombra que en esta obra notable, publicada en 1941, y que en el 45 justamente obtuvo el Premio Nacional de Literatura, Alfonso Reyes formulara con toda claridad los principios en que se funda la crítica literaria más actual. Para él, en el centro del eje crítico nos encontramos con la exégesis que se sirve de diversos métodos, históricos, psicológicos o formales, que, añade, “hoy se ha convenido en llamar la ciencia de la literatura”.<sup>5</sup>

Las reflexiones de Reyes sobre la génesis de la crítica no se limitaron a la tradición clásica occidental, sino que se ampliaron al Oriente, a Egipto, a la India, a China. Quiso mostrar el surgimiento de la crítica como una necesidad ingénita del espíritu humano que, a través de la historia, va estableciendo su dominio y definiendo su objeto particular como instrumento de la cultura universal. Resultado de estas indagaciones son sus ensayos “Génesis de la crítica (I. El desprendimiento de la crítica. II. Los estímulos de la crítica).”<sup>6</sup>

Volvamos por un momento a la “Carta a mi doble”, en la que Reyes se confiesa a sí mismo su cierto desengaño por el olvido en que ya se había tenido a *El Deslinde*. Por entonces, él sabía que ya no tenía tiempo – había sufrido tres infartos – de armar otra arquitectura semejante para dar continuidad a su magna obra teórica, y, además, ante la mezquina recepción a semejante esfuerzo, dice: “*le jeu ne vaut pas la chandelle*”, que quiere decir más o menos, “no sé si el juego valga la pena”, y añade: “no sé si por el juego mismo o por los que lo ven jugar...”

Así es que prefiere romper, dice, “el arreglo sistemático de estos capítulos inéditos”, y agrega, sin duda con una punzada en el corazón: “les extraeremos la sustancia, y la esparciremos por ahí en breves ensayos más fáciles de escribir, más cómodos de leer, y ojalá no por eso menos sustanciosos. Así acabó, pues, aquella tan ambiciosa teoría literaria. ¡*Alas, poor Yorick!*” ¡*Ay, pobre Yorick!*”, termina diciendo como Hamlet que alzaba el cráneo de su amigo en el cementerio. ¡Cuánta tristeza revela esa imagen de don Alfonso con el *Deslinde* en su mano!

Y así fue que don Alfonso desarticuló esos capítulos que vendrían a continuar su obra teórica y los convirtió en ensayos independientes unos de otros, para formar su libro *Al Yunque*, publicado póstumamente en 1960, pero formado íntegramente por él.

Con todo, es sabido que ningún otro estudioso mexicano, hasta ahora, escribió tantas páginas sobre la naturaleza y la historia de la crítica, y, sabiendo que era ésta una de nuestras grandes carencias, al aplicarse a su estudio no lo hace tan sólo por afán erudito, sino que para él la literatura cumple una función social. En su ensayo “Génesis de la Crítica”, explica así los motivos de la estimación literaria:

---

<sup>4</sup> Antonio Candido, *Literatura y sociedad*. México, UNAM, 2007.

<sup>5</sup> Cfr. Jorge Ruedas de la Serna, *Alfonso Reyes. Del humanismo a la crítica*, en *Góngora y la tradición clásica. III Jornadas alfonsinas*. Editores Ulises Sánchez Segura y Minerva Margarita Villarreal. México, Mare Nostrum y Universidad Autónoma de Nuevo León, 2007. pp. 81-92.

<sup>6</sup> Se publicó originalmente en *Cuadernos Americanos*, julio-octubre de 1958 (año XVII, núm. 100, pp. 225-241); posteriormente en el libro póstumo, pero preparado íntegramente por Alfonso Reyes, *AL YUNQUE / (1944-1958) / [Grabado de El Cerro de la Silla, dibujo de Reyes] / TEZONTLE / MÉXICO / [Primera edición, 1960]*. Recogido en el tomo XXI de las *Obras completas*, pp. 288-303.

Ya dijimos, ante todo, que la Literatura ha nacido como un servicio social. De aquí que importara recogerla y, en cierto modo, venerarla. Ya dijimos que la Literatura, conforme descubre su fin propio de esparcimiento, belleza, saludable expresión del ánimo, nos “aumenta”, nos hace un bien; cumple, diría el biólogo, una función “telekina”. De aquí otro motivo para recogerla cuidadosamente y, en cierto modo, venerarla. De esta doble base estimativa — servicio y disfrute — parten el afán de conservación y el sentido de la reverencia.<sup>7</sup>

Permítaseme recordar aquí una observación que he subrayado en otra parte sobre su método crítico. ¿Cómo se acerca el crítico a la obra?, se pregunta, y responde:

Hay tres grados en esta escala: 1º La impresión; 2º La exégesis; 3º El juicio. A través de la escala, juegan diversamente la operación intelectual, el mero conocer, y la operación axiológica o de valoración, que aquí podemos llamar de amor; juegan diversamente la razón y la “razón de amor”.

La impresión o *impresionismo*, dice Reyes, es la condición indispensable, la receptividad sin la cual no hay crítica. Los filólogos y los maestros exegetas la ven con menosprecio, pero es un error. La obra no fue escrita para los exégetas, sino para el público y es un derecho natural, inalienable del lector, percibir subjetiva e intuitivamente todo lo que la obra le dice, y que él es capaz de elaborar de manera informal y sin compromisos; “esta impresión general y humana a nadie se podría vedar”. Es diríamos extremando el argumento de don Alfonso, un bien público, pertenece a la comunidad y nadie se lo puede expropiar. No hay duda de que Reyes se adelanta en este planteamiento a críticos eminentes como Erich Auerbach, Antonio Candido, Ángel Rama, Antonio Cornejo Polar, Roberto Schwarz, y otros más.

Sería inagotable hablar de las múltiples aportaciones de Alfonso Reyes a la idea de la crítica y de la teoría literaria, pero baste por ahora decir, como lo he destacado en otra parte, que tan grande erudición y densidad teórica no cercenó en el alma de Alfonso Reyes su concepción de la literatura como expresión sensible del ser humano. En una conferencia pronunciada en 1941, e intitulada “Aristarco o anatomía de la crítica”,<sup>8</sup> dijo: “somos Poética y somos Crítica, acción y juicio, Andrenio y Critilo”. Y añadió:

La esencia pendular del hombre lo pasea del acto a la reflexión y lo enfrenta consigo mismo a cada instante. No hay que ir más lejos. Ya podemos definir la crítica. La crítica es este enfrentarse o confrontarse, este pedirse cuentas, este conversar con el otro, con el que va conmigo.

Ahora entonces queda claro el sentido de esa “Carta a mi doble”, como documento crítico y, a la vez como testimonio humano. Quizás develamos un pequeño enigma, y es que cada vez más me parece, siguiendo a Millares Carlo, que no es la sonrisa ni la bonhomía, sino los enigmas de Alfonso Reyes lo que se ofrece a nuestras reflexiones y a nuestro asombro.

<sup>7</sup> “Génesis de la crítica” (1948), apareció originalmente en *Cuadernos Americanos*, julio-octubre de 1958 (año XVII, vols. dobles núm. 100, pp. 225-241). Fue recogido en *Al Yunque, Obras completas* de Alfonso Reyes, vol. XXI, pp. 288-303.

<sup>8</sup> Conferencia leída en el Palacio de Bellas Artes, bajo los auspicios de la Orquesta Sinfónica de México, el 26 de agosto de 1941. Recogida en el libro *La experiencia literaria*, vol. XIV de la *Obras completas* de Alfonso Reyes, pp. 104-116.

# Deus: uma representação cultural na poesia de Hilda Hilst

Kamilla Kristina Sousa França Coelho

Aluna-pesquisadora CAPES do Curso de Mestrado em Teoria Literária da Universidade Federal de Uberlândia. e-mail: kamilla\_lili@yahoo.com.br

---

**Resumo:** Este trabalho busca estudar as imagens da religiosidade na poesia de Hilda Hilst (1930-2004) como representação de uma situação cultural de todos os países cristãos. Auxiliada por leituras de críticos e estudiosos da obra hilstiana, abordaremos um poema - da obra *Poemas malditos, gozosos e devotos* - que possui como tema a busca por Deus e o anseio da autora por entender a figura divina; já que essas são características que fundamentam toda a obra hilstiana. Assim, percebemos o quanto as imagens construídas pela escritora para entender e caracterizar Deus são explicativas em relação ao social. Entenderemos o religioso dentro da perspectiva do imaginário de Gilbert Durand e da Psicologia de Jung. Essa relação do social com as teorias do imaginário se justifica, pois o imaginário é um conjunto de imagens formado pelo inconsciente coletivo, ou seja, pelo aquilo que temos em comum com todos os indivíduos do mundo.

**Palavras-chave:** 1. cultura. 2. poesia. 3. Hilda Hilst

---

## I. Introdução

Quando Carl Gustav Jung escreve sobre os arquétipos e o inconsciente coletivo e Gilbert Durand sistematiza a teoria do imaginário, ambos concluem que os sentidos comuns compartilhados em diversas épocas por diversas sociedades possibilitam o nascimento do mito como explicação dos temores e dúvidas que as pessoas vivem. Ambos destacam que um dos arquétipos mais polêmicos, presente no inconsciente coletivo de todos os indivíduos, é a imagem de Deus e a dúvida de como devemos encará-lo e entendê-lo.

Fundamentada por esse arquétipo divino presente em seu inconsciente coletivo, Hilda Hilst cria um imaginário próprio para sua obra, entendendo ser esse o meio possível para o entendimento do ser divino. As imagens, por ela escolhidas para expressar a personalidade da figura divina - arquétipo aqui em questão -, são marcadas pela criação de símbolos como o pássaro, o sacrifício, a montanha, a boca e suas mandíbulas, a árvore, a escada, a figura do menino-criança, a noite e outros. Os símbolos são entendidos como manifestações do arquétipo, logo, cada uma dessas imagens revelaria alguma particularidade de Deus. Assim, para percorrer o extenso caminho para chegar a Deus, devemos aprofundar o sentido de cada um desses símbolos menores, porque são eles que nos conduzirão a um possível esclarecimento da divindade em questão.

## II. Hilda Hilst e Deus

Hilda Hilst (1930-2004), escritora nascida em Jaú-SP, destaca-se dentro da contemporaneidade pela diversidade de gêneros produzidos e pela profundidade na

escolha dos temas para sua obra. Variando entre teatro, prosa, poesia e crônica, Hilst trabalha o amor, o erotismo, a morte, a efemeridade do tempo, debate sobre o ato da escritura e, também, caminha para a construção de um sentido para Deus.

Elegemos o tema da religiosidade para nosso estudo, com o objetivo de voltar os nossos olhos para essas imagens que representam a cultura de um povo ou região. Ainda que entendamos que o Deus hilstiano é um alargamento e um desdobramento do Deus cultuado pelo povo, pois é uma obra de arte – e toda obra de arte é uma ficcionalização do real, ainda que aparente o contrário –, porém ele também poderia ser uma representação clara e explicativa do Deus entendido por muitos cristãos.

Portanto, selecionamos um poema de Hilst, que se encontra na obra *Poemas malditos, gozosos e devotos*, já que nela percebemos a presença de um questionamento muito acentuado acerca de Deus, e por isso a forte presença de imagens da religiosidade por onde buscaremos expor as questões culturais representadas. Essa obra foi selecionada porque, como nos revela Pécora (2005), todos os 21 poemas que compõem o livro têm a forma de uma apóstrofe ao Deus que foge daquele que mais ardentemente o deseja.

Segundo Gilbert Durand (2002, p. 18), o imaginário é o conjunto das imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do *homo sapiens*, e, assim, aparece-nos como o grande denominador fundamental em que se encontram todas as criações do pensamento humano. Logo, o imaginário construído por Hilda Hilst seriam as imagens criadas para caracterizar Deus e a relação que elas estabelecem entre si, como, por exemplo, no poema VII da obra em questão, em que a poeta almeja descrever Deus:

É rígido e mata  
Com seu corpo-estaca  
Ama mas crucifica.

O texto é sangue  
E hidromel.  
É sedoso e tem garra  
E lambe teu esforço.

Mastiga teu gozo  
Se tens sede, é fel.

Tem tríplexes caninos.  
Te trespassa o rosto  
E chora menino  
Enquanto agonizas.

É pai filho e passarinho.

Ama. Pode ser fino  
Como inglês.  
É genuíno. Piedoso

Quase sempre assassino.  
É Deus (HILST, 2005, p. 29)

Nota-se a presença no poema de um Deus impiedoso, que vive da carne dos humanos e dos nossos sacrifícios para mantê-lo vivo. Tal fato faz-nos recordar do Deus impiedoso do Antigo Testamento, que colocava seus servos em situação de provação. Abraão, por exemplo, que deveria oferecer seu filho em sacrifício a Deus (Gênesis). Esse sacrifício poderia representar o ciúme de Deus em relação aos seus servos, segundo Vincenzo Vitiello: Deus pede o sacrifício “para que o amor do filho não diminua a dedi-

cação a Ele” (2000, p. 153). O assassinato se dá como uma forma de nos livrarmos daquilo que nos ameaça de alguma forma.

Também Jefté passa por situação parecida a Abraão, porém há a consumação do sacrifício, episódio descrito em Juízes 11. Outros sacrifícios da carne também se encontram com frequência no Antigo Testamento, quando os grandes homens daquele momento sempre sacrificavam o melhor animal de seu rebanho a Deus. Enfim, “conhecemos a ideia [de sacrifício], de outras culturas e períodos, mas ela detém um significado emocional em apenas um caso: como o elemento da fé cristã” (WILLIAMS, 2002, p. 206). O sacrifício somente se faz emocional e totalmente justificável, não levando a uma punição, dentro do campo do religioso cristão.

O ser divino também necessitava de sacrifícios na Grécia Antiga, de modo que os gregos também se preocupavam com oferendas periódicas sacrificando animais aos deuses do Olimpo, com a finalidade de buscar a proteção deles contra a ida para o Tártaro (mundo dos mortos, governado por Hades, uma espécie de inferno para onde os condenados eram enviados depois da morte), ou sacrificavam com o objetivo de conseguir a vitória na guerra. Além disso, poderíamos nos lembrar de outros sacrifícios nos mitos gregos, como Agamêmnon que sacrifica sua filha Ifigênia para a liberação dos ventos presos pela deusa Ártemis, ou como Medeia que mata os filhos para punir o marido, dentre outros. Porém, como Hilda Hilst em seu poema se refere a Deus – no singular e com letra maiúscula – podemos direcionar a nossa análise para um Deus da religião judaico-cristã.

A necessidade do sacrifício como meio de se aproximar a Deus, o modo como é feito e onde é feito, são fatores que representam uma questão cultural. É necessário que nos sacrifiquemos para que Deus nos ame, o amor não pode ser oferecido por ele gratuitamente. O sacrifício percorre a proibição dos sete pecados capitais, de nosso tempo e de muitas nossas atitudes espontâneas.

No nosso inconsciente coletivo – naqueles pensamentos que possuímos em comum com toda a humanidade – há um arquétipo de Deus (ou de deuses) que ainda não foi percebido como faltante em nenhuma seita, comunidade ou povo em geral. Explorando melhor: Carl Gustav Jung (2007) conceitua os arquétipos como estruturas das imagens primordiais da fantasia do inconsciente coletivo, elementos estruturais da psique inconsciente formadores do mito. Ou seja, imagens como a grande mãe (podendo ser Iemanjá, Maria ou outra qualquer), o paraíso perdido, ou deus (Deus, Zeus, o Sol, a Lua, ou outros) são arquétipos – imagens que nascem juntamente com o ser humano – presentes no nosso inconsciente coletivo, que deram e que darão origem aos mitos de nossa humanidade.

Para a formação do mito, é necessário que haja um princípio central, um tema central – gerado pelo inconsciente coletivo – que seria o “mitema, [a] grande unidade constitutiva” (DURAND, 1993, p. 48). O mitema aqui em questão é o ser divino, centro de diversos mitos e histórias. Porém, mesmo havendo ideias no nosso inconsciente coletivo em comum com toda a humanidade, a maneira como usamos esta ideia é diferente de cultura para cultura. Sendo que, tais princípios geraram as ideias de um Deus todo-poderoso e único, ou de deuses menores e humanizados. Portanto, o mitema Deus é universal, mas a maneira como cada sociedade digeriu e criou seus mitos particulares diz muito sobre as questões culturais de cada uma. Por isso, pode-se dizer que, ao falar de Deus, Hilda Hilst representa o social, esse Deus (com letra maiúscula) é localizado em somente algumas regiões e culturas (judaico-cristãs).

Tomemos atenção às partes do poema acima transcrito, já que “a atenção às partes leva à percepção do todo” (BOSI, 2001, p. 14). Deus, então, *é rígido e mata*, mata animais em seu sacrifício, exige o sacrifício de seres inofensivos em seu louvor, exige o sacrifício de nosso tempo e disposição para o trabalho de engrandecê-lo. O sacrifício não está aqui somente ligado à morte física, mas à morte de parte do nosso tempo em dedicação a Deus, à morte de nossos desejos considerados pervertidos ou impuros, para exaltar a vontade divina. *Com seu corpo-estaca*, um corpo pontiagudo, pronto para nos perfurar, para nos roubar a vida. Estaca é um termo muito usado em referência à cruz em que Jesus foi crucificado, podendo ser também a arma causadora de muitas mortes.

Além disso, ele *ama mas crucifica*, assim como fez com Jesus, com a filha de Jefté e como quase fez com o filho de Abraão.

O duplo e o dialético estão presentes em Deus: *O texto é sangue/ E hidromel./ É sedoso e tem garra/ E lambe teu esforço*. O ser divino viveria do nosso esforço e do nosso suor, seria sedoso e atraente, mas teria garras à nossa espera. Mostra da necessidade de nossas vidas como sacrifício para sua sobrevivência. Seria hidromel<sup>1</sup>, mas também sangue. A duplicidade de Deus se faz mais clara no poema, por que este é o espaço das analogias.

Gilbert Durand, em sua obra *Estruturas antropológicas do imaginário* (2002), esclarece que o imaginário é formado por dois regimes, o noturno e o diurno. O noturno se divide em místico e sintético. Seguindo tal pensamento, Maria Zaira Turchi identifica o regime diurno como o momento da prosa e do romance, já que ali todos os personagens e os fatos são planos, possuindo uma única e óbvia interpretação. Ao contrário, o regime noturno seria o momento em que bem e mal, alegria e tristeza se misturam; logo, cada indivíduo é ambíguo e/ou duplo, sendo este o período do teatro e da poesia. Por último, na divisão entre místico e sintético, o místico seria o espaço do poema e o sintético, do teatro. Portanto, pode-se dizer que o poema e sua ambiguidade fazem parte do regime diurno místico, já que primam pela desconfiguração de antigos dogmas, olhando o diabo e Deus como seres bons e ruins ao mesmo.

Assim sendo, o regime noturno místico é um período em que “os princípios de ANALOGIA e de SIMILITUDE actuam plenamente” (DURAND, 1993, p. 81). Essas figuras de linguagem possibilitam uma amplitude de sentidos sob um mesmo personagem e sob um mesmo fato. Zaira Turchi (2003) classifica essa fase como o ambiente da poesia. Dessa forma, notamos a presença do regime noturno místico, já que há uma tentativa de olhar Deus como um ser enigmático, que dizem ser bom, mas que é ruim e egoísta ao mesmo tempo. Deus que *ama mas crucifica*, e *é sedoso e tem garra*, é *hidromel e Fel*, é o Deus duplo, com dois lados e duas caras. A dupla face de Deus já havia sido percebida pelo autor de *O gênio do Cristianismo*, quando diz: “O Deus da Escritura se arrepende, é ciumento, ama, odeia; sua cólera cresce como um turbilhão” (CHATEAUBRIAND, 1987, p. 121).

O eu-lírico continua revelando que Deus *mastiga teu gozo*, o ser divino seleciona aquilo que há de melhor na tua vida – teu gozo – e mastiga, ele usufrui o melhor da nossa existência, sendo que podemos entender “mastigar” como triturar e aniquilar, por fim, a tudo que temos de melhor. Além disso, *Se tens sede, é fel*, quando precisares dele, quando tiveres sede, não encontrarás “rios de água viva” (BÍBLIA, 1999, p. 109 – Novo Testamento), mas sim o que há de mais amargo e mais oposto ao hidromel. Deus *tem tríplexes caninos./ Te trespassa o rosto*, ele, como um animal selvagem e feroz, nos atacaria o rosto com suas presas sem dó, nos levaria à morte: *E chora menino / Enquanto agonizas*. O menino nos remete a um ser inofensivo e indefeso que agoniza e sofre uma punição severa da morte sem ter culpa. Com relação aos tríplexes caninos, “De todas as imagens, com efeito, são as imagens animais as mais frequentes e comuns. Podemos dizer que nada nos é mais familiar, desde a infância, que as representações animais” (DURAND, 2002, p. 69). Podemos nos lembrar com relação aos caninos e à boca que mastiga o gozo, o estudo de Durand sobre a animalização de seres como a morte, o tempo, dentre outros. Assim, “trata-se exclusivamente da boca armada com dentes acerados, pronta a triturar e a morder, e não da simples boca que engole e que chupa” (idem, p. 84). Gilbert Durand continua explicando que, por isso, o poeta inspirado reencontra sempre com o tempo ou a morte como um animal cheio de dentes, porque isso faz parte do traumatismo da dentição na infância. Esse estudioso explica que é na goela animal que se vêem “concentrar todos os terrificantes da animalidade: agitação, mastigação agressiva, grunhidos e rugidos sinistros” (DURAND, 2002, p. 85).

Esse arquétipo do animal medonho – com grande boca e mandíbula – se faz presente em diversos mitos. Ele nos recorda o Cérbero Infernal, mostro guardião do

<sup>1</sup> Bebida que é o resultado de uma mistura entre água e mel, ou vinagre e mel, podendo ou não ser fermentada.

inferno, que é um cão com três cabeças e bocas enormes e imensas mandíbulas. Poseidon, deus sacudidor da terra e depois sacudidor do mar também, percorria as águas em uma carruagem puxadas por seres monstruosos, meio cavalos meio serpentes. Ele “usa o tridente primitivamente feito dos dentes do monstro” (DURAND, 2002, p.79), sendo que Poseidon era filho do deus do tempo, Cronos, que é representado como um animal com grandes mandíbulas para se alimentar de nós, e nos devorar. Logo, as mandíbulas e a boca imensa são representantes de morte e devoração do indefeso. Assim também se figuram as garras, elas são um representante de poder sobre o mais fraco, como Zeus que se transforma em águia para raptar Ganimedes.

Quando a poeta escolhe representar Deus como um animal com imensos caninos, com isso, revela o seu encontro com o universal pelo inconsciente coletivo e também desvela a cultura de um povo. Estamos imersos em uma cultura em que devemos aceitar os desígnios de Deus, ainda que em determinado momento ele esteja mastigando os nossos sonhos. Um Deus assassino que exige de nós sacrifícios, seja de tempo ou de dinheiro (doação para a Igreja), é a representação de nossas crenças e de nossas religiões, seja desde o período Bíblico, seja no período atual. Isso porque “a arte é uma forma sintética do universo, um microcosmo que reduz a especificidade do mundo” (PIGLIA, 2006, p. 13).

Por isso, ao revelar um Deus duplo, que é *hidromel* e *Fel*, a poeta revela uma questão cultural, em que muitas pessoas não possuem um entendimento de quem seja Deus. A nossa sociedade – independentemente da religião judaico-cristã a que pertencemos – nos ensina a não questionar, explicando que seria uma demonstração de fé. A deflagração do social está no verso: *É pai filho e passarinho*, quando nos faz remeter à trindade de Deus, que é Pai, Filho e Espírito Santo, mas não podendo ser tão poderoso e sábio, é um mero pássaro. Somente se faz coerente essa representação do real em uma região e país dominados pela cultura de cultuar a Deus. Pode ser que em outra cultura o deus não seja duplo, assassino, menino, animal devorador, paz e guerra; tudo em um mesmo ser. Portanto, somente o Deus de Hilda Hilst poderia se espelhar no Deus Bíblico de nossa cultura, ou vice-versa.

Continuando a análise do poema, Deus é *pai filho e passarinho*; é pai, pois determina muito de nosso futuro, é filho, pois obedece e é inseguro; e passarinho, já que é livre, mas muito sensível. A figura do duplo, aqui pode ser estendida pela autonomia e soberania do pai e a pequenez e obediência do filho, como Jesus que obedece ao desejo de seu pai e vem à terra para ser sacrificado. O passarinho prolonga tal ideia, já que ele pode ver e conhecer muito mais coisas que nós homens na terra, mas é mais frágil e pequeno do que nós. Ele *Ama*, mesmo necessitando do nosso sangue e carne, ele ama. Deus *pode ser fino/ Como inglês*, pode ser educado e saber se comportar como a famosa tradição de educação dos ingleses, mas pode ser um animal selvagem com suas garras em nosso rosto. Deus é ambíguo, “Ele engendra, fecunda e mata, pois é ao mesmo tempo amor e morte; depois, volta a engendrar, e de novo mata, sempre a dançar além das fronteiras da lógica” (KAZANTZAKIS, 1959, p. 85) O eu-lírico termina concretizando o duplo no poema. O ser divino é *genuíno. Piedoso*, bom, puro e caridoso, mas *quase sempre assassino*, essa dialética – característica principal do regime noturno místico – é Deus.

Questões como as expostas no poema: ‘quem é Deus?’ ou ‘ele é bom ou ruim?’, figuram na história de inúmeras crenças e grupos sociais; ainda que o deus em questão, para cada tribo ou povo, não seja o mesmo, mas é isso que constitui o inconsciente coletivo da sociedade, “que pode distinguir-se de um inconsciente pessoal” (JUNG, 2007, p. 53), isto é, para a ideia – o arquétipo de deus – de uma divindade soberana, cada cultura cria seu símbolo, sua imagem e sua representação. Embora diversificados, Eliade assegura que todos eles são “uranianos”, isto é, habitam o céu. Lembrando que o inconsciente coletivo “não é composto por experiências biográficas que foram reprimidas; é, antes de tudo, um fator hereditário, nasce com o indivíduo e é parte essencial do todo que compõe o homem como espécie” (OLIVEIRA, 2006, p. 46). Os mitos da grande mãe – sendo Maria, Iemanjá ou outras –, o mito do paraíso perdido – do passado como me-

lhor do que o hoje – de Deus, do céu, fazem parte do inconsciente coletivo da sociedade global.

### III. Deus: representação do cultural

Com o auxílio desse princípio do inconsciente coletivo, podemos entender quando Adorno revela que o conteúdo de um poema não é a mera expressão de emoções e experiências individuais, “pelo contrário, estas só se tornam artísticas quando, exatamente em virtude da especificação de seu tomar-forma estético, adquirem participação no universal” (ADORNO, 1983, p. 193-4). A busca por Deus e pelo seu entendimento é algo que nos torna semelhantes em aflições, dúvidas e esperanças.

Esse conteúdo comum dos humanos – inconsciente coletivo – possibilitaria a criação dos mitos universais, que levariam o ser humano ao melhor entendimento de si mesmo. Assim, Eliade explica que “o pensamento simbólico, o mito, não possui apenas “prenhez simbólica”, mas é um verdadeiro doador de sentido” (TURCHI, 2003, p. 22). Mitos de Zeus, Dionísio, Hércules, Odisseu, Aquiles, Afrodite, Poseidon, Hades, Hera, Apolo, Artemis, Ares, Atena, Hermes, Hefestos, e, inclusive, a Bíblia e/ou Corão, podem ser considerados formas de representação dos nossos medos, anseios e desejos que se encontram presentes no inconsciente coletivo que “é constituído essencialmente de arquétipos” (JUNG, 2007, p. 53). E mesmo sendo diversos e diferentes os deuses, eles podem ser considerados uma ideia só, já que são a melhor forma de encontrarmos explicação para a vida e para nos explicarmos, principalmente. Logo, “por mais que seja diverso, o divino é, com certeza, aquilo que, da forma mais intensa possível, nos dá a sensação de estar vivos” (CALASSO, 2004, p. 33). O ato de fala acerca de Deus também representa o nosso desejo de conhecê-lo, assim, “a estátua do deus é uma apropriação de algo que nos deve transcender. Pode abrir a porta para o fetiche” (BOSI, 1977, p. 14).

Porém, aqui é importante ressaltar que, mesmo revelando um tema universal como a existência de Deus ou de deuses, Hilda Hilst delimita-se a uma cultura e a um contexto social. O seu Deus é o Deus da cultura cristã e esse fato expõe uma realidade cultural em que as pessoas notam os sacrifícios que direcionam a Deus, percebem o quanto ele é assassino e ao mesmo tempo pequeno (menino: *E chora menino/ Enquanto agonizas*, passarinho: *É pai filho e passarinho*). A religião é uma instituição social que representa a cultura de um povo. Nesse ponto é necessário explicar melhor o que estamos classificando como cultura. Cultura seria o modo de vida de um povo.

Terry Eagleton, explicando por que os três conceitos de cultura de Raymond Williams estariam equivocados, revela que cultura não pode ser entendida “no sentido de um processo geral de progresso intelectual, espiritual e material” (EAGLETON, 2005, p. 19), como era entendida no século 18, pois se assim pensássemos defenderíamos uma posição de preconceito e poderíamos apoiar o nazismo, o fascismo, o racismo, o feminismo extremo, ou o machismo extremo, por exemplo. Naquele momento a cultura seria o não-bárbaro, o povo que vive de forma civilizada. Porém, aqui entendemos que, pelo contrário, a cultura está em todos, pois é um modo viver diferenciado e não menorizado. No século 19, cultura era o entendimento de que existiam sociedades diferentes, porém ainda eram entendidas como “sociedades ‘exóticas’ subjugadas” (EAGLETON, 2005, p. 24). A noção de culturas diferentes se torna mais aprofundada nesse século, mas como uma ideia reducionista de classificação entre melhor e pior. E a última, propagada durante o final do século 19 e início do 20, entendia a cultura como “erudição e as artes, atividades restritas a uma pequena proporção de homens e mulheres” (ibidem, p. 29). Assim, somente possuiria cultura quem soubesse de artes – literatura, cinema, pintura. Por isso, Peter Burke, relatando o nascimento da História da Cultura, diz que “enquanto os alemães falavam em cultura, os franceses preferiam a expressão *le progrès de l'esprit humain*” (BURKE, 2000, p. 36). Desse modo, na tentativa de desconstruir tais ideias de Raymond Williams, Terry Eagleton defende que cultura é um modo de vida particular, seja pela religião, escolaridade ou questões sociais.

Por conseguinte, quando dizemos que as imagens do Deus hilstiano é uma representação do real, seria a representação de uma cultura que acredita em um único Deus, poderoso, sábio, mesmo que pequeno e indefeso. Representa uma cultura de grande parte da América e da Europa, sendo uma particularidade cultural se direcionar a um único Deus, com tais características já ditas, e não a vários ou à natureza.

A cultura não é determinada somente pelo ambiente geográfico em que está situada, dessa forma concordamos com Roque de Barros Laraia, quando revela que “não é possível admitir a ideia de determinismo geográfico” (LARAIA, 2001, p. 24), pois “é possível existir uma grande diversidade cultural localizada em um mesmo tipo de ambiente físico” (ibidem, p. 21). Assim como no Brasil existem diversas culturas, ainda que algumas pessoas estejam no mesmo território, outros fatores como colonização, educação escolar e condições sociais e políticas determinaram e determinam os diferentes modos de vida desse povo. Assim, “o comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo que chamamos de endoculturação” (LARAIA, 2001, p. 19-20).

Quando dizemos que Hilda Hilst revela uma questão cultural ao falar de Deus, é porque o nosso modo de vida é determinado e direcionado pela religião, não porque vivemos em tal região do continente, mas porque fomos colonizados por cristãos e nossos ancestrais foram propagando tais ideias. Caso existisse o determinismo geográfico, ainda que viessem espanhóis, portugueses e italianos, teríamos as crenças dos índios que aqui viviam anteriormente. Pelo contrário, “toda a experiência é transmitida aos demais, criando assim um interminável processo de acumulação” (LARAIA, 2001, p. 52). Assim, “tudo que o homem faz, aprendeu com os seus semelhantes e não decorre de imposições originadas fora da cultura” (ibidem, p. 51). A religiosidade de Hilst lhe foi ensinada por sua mãe, pela escola de freiras Colégio Santa Marcelina, pelo estudo na Mackenzie e pela realidade cultural de seu país. Dessa maneira, seu relato da condição cultural de seu país foi permeado por uma situação em que se percebia como se dava a relação das pessoas com Deus. Ela, então, percebeu as exigências do ser Divino, como o sacrifício, sua aparente superioridade, mas, foi além: notou que Deus também precisava dela, pois era pequeno, frágil e se encontrava sozinho. A partir de uma realidade cultural da religião, Hilst escancara o Deus pouco revelado.

Dessa maneira, após esclarecer que a cultura é algo particular de um povo, que pode variar de região para região de um país, podemos seguir para o pensamento de Hannah Arendt, que desenvolveu um trabalho sobre a cultura de massa. Ela esclarece que “a sociedade de massas [...] não precisa de cultura, mas de diversão, e os produtos oferecidos pela indústria de diversões são com efeito consumidos pela sociedade exatamente como quaisquer outros bens de consumo” (ARENDR, 1988, p. 257). Quanto a essa ideia de Arendt, de que dentro da sociedade de massa somente existe entretenimento e não cultura, é necessário pensar que ela desenvolveu seu trabalho no século 20, porém não chegando a vivenciar a arte na era da reprodutibilidade técnica e tampouco a presença dos ‘Estudos Culturais’. O que seu pensamento tem a contribuir nos estudos atuais seria a sua percepção da existência de uma cultura nas massas, ou seja, a cultura não pertenceria somente às classes intelectualizadas ou dominantes, ou seria um modo de vida civilizado que as massas não possuiriam. Mas, ao contrário, as massas possuiriam uma característica cultural própria.

Arendt segue sua discussão teorizando o que seria cultura, e sinaliza que esta poderia ser cultivar a terra, preservar, cultuar os deuses, tendo cuidado com aquilo que lhe pertence, e por fim, um modo de relacionamento. Se cultura não fosse somente esse relacionar com a natureza, “se entendermos por cultura o modo de relacionamento do homem com as coisas do mundo, nesse caso podemos procurar compreender a cultura grega” (ARENDR, 1988, p. 267). Seria esse o primeiro caminho para entender cultura em todas as sociedades por mais diversas que elas fossem.

Esse imaginário hilstiano sobre religioso fecunda e brota com mais facilidade na poesia, pois o poema é como ponto de interseção entre o poder divino e a liberdade humana, e é “a palavra poética a mediação entre o sagrado e os homens” (PAZ, 1984, p. 62). Portanto, já que a poesia é um gênero mais subjetivo – e, por isso, também mais

universal, como explica Adorno (1983) – a identificação do leitor com o conteúdo do poema é justificada, inclusive, na procura e desejo pelo ser divino, sendo que o poema seria a explicação e a antecedência de algum sentimento expresso pelo eu, que a maioria dos leitores não era ainda capaz de perceber em/por si mesmos. Assim, “sob a forma de mitos, as histórias proporcionavam, e proporcionam, explicações para coisas que parecem, ou podem parecer misteriosas” (SCLIAR, 2007, p. 8). Portanto, a literatura, em geral, revela o cultural e o social de um povo.

#### IV. Conclusão

Concluimos este artigo afirmando a importância de estudar a figura divina dentro da obra de Hilda Hilst, por ser um tema universal, porém representante também de nossa condição cultural. Além disso, esse tema merece destaque, pois a poeta cria imagens únicas para constituir Deus, desenvolvendo uma escrita muito apropriada, já que entrariam as imagens grotescas de fragilidade e de insegurança para tratar do tema. Espera-se que este artigo tenha se concretizado em um convite à leitura e ao estudo da obra de Hilda Hilst, fatores que certamente possibilitariam a diversificação de interpretações, enriquecendo a obra.

#### Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor. Conferência sobre lírica e sociedade, in: BENJAMIN, HORKHEIMER, ADORNO, HABERMAS. *Textos escolhidos*. 2 ed. Trad. José Lino Grünewald. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 193-208. (Coleção “Os pensadores”).

ARENDDT, Hannah. A crise na cultura: sua importância social e política, in: *Entre o passado e o futuro*. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988, p. 248-281.

*BÍBLIA Sagrada*. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000. 1321p.

BOSI, Alfredo (org.). *Leitura de Poesia*. São Paulo: Editora Ática, 2001. 240p.

\_\_\_\_\_. *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Cultrix, 1977. 220p.

BURKE, Peter. Origens da história cultural, in: *Variedades de história cultural*. Tradução Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 11-37.

CALASSO, Roberto. *A literatura e os deuses*. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 153p.

CHATEAUBRIAND, François René. O gênio do cristianismo (excertos), in: LOBO, Luíza. *Teorias poéticas do Romantismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 113-122.

DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. Tradução de Carlos Aboim de Brito. Lisboa: Edições 70, 1993. 112p.

\_\_\_\_\_. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arqueologia geral*. 3 ed. Tradução de Hélder Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 551p.

EAGLETON, Terry. Versões de cultura, in: *A idéia de cultura*. Trad. Sandra Castello Branco; revisão técnica Cezar Mortoni. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 9-50.

GEERTZ, Clifford. A religião como sistema cultural, in: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989, p. 65-91.

HILST, Hilda. *Poemas malditos, gozosos e devotos*. São Paulo: Globo, 2005. 92p.

JUNG, Carl Gustav. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. 5 ed. Tradução Maria Luiza Appy e Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis: Vozes, 2007. 447p.

KAZANTZAKIS, Nikos. *Ascese: Os salvadores de Deus*. Rio de Janeiro: Record, 1959. 120p.

LARAIA, Roque de Barros. Da natureza da cultura ou da natureza à cultura, in: *Cultura: um conceito antropológico*. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 10-52.

OLIVEIRA, Fernanda Ribeiro Queiroz de. *O feminino e o sagrado nas santas de Cecília Meireles*. [Tese de doutorado]. Goiânia: UFG, 2006. 209p.

PAZ, Octavio. *Os Filhos do Barro: do Romantismo à Vanguarda*. Tradução de Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. 217p.

PÉCORRA, Alcir. Nota do Organizador, in: HILST, Hilda. *Poemas malditos, gozosos e devotos*. São Paulo: Globo, 2005, p. 9-12.

PIGLIA, Roberto. Prólogo, in: *O último leitor*. Tradução Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SCLIAR, Moacyr. Capítulo 1, in: *O texto, ou: a vida – Uma trajetória literária*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 7-24.

TURCHI, Maria Zaira. *Literatura e Antropologia do Imaginário*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. 318p.

VITIELLO, Vincenzo. Deserto, éthos, abandono – contribuições para uma topologia do religioso. Tradução Roberta Barni, in: DERRIDA, Jacques; VATTIMO, Gianni (orgs.). *A religião: o seminário de Capri*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000, p. 151-188.

WILLIAMS, Raymond. *Tragédia moderna*. Tradução de Betina Bischof. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. 272p.

# A teoria do conto de Edgar Allan Poe e de Ricardo Piglia na análise de “A caçada”, de Lygia Fagundes Telles

Rosana Gondim Rezende

Mestranda em Teoria Literária pela Universidade Federal de Uberlândia.  
Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Espacialidades Artísticas - GPEA/UFU.

---

**Resumo:** Apresentamos, neste artigo, uma análise de “A caçada”, conto de Lygia Fagundes Telles, visando a um melhor entendimento da teoria do conto de Edgar Allan Poe e sua unidade de efeito e de Ricardo Piglia e sua teoria de que “um conto sempre conta duas histórias”. Pontuamos também a relevância da atmosfera e da presença do fantástico na construção do gênero em estudo. Em meio a metáforas e símbolos, constatamos o inusitado: a sondagem psicológica emergindo do insólito, do mundo tido como ficcional.

**Palavras-chave:** 1. conto fantástico. 2. teoria do conto. 3. Lygia Fagundes Telles.

---

O progresso tecnológico, aliado à modernidade, racionalizou a temporalidade da arte. A produção industrial, que antes exigia maior tempo de trabalho, maior estrutura ferramental, maior investimento em mão-de-obra e em matéria-prima, hoje é realizada em larga escala e em frações recordes de tempo.

Veio o vento, veio a água, veio o vapor, veio o motor de combustão. Inconscientemente o homem passou a buscar em tudo a concisão, a rapidez. Na arte literária, o conto – essa forma breve – ganhou seu espaço merecido.

De Poe a Piglia, constata-se que o contista é um ser especial capaz de flagrar em um instante uma oportunidade inventiva. Como bem afirmou Alfredo Bosi, “o contista é um pescador de momentos singulares cheios de significação. Inventar, de novo: descobrir o que os outros não souberam ver com tanta clareza, não souberam sentir com tanta força” (1995, p. 9).

Mas quando está em foco a definição de conto, os teóricos pouco se entendem. Unidade de efeito, impressão ou tensão; brevidade, contenção ou intensidade; verdade ou paixão são nomenclaturas variadas que buscam caracterizar as particularidades desse gênero que tanto nos fascina, daí a necessidade de decifrá-lo. Julio Cortázar, em seu famoso ensaio “Alguns aspectos do conto”, traduz claramente essa sede de se entender esse estilo de prosa narrativa:

Mas se não tivermos uma idéia viva do que é o conto, teremos perdido tempo, porque um conto, em última análise, se move nesse plano do homem onde a vida e a expressão escrita dessa vida travam uma batalha fraternal, se me for permitido o termo; e o resultado dessa batalha é o próprio conto, uma síntese viva ao mesmo que uma vida sintetizada, algo assim como um tremor de água dentro de um cristal, uma fugacidade numa permanência. Só com imagens se pode transmitir essa alquimia secreta que explica a profunda ressonância que um grande conto tem em nós, e que explica também por que há tão poucos contos verdadeiramente grandes (CORTÁZAR, 2006, 150-151).

O sistema literário, por sua vez, não pára. Se Edgar Allan Poe leu Nathanael Hawthorne e acabou fundamentando sua teoria do conto ao criticar alguns recursos desenvolvidos por este, Julio Cortázar também leu Poe, concordando com alguns pontos e discordando de outros, Jorge Luís Borges leu Cortázar, Poe e Hawthorne e todos esses estudos críticos ecoaram pós-modernamente em Ricardo Piglia.

O reconhecimento de Edgar Allan Poe, no entanto, como o pioneiro a registrar um estudo detalhado de uma poética do conto, é inegável. E, ainda, o fato de representar como ninguém a emergência de novas formas literárias do capitalismo. Portanto, as teorias de Edgar Allan Poe e Ricardo Piglia nortearão o estudo do conto a se propor.

No Brasil, desde Machado de Assis, o conto literário apresenta autores interessantes, como Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Clarice Lispector, Luiz Vilela e muitos outros que, com grande mestria, deixam em nós uma profunda ressonância. Dentre esses contistas, destaca-se Lygia Fagundes Telles, considerada um dos principais nomes do conto contemporâneo de língua portuguesa. Sua obra tem merecido grande atenção não apenas da crítica literária brasileira como também de outros países. Seu trabalho compreende, sobretudo, romances e contos, em que se percebe um painel urbano que traduz as aflições humanas.

Na numerosa bibliografia sobre a autora, os estudos mais importantes dividem-se entre seus romances: *Ciranda de Pedra* (1954), *Verão no aquário* (1963) e *As meninas* (1973), e seus livros de contos: *Antes do baile verde* (1970), *Seminário dos ratos* (1977) e *A estrutura da bolha de sabão* (1991). No entanto, desde as primeiras edições, seus livros de contos tiveram maior repercussão junto ao público leitor de língua portuguesa e, até mesmo, de outras línguas. Em 1969, *Antes do baile verde*, concorrendo com 360 manuscritos de 21 países, recebeu em Cannes o grande prêmio internacional feminino para estrangeiros.

É inquestionável, portanto, a contribuição de Lygia Fagundes para a história do conto de língua portuguesa. A densidade com que realiza a tessitura de seus contos, revestida de uma leveza aparente, desloca o leitor para dentro de seus textos, assim como acontece com o protagonista de “A caçada” – conto que integra a obra *Antes do baile verde*, da referida autora, e que se apresenta como objeto de análise do presente trabalho.

O conto é narrado em terceira pessoa, narrador-onisciente, porém, considerando a terminologia de Gérard Genette, percebe-se que ele se caracteriza como extradiegético com relação ao nível narrativo e heterodiegético quanto à sua relação com a história, isto é, a voz que narra está ausente: “A loja de antiguidades tinha o cheiro de uma arca de sacristia com seus passos embolorados e livros comidos de traça. Com as pontas dos dedos, o homem tocou numa pilha de quadros” (TELLES, 1982, p. 41).

O ambiente, uma loja de antiguidades, um espaço pequeno, é apresentado ao leitor por meio de sumários, isto é, o narrador, em um nível extradiegético, expõe um determinado cenário, descrevendo o estado em que este se encontra. O processo descritivo parte do geral para o particular, assemelhando-se ao trabalho de um cinegrafista que, a priori, nos oferece uma visão panorâmica do local e, a posteriori, aproxima-se, chegando a focalizar o voo e o pouso de uma mariposa sobre as mãos decepadas de uma imagem de São Francisco. Essa informação adquirirá sentido e valor apenas ao final da narrativa, reforçando a teoria da unidade de efeito de Poe, segundo a qual cada elemento deve ser escolhido objetivando o efeito pretendido: “A loja de antiguidades tinha o cheiro de uma arca de sacristia com seus anos embolorados e livros comidos de traça. Com as pontas dos dedos, o homem tocou numa pilha de quadros. Uma mariposa levantou voo e foi chocar-se contra uma imagem de mãos decepadas” (TELLES, 1982, p. 41).

Há de se considerar também o fato de todo o enredo se desenvolver principalmente nessa loja de antiguidades e mais precisamente, na cena de um homem (freguês) fixado na cena de uma caçada tecida em uma tapeçaria antiga. Poe, em “A filosofia da composição”, defende que os espaços fechados exercem força moral e mantêm atenção concentrada:

... mas sempre me pareceu que uma ‘circunscrição fechada do espaço’ é absolutamente necessária para o efeito do incidente insulado e tem a força de uma moldura para um quadro. Tem indiscutível força moral, para conservar concentrada a atenção... (POE, 1986, p. 68).

Conciliando essa afirmação poeana, “a ‘circunscrição fechada do espaço’ (...) tem a força de uma moldura para um quadro” com parte da teoria do conto proposta por Ricardo Piglia: “um conto sempre conta duas histórias” (PIGLIA, 2004, p. 89), é possível afirmar que em *A caçada*, há, sim, duas histórias e que a história aparente – narrada em primeiro plano – acaba servindo como moldura para a história secreta, narrada em segundo plano.

A história aparente, narrada na superfície, inicia-se com a descrição da já referida loja de antiguidades e nela, um homem, cujo nome não é revelado, observando a cena urdida em uma tapeçaria antiga pregada na parede do fundo da loja. Percebe-se que não era aquela a primeira vez que ele contemplava o tapete, pois em suas falas, comenta diferenças de nitidez em relação a uma observação feita no dia anterior:

O homem estendeu a mão até a tapeçaria, mas não chegou a tocá-la.  
– Parece que hoje está mais nítida ...  
(...)  
– Parece que hoje tudo está mais próximo – disse o homem em voz baixa – É como se ... Mas não está diferente?  
(...)  
– Ontem não se podia ver se ele tinha ou não disparado a seta... (TELLES, 1982, p. 41-42)

Os comentários são dirigidos a uma velha, também anônima, possivelmente proprietária da loja. O narrador não nos apresenta descrições físicas das únicas duas personagens, mas registra seus gestos, comportamentos, sensações, sentimentos, bem como nos relata suas falas em discurso direto, o que nos permite conhecê-los melhor:

A velha tirou um grampo do coque, e limpou a unha do polegar. Tornou a enfiar o grampo no cabelo.  
(...)  
A velha encarou-o. E baixou o olhar para a imagem de mãos decepadas. O homem estava tão pálido e perplexo quanto a imagem.  
(...)  
O homem acendeu um cigarro. E sua mão tremia. Em que tempo, meu Deus! em que tempo teria assistido a essa mesma cena. E onde? ... (TELLES, 1982, 41-42)

Já a segunda história, identificada por Piglia como secreta, é enredada pela cena estampada na tapeçaria – uma caçada. Esta, emoldurada pela primeira, se passa em outro tempo e em outro espaço. Trata-se de uma história conhecida pelo personagem que então a observa, e reconstruída subjetivamente por ele, que se mostra fascinado e dominado por aquela cena de uma caçada, parte integrante de seu passado. Em determinado momento, fundem-se o personagem e a cena da tapeçaria, fundindo-se também narrador e personagem, revelando-se essa segunda história por meio do discurso indireto livre:

Era uma caçada. No primeiro plano, estava o caçador de arco retesado, apontando para uma touceira espessa.  
(...)

Conhecia esse bosque, esse caçador, esse céu — conhecia tudo tão bem, mas tão bem! Quase sentia nas narinas o perfume dos eucaliptos, quase sentia morder-lhe a pele o frio úmido da madrugada, ah, essa madrugada! (TELLES, 1982, p. 42-43)

Recurso significativo é o caráter acentuado de sugestividade que se apodera da narrativa da caçada. Segundo Poe, “Duas coisas são invariavelmente requeridas: primeiramente, certa soma de complexidade, ou, mais propriamente, de adaptação; e, em segundo lugar, certa soma de sugestividade, certa subcorrente embora indefinida de sentido” (POE, 1986, p. 71).

Corroborando as idéias de Poe, Ricardo Piglia afirma que “um relato visível esconde um relato secreto, narrado de um modo *elíptico* e *fragmentário*. (...) o enigma não é outra coisa senão uma história contada de um modo *enigmático*” (PIGLIA, 2004, p. 90-91) [grifos nossos].

Essa sugestividade, recurso que instiga e intriga a curiosidade do leitor, monitorando a tensão e desenvolvendo a densidade, pode ser testificada em diversos níveis: nas reticências que permeiam as falas do homem bem como o fazem no discurso indireto livre, nas interrogações que ele faz, marcando questionamentos dirigidos à velha e a si mesmo, em sua tensão e angústia crescentes, nas hipóteses levantadas por ele:

— Ontem não se podia ver se ele tinha ou não disparado a seta...

(...)

Percorrera aquela mesma vereda, aspirava aquele mesmo vapor que baixava denso do céu verde... Ou subia do chão?

(...)

O homem deixou cair o cigarro. Amassou-o devagarinho na sola do sapato. Apertou os maxilares numa contração dolorosa.

(...)

“Mas se detesto caçadas! Por que tenho que estar aí dentro?” (TELLES, 1982, p. 42-43)

A presença desses recursos, principalmente na segunda história, vai ao encontro da segunda tese de Piglia: “a história secreta é a chave da forma do conto e de suas variantes.” (2004, p. 91). Outro aspecto que acentua a densidade nesse entrelaçamento de narrativas é a questão temporal. Ora, se o gênero épico-narrativo é fundamentado no tempo passado, isto é, narra-se o que já aconteceu, a primeira história, tratada aqui como aparente, ratifica a teoria, sendo ulterior aos acontecimentos; no entanto as falas das personagens, bastante significativas no enredo, estão no presente, proporcionando ao leitor a sensação de estar presenciando os acontecimentos, como se a narração fosse simultânea a eles. Já na segunda história, secreta, cifrada, há um jogo de pretéritos: o imperfeito encerra as ações e os sentimentos que envolvem a personagem na caçada, transportando-a para momentos que se alongaram em um passado, mas parecem se estender até o presente; o perfeito retrata sentimentos e ações exercidas no momento da observação da tapeçaria e o mais-que-perfeito registra a certeza de atitudes realizadas em um passado marcado por aquela cena:

Quase sentia nas narinas o perfume dos eucaliptos, quase sentia morder-lhe a pele o frio úmido da madrugada, ah, essa madrugada! Quando? Percorrera aquela mesma vereda, aspirara aquele mesmo vapor que baixava denso do céu verde... Ou subia do chão? (...) Fixou a touceira onde a caça estava escondida. (...) Compadeceu-se daquele ser em pânico... (TELLES, 1982, p. 43)

O clima de mistério e suspense é acentuado pela presença do fantástico, gênero responsável pelo estranhamento, pela hesitação do autor em aceitar ou não os aconte-

cimentos. No início do conto, são focalizadas a imagem de São Francisco e a tapeçaria, que, de acordo com Frye, são variações da imagem do espelho, que pode marcar a passagem entre o real e o fantástico. A tapeçaria é, portanto, o portal por onde se adentra em outro mundo, onde tudo é possível, semelhante ao espelho de Alice, em *Alice no país das maravilhas*. Mais interessante ainda é observar a cumplicidade entre o caçador “pintado” na cena do tapete e o homem que a observa, pois a seta desferida por aquele somente perde sua imobilidade quando o protagonista consegue reviver os fatos do passado com lucidez. Solta um grito e mergulha-se numa touceira. Vê-se como caça, grita; o grito é a senha. A seta vara a folhagem. A dor.

Segundo Todorov, são necessárias três condições para que o fantástico esteja presente:

Primeiro é preciso que o texto obrigue o leitor a considerar o mundo das personagens como um mundo de criaturas vivas e a hesitar entre uma explicação natural e uma explicação sobrenatural dos acontecimentos evocados. A seguir, esta hesitação pode ser igualmente experimentada por uma personagem; desta forma o papel do leitor é, por assim dizer, confiado a uma personagem e ao mesmo a hesitação encontra-se representada, torna-se um dos temas da obra; no caso de uma leitura ingênua, o leitor real se identifica com a personagem. Enfim, é importante que o leitor adote uma certa atitude para com o texto: ele recusará tanto a interpretação alegórica quanto a interpretação ‘poética’ (TODOROV, 2007, p. 38-39).

Embora Todorov também afirme que a primeira e a terceira condição constituem verdadeiramente o gênero fantástico e que a segunda pode não ser satisfeita, constata-se a existência das três no conto em questão. O clima de sugestividade, de ambiguidade em que se mostra o enredo das “duas histórias” desperta naturalmente no leitor uma necessidade de desvelar os acontecimentos, hesitando entre uma explicação natural ou sobrenatural. E, em se tratando de um leitor-modelo, que, segundo Umberto Eco, “é alguém que está ansioso para jogar” (1994,16), pretende-se a todo tempo dar continuidade às suspensões de pensamento marcadas pelas reticências, buscar respostas para os questionamentos feitos, tudo isso sem quebrar as regras do jogo, propostas sutilmente pelo autor por meio de sinais, muitas vezes ambíguos, o que conduz à hesitação. Na descrição da cena da caçada, a própria personagem hesita: afinal, a cena pintada na tapeçaria tomara vida e dera continuidade aos fatos passados ou tudo não passava de delírio, alucinação em virtude do estado emocional da personagem que a observava? A velha, por sua vez, não percebera alteração alguma na cena. Leitor e personagem parecem fundir-se e o leitor confia à personagem a função de hesitar:

– Parece que hoje tudo está mais próximo – disse o homem em voz baixa.

– É como se... Mas não está diferente? (...)

– Ontem não se podia ver se ele tinha ou não disparado a seta...

– Que seta? O senhor está vendo alguma seta?

– Aquele pontinho ali no arco...

A velha suspirou.

– Mas esse não é um buraco de traça? Olha aí, a parede já está aparecendo, essas traças dão cabo de tudo – lamentou disfarçando um bocejo.

(...)

Compadeceu-se daquele ser em pânico, à espera de uma oportunidade para prosseguir fugindo. Tão próxima à morte! O mais leve movimento que fizesse, e a seta... A velha não a distinguira, ninguém poderia percebê-la, reduzida como estava a um pontinho carcomido, mais pálido do que um grão de pó em suspensão no arco.

Enxugando o suor das mãos, o homem recuou alguns passos. Vinha-lhe agora uma certa paz, agora que sabia ter feito parte da caçada. Mas essa era paz sem vida, impregnada dos mesmos coágulos traiçoeiros da folhagem.

(...)

“Mas se detesto caçadas! Por que tenho que estar aí dentro?” (TELLES, 1982, p. 42-43)

Por último, não quebrando as “regras do jogo”, é possível adotar certa atitude para com o texto: tomado pela emoção de assistir àquela cena que, por algum motivo, ressuscitava-lhe o passado e mostrava-se de importância vital em seu destino, o protagonista tece várias hipóteses e finalmente descobre que ele era a caça. Caçador de si mesmo, descobre sua identidade, seu passado, o que lhe custa a própria vida.

Talvez a melhor solução, no entanto, seja adotar o princípio de Montague Rhodes James: “Às vezes é necessário ter uma porta de saída para uma explicação natural, mas deveria acrescentar: que esta porta seja bastante estreita para que não se possa usá-la” (1924, *apud* TODOROV, 2007, p. 31).

Na verdade, o prazer do texto reside em vivê-lo tal como ele é, permitindo-se enredar em suas teias narrativas, pois é de situações intrigantes como a do conto “A caçada” que se compõe a envolvente arte de Lygia Fagundes Telles. Em “A literatura feminina no Brasil contemporâneo”, lemos:

(...) essa capacidade de criar atmosferas, de fixar displicentemente um ou outro por menor concreto real, objetivo, carregando-o ao mesmo tempo de mil e um significados ocultos que não chegam eclodir no plano narrativo, mas que invadem fundamente o espírito do leitor obrigando-o a uma participação ativa (COELHO, 1993, p. 244).

A atmosfera é outro agente do fantástico. Edgar Allan Poe afirmava que o prazer mais intenso, mais enlevante e mais puro reside na contemplação do belo. E sendo a Beleza a atmosfera e a essência da obra, defendia que o tom da sua mais alta manifestação é a tristeza. (1986, p. 64). Leo Spitzer, na análise dos contos de Poe, esclarece que a atmosfera é o resultado da relação entre o ambiente e as pessoas que nele vivem, portanto, o termo não deve ser entendido em seu sentido metafórico, mas literal, físico. Para Spitzer, a descrição da casa de Usher e de seus habitantes revela a todo tempo morbidez, desânimo; o próprio cabelo de Roderick é comparado às teias de aranha espalhadas por cada canto da casa, elemento do ambiente que sugere uma atmosfera de morte. Da mesma forma, em “A caçada”, o ambiente – uma loja de antiguidades com o cheiro de uma arca de sacristia com seus anos embolorados e livros comidos de traça – casa-se com a alma angustiada e amarrada pelo passado do protagonista, sugerindo também uma atmosfera de “morte” que se confirmará no final.

Para H. P. Lovecraft,

A atmosfera é a coisa mais importante, pois o critério definitivo de autenticidade (do fantástico) não é a estrutura da intriga, mas a criação de uma impressão específica. (...) Eis por que devemos julgar o conto fantástico não tanto em relação às intenções do autor e aos mecanismos da intriga, mas em função da intensidade emocional que ele provoca (1945, *apud* TODOROV, 2007, p. 40).

Assim, fecha-se essa abordagem do fantástico, legitimando a sua existência na segunda história do conto, pois além da melancolia experimentada pelo protagonista por todo o enredo, seu desfecho é a morte, que, de acordo com Poe, é o tema mais melancólico e, portanto, belo e poético, segundo a compreensão universal da humanidade. (1986, p. 66): “‘Não...!’ – gemeu, de joelhos. Tentou ainda agarrar-se à tapeçaria. E rolou encolhido, as mãos apertando o coração” (TELLES, 1982, p. 45). Aqui, as duas histórias se entrelaçam em uma única, gerando o efeito de surpresa proposto por Piglia: “O efeito de surpresa se produz quando o final da história secreta aparece na superfície” (2004, p. 90). A propósito, retomemos, então, a imagem de São Francisco que aparece no início do conto. Se, segundo a Igreja Católica, este é o santo protetor dos animais e

se o protagonista é a caça, seu fim seria realmente a morte, pois como o santo poderia protegê-lo se suas mãos foram decepadas? É importante lembrar que nas imagens mais tradicionais desse santo, seus braços e mãos estão abertos em forma de proteção em direção aos animais.

Mas já que tanto se falou em duas histórias, é importante refletirmos sobre os pontos de interseção entre elas. No conto em análise, são principalmente o homem – personagem protagonista que, na história aparente, frequenta a loja de antiguidades e sempre está a observar aquela tapeçaria antiga e, na história cifrada, personagem também da caçada reproduzida na tapeçaria e, também, por que não, a imagem de São Francisco. Segundo Piglia:

Trabalhar com duas histórias quer dizer trabalhar com dois sistemas diferentes de causalidade. Os mesmos acontecimentos entram simultaneamente em duas lógicas narrativas antagônicas. Os elementos essenciais de um conto têm dupla função e são empregados de maneira diferente em cada uma das duas histórias. Os pontos de interseção são o fundamento da construção (2004, p. 90).

Desejamos voltar a nossa análise, nesse momento, para a questão do olhar das duas personagens em relação à tapeçaria, considerando-a uma obra de arte, visto que se encontrava em uma loja de antiguidades. Mesmo que a velha fosse a proprietária da loja, percebe-se em suas atitudes certo desdém pelo tapete, até mesmo porque a história que mostra como ele foi parar em sua loja explica o seu descaso por ela:

— Já vi que o senhor se interessa mesmo é por isso... Pena que esteja nesse estado.

(...)

— Nítida? — repetiu a velha, pondo os óculos. Deslizou a mão pela superfície puída. — Nítida, como?

(...)

— Não, não passei nada, essa tapeçaria não agüenta a mais leve escova, o senhor não vê? Acho que é a poeira que está sustentando o tecido acrescentou, tirando novamente o grampo da cabeça. Rodou-o entre os dedos com ar pensativo. Teve um muxoxo: — Foi um desconhecido que trouxe, precisava muito de dinheiro. Eu disse que o pano estava por demais estragado, que era difícil encontrar um comprador, mas ele insistiu tanto... Preguei aí na parede e aí ficou. Mas já faz anos isso. E o tal moço nunca mais me apareceu.

(...)

— Eu poderia vendê-la, mas quero ser franca, acho que não vale mesmo a pena. Na hora que se despregar, é capaz de cair em pedaços (TELLES, 1982, p. 41-42).

Já o protagonista revela-se totalmente seduzido, envolvido, fascinado pela tapeçaria ao ponto de — tentando desvencilhar-se da necessidade vital de observá-la e, assim, reviver a cena — ir ao cinema e não conseguir assistir ao filme, tentar dormir e não ser capaz, acordar aos gritos em meio a um sonho com a cena da tapeçaria e acabar “madrugando” diante da loja:

O homem estendeu a mão até a tapeçaria, mas não chegou a tocá-la.

— Parece que hoje está mais nítida...

(...)

O homem acendeu um cigarro. Sua mão tremia. Em que tempo, meu Deus! em que tempo teria assistido a essa mesma cena. E onde?...

(...)

— Ontem não se podia ver se ele tinha ou não disparado a seta...

O homem deixou cair o cigarro. Amassou-o devagarinho na sola do sapato. Apertou os maxilares numa contração dolorosa. Conhecia esse bosque, esse caçador, esse céu — conhecia tudo tão bem, mas tão bem!

(...)

Enxugando o suor das mãos, o homem recuou alguns passos. Vinha-lhe agora uma certa paz, agora que sabia ter feito parte da caçada.

(...)

Apertou o lenço contra a boca. A náusea. Ah, se pudesse explicar toda essa familiaridade medonha, se pudesse ao menos...

(...)

Vagou pelas ruas, entrou num cinema, saiu em seguida e quando deu acordo de si, estava diante da loja de antiguidades, o nariz achatado na vitrina, tentando vislumbrar a tapeçaria lá no fundo.

(...)

Quando chegou em casa, atirou-se de bruços na cama e ficou de olhos escancarados, fundidos na escuridão.

(...)

Acordou com o próprio grito que se estendeu dentro da madrugada (TELLES, 1982, p. 41-43).

Parece que a autora quer nos revelar, por meio de posturas tão antagônicas, o valor que cada ser dá às obras de arte na medida em que elas se comunicam ou não com o seu mundo interior. E parece haver uma exigência de que essa comunicação seja instantânea, do contrário, nasce o desprezo, o “muxoxo”. O imediatismo e o individualismo promovidos pelo capitalismo esfriaram as relações humanas, a capacidade de se sensibilizar diante do belo. São louváveis as palavras de Walter Benjamin:

Tudo isso esclarece a natureza da verdadeira narrativa. Ela tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida — de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos. Mas, se ‘dar conselhos’ parece hoje algo de antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis (1996, p. 200).

Finalizando, queremos trazer à tona talvez o que há de mais fascinante nesse conto de Lygia Fagundes Telles. Podemos vê-lo como uma metaficção, isto é, a ficção cujo tema é falar de si mesma, de seu processo de construção, de suas teias, da complexidade do universo literário em que, como o protagonista, tantos se perdem para se encontrar. São reveladoras desses índices algumas falas da personagem:

Uma personagem de tapeçaria. Mas qual?

(...)

Pintara o quadro original e por isso podia reproduzir, de olhos fechados, toda a cena nas suas minúcias: o contorno das árvores, o céu sombrio, o caçador de barba esgrouvinhada, só músculos e nervos apontando para a touceira...

(...)

(...) a caçada não passava de uma ficção.

(...)

Atirou a cabeça para trás como se o puxassem pelos cabelos, não, não ficara do lado de fora, mas lá dentro, engravado no cenário!

(...)

"Que loucura!... E não estou louco", concluiu num sorriso desamparado. Seria uma solução fácil. "Mas não estou louco. (TELLES, 1982, 43-4)

Outro momento significativo é o sonho do homem revelado pelo fluxo de consciência. São metáforas que nos remetem ao processo do material original da tapeçaria, da tecelagem dos fios, do entrelaçamento entre eles para formar a estampa ou a cena, como no caso, o que tanto se assemelha ao processo da construção literária, em que se entrelaçam conflitos, estratégias, palavras formando enredos enigmáticos, reveladores, inesquecíveis:

O algodão abafava as risadas que se *entrelaçaram numa rede* esverdinhada, compacta, apertando-se num *tecido* com manchas que escorreram até o limite da tarja. Viu-se *enredado nos fios* e quis fugir, mas a tarja o aprisionou nos seus braços. No fundo, lá no fundo do fosso, podia distinguir as serpentes enleadas num nó verde-negro (TELLES, 1982, p. 44) [grifos nossos]

A autora foi extremamente caprichosa ao tecer esse enredo; não se esqueceu de nenhum detalhe, inclusive do momento em que o criador termina a sua obra e ela toma vida própria. Aludindo-se à criação de Adão por Deus que soprou em suas narinas, dando-lhe a vida, o protagonista tem consciência de seu poder: “Bastava soprá-la, soprá-la!” (TELLES, 1982, 44). Era necessário morrer para se transformar, para renascer, para fazer viver.

Refletindo sobre o mundo de ficção de Lygia, Nelly Novais Coelho diz:

(...) a obra de ficção de Lygia Fagundes Telles inclui-se na linhagem dos que fixam a angústia contemporânea, o desencontro dos seres. Povoado de seres aparentemente normais, comuns, mas no fundo desajustados, frustrados ou fracassados, seu denso mundo de ficção desvenda a oculta angústia individual provocada pela barreira que se levanta entre o “eu” e a aventura coletiva, num mundo absurdo e caótico, sem causa nem finalidade (TELLES, 1971, p. 144).

Lygia Fagundes Telles parece escrever desorganizando nossas certezas e expondo nossos conflitos, nossas inseguranças, nossa busca de nós mesmos. A ternura de seus personagens é apenas aparente, pois em meio a um mundo materialista, a uma sociedade que os sufoca e lhes cobra moral e ética, surgem os conflitos, o desencontro de si mesmo, o vazio diante da vida e o conseqüente desespero na luta instintiva para se encontrar. Propor-se a analisar a obra de Lygia é ter a coragem de viver vários dias em um quarto cujas paredes são apenas espelhos.

## Bibliografia

### a) Sobre Lygia Fagundes Telles

CARROZZA, Elza. *Esse incrível jogo do amor*. São Paulo: Hucitec, 1992.

CHAGAS, Wilson. Presença de Lygia, in: *O curso do mundo*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Fundo Nacional da Cultura, 1997.

COELHO, Nelly Novaes. O mundo de ficção de Lygia Fagundes Telles, in: *Seleção*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

COELHO, Nelly Novaes. As horas nuas: a falência da razão ordenadora, in: *A literatura feminina no Brasil contemporâneo*. Siciliano, 1993.

COUTINHO, Edilberto. Três mulheres e uma constante – Lygia Fagundes Telles, Maria Alice Barroso e Clarice Lispector, in: *Criaturas de papel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

LUCAS, Fábio. Lygia Fagundes Telles, in: *Modern latin-american fiction*, organização de William Luis. Detroit: Vanderbilt University/ Londres: A. Brucoli Clark Laymann Book, 1992.

MILLIET, Sérgio. Fevereiro 11, in: *Diário crítico*. São Paulo: Martins, 1959.

MONTEIRO, Adolfo Casais. Um romance de Lygia Fagundes Telles, in: *O romance: teoria e crítica*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

OLIVEIRA, Katia. *Técnica narrativa em Lygia Fagundes Telles*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1972.

PINTO, Cristina Ferreira. *O Bildungsroman feminino: quatro exemplos brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

RÓNAI, Paulo. A arte de Lygia Fagundes Telles, in: *Histórias escolhidas*, de Lygia Fagundes Telles. São Paulo: Martins, 1964.

SILVA, Vera Maria Tietzmann. *A metamorfose nos contos de Lygia Fagundes Telles*. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1985.

SILVA, Vera Maria Tietzmann. *A ficção intertextual de Lygia Fagundes Telles*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992.

TELLES, Lygia Fagundes. *Antes do baile verde*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1982.

\_\_\_\_\_. A disciplina do amor (entrevista), in: *Cadernos de Literatura Brasileira: Lygia Fagundes Telles*. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 1998.

\_\_\_\_\_. *Seleção*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971.

## b) Geral

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BORGES, Jorge Luis. *Esse ofício do verso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOSI, Alfredo. *O conto brasileiro contemporâneo*. São Paulo: Cultrix, 1994.

\_\_\_\_\_. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1995.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 3 ed. São Paulo: Nacional, 1973.

CARVALHAL, Tania Franco. *Literatura comparada*. São Paulo: Ática, 1986.

CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 14 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

CORTAZAR, Júlio. Alguns aspectos do conto, in: *Valise de Cronópio*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 147-66.

\_\_\_\_\_. Do conto breve e seus arredores, in: *Valise de Cronópio*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 147-66.

\_\_\_\_\_. Poe: o poeta, o contista e o crítico, in: *Valise de Cronópio*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 147-66.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio/ Niterói: UFF – Universidade Federal Fluminense, 1986.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Teoria do texto: Prolegômenos e teoria da narrativa*. São Paulo: Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. *O texto literário: teoria e aplicação*. São Paulo: Duas cidades, 1983.

ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FILHO, Domício Proença. *A linguagem literária*. São Paulo: Ática, 1990.

FRYE, Northrop. *The secular scripture: a study of the structure of romance*. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

GOTTLIB, Nádia Battella. *Teoria do Conto*. São Paulo: Ática, 1985.

JOLLES, Andrés. O conto, in: *As formas simples*. São Paulo: Cultrix, 1976.

LANCELOTTI, Mario A. *De Poe a Kafka: para una teoría del cuento*. Buenos Aires: Eudeba Editorial Universitária, 1965.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O foco narrativo*. São Paulo: Ática, 1993.

LIMA, Herman. *O conto*. Salvador: UFBA, 1958.

LOPES, Edward. *A palavra e os dias: ensaios sobre a teoria e a prática da Literatura*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/ Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1993.

\_\_\_\_\_. *Metáfora: da retórica à semiótica*. 2 ed. São Paulo: Atual, 1987.

MARTINS, Nilce Sant'anna. *Introdução à Estilística*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

MENDILOW, A. A. *O tempo no romance*. Porto Alegre: Globo, 1972.

MESQUITA, Samira Nahid de. *O enredo*. São Paulo: Ática, 1994.

PAZ, Octavio. *Signos em rotação*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

PIGLIA, Ricardo. *Formas breves*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

POE, Edgar Alan. A filosofia da composição, in: *O corvo de E. A. Poe*. São Paulo: Expressão, 1986.

\_\_\_\_\_. Review of twice told-tales, in: *Great shorts works of Edgar Alan Poe*. Harper Collins: New York, 1970.

\_\_\_\_\_. A queda da casa de Usher, in: *Histórias extraordinárias*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SPITZER, Leo. *Comparative Literature*, Vol. 4, No. 4, 351-363. Autumn, 1952. *A reinterpretation of "The fall of the house of Usher"*

TODOROV, Tzvetan. *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

# Vida que segue, memória que resiste: arquivo e dialética na obra de José Saramago

Wagner Lacerda

Mestrando em Estudos Literários na Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.  
Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).  
e-mail: lacerdasl@gmail.com

---

**Resumo:** O objetivo do presente artigo é refletir sobre possíveis ligações entre literatura, história e política na obra do escritor português José Saramago. Tendo como *corpus* desse trabalho as obras *Levantado do Chão* (1980) e *A Caverna* (2000), poderemos observar a atitude política do intelectual que se propõe a ser uma voz dissonante do capitalismo global. Serão de grande valia para o trabalho em questão ideias e conceitos propostos e/ou defendidos por Karl Marx, Jacques Derrida, Walter Benjamin, Michel Foucault e Beatriz Sarlo.  
**Palavras-chave:** 1. José Saramago. 2. arquivo. 3. dialética. 4. marxismo.

---

*Se o homem é formado pelas circunstâncias, então é necessário formar as circunstâncias que vão formar o homem. Acredito que isso seria o humanismo em sua plenitude.*  
José Saramago

O enfrentamento das múltiplas relações existentes entre a literatura, a história e a política é, atualmente, um dos campos de estudos mais férteis na área das ciências humanas. Historiadores, cientistas políticos, antropólogos e estudiosos das áreas de Letras, como teóricos e críticos literários, linguistas e até mesmo autores de ficção, têm produzido uma grande variedade de conferências, discussões e trabalhos sobre o tema. É a partir da atenção a esse debate que pretendemos desenvolver nossas reflexões.

Nosso interesse na questão reside, primeiramente, no fato de que tal associação entre os três campos de conhecimento citados é inquestionável. Ela existe, e podemos discutir sobre suas especificidades, mas não podemos negá-la. Para alguns críticos, não haveria nenhuma influência entre a literatura, a história e a política; para outros, tudo se resumiria a tal influência. Ambos os raciocínios se revelaram, com o tempo, errados. Lembremo-nos, a título de ilustração, dos *new critics*, do realismo crítico soviético ou de conceitos tradicionais sobre o estudo da história. Outros motivos de interesse pela questão são a multiplicidade de, diríamos, faces que a compõem e as variadas ideologias e propostas que nela interferem.

E como poderemos pensar de modo ainda pertinente a respeito desse entrelaçamento que nos propusemos a estudar? Acreditamos que, já de início, devemos modificar nossos conceitos sobre cada um dos lados da questão. Explicando melhor: repensem nossas concepções de literatura, de história e de política. Diremos que a primeira é muito mais que um simples texto escrito, que a segunda não é um acúmulo de dados sem nenhum encadeamento entre eles, e que a terceira não é uma disputa maniqueísta

que se resolve por meio de sazonais disputas eleitorais/eleitoreiras. Atendo-nos a essas renovadas – e brevíssimas – concepções, poderemos compreender melhor a estruturação dos laços que as unem.

Muita gente, na escola, já se perguntou: para que serve estudar história? O estudante decora a data do armistício da Guerra de York, toda a linhagem da família real da Áustria e o organograma político da Atenas antiga, sem que isso lhe traga qualquer conhecimento, utilidade ou prazer. Não que nossa ideia seja discutir o ensino dessa ou de qualquer outra disciplina na escola. Mas, pensamos que podemos discutir, a partir do reconhecimento evidente desse ensino fadado ao fracasso, uma questão: tem algo errado na compreensão geral que se tem da história. Aliás, mais que isto, tem alguma coisa errada na concepção do que vem a ser esse campo de estudos das Ciências Humanas.

A história não é um acúmulo inerte de dados, datas e nomes isolados e sem qualquer conexão com a realidade. Se a entendermos como um arquivo – e pensamos que ela, efetivamente, o seja –, podemos observar a definição de Michel Foucault para este e nos esclarecer melhor. Ele afirma que o arquivo, através de um valor diferencial e não unificador, congrega em seu interior múltiplos e distintos discursos. Foucault diz ainda que o arquivo “é a borda do tempo que envolve nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade” (FOUCAULT, 1972, p. 163). Então, entendemos que o arquivo em questão, a história, conforme colocamos anteriormente, não é um amálgama indiferenciado de lembranças sem qualquer influência nos tempos em que hoje vivemos, mas, sim, uma construção que respeita as diferenças e que permanece presente e atuante.

Essa discussão sobre a história ser considerada um arquivo pode ser substancialmente ampliada trazendo à tona algumas idéias de outro intelectual contemporâneo: Jacques Derrida. Em determinado trecho de *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*, ele afirma:

Não comecemos pelo começo nem mesmo pelo arquivo.

Mas pela palavra “arquivo” – e pelo arquivo de uma palavra tão familiar. *Arkhe*, lembremos, designa ao mesmo tempo o *começo* e o *comando*. Este nome coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio da natureza ou da história, *ali onde* as coisas *começam* – princípio físico, histórico ou ontológico –, mas também o princípio da lei *ali onde* os homens e os deuses *comandam*, *ali onde* se exerce a autoridade, a ordem social, *nesse lugar* a partir do qual a ordem é dada – princípio nomológico (DERRIDA, 2001, p. 11).

Lembre-mos dos arcontes gregos para entender melhor essa colocação. Eles eram juízes que guardavam em suas casas os documentos oficiais das cidades-estado da Grécia antiga. E competia a eles, também, interpretá-los. Só eles tinham o poder para tal ato. Nas residências dos arcontes nasceram os arquivos primordiais. Mantinham-se a guarda dos atos administrativos e políticos e da história do Estado, bem como a competência hermenêutica sobre eles no mesmo local, no mesmo domicílio. Fica mais clara, então, a posição do arquivo como “começo” e “comando”. Outra vez, Derrida:

Depositados sob a guarda desses arcontes, *estes documentos diziam, de fato, a lei: eles evocavam a lei e convocavam à lei*. Para serem assim guardados, na jurisdição desse *dizer a lei* eram necessários ao mesmo tempo um guardião e uma localização. Mesmo em sua guarda ou em sua tradição hermenêutica, os arquivos não podiam prescindir nem de suporte nem de residência (DERRIDA, 2001, p. 13, grifo nosso).

Pensamos que essa concepção inicial de arquivo como “começo” e “comando”, exposta por Jacques Derrida pode nos ajudar, também – como nos ajudaram as colocações de Foucault sobre o arquivo –, a pensar sobre o processo histórico. Na medida em

que transpomos para a historiografia tradicional os tais conceitos de “começo” e “comando” interligados e necessariamente implicados em situações de guarda e de hermenêutica, muita coisa se esclarece. Não é o que acontece na historiografia tradicional – e, por extensão, na história universal, como Walter Benjamin bem identificou –, associar-se uma coisa a outra? Podemos imaginar uma grande quantidade de exemplos para corroborar tal hipótese. Fiquemos, por hora, com os variados casos de religiões e de Estados, democráticos ou não, que guardam em seus “domicílios” documentos históricos e os interpretam à maneira que melhor lhes convier, restando depois para nós apenas decorar e repetir a versão que nos chegar. Em outras palavras, esse duplo significado linguístico nos põe face a face com uma situação que precisamos encarar: a relação intrínseca entre o arquivo e o poder. São os detentores do poder na sociedade que também detêm os arquivos. É o poder, dispondo das informações, das evidências e dos relatos de fatos acontecidos, que estrutura a história de acordo com seus interesses.

Se quisermos repensar o conceito de história em outro sentido, teremos que atuar em dois momentos diferentes: no passado, que toca o presente, e no presente, que envolve o futuro. Nas memórias de ontem e nas ações de hoje. Ao retomarmos a hipótese que defendemos anteriormente, colocamos em discussão a seguinte hipótese: se a história é um arquivo, ela pode, e deve, ser revisitada, reinterpretada e reorganizada; não é amorfa, imutável e prisioneira de um destino inexorável. Falemos em uma política efetiva dos arquivos, como, mais uma vez, nos ensina Derrida:

Certamente, a questão de uma política do arquivo nos orienta aqui permanentemente, mesmo se a duração de uma conferência não nos permite abordá-la diretamente e com exemplos. Não determinaremos jamais esta questão como uma questão política entre outras. Ela atravessa a totalidade do campo, e na verdade determina, de parte a parte, a política como *res publica*. Nenhum poder político sem controle do arquivo, mas da memória. A democratização efetiva se mede sempre por este critério essencial: *a participação e o acesso ao arquivo, à sua constituição e à sua interpretação* (DERRIDA, 2001, p. 16, grifo nosso).

O “acesso ao arquivo” de que nos fala Derrida, “à sua constituição e à sua interpretação” é, em outras palavras, o que já havíamos defendido anteriormente como forma de reconstrução do processo histórico: atuar em seu presente e em seu passado. Atuar no passado será, diríamos, remexer nos arquivos da história oficial. E remexer nesses arquivos é *a priori* separar o que é memória e o que é versão oficial fingindo ser memória. Aqui, a literatura começa a se enredar com a história. Parece-nos que a primeira é dotada de grande eficácia quando se trata de desmanchar as pretensas oficialidades da segunda. Em consonância com palavras de Beatriz Sarlo, pensamos ser a literatura moderna a grande opositora dos discursos autoritários. Como afirma Sarlo, é a literatura, desde o século XIX até os tempos atuais, que:

Acolhe a ambigüidade ali onde as sociedades querem bani-la; diz, por outro lado, coisas que as sociedades prefeririam não ouvir; com argúcia e futilidade, brinca de reorganizar os sistemas lógicos e os paralelismos referenciais; dilapida a linguagem porque a usa perversamente para fins que não são apenas prático-comerciais; cerca as certezas coletivas e procura abrir brechas em suas defesas; permite-se a blasfêmia, a imoralidade, o erotismo que as sociedades somente admitem como vícios privados; *opina, com excessos de figuração ou imaginação ficcional, sobre história e política*; (...) falsifica, exagera, distorce porque *não acata os regimes de verdade dos outros saberes e discursos*. Mas nem por isso deixa de ser, a seu modo, verdadeira (SARLO, 1997, p. 28, grifo nosso).

Não é á toa que a literatura, bem como as outras artes, é um dos primeiros discursos reprimidos pelos regimes autoritários. A história oficial que eles querem contar não se afina com a história que a literatura pode contar...

E sobre a história presente – aquela que estamos construindo dia após dia e que vislumbra o futuro –, como podemos pensá-la? Mais, como podemos agir em relação a ela? Pensamos que só há um modo coerente de pensar e de agir com tudo que estamos propondo até aqui: trilhar a história presente dentro da lógica de um contínuo processo dialético. Só ele, por meio de inumeráveis teses, antíteses e sínteses, pode dar conta de agregar em seu desenvolvimento os tais múltiplos e distintos discursos de que nos falava Foucault. E, pensando na dialética como elemento fundamental dessa outra história, somos remetidos a Karl Marx e a Walter Benjamin.

Um “marxista” pode não ter entendido nada do que leu. Um cidadão qualquer, comunista inveterado – segundo ele próprio –, repete fórmulas prontas de vinte, cinquenta, cem anos atrás, diz que é “radical”, e está dito, é marxista. Vejamos o que diz o próprio Marx em prefácio escrito, com Friedrich Engels, à edição alemã de 1872 do *Manifesto do Partido Comunista*, que fora escrito por ambos em 1848:

Apesar das condições terem se alterado consideravelmente nos últimos vinte e cinco anos, os princípios gerais desenvolvidos neste *Manifesto* conservam, grosso modo, ainda hoje toda a sua razão de ser. Haveria que fazer aqui e ali algumas emendas. *A aplicação prática desses princípios – o Manifesto deixa claro – dependerá sempre e em toda a parte das circunstâncias históricas dadas* (MARX, 2003, p. 13, grifo nosso).

A história para Marx é, então, construída a cada momento; é o resultado do tal contínuo processo dialético de que falávamos. Novas “circunstâncias históricas dadas” exigirão sempre novas respostas por parte do sujeito que as confronta. E desse encontro emergirão novas circunstâncias que exigirão novas respostas, e assim por diante. Não é uma história totalizadora, imutável e perdida no passado. Ela está sempre sendo construída através de um ciclo dinâmico de ações e reações em que somos peças fundamentais. Tanto variam os fatos históricos, quanto as maneiras de compreendê-los e de neles interferirmos. Retomando os conceitos de Michel Foucault e de Jacques Derrida, poderíamos dizer que variam os itens do arquivo e as idas a ele. Ainda que existam variadas diferenças entre as idéias dos três pensadores, nesse caso, a proximidade se impõe.

E não podemos prescindir da presença de Walter Benjamin nessa discussão. Parece-nos ter sido ele um dos pensadores contemporâneos que melhor compreendeu, definiu e difundiu a noção de história que estamos procurando estabelecer como parâmetro para nossa discussão. Em “Sobre o conceito da história”, ele opõe firmemente à história universal estruturada sobre um historicismo imutável e baseado em mera adição de dados, uma historiografia marxista/materialista, dizendo que esta se baseia em um “princípio construtivo” (BENJAMIN, 1989, p. 231) e que ela se afasta de forma radical da primeira. Ainda no mesmo texto, Benjamin diz:

O historicista apresenta a imagem “eterna” do passado, o materialista histórico faz desse passado uma experiência única. Ele deixa a outros a tarefa de se esgotar no bordel do historicismo, com a meretriz “era uma vez”. Ele fica senhor das suas forças, suficientemente viril para fazer saltar pelos ares o *continuum* da história (BENJAMIN, 1989, p. 231).

Assim, após essas rápidas colocações, configura-se o conceito de história que nos parece mais pertinente. Partindo das concepções de Marx e nos utilizando de ferramentas teóricas idealizadas por Foucault e Benjamin, podemos, então, formalizar: a história pode ser pensada como um arquivo cujos elementos são consignados em suas diferenças, e não a partir de um critério totalizador e uniformizante; e só pode ser compreendida como um *continuum* processo dialético, desencadeado pela interferência única e exclusiva do homem. E como poderia se dar a interferência do homem sobre

essa outra história? Através de ações políticas, de atitudes efetivamente políticas, cotidianas e tenazes que, partindo de cada indivíduo, poderão interferir no contínuo movimento dialético da história.

Fazer arte pode ser uma ação política a interferir no *continuum* histórico. E quando dizemos isso, estamos pensando no valor de uma arte que, propondo-se a atuar politicamente, compreende o contínuo processo dialético de construção da história e o acompanha, buscando nele intervir.

A obra do escritor português José Saramago é, certamente, um bom exemplo desta arte. Intelectual incansável, marxista por formação e socialista convicto, ele tem uma produção literária em que se destaca a indissociabilidade existente entre a voz do escritor e a do político. Em seus livros, a literatura e a política convivem harmoniosamente, sem quaisquer prejuízos para o trabalho estético e para a proposta política do autor. Saramago compreende, assimila e propaga a mesma concepção de história que estamos defendendo desde o início. Sabe que ela é um contínuo processo dialético e que só a ação do homem tem poder de nela interferir. A atitude política da qual tanto falamos, capaz de possuir esse poder de interferência, está lá em seu texto, tanto por parte dele próprio, quanto por parte dos personagens. Por vezes, isso ocorre de forma mais explícita em textos claramente engajados, como em *Levantado do Chão* (1980); em outras, de forma mais alegórica, como em *A Caverna* (2000).

Tomamos como exemplos os dois romances citados anteriormente por questão de escolha. Pensamos que podem nos servir, efetivamente, para demonstrar a hipótese que propusemos: Saramago compreende a dinâmica da história e, como marxista, sabe que situações diferentes exigem reações diferentes. E age de forma coerente com seu pensamento. Na obra de 1980, o inimigo é um regime com líder conhecido e ações claras – a ditadura de António de Oliveira Salazar, que só veio a ser derrubada em 25 de abril de 1974, durando quase 50 anos no poder –, protegendo evidentes interesses de latifundiários e associando-se a uma igreja nada cristã personificada na figura dos múltiplos Padres Agamedes. Já na de 2000, ele é um tanto quanto disperso; é representado por um Centro econômico que, dia após dia, vai soturnamente “engolindo” o trabalho, as tradições e a cultura do povo da região onde funciona. No tal Centro, ordens “vindas de cima” associadas a um organograma de poder multifacetado diluem ao máximo a imagem do inimigo a ser enfrentado. Para situações tão distintas, surgirão reações distintas.

Em *Levantado do Chão*, conhecemos a saga da Família Mau-Tempo. Sua história com todas as aventuras e desventuras, alegrias e sofrimentos, vitórias e derrotas. Uma jornada heróica em que vemos o levantar-se do chão do homem do povo – Mau-Tempo, alentejano, português, um espoliado qualquer, pouco importa – rumo ao dia levantado e final – o tal 25 de Abril, data da Revolução dos Cravos, que pôs fim à ditadura salazarista. Saramago faz de seu livro um libelo contra a opressão e a injustiça; ninguém é poupado, expõem-se as mazelas do latifúndio, do Estado e da Igreja. Por trás do tema principal – a saga da família Mau-Tempo –, entrelaçam-se inúmeros enredos, personagens, momentos e localidades, tendo sempre como pano de fundo a história política da Europa e de Portugal no século XX. Os Mau-Tempo são o recorte de uma sociedade estratificada, na qual a grande maioria dos indivíduos é isolada física e materialmente.

A diferença entre a literatura de Saramago e a de alguns outros escritores de tendências realistas e/ou sociais é que ele não se propõe apenas a narrar histórias. Conforme já dissemos, ele opta por atuar politicamente por meio de seus textos, interferindo no processo histórico. E em *Levantado do Chão*, essa interferência se dá pelo processo desalienante a que o autor faz a família Mau-Tempo se submeter. De objetos a sujeitos da história, tudo muda, desde o ancestral Domingos, absolutamente alienado e indiferente à ditadura que se instalava – lembrando, a de Salazar –, até os membros da terceira geração da família, já vivendo em um estágio de desalienação pré-revolucionário simbolizado, principalmente, pela coragem de Gracinda, uma mulher que passa a lutar ao lado dos homens da família por justas reivindicações, e pelo domínio da linguagem por parte de António, fatos marcantes no universo dos trabalhadores

do campo. A história dos portugueses que Saramago se propõe a construir trilhará, então, novos caminhos. Atingido o grau de conscientização adequado, o povo se rebela e derruba a ditadura opressora.

Em *A Caverna*, Saramago precisou repensar bastante coisa. Nunca é demais repetir: para situações diferentes, reações diferentes. Mas, diga-se de passagem, sem abandonar os princípios. E ele não os abandona de forma alguma. Continua ao lado dos menos favorecidos, denunciando a opressão, combatendo a alienação e questionando dialeticamente o processo de construção da história. Porém, sabe que o cenário mudou. E sabe que sua atitude política terá de mudar também.

É emblemático, para nossa discussão, o fato de *A Caverna* vir a ser publicado no ano 2000. Nos vinte anos que separam este romance de *Levantado do Chão*, muita coisa mudou. E o ano 2000 é bastante simbólico dessas mudanças – ainda que algumas delas já viessem ocorrendo desde os anos 90. A principal delas diz respeito ao inimigo opressor a ser combatido rumo a uma sociedade mais justa e igualitária.

Com a derrubada do Muro de Berlim, o fim da União Soviética – e da Guerra Fria – e a queda de diversos regimes políticos – de exceção, na esmagadora maioria – que vigoravam no mundo há muito tempo, encerrou-se aquela que Hobsbawm intitulou a Era dos Extremos – época que, para o historiador, vai da Primeira Guerra Mundial, em 1918, até à extinção da ex-URSS, já no final do século 20, em 1991. Neste tempo era bastante simples reconhecer o oponente a ser confrontado; porém, próximos ao novo século que se aproximava – o XXI – tudo se complica, no sentido de não se saber mais quem combater. Quem é o inimigo? Quem impede a construção de uma sociedade melhor? Como lutar contra esse inimigo? Onde combatê-lo? Apenas uma avaliação é correta: se antes a opressão se dava por vias políticas, agora é por vias econômicas. A opressão política é combatida, como já vimos em *Levantado do Chão*, pela revolução. Mas, e a opressão econômica? Aliás, quem é esse “opressor econômico”?

Saramago está atento a tais questões e identifica, em várias entrevistas, tal opressor como as transnacionais que, segundo ele – e nós concordamos –, realmente dominam o mundo. Tal dominação/opressão é muito mais sutil e silenciosa, e, talvez por isso, perigosa, que uma dominação/opressão política exercida por um Estado, legítimo ou não. Ela, através de seus múltiplos agentes e beneficiários, vai lentamente degradando a vida das classes populares, seus meios de trabalho, suas tradições, sua cultura. Em nome das maravilhas da globalização e da tecnologia, todos vão sendo descaracterizados e padronizados, formando-se uma massa disforme e sem vontade própria. Em outras palavras, novamente, uma massa alienada, ainda que por outras vias.

Em *A Caverna* quem exerce esse papel de opressor sócio-econômico-cultural é o grande Centro econômico que “dita” as regras da vida na região onde se passa a história. O oleiro Cipriano Algor, personagem central do livro, fornece peças artesanais de barro para o tal Centro há muito tempo e tem com ele um contrato de exclusividade. De repente (já no primeiro capítulo), sem nenhum aviso prévio, o *shopping* deixa de comprar os produtos de Cipriano em troca de outros de plástico idênticos ao dele, porém mais baratos e resistentes. E, claro, a vida do oleiro, junto com seu trabalho e seus costumes, é imediatamente prejudicada. Desde o início, então, já fica clara a atitude política que Saramago terá nesse momento do processo histórico: vai denunciar o “progresso” econômico que a todo custo que subverte o trabalho e a cultura populares. O autor sabe, certamente, que preservar as tradições de vida da população de determinado local não é mantê-las estagnadas e isoladas de tudo. Mas sabe, também, que o fator cultural é um importante instrumento de opressão manipulado pelas elites no poder – principalmente, o econômico. E investe contra elas – agora nesse novo “campo de batalha”. Os detentores do poder se põem a difundir os valores de uma cultura comum – evidentemente, a deles – e massacram toda e qualquer diferença. Saramago, então, propõe-se a combater essa nova alienação. É a sua nova atitude política. É o que faz em *A Caverna*. O trecho inicial de um capítulo do livro é significativo dentro do que estamos discutindo:

As sentidas razões de queixa de Cipriano Algor contra a impiedosa política comercial do Centro, extensamente apresentadas neste relato *de um ponto de vista de confessada simpatia de classe* que, no entanto, assim o cremos, *em nenhum momento se afastou da mais rigorosa isenção de juízo*, não poderão fazer esquecer, ainda que arriscando um espevitar inoportuno da adormecida fogueira das conflituosas relações históricas entre o capital e o trabalho, não poderão fazer esquecer, dizíamos, que o dito Cipriano Algor carrega com algumas culpas próprias de tudo isto, a primeira das quais, ingênua, inocente, mas, como à inocência e à ingenuidade tantas vezes tem sucedido, raiz maligna das outras, *foi pensar que certos gostos e necessidades dos contemporâneos do avô fundador, em matéria de produtos cerâmicos, se iriam manter inalteráveis per omnia saecula saeculorum ou, pelo menos, durante toda a sua vida, o que vem a dar no mesmo, se bem repararmos* (SARAMAGO, 2001, p. 147, grifos nossos).

Perceba-se como Saramago tem consciência de que a cultura popular – no caso, representada pelo artesanato de Cipriano – não é, nem pode ser, um elemento estático no processo histórico. Ele está, certamente, ao lado do homem do povo – leia-se a “simpatia de classe” –, mas isto não o impede de ter uma avaliação crítica sobre a situação do oleiro e, por extensão, da vida, do trabalho e da cultura populares. Entendamos, enfim, que sua atitude política em *A Caverna* não é defender uma forma de vida tradicional contra os “males” da civilização moderna. O que ele se propõe a fazer – caso ainda não tenha ficado claro – é denunciar a eliminação de diversas culturas em prol de uma só, massificada e guiada pelo capital.

Em diversos momentos do livro, Saramago reitera a posição de lutar contra essa massificação das culturas. Destacaríamos dois como ilustração – tendo em vista o nosso pouco espaço e a grande quantidade de exemplos que poderiam ser citados. Em determinado momento da história, Cipriano crê que vai ser assaltado e que a carga de peças de barro que carrega em sua furgoneta vai ser roubada por um homem “sujo e mal-encarado” (SARAMAGO, 2001, p. 25). O oleiro, porém, é tomado por grande surpresa, quando descobre que o homem, ao ver seu veículo parado, apenas viera lhe oferecer ajuda. Muito agradecido, Cipriano Algor presenteia o desconhecido com algumas das peças artesanais que carregava. E o narrador constata:

(...) [estando com as mãos ocupadas com os presentes], não teve o beneficiado muito de si com que agradecer, só a vulgar palavra obrigado, que tanto é sincera como não, e a surpresa de uma inclinação de cabeça nada de harmonia com a classe social a que pertence, *o que isto quer dizer é que saberíamos muito mais das complexidades da vida se nos aplicássemos a estudar com afinco as suas contradições em vez de perdermos tanto tempo com as identidades e as coerências, que essas têm obrigação de explicar-se por si mesmas* (SARAMAGO, 2001, p. 26, grifos nossos),

Fica, então, clara a atitude política de Saramago nesse romance: como já dissemos anteriormente, “denunciar a eliminação de diversas culturas em prol de uma só, massificada e guiada pelo capital”. Consciente da fragmentação e do desenraizamento do homem pós-moderno, ele, em momento algum, prega uma “unificação” de culturas ou um critério de valor para julgar que esta ou aquela seja melhor. Não é isso. É um respeito pelas diferenças e não por uma quimera de identidades que se faz presente na obra.

O outro momento que gostaríamos de citar é quando Marta, a filha de Cipriano, pergunta ao pai o que farão em caso do Centro não mais lhes comprar peça alguma: “Que irá ser de nós se o Centro deixa de comprar, para quem passaremos a fabricar louça se são os gostos do Centro que determinam os gostos de toda a gente [?]” (SARAMAGO, 2001, p. 42). A palavra Centro, citada duas vezes nesse excerto, é mais que simbólica; ela carrega na sua carga semântica toda a opressão que se quer combater: é ela o centro que restringe a margem, a cultura massificada que “dita” moda ao gosto da elite e do capital, o “rolo compressor” de uma pseudo-identidade pronta a esmagar a todas as diferenças. Porém, lembrando, será um árduo combate. Enfrentar um regime polí-

tico com líder, métodos e localização conhecidos é uma coisa; enfrentar um opressor sócio-econômico-cultural, com liderança dispersa e métodos desconhecidos, velados e sorrateiros, é outra bem diferente.

No atual momento em que vivemos, trocou-se a experiência pela observação passiva. E a massificação cultural tornou-se mais fácil, a partir do momento em que os indivíduos deixaram de praticar para meramente absorver. Pensamos que a base das culturas populares, tradicionais e alternativas, que subsistem em contraposição à cultura de massas, é exatamente a experiência. Compare-se, por exemplo, assistir a um filme no cinema e assisti-lo em casa, no aparelho de DVD. Compare-se, ainda, ir a uma feira de artesanato ou ouvir um contador de histórias com acompanhar a telenovela preferida na televisão. Entender-se-á o que estamos falando. E não estamos fazendo juízo de valor; estamos, simplesmente, opondo experiência a uma, diríamos, “não-experiência”. E, mais uma vez, lembramo-nos de Walter Benjamin. A sua metáfora do narrador que, como um oleiro – coincidentemente um oleiro! – a imprimir sua mão na argila do vaso que fabrica, deixa na narrativa que conta a sua marca, é para nós imprescindível nesse momento. É disso que viemos falando até aqui. Contrapor, nos fragmentados tempos pós-modernos, uma ação efetiva e baseada na experimentação a um “insípido” bloco de informações massificadas a serem meramente absorvidas. Talvez seja essa a chave para a preservação das culturas *out-siders* em tempos globalizados. E mais, a metáfora de Benjamin nos serve, também, para representar o próprio José Saramago. Que imagem poderia ser melhor para representá-lo que a de um artista que imprime no que faz a própria experiência?

Mas, não podemos encerrar essa discussão sem retornar à questão dos arquivos. Qualquer ida a eles – como, mais uma vez, nos ensina Derrida –, tende a ameaçar sua institucionalidade e sua ordem. Parece-nos que Saramago age intencionalmente nesse sentido. Em outras palavras, ele não vai aos arquivos cheio de “ingênuas intenções” apenas acessá-los e, por um despropósito qualquer, os desorganizar. Ele vai, mesmo, para acessar seus “começos” e para subverter seus “comandos”. E essa subversão é exatamente a maneira encontrada por Saramago para atuar politicamente no passado do processo histórico oficial – e, por extensão, também na construção da política e na revisão da literatura.

Essa ida subversora aos arquivos é a raiz dos romances de José Saramago, juntamente à ação política dialética que interfere no presente – sobre a qual já explanamos. Pensemos em exemplos para melhor ilustrar tal assertiva. O que são *História do Cerco de Lisboa*, *Memorial do Convento*, *O Evangelho segundo Jesus Cristo* e *O Ano da Morte de Ricardo Reis*? Ora, atos rebeldes do escritor com vistas a questionar e/ou desmascarar as oficialidades. Nos dois primeiros, são postos em questão dados da história oficial de Portugal; no penúltimo, a própria história universal e a teologia; no último, a literatura canônica e a intelectualidade.

E Saramago subverte os seus próprios arquivos! Em uma prova incontestável de sua compreensão sobre a dinâmica da história, ele sempre revisita e questiona a sua própria formação política e literária para não se transformar, exatamente, no protótipo do indivíduo em que não acredita: o pseudorradical “monolítico” cheio de certezas irremovíveis e de indisposição para o diálogo. Ele não vai, em momento algum, renegar sua ideologia e seus princípios, sejam eles políticos ou literários. Vai apenas adaptá-los às circunstâncias históricas de cada momento – como, aliás, já demonstramos ser uma atitude inerente à sua forma de pensar e agir. Assim ele faz em relação ao movimento literário do qual é tributário, o neo-realismo português, e em relação à ideologia que, como já sabemos, estruturou sua formação política: o marxismo.

Concluir qualquer trabalho sobre a obra de José Saramago seria não fazer justiça a ela própria. Com a infinidade de temas, personagens, lugares, tempos e situações que ela nos apresenta, queremos mais é aproveitá-la e estudá-la, não encarcerá-la dentro de um molde pré-estabelecido. Mas, de qualquer forma, esperamos que tenha sido ressaltado, como pretendíamos desde o início, o caráter político *lato sensu* de seus romances. Que prevaleça a ideia: somente da luta cotidiana do homem é que podem surgir possíveis soluções para seus próprios problemas. Não há uma luz iluminando o ca-

minho. Há, sim, um caminho cheio de curvas, onde só se vê a próxima quando se chega à anterior. Assim é a obra de Saramago. Assim é a existência humana. João Mau-Tempo e Cipriano Algor sempre estarão por aí a, politicamente, influir no processo histórico.

#### Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista (1848)*. Porto Alegre: L&PM, 2003.

SARAMAGO, José. *A Caverna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. *Levantado do chão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

SARLO, Beatriz. Os Militares e a História: contra os cães do esquecimento, in: *Paisagens Imaginárias: Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 25-34.

# Um estudo sobre a identidade indígena na sala de aula: o dito e o não-dito a partir de narrativas de estudantes

Carlos Magno Naglis Vieira  
Historiador e Mestre em Educação/UCDB.  
Pesquisador junto ao Grupo de Pesquisa: Educação e Interculturalidade.  
e-mail: cmhist@hotmail.com

---

**Resumo:** O artigo busca uma reflexão em torno da identidade indígena e os sentidos e significados que circulam nas escolas de Campo Grande/MS. Com uma metodologia de caráter qualitativo, os estudos dos materiais coletados, estabelecem uma relação entre identidade, diferença e cultura, tendo como eixo de interpretação os processos históricos que produzem e estabelecem as relações de poder entre as diferentes culturas. Presenças culturais marcantes e significativas no MS, os índios constituem-se em segmentos pouco trabalhados e discutidos, no que se refere a identificar o silenciado e o não-dito dessa história e cultura nas escolas de Campo Grande. Amparado em estudos de cultura, história, e educação, o trabalho indica: uma visão desarticulada da realidade, a ausência de informações não unilaterais da história e uma forte tendência ao preconceito e à discriminação, “naturalizando” a condição de cultura menor.

**Palavras-chave:** identidade e cultura; povos indígenas; escolas de Campo Grande/MS.

---

## Introdução

A ideia deste artigo é apresentar o dito e o não-dito dos alunos de escolas de Campo Grande/MS como uma forma de conhecimento. Conhecimento que coloca o diferente no lugar do já conhecido (BONIN, 2007). Nessa perspectiva, a discussão e reflexão são produto da dissertação *“O que interessa saber de índio?”: um estudo das manifestações de alunos de escolas de Campo Grande sobre as populações indígenas do Mato Grosso do Sul*, defendida na linha 03 “Diversidade Cultural e Educação Indígena”, do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco.

A pesquisa que evidencia o desafio de construir configurações teórico-metodológicas para uma sociedade marcada pela diferença e preconceitos, desigualdade e conflitos tem como objetivo específico descrever e analisar a identidade indígena por meio das manifestações de alunos de escolas de Campo Grande/MS durante as aulas de História. As reflexões elaboradas foram feitas em torno de análises de redações e expressões captadas no decorrer da prática pedagógica.

Para o tratamento do objetivo específico do texto fez-se necessário uma contextualização das identidades indígenas que compõem o Estado. A pesquisa procura se amparar em estudos bibliográficos: Bhabha (1998), Baumam (2001), Canclini (2003) e Hall (2004), autores que proporcionam reflexões sobre o campo teórico e permitem problematizações de outra ordem no campo da identidade, cultura e relações de poder.

Com objetivo de compreender as questões culturais que a cada dia permeiam o cotidiano escolar, busca-se apoio em autores que possam dar consistência ao objeto de pesquisa. Ressalto importantes os seguintes autores: Backes (2005), Bonin (2007), Candau (2002), Canen (2002), Fleuri (2001, 2003, 2006), Gusmão (2003), Moreira (2002), Spyer (2001) e Vorraber (2006). Todos esses autores pesquisados proporcionaram um diálogo mais consistente com objeto de pesquisa, destacando aspectos como Escola/Currículo e formação de professores no contexto da interculturalidade, tendo como referências a realidade das culturas híbridas.

### Breve contexto indígena do Mato Grosso do Sul

Primeiramente, para introduzir um estudo sobre a história dos povos indígenas do Brasil, é necessário realizar uma leitura rigorosa apoiada nos registros e relatos no que se refere à “descoberta do Brasil” e à expansão territorial portuguesa. Nessa parte da História Colonial Brasileira, é preciso ficar muito atento para romper com os limites impostos pelo colonizador. Do ponto de vista do conquistador, seus acontecimentos e suas práticas serviram para o “desenvolvimento” da população, promovendo o progresso e a civilização. Mas, na ótica dos povos indígenas e do discurso civilizador, o que existiu na verdade foi uma negação das suas histórias, culturas, costumes, religiões e valores (VIEIRA, 2004).

Na História Colonial Brasileira, a imagem do índio aparece sempre de forma estereotipada, etnocêntrica, de uma maneira genérica, em que “o outro é o aquém ou o além, nunca o igual ao eu” (ROCHA, 2000, p. 10). Neste contexto, Everaldo Rocha ao analisar o papel do índio na História do Brasil, aponta que os povos indígenas aparecem por três vezes em cenários e papéis diferentes.

O primeiro papel que o índio representa é no capítulo do descobrimento. Ali, ele aparece como “selvagem” e “primitivo”, “pré-histórico”, “antropófago”, etc. Isto era para mostrar o quanto os portugueses colonizadores eram superiores e civilizados. O segundo papel do índio é no capítulo da catequese. Nele o papel do índio é o de “criança”, “inocente”, “infantil”, “almas virgens”, etc. Tudo para fazer parecer que os índios é que precisavam da proteção que a religião lhes queria impingir. O terceiro papel é muito engraçado. É no capítulo “Etnia brasileira”. Se o índio já havia aparecido como “selvagem” ou “criança”, como iriam falar de um povo – o nosso – formado por portugueses, negros e “crianças”, ou um povo formado por portugueses, negros e “selvagens”? Então aparece um novo papel e o índio num passe de mágica etnocêntrica, vira “corajoso”, “altivo” cheio de “amor à liberdade” (2000, p. 17-18).

No Brasil, vivem atualmente cerca de aproximadamente 734 mil índios (CIMI, 2007), distribuídos entre 241 sociedades indígenas. Esses dados equivalem não somente àqueles indígenas que vivem em aldeias, mas também os que estão vivendo fora das terras indígenas, inclusive em áreas urbanas, como os povos ainda sem contato com a sociedade nacional e outros que hoje reassumem suas identidades étnicas até então ocultadas.

O Mato Grosso do Sul é o estado brasileiro com uma grande diversidade demográfica, de múltiplos *ethos* culturais. Dentre essa singularidade cultural apresenta-se uma significativa população indígena, estimada em aproximadamente 69 mil pessoas, segundo dados publicados pela FUNASA em 2009. Com a segunda maior população do país, destacam-se em seu cenário multicultural os Kaiowá e Guarani (42.500 pessoas, habitam a região sul do Mato Grosso do Sul), os Terena (23.234 pessoas, sediados na região centro-oeste do Estado do Mato Grosso do Sul), os Kadiwéu (1.358 pessoas, localizadas no extremo oeste do Estado, na maior área indígena fora da Amazônia Legal; suas terras estendem entre os município de Bodoquena e Porto Murtinho), os Guató

(175 pessoas, antigos povos pescadores das margens do rio Paraguai, sediados no extremo norte do Mato Grosso do Sul, fronteira Brasil/Bolívia), os Ofaiet (61 pessoas, localizados na região de extremo sul do Mato Grosso do Sul), os Kinikinawa (141 pessoas, localizados no extremo oeste do Estado, mais precisamente na Reserva Indígena Kadiwéu), os Camba (bolivianos, que migraram para a periferia de Corumbá) e os Atikum, oriundos de Pernambuco, na primeira metade do século passado (sediados atualmente no centro-oeste do Estado do Mato Grosso do Sul, mais notadamente na Terra indígena Terena de Nioaque/MS).

Dentre os grupos indígenas que compõem o Estado, os Kaiowá e Guaraní e os Terena apresentam-se com o maior contingente populacional, com cerca de 65 mil pessoas, e constituem em termos quantitativos duas das mais importantes populações do país.

De acordo com os estudos de Brand e Nascimento, as populações indígenas do Mato Grosso do Sul são marcadas

por um processo histórico de contato interétnico agressivo e violento, no bojo do qual foram constantemente desafiados a moldar e remoldar sua organização social, construir e reconstruir sua forma de vida e desenvolveram complexas estratégias, alternando momentos de confrontos direto, permeando por enorme gama de violência, com negociações, trocas e alianças (2006, p. 02).

Os estudos e os dados estatísticos do último Censo sobre os povos indígenas do Estado Mato Grosso do Sul, apontam para um crescimento populacional, principalmente na faixa etária entre 0 a 14 anos. Mas é importante evidenciar que comitadamente com o aumento gradativo da população indígena do Estado, permanece o processo de violação das terras indígenas que acaba resultando no confinamento. Assim, em virtude desse contexto histórico, ao longo do processo de ocupação do Estado, muitos grupos indígenas foram incorporados como mão-de-obra nas fazendas de gado, nas usinas de cana-de-açúcar e em atividades urbanas, principalmente na construção civil.

*" Quando eu ouço falar de índio, eu imagino um monte de índios cantando - u,u,u, ...": o dito e o não-ditos sobre os povos indígenas*

Escrever sobre a problemática das relações entre escola e cultura é sempre um desafio. Sabemos que essa discussão é essencial para o crescimento e o desenvolvimento de todo o processo educacional, pois para muitos, não existe educação que não esteja firmada em raízes culturais de uma sociedade, particularmente, no momento histórico atual. Em meio às reflexões que circulam no cenário acadêmico, envolvendo o ambiente escolar, fica claro que uma prática pedagógica não pode ser realizada sem garantir conflitos e tensões, e sem que o conceito de cultura não esteja presente.

Nesse caso, sem dúvida, acredito que a escola é uma instituição cultural, pois nela "circulam diferentes saberes, sendo que alguns deles adquirem maior visibilidade e outros são interditados, em relações de força nas quais produzem maneiras de narrar e atribuir significados" (BONIN, 2007, p.01). Assim, entre essas e outras afirmações, pode-se constatar que tanto a escola, o currículo, quanto as práticas educativas parecem ser um desafio para muitos pesquisadores, nesse campo de conhecimento.

De acordo com Candau (2002), Fleuri (2003), Gusmão (2003), Moreira (2002) e Vorraber (2006), muitos estudos e pesquisas têm sido realizados no Brasil, com a perspectiva de mostrar a visão monocultural que a escola tem assumido, padronizando os conteúdos e os sujeitos presentes no processo educacional e nas práticas escolares. Nessa perspectiva, elaborei alguns questionamentos que foram fundamentais para a construção do campo empírico.

Quais as manifestações produzidas por alunos do Ensino Fundamental II de escolas de Campo Grande/MS sobre os povos indígenas do Estado? Como essas manifestações foram produzidas no discurso desses estudantes? Como e quando as questões da diferença são trabalhadas na escola? Quais narrativas adquirem visibilidade para estes estudantes e que efeitos “de verdade” são produzidos? Como o professor pode atender às questões das diferenças culturais em suas práticas, ou seja, quais são os procedimentos teórico-metodológicos que são utilizados no cotidiano escolar para tratar das múltiplas perspectivas culturais?

Pautado no PCNs, surgiu a intenção de elaborar questões para os estudantes escreverem as redações. As questões formuladas foram: o que vocês sabem sobre os povos indígenas? Em que momentos vocês ouvem falar de índio na escola? Além da escola, onde vocês escutam falar sobre os povos indígenas? E o que é falado sobre eles? Enquanto os alunos produziam as redações, fiquei atento às perguntas, brincadeiras e qualquer manifestação.

Na análise das redações, procurei identificar as expressões mais recorrentes sobre os povos indígenas. Nesse exercício, observei que muitas das manifestações apresentavam o mesmo estereótipo, voltado a traços exagerados e muitas vezes simplificados, o que nas palavras de Bhabha, significa “uma falsa representação de uma dada realidade. É uma simplificação porque é uma forma presa, fixa de representação” (1998, p. 117).

Para Fleuri, o estereótipo pode ser entendido como “um modelo rígido a partir do qual se interpreta o comportamento de sujeitos sociais, sem considerar o seu contexto de intencionalidade [...] Funciona como um padrão de significados utilizado por um grupo na qualificação do outro” (2006, p. 498).

Pautado nesses conceitos, entendo que em uma manifestação estereotipada, é possível identificar um conjunto de descrição a grupos de sujeitos, colando-os à natureza para torná-los fixos. Segundo Bhabha (1998), essa fixidez do sujeito ocorre porque o discurso estereotipado não permite a possibilidade de movimento e dinamismo e impede a produção de outros sentidos. Por esse motivo, Hall (2003) determina que o estereótipo reduz, naturaliza e estabelece a diferença. Com base nessa afirmação, destaco algumas manifestações estereotipadas, escritas pelos estudantes.

Índio é uma cultura que vive só nas matas que não tem comida, não tem forno para fazer as coisas. Eles pintam a cara, vivem em tribo, dançam todos os dias, não conhecem muitas coisas, caçam onças e etc. Se vestem com penas, se enfeitam com dentes, peles de animais. Eles fazem algum ritual todo dia e moram na casa de palha. (aluno, 11 anos, 6.º ano – Escola A – Material coletado no ano de 2005).

Os índios fazem arco e flecha para se defenderem e eles fazem colar e pulseira de tudo, mas o que mais fazem é de semente de planta. Eles fazem casa de palha e é uma cultura, mas tem gente que não gosta dessa cultura dos índios, não sei por quê? Eu acho muito interessante a cultura deles. (aluno, 11 anos, 6.º ano – Escola A – Material coletado no ano de 2006).

Eu sei que os índios são povos antigos que vivem em floresta e eles vivem até hoje. Os portugueses foram os primeiros a conhecer os índios e até hoje existem aldeia no Brasil. (aluno, 12 anos, 7.º ano – Escola B – Material coletado no ano de 2007).

Que é um povo diferente, que se pintam, andam quase nus e tem um estilo de vida diferente do nosso. Adora o sol, a lua e fazem até danças para eles. Eles ainda moram em aldeia, em tribos e são muito unidos. Plantam, caçam e pescam para sobreviver. (aluna, 13 anos, 8.º ano – Escola A – Material coletado no ano de 2006).

O primeiro grupo de manifestações, ao mencionar que os índios “pintam a cara”, “vivem em tribo”, “vivem na floresta”, “dançam todos os dias”, “caçam onças”, “se vestem com penas”, “se enfeitam com dentes e peles de animais”, “andam quase nus”,

“adora o sol e a lua”, posicionou os povos indígenas como sujeitos estáticos, ou seja, primitivos. Isso demonstra que nessas narrativas estereotipadas, ocorreu atribuição de certas características ao sujeito indígena (BONIN, 2007). Nessas manifestações, observa-se que a existência dos índios ainda está presa a raízes históricas da dominação, e que ele está “marcado pela negação de sua alteridade” (CANDAU, 2002, p. 126).

Quando eu ouço falar de índio, eu imagino um monte de índios cantando – u, u, u, ... . É muito legal, eu imagino também eles com aquelas roupas quase nus. Eles são bem diferentes. É bem legal, eu imagino também as cabanas, roupas, o u, u, u, e, e muito mais. (aluna, 12 anos, 7.º ano – Escola A – Material coletado no ano de 2006).

Os índios moram na oca com a sua família, se alimenta de mandioca e arroz, feijão. Tem várias tribos. Cada tribo tem um líder, esse líder tem que saber tudo que acontece na tribo. Na tribo, em Dourados existe uma tribo como eles moram em cidades a maioria das vezes são atropelados e vão morrendo aos poucos. Eles são em muitos tem várias tribos. (aluna, 11 anos, 6.º ano – Escola A – Material coletado no ano de 2007).

Os povos indígenas viviam em pequenas cabanas, tinha uma vida um pouco dura, porque os povos matavam outros índios. Eles construíam seus abrigos, que são as aldeias, que moram vários deles. Nessas aldeias, os índios vivem em grupo e cada grupo planta um tipo de comida. Mas agora tudo mudou, os índios moram em casa e tem muitas oportunidades na vida, eles trabalham na cidade e no corte de cana. (aluna, 12 anos, 7º ano – Escola B - Material coletado no ano de 2007).

Os índios viviam em aldeias, antes comiam somente o que plantavam. Hoje comem o que plantam e o que compram. Antes vestiam roupas feitas por eles, agora usam roupas mais descentes que cobrem uma parte do corpo. Os índios até uma certa época não eram independentes como agora lutam pelos seus direitos e deveres como pessoas iguais a outras e vencer a discriminação. (aluna, 12 anos, 7.º ano – Escola B – Material coletado no ano de 2007).

São pessoas normais, como nós que seguem culturas muito diferentes, antigamente morava em ocas, e agora moram em casas de tijolos. Alguns índios moram em casas improvisadas, pois não tem condições de fazer uma casa melhor. Comem mandioca, milho, arroz, feijão e ganham cestas básicas que vem mantimentos necessários para eles sobreviverem. (aluna, 14 anos, 9.º ano – Escola A – Material coletado no ano de 2007).

Os índios têm uma comunicação muito forte com a natureza, são patrimônio histórico, seus habitantes são diferentes dos nossos foram criados isolados no mundo deles. (aluno, 14 anos, 9.º ano – Escola A – Material coletado no ano de 2007).

Os índios têm pena na cabeça, eles pinta o rosto, ele fica descalço, ele deita no chão e entra na oca sem cama. O índio ainda faz lança e flecha para caçar e pescar. A lança e a flecha dos índios serve para a guerra. (aluno, 12 anos, 6.º ano – Escola A – Material coletado no ano de 2006).

Na verdade os índios são como nós, tem índio bom e índio ruim. Os índios pegam peixe para comer e esquentam numa fogueira, comem peixe puro e dá para cada um. (aluna, 12 anos, 6.º ano – Escola B – Material coletado no ano de 2006).

O índio é moreno. Usa arco, flecha e lança para defender e alimentar. Mora na aldeia e lá tem sua oca. Hoje alguns índios moram na cidade e já estão perdendo sua cultura. Tem índio que não gosta de branco. (aluna, 13 anos, 8.º ano – Escola B – Material coletado no ano de 2007).

As expressões apresentadas demonstram a imagem de um índio como sujeito estático. Diante dessas manifestações, remeto-me às palavras de Bhabha, quando es-

creve que “os sujeitos do discurso são constituídos dentro de um aparato de poder que *contém*, nos dois sentidos da palavra, um ‘outro’ saber – um saber que é retido e fetichista” (1998, p. 120).

Perante as manifestações, fica evidente que estudantes narraram seus estereótipos a partir de verbos conjugados no presente e no pretérito: “comem”, “plantam”, “vivem”, “moram” “viviam”, “comiam”, “plantavam” e “vestiam”. Além dos verbos, é possível destacar algumas narrativas que estão sendo contraditórias. Isso revela que “os estereótipos são continuamente produzidos no cotidiano, em conversas e em pequenas histórias, que parecem confirmar a ‘verdadeira natureza’ dos sujeitos” (BONIN, 2007, p. 140).

Nas manifestações, “tinha uma vida um pouco dura”/ “Mas agora tudo mudou” – “moram na oca”/ “moram em casa de tijolos” – “produziam alimentos”/ “estão passando fome”, mostra-se que foram “construídas em oposição a um lugar supostamente original ou natural dos povos indígenas”, como afirma Bonin (2007, p. 147). Nesse sentido, enquanto pesquisador, não pretendo levantar questionamentos quanto à real situação em que vivem os povos indígenas no Brasil, nem no Estado do Mato Grosso do Sul, mas deixar evidente que “problematizar os efeitos desses discursos no aprisionamento da existência indígena no passado [...] são condições interditas aos índios no presente, quando estes são narrados como sujeitos no tempo passado” (BONIN, 2007, p. 148).

Diante dessas primeiras manifestações dos alunos, compreende-se por um lado, de maneira predominante, que os índios são tratados como identidades fixas, ou seja, imóveis, perdidos no tempo. Desse modo, entende-se que os estudantes “aprendem a simbologia que envolve a estereotipia e reproduzem-na ao longo da história” (FLEURI, 2006, p. 498).

De fato, o modelo escolar é resultado de uma sociedade colonial européia, que tende a inferiorizar um indivíduo, por pertencer a outro grupo étnico diferente. Todos esses valores empregados na escola foram produzidos ao longo dos séculos, e têm difundido e posicionado imagens opostas de um sujeito frente ao outro. O silenciamento do outro foi percebido nas manifestações dos alunos por meio do discurso colonizador.

Os índios são pessoas diferentes da gente. Eles são muitos discriminados, eles vivem em aldeias e tem muitos descendentes. Os índios vivem em aldeias, na maioria não usam roupa, mas sim tangas. São criados em tribos, tem suas próprias características. Os índios de hoje estão passando fome, porque não têm comida para comer. E com isso muitas crianças estão morrendo. (aluna, 12 anos, 7.º ano – Escola B – Material coletado no ano de 2007).

Os povos indígenas são diferentes dos brancos europeus. Eles são negros e vivem em aldeias. Os portugueses quando chegaram ao Brasil, viram aquelas pessoas nuas, sem roupa. Hoje tem índios que vivem pelados, mas tem índios que aprenderam com a gente a usar roupa. (aluno, 13 anos, 8.º ano – Escola A – Material coletado no ano de 2007).

Nas expressões dos estudantes, fica possível perceber um discurso que gira em torno de relações de poder e saber, sobretudo na produção de certas hierarquias e na legitimação de determinadas ordens, como afirma Bhabha (1998). As manifestações produzem o diferente como alguém não civilizado, bárbaro e inferior. Para Bhabha, “o objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados” (1998, p. 111).

Assim como Bonin (2007), a intenção de dialogar com Bhabha em meu texto veio no sentido das contribuições que são essenciais para entender determinadas manifestações produzidas pelos alunos sobre os povos indígenas do Brasil, mais especificamente do Mato Grosso do Sul. Nessa direção, examinando algumas manifestações dos estudantes, foi possível identificar que algumas redações destacavam a presença do índio por meio dos eventos históricos, demonstrando a ideia de que “o discurso colonial

produz o colonizado como uma realidade social que é ao mesmo tempo um 'outro' e ainda assim inteiramente apreensível e visível" (BHABHA, 1998, p. 111).

Seguindo nessa perspectiva, apresento algumas manifestações narradas pelos estudantes, por meio dos eventos históricos.

Os povos indígenas foram os primeiros a chegar ao nosso país, antes de Pedro Álvares Cabral. Eles são uns povos que depende deles mesmo, não é de se precisar de outros. Eles mesmo que constrói seus abrigos, que são as aldeias, que moram vários deles. (aluno, 13 anos, 7.º ano – Escola B – Material coletado no ano de 2007).

Quando os portugueses chegaram aqui eles começaram a escravizar os índios, também aconteceu com os negros. Os portugueses pegavam os índios e faziam um monte de coisa, trabalhavam, faziam barco para eles e davam só colar e roupas para os índios.

Os índios é como se fosse um cidadão também, mas algumas pessoas não respeitam os índios certo, [inaudível] eles não dá o que o índio precisa, como moradia, comida e tem mais, não são todos os índios que lutam com arma e essas coisas. Mais alguns índios com a tribo deles viveram bastante tempo e eles estão roubando terras de outras pessoas. (aluno, 11 anos, 6.º ano – Escola A – Entrevista realizada no ano de 2006 – Grupo Focal).

Os índios é todo um povo nativo que foi encontrado nas terras durante as buscas dos colonizadores portugueses. (aluna, 13 anos, 8.º ano – Escola A – Entrevista realizada no ano de 2006).

Em 1500 na colonização do Brasil os índios já habitavam este país. E hoje em dia não existem quase mais índios no planeta Terra. Quando os portugueses chegaram ao Brasil, eles começaram a explorar a riqueza do país e passaram a escravizar os povos indígenas. Nos dias de hoje esses povos está perdendo suas culturas e seus poucos povos que ainda existem, pois muitas pessoas desses povos estão morrendo de fome e de doenças às vezes. Aqui em Mato Grosso do Sul, a situação não é muito diferente, os índios tem que sair de suas casas de palha para vender utensílios e com isso ter sua pequena renda. (aluno, 14 anos, 9.º ano – Escola A – Material coletado no ano de 2007).

A História do Descobrimento do Brasil relata que os índios moravam aqui no tempo da descoberta. Com a vinda dos portugueses estes habitantes foram colonizados pelos chamados "homens brancos". Com essa colonização os índios passaram a ter costumes diferentes. Esta exploração de terras deles fez com que se espalhassem pelos arredores do país. Em Mato Grosso do Sul, a maioria os índios vivem em condições desfavoráveis. Muitos constroem suas ocas ao longo das BR, muitos curumins estão sofrendo de mortalidade infantil e por falta de alimentos que eles receberam do governo e com isso os índios acabam participando do MST. (aluno, 13 anos, 8.º ano – Escola A – Material coletado no ano de 2007).

As primeiras narrativas sobre os povos indígenas aparecem nas palavras de viajantes e cronistas durante o período quinhentista, mais especificamente, na descoberta da nova terra. Em grande parte, os relatos apresentam o sujeito indígena sobre "marcadores de exotismo, como personagens habitando paisagens exuberantes" (BONIN, 2007, p. 90). É a partir dessas imagens sobre os povos indígenas que as manifestações e os desenhos produzidos pelos alunos se apóiam, visto que as produções históricas ainda estão voltadas para um olhar europeu (colonizador), o que naturaliza a cultura indígena como inferior. A partir dessas palavras, lembro-me de Hall (2003) e Bhabha (1998), ao mencionar que a diferença étnica/cultural de um sujeito foi empregada para explicar e impor a ordem cultural, social e política do colonizador.

Nas manifestações dos estudantes, mais de uma vez, foi possível visualizar a presença do forte discurso colonial e de um modelo de educação, em que as práticas escolares seguem ainda com a certeza de um saber hegemônico, autoritário e com uma visão estática de cultura (BRAND, 2002). Assim, o discurso assumido pela escola, como já mencionado, muitas vezes tem sido fortemente narrado nos livros didáticos e principalmente, reproduzido no dia-a-dia dos alunos em sala de aula.

Durante os dois anos de pesquisa, observei que ambas as escolas (A e B) "trabalham" a questão da diferença ou a diversidade cultural somente durante as comemorações referentes ao "Dia do índio" e à "Semana da Consciência Negra". Nessa datas

comemorativas, o professor fica obrigado a trabalhar, ou seja, é obrigado a desenvolver algumas atividades com o tema, seja pintando a cara dos alunos de tintas coloridas, seja fazendo cocar com penas de galinhas e recortando figuras para construir painéis. Toda essa atitude, segundo Canen, “recai no tipo de discurso folclórico” (2002 p. 183) e na certeza que o ambiente escolar é feito de “pressuposto monocultural, ou seja, pressupõe-se que há uma única cultura universal que pode ser traduzida e assimilada pelo conjunto de estudantes” (MOREIRA, 2002, p. 25).

Nas datas comemorativas que a escola celebra, os alunos ficam felizes e contagiantes em realizar danças e interpretar determinadas peças de teatro. Com a pesquisa, tive oportunidade de identificar grandes equívocos, muitas resistências, mas, sobretudo a certeza de que as questões indígenas são identidades silenciadas e congeladas nas práticas curriculares (GRUPIONI, 1995). Segundo Moreira, “todo o conhecimento escolar se redefine, com base na perspectiva, visões e interesses de grupos dominados” (2002, p. 27).

Nesse caso, pensando nos fatores que silenciam e negam a identidade indígena, descrevo algumas manifestações que foram narradas pelos estudantes sobre os conteúdos estudados na escola.

Na escola que eu estudava pude aprender sobre o índio somente nos livros da 3ª e 4ª série quando eles traziam o dia 19 de abril como o dia do índio [as datas comemorativas]. Minha professora colocava uma pena na cabeça da gente para fazer que fosse índio. (aluno, 12 anos, 7.º Ano – Escola A – Material coletado no ano de 2007).

Índios para mim são pessoas legais. Vivem os costumes bem diferentes da gente. Veste diferente e que foram os primeiros habitantes do Brasil. Isso é a primeira coisa que lembro sobre os índios, que aprendi na escola. (aluno, 11 anos, 6.º Ano – Escola A – Material coletado no ano de 2007).

Na escola que eu estudava, aprendi que índio são pessoas que vieram e vivem aqui perto de nós. (aluno, 11 anos, 6.º Ano – Escola B – Material coletado no ano de 2007).

O livro mostra que índio mora na floresta, faz plantações, dança bastante e tem costume: pesca, dança e faz remédios. Depois os índios vão vender na cidade como meio de sobrevivência. (aluno, 11 anos, 6.º Ano – Escola A – Material coletado no ano de 2007).

A professora ensinou que os índios têm pena na cabeça, ele pinta o rosto, ele fica descalço, ele deita no chão, entra na casinha sem cama. A casa dele, que é a oca não tem nada. Os índios fazem lança e faz flecha para caçar peixe. (aluno, 11 anos, 6.º Ano – Escola A – Material coletado no ano de 2006).

Na escola muitas das manifestações, reproduzidas pelos estudantes, representavam um sujeito indígena, aprendido enquanto criança nas aulas de História, Geografia, Língua Portuguesa, Educação Artística, Estudos Sociais, baseado nos livros didáticos ou por meio de informações que permeiam abertamente os meios de comunicação.

De acordo com as manifestações dos alunos, identifiquei que não existe uma preocupação, por parte da escola, em realizar práticas pedagógicas voltadas para o âmbito da cultura. Práticas que possam desconstruir e ressignificar a imagem cristalizada, sólida e exótica dos povos indígenas, que permeia o imaginário social. Para Gusmão, o fato é incidente na escola, porque ela faz parte “de uma sociedade de classes em que as relações sociais entre sujeitos são relações de hierarquia e poder, que se sustentam em classificações dadas a priori e naturalizadas como próprias deste ou daquele grupo” (2003, p. 92).

Quanto aos conteúdos sobre os povos indígenas, os alunos foram unânimes em responder que “a gente não faz nada, elabora alguns desenhos, cartazes, faz pesquisa e a professora pula o assunto”. Baseando nessa fala, algumas questões foram elaboradas: Por que os professores pulam os conteúdos que retratam os povos indígenas? Será que existe preparo do professor em dialogar com questões que abordam a temática indígena? Qual o conhecimento que os professores possuem sobre os povos indígenas? Quando a questão da diferença é trabalhada nos cursos de formação de professores? Será

que existe, por parte dos professores, uma facilidade de acesso a livros e trabalhos que retratam a história real dos povos indígenas? Baseado nas manifestações e nas problematizações ainda sem resposta, observo que

a escola como instituição está construída por base na afirmação de conhecimentos e valores considerados universais, uma universalidade muitas vezes formal que, se aprofundarmos um pouco, termina por estar assentada na cultura ocidental e européia, consideradas como portadoras da universalidade (CANDAUI, 2002, p.129).

### Considerações finais

Os estudos apontam que as expressões estereotipadas produzidas pelos estudantes são, em muitas vezes narrativas, voltadas a um determinado período histórico, por isso são sempre posicionais (sempre um acontecimento), e por isso devem ser analisadas e pesquisadas. As manifestações ainda são produzidas sem um sentido fixo, com verdades categóricas e muitas vezes sem pontos finais. Com isso, nota-se que as manifestações produzidas no ambiente escolar são narradas com fragmentação e descontinuidade.

O estudo revelou que as manifestações estereotipadas dos alunos são frutos de uma prática pedagógica que não vê o outro, ou seja, o professor não consegue desconstruir as expressões produzidas pelos alunos. Com isso, o professor reproduz uma visibilidade materializada, ou seja, tanto o aluno quanto o professor apresentam uma mesma imagem do sujeito indígena. O fato acaba se tornando repetitivo, porque o professor é oriundo de um processo escolar que estabelece relações de poder entre as diferentes culturas, impossibilitando novos caminhos capazes de alterar as imagens desarticuladas e fixas dos povos indígenas.

Acredito que nas escolas onde a pesquisa foi realizada, muitos professores passaram a olhar os povos indígenas a partir de outra ótica. Para esses professores, assuntos ligados a diferença, tão difícil de ser tratada, serão ponto de discussão e investigação.

Assim, sem expectativa de uma pedagogia que favoreça o desenvolvimento de concepções que superem o discurso do colonizador, procuro uma maneira de problematizar uma prática pedagógica que dê conta de combater o modelo tradicional imposto nas escolas, não deixando com que as manifestações dos alunos decretem a morte dos povos indígenas, principalmente, quando os mesmos são narrados como sujeitos do passado, fixados no lugar de “índios puros” que para nós não existem mais. Nesse sentido, observo que existem muitas lacunas ainda a serem pesquisadas. Pois não é possível explicar a História do Brasil, ou do Estado do Mato Grosso do Sul, sem mencionar os povos indígenas. E não é possível escrever e discutir sobre a população sulmatogrossense sem inserir as populações indígenas.

Nessa perspectiva, é que proponho pensar a interculturalidade, não como a solução dos problemas, mas como forma de aprendizagem, na busca de desenvolver a interação e a reciprocidade entre diferentes grupos. E fazer com que o educador parta do cotidiano dos alunos e das suas formas orais, ou seja, a escola como um espaço de discussão, ressignificação e hibridização, um “entre lugares” (BHABHA, 1998).

### Referências

BAUMANN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

\_\_\_\_\_. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BACKES, José Licínio. Cultura, representação, linguagem e poder, in: BACKES, José Licínio. *A negociação das identidades/diferenças culturais no espaço escolar*. São Leopoldo: UNISINOS, 2005 (Tese de doutorado).

BHABHA, Homik. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BRAND. Antônio Jacó. Os desafios da interculturalidade e a educação infantil, in: MUÑOZ CRUZ, Héctor (org.). *Rumbo a la interculturalidad en educación*. México: UAM, 2002.

\_\_\_\_\_. & NASCIMENTO. Adir Casaro. A escola indígena e sustentabilidade: perspectivas e desafios. *Anais do III Seminário Internacional: Educação intercultural, movimentos sociais e sustentabilidade: perspectivas epistemológicas e propostas metodológicas*. Florianópolis: UFSC, 2006 (CD ROOM).

BONIN, Iara Tatiana. *E por falar em povos indígenas...: quais narrativas contam em práticas pedagógicas?* Tese de Doutorado em Educação. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

CANDAU, Vera Maria Ferrão (org.) *Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CANEN, Ana. Sentidos e dilemas do multiculturalismo: desafios curriculares para o novo milênio, in: LOPES, A.C.; MACEDO, E. (orgs.). *Currículo: debates contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2002. Série Cultura, Memória e Currículo, v. 2.

FLEURI, Reinaldo Matias (org.) *Educação intercultural: mediações necessárias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. Desafios à educação intercultural no Brasil, in: FLEURI, Reinaldo Matias (org.) *Intercultura: estudos emergentes*. Ijuí: Ed. Unijuí. 2001.

\_\_\_\_\_. Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional, in: *Educação e Sociedade/CEDES*. v. 27, n.º 95. Campinas: Cedes, 2006.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil, in: *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1.º e 2.º graus*. 2 ed. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Os desafios da diversidade na escola, in: GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. (org.). *Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados*. São Paulo: Biruta, 2003.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículo, diferença cultural e diálogo, in: *Educação e Sociedade/CEDES*, n.º 79. Campinas: Cedes, 2002, p. 15-38.

\_\_\_\_\_. & CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos, in: *Revista Brasileira de Educação*. n.º 23. Rio de Janeiro, 2003.

ROCHA, Everaldo G. P. *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SPYER, Márcia. A questão da identidade étnica na sala de aula: a cultura indígena, in: *Múltiplos olhares sobre a educação e cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

TEDESCHI, Losandro Antônio; RAMOS, Antônio Dari [et. al.]. *Dialógos interculturais: identidades indígenas na escola não-indígena*. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2006.

VIEIRA, Jorge. *Desenvolvimento local na perspectiva Terena de Cachoeirinha, município de Miranda/MS*. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Campo Grande.

VORRABER COSTA, Marisa. As repercussões da cultura contemporânea no currículo e na docência – armando uma perspectiva para ver e pensar, in: SILVA, Aida Maria Monteiro e outros (orgs). *Novas subjetividades, currículo, docência e questões pedagógicas na perspectivas da inclusão social/Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino*. Recife: ENDIPE, 2006.

# O desiderato de uma escola acolhedora para todos: inclusão educativa

Ernesto Candeias Martins\*

Instituto Politécnico de Castelo Branco, Portugal. Licenciado em Filosofia e Letras (Universidade Católica Portuguesa) e em Pedagogia (Universidad Pontificia de Salamanca - Espanha), Mestre em Educação (Universidade Católica Portuguesa) e Doutor em Ciências da Educação (Universitat de Illes Balears - Palma Mallorca - Espanha), além de Pós-Graduações e Masters no âmbito da Filosofia e das Ciências da Educação. e-mail: ernesto@ese.ipcb.pt

---

**Resumo:** O autor pretende contribuir para a clarificação da inclusão e da filosofia inclusiva nas escolas portuguesas, abordando as expectativas que a escola apresenta perante as mudanças e os factores básicos da inclusão. Há princípios sustentáveis na educação inclusiva que devem ser implementados ao nível escolar. A inclusão exige a reestruturação da escola, do currículo e dos espaços, de modo a criar contextos sociais de aprendizagem. A escola para ser de "todos" necessita de alterações na educação regular, de forma a torná-la mais abrangente, o que constituirá um benefício para todos os alunos.

**Palavras-chave:** 1. inclusão. 2. escola inclusiva. 3. professor de apoio educativo. 4. equipas multidisciplinares. 5. necessidades educativas.

---

*"A base principal de boa prática em integração e em educação integrada é o diálogo"*  
(Hausotter, 1994, p. 174)

## Questões prévias

Nas últimas décadas as publicações de teor (psico)pedagógico abordam a relação entre o novo conceito de escola e a pedagogia diferenciada, no sentido de uma escola inclusiva que deverá reforçar os direitos de todos os educandos a frequentarem o mesmo tipo de ensino, preconizando objectivos curriculares e educativos comuns para todos, independentemente das diferenças individuais, culturais, religiosas, sociais, etc.

Este novo cenário remete-nos para a preocupação da exclusão de indivíduos nos sistemas educativos europeus dos países da União Europeia, como por exemplo, para os fenómenos do insucesso escolar, do abandono escolar, que são indiciadores e potenciadores dessa exclusão social e que questionam a eficácia dos modelos educativos e de desenvolvimento das respectivas políticas sociais e educativas.

---

\* É docente do ensino superior politécnico, tendo exercido vários cargos, entre eles de director da Escola Superior de Educação e membro de várias associações e sociedades nacionais e internacionais de ciências da educação, sendo actualmente o coordenador da Secção de Filosofia da educação da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Da sua obra consta a publicação de vários livros e colaborações, além de inúmeros artigos em revistas da especialidade portuguesas e internacionais. As suas linhas de investigação inserem-se no âmbito da teoria e filosofia da educação, da história da educação, da pedagogia social, da história social de instituições, formação de professores e estudos sobre a criança/jovens em risco e marginalizados ou delinquentes.

Na actual sociedade da informação e do conhecimento, o respeito pela diversidade deve ser entendida como uma mais-valia no processo educativo, pois os alunos são sujeitos com grandes diferenças a nível dos conhecimentos, experiências, vivências, interesses, motivações, necessidades formativas, pertenças culturais, enfim a escola no seu modelo democrático de serviço público aceita no seu seio educandos com histórias de vida únicas. Actualmente pretendemos, ao nível escolar, evitar as atitudes discriminatórias, comportamentos de exclusão, indisciplinas escolares em proclamação do novo paradigma da educação inclusiva, bem expressa na Declaração de Salamanca de 1992.

Cabe ao Projecto Educativo de Escola a operacionalização da inclusão, através dum ensino diferenciado, numa planificação (curricular) e gestão de recursos disponíveis a essa implementação, ou seja, é fundamental que os actores intervenientes no processo educativo e na organização escolar se unam e reconheçam, no dizer de Stainback & Stainback (1999, p. 69), “o princípio de que as escolas são boas para todos os alunos e, então agir com base nesse princípio”. Trata-se de proporcionar várias formas de intervenção educativa que produzam a possibilidade de todos os alunos se desenvolverem nos contextos de aprendizagem que lhe são oferecidos (comunidades de aprendizagem).

Na história da educação inclusiva destacamos documentos relevantes, por exemplo: ‘A Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas’ (1989), a ‘Conferência Mundial sobre a Educação para Todos: para responder às necessidades educativas fundamentais’ (1990), o ‘Regulamento das Nações Unidas para a Igualdade de Oportunidades dos Deficientes’ (1993), etc. Contudo, o passo mais importante dessa luta pela educação para todos, com todos, foi sem dúvida a ‘Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade’, realizada em Salamanca (7 a 10 de Junho de 1994), onde foi elaborada e aprovada a ‘*Declaração de Salamanca*’, hoje considerada um marco importante para a Escola Inclusiva, num apelo claro e inequívoco à inclusão e educação para todos.

Várias entidades a nível internacional têm adoptado uma postura a favor da inclusão, apontando todos os seus benefícios. A UNICEF, a ONU, o Banco Mundial, e a UNESCO, entre outras, têm procurado um consenso no âmbito da implementação de medidas favoráveis à inclusão. A UNESCO tem vindo desde a década de 90 do século passado a realizar certames e conferências mundiais e elaborando relatórios de análise, como foi o de J. Delors em 1996. Todas estas iniciativas pretendem dar uma visão de escola como comunidades de aprendizagem ético-moral e científica, apoiadas na cooperação e no acolhimento de todos sem discriminações. Foi este compromisso de refundação e reestruturação da escola como espaço, tempo e lugar de vivências de encontro e de convivência na descoberta do mundo e na reinstituição da cultura, na convergência de uma formação para a cidadania activa, que originou a ideia de educação inclusiva.

Em Portugal, o movimento de escola inclusiva surge à semelhança de outros países, na década de 90, iniciando-se uma reestruturação dos serviços de educação especial, culminando com a publicação do despacho Conjunto n.º 105, de 31 de Julho de 1997. Este normativo jurídico foi pioneiro na consagração, em termos filosóficos e organizacionais, das escolas mais inclusivas. No entanto, passados alguns anos, verifica-se que na prática os avanços têm sido difíceis, na medida em que o princípio da inclusão implica uma mudança de mentalidades, de valores e de atitudes para possibilitar a reorganização das escolas e do currículo, de modo a permitir a todos uma aprendizagem em conjunto, alicerçada num ensino de qualidade e implicando modelos diversos de intervenção pedagógica. O caminho para um sistema inclusivo só pode ser conseguido se houver a adequada implementação desta política e prática em todas e em cada escola.

É óbvio que a educação inclusiva tem-se imposto na última década do século XX como um novo conceito da educação especial, opondo-se, sobretudo, contra as políticas e práticas de exclusão. Este tipo de educação pretende satisfazer as necessidades formativas de todas as crianças nas escolas regulares, conscientes de que todas as crianças têm o direito de serem educadas umas com as outras, independentemente das suas condições físicas, intelectuais, afectivas, sociais, linguísticas, etc., sendo a inclusão benéfica educativa e socialmente. Neste sentido pretendemos contribuir para a clarificação da inclusão

e da filosofia inclusiva nas escolas portuguesas, abordando as expectativas que este novo modelo de escola apresenta perante as mudanças e os factores básicos da educação inclusiva e da pedagogia diferenciada. Há princípios sustentáveis na educação inclusiva que devem ser implementados ao nível escolar e extra-escolar.

A inclusão exige a reestruturação da escola, do currículo e dos espaços, de modo a criar contextos sociais de aprendizagem. A escola para ser de 'todos' necessita de alterações na educação regular, de forma a torná-la mais abrangente, o que constituirá um benefício para todos os alunos. Estamos certos de que a capacidade de resolver problemas tem a ver com a mentalidade e a capacidade de cada um em trabalhar em equipa, em planificar em equipa, em responsabilizar-se em equipa. Tal espírito de colaboração contribuirá para o sucesso da escola de todos, para todos. É este o espírito da escola inclusiva.

## 1. O apoio educativo na escola inclusiva

A educação inclusiva é uma meta que utiliza várias vias, seguindo diferentes ritmos, segundo os países, não sendo uma utopia desligada da realidade, sem qualquer hipótese de concretização, é pelo contrário uma realidade. A escola vista como uma organização social plenamente integrada na sociedade deve ser flexível, de tal modo que possa dar respostas às necessidades educativas de toda a comunidade. Esta perspectiva é partilhada por Ainscow (1998, p. 36), referindo-se a Eisner (1998), e que acredita que deve existir “um reconhecimento crescente de que este tipo de abordagem só pode ocorrer em contextos onde existe respeito pela individualidade”.

Será que os professores estão aptos a colaborar?

A experiência prática mostra-nos que ainda há uma parte dos professores que preferem trabalhar sozinhos, fechados nas suas salas, receosos de que alguém se venha intrometer nos seus métodos, nas suas práticas. Não é fácil, assim, saber se estarão ou não a actuar adequadamente ou se haverá formas diferentes e mais eficientes de realizar a prática pedagógica. Tal comportamento dá razão a Skrtic, citado por Ainscow (1998, p. 37), ao caracterizar “as escolas como burocracias profissionais que são inapropriadas para a criação do pensamento divergente”. Numa escola de sucesso, para o sucesso de todos os alunos, “os professores são encorajados a aprender com a sua própria experiência e a experimentar novas maneiras de trabalhar, paralelamente e em conjunto com alunos e colegas” (AINSCOW, 1998, p. 39). A colaboração entre professores exige reflexão nas práticas e sobre as práticas, na linha da ‘investigação-acção’ (KEMMIS, CARR, SCHÖN, etc.), ou seja, uma prática reflexiva é a chave para estimular a colaboração entre professores na resolução de problemas educativos (MARTINS, 1996, pp. 61-68).

Ao reflectirmos sobre as práticas educativas/pedagógicas podemos facilmente identificar problemas e formas de resolução possíveis, num diálogo que deve alargar-se aos mais diversos parceiros escolares e sociais. Numa escola aberta, como refere Ainscow (1998, p. 39), os problemas que surjam em alunos com Necessidades Educativas Especiais podem ser vistos numa forma positiva, encarando-se sempre a reflexão como fonte de possível resolução dos mesmos.

A reflexão sobre a aprendizagem deve ter em conta três domínios de integração: o da aprendizagem, o da afectividade e o das relações e, ainda, o da orientação para a inserção no mundo do trabalho. Deste modo, as estratégias e metodologias devem contemplar, sempre que possível, estes domínios, requerendo-se para o sucesso educativo a necessidade de se adoptarem, como recomenda a UNESCO (1990), sistemas mais flexíveis e mais rentáveis, capazes de responder às diferentes necessidades de todas as crianças.

A escola como instituição, que presta um serviço público, impõe e exige aos professores uma maior colaboração entre si, mais inter-relações pessoais, mais interacção, mais comunicação, isto é, “uma escola com êxito é aquela em que as relações e as inte-

racções são facilitadas e coordenadas, de modo a que as pessoas nela envolvidas possam levar a bom termo a missão que têm em comum” (AINSCOW, 1998, p. 37).

Na verdade, a escola inclusiva rompe definitivamente com a ideia de que se pode ensinar tudo a todos, como se de um só aluno se tratasse. Os grupos homogêneos só foram formados para facilitar trabalho aos professores. Todavia, hoje em dia, a heterogeneidade social é também a heterogeneidade escolar. Cada aluno tem as suas vivências, as suas capacidades, as suas dificuldades, e a escola deve proporcionar um ensino eficiente e rentável das várias competências complexas e necessárias a cada aluno, sendo adequadamente equilibradas face às exigências da variedade de ambientes integrados escolares e extra escolares (NIZA, 1996, pp. 140-143).

Neste sentido, não podemos continuar a manter o dogma do aluno-ideal, pelo qual os outros são tabelados, como uma espécie de medida-padrão. Assim se promove a estratificação escolar e, conseqüentemente, a estratificação social.

O que distingue a escola inclusiva da escola dita tradicional são os valores e as práticas que nela se desenvolvem e transmitem, e alguns deles estão bem evidentes nas concepções ou enfoques teóricos e filosóficos sobre a educação, tais como: a escola para todos, o aluno portador de uma cultura própria quando entra para a escola, a todos os educandos devem ser dadas condições de igualdade de oportunidades, e a todos deve ser dado o direito de participação na comunidade, constituindo-se em cidadãos responsáveis e activos.

Por conseguinte, a escola inclusiva é uma escola democrática onde todos os alunos têm o direito ao sucesso, através do desenvolvimento das suas capacidades que devem ser desenvolvidas e exploradas, e tendo em atenção as suas dificuldades. De facto, a escola inclusiva defende, contra a uniformização pedagógica, a necessidade de promover a diferenciação das práticas educativas. Deste modo, desenvolve-se o compromisso educativo entre as escolas e os seus alunos, que permite que a acção pedagógica se define, estrutura e organize em função das competências e dos saberes.

Como é que os serviços de apoio educativo na escola pública podem contribuir para implementar projectos educativos de escola inclusiva?

Na escola inclusiva pretende-se que o aluno com necessidades educativas especiais (NEE) tenha o seu próprio currículo, alternativo, adequado às suas próprias competências e potencialidades. Contudo, ao Apoio Educativo atribui-se uma outra função, mais diversificada, que é o de investir na reflexão contextualizada, partilhada e contínua sobre as opções curriculares. Só assim poderemos contribuir para a configuração de projectos (curriculares) alternativos, ou seja, projectos de formação centrados nas escolas, a partir dos quais seja possível encontrar outros tipos de respostas capazes de contribuir para a inclusão escolar e para a reflexão das possibilidades, das soluções e das exigências que hoje se colocam a todos os actores e agentes que intervêm nos contextos educativos para promoverem a educação, nos diversos níveis de ensino (BÉNARD DA COSTA, 1996, pp. 23-45).

A Declaração de Salamanca, ao definir áreas prioritárias de intervenção, defende que *a identificação precoce é o primeiro passo para o êxito da Escola Inclusiva*. Avaliados os casos, deve haver uma intervenção precoce de estimulação das crianças com NEE desde as primeiras idades. Tendo em atenção estas recomendações, “é importante que se implemente em Portugal um sistema de intervenção precoce eficaz” (CORREIA, 1997, p. 40). Há, ainda, outros aspectos prioritários, como a educação das raparigas com deficiência que sofrem “*uma desvantagem dupla*” na preparação para a vida adulta. Os jovens com NEE necessitam, pois, de um apoio especial na sua transição para a vida adulta.

Que tipo de apoio pode ser dado aos alunos com NEE?

Continuamos a tirá-los fora da sala de aulas, fora da turma? Será que o ensino individual (diferenciado) ministrado fora da sala resulta? Certamente que não. O aluno com NEE deverá estar integrado na turma, estabelecendo cooperação com a professora da turma, desenvolvendo trabalho de grupo em que os mais fortes podem ajudar os mais fracos, responsabilizando-os e obrigando-os a colaborar no trabalho, dando-lhes tarefas que estes consigam realizar (FONSECA, 2002, pp. 19-21).

Retirar o aluno da turma não é uma boa opção, pois na prática comprova-se que esta solução não resulta, acabando por ser frustrante para todos, especialmente, para muitas crianças e jovens a ela submetidos. I. R. Sanches (1995, p. 17) reafirma a necessidade de o processo educativo se processar num meio “o menos restritivo possível, privilegiando a sala de aula regular”. Para a inclusão ser plena e verdadeiramente rentável é necessário um verdadeiro trabalho de equipa na escola e na organização do próprio Apoio Educativo como serviço de uma equipa.

## 2. O papel das equipas de coordenação no apoio educativo (ECAE)

As Equipas de Coordenação no Apoio Educativo (ECAE) estão vocacionadas para intervir junto de crianças com necessidades educativas específicas, através dos seus professores de Apoio Educativo. Contudo, o seu funcionamento nas escolas continua marcado pela influência das medidas de apoio pedagógico e educativo, numa perspectiva apenas compensatória.

Nesta perspectiva o apoio é visto como algo de suplementar, surgindo como um extra para remediar, apesar da premência de uma escola inclusiva (BAUTISTA, 1997, p. 36-51; CORREIA, 2001, p. 128-134). As ECAE, estruturadas pelo Despacho Conjunto n.º 105/97, de 1 de Junho, visam uma filosofia de intervenção diferente das equipas de ensino especial, constituindo-se como umas estruturas técnico-científicas, um espaço de reflexão, que coordena a intervenção dos professores de apoio na sua área.

### 2.1. As Equipas Multidisciplinares

Enquanto as ECAE fazem a coordenação do Apoio Educativo, as equipas multidisciplinares fazem o acompanhamento do percurso escolar dos alunos. São outros tipos de equipas consignadas no mesmo Decreto Lei cuja principal função se prende com a formação de equipas de trabalho na escola. Uma equipa com vários profissionais, em várias áreas, que visam ajudar os alunos com NEE na sua integração escolar e social. Estas equipas devem intervir no processo educativo de cada aluno. J. Morgado (1994, p. 21), descreve-as como “um grupo dinâmico de elementos (profissionais) empenhados em objectivos comuns, com tarefas e responsabilidades partilhadas e em que o acto de trabalharem cooperadamente potencia tudo o que é realizado”.

O trabalho de equipa envolve diferentes metodologias como, por exemplo: intervenção directa, abordagem de projecto, consultoria, formação em serviço, investigação, incidindo em questões fundamentais, como a definição cooperada de necessidades e prioridades, a construção cooperada e contínua dos saberes, o estabelecimento cooperado dos princípios e estratégias, a definição cooperada dos aspectos operativos da intervenção e de dispositivos de regulação das mesmas (RODRIGUES, 2001).

Destas equipas devem fazer parte elementos da família, da escola, da segurança social, e dos Serviços de Saúde, envolvendo pais (ou encarregados de educação), professores, psicólogos, terapeutas, técnicos de serviços sociais, médicos e enfermeiros, todos em colaboração cooperativa orientada para a criança.

Algumas funções destas equipas são mencionadas por Correia (1999, p. 25):

- Avaliar referimentos de alunos que evidenciem dificuldades na classe regular ou que necessitem de serviços de educação especial;
- Definir estratégias de intervenção a desenvolver na classe regular, sempre que se considere vantajosa para o aluno a sua manutenção nela, fazendo as necessárias modificações curriculares;
- Iniciar o processo de avaliação para identificação do aluno considerado em risco;

- Avaliar os dados obtidos e decidir sobre a colocação adequada da criança, encaminhando-a para serviços de educação especial, se necessário;
- Elaborar e implementar a aplicação do PEI;
- Prestar apoio necessário a professores e pais da criança.

Neste sentido, no trabalho de equipa, tudo é partilhado e previamente definido: a gestão, os objectivos de trabalho, os processos de trabalho, havendo entre os elementos da equipa uma comunicação aberta e confiante, em que o grupo se constitui como suporte e apoio de cada um dos elementos. A cooperação deve envolver necessariamente a criança e outro tipo de equipas, como o Serviço de Psicologia e Orientação (SPO).

## 2.2. Os serviços de apoio psicológico na orientação escolar

Criados pelo Decreto-Lei 190/91, de 3 de Abril, definem-se pelo desenvolvimento e gestão de programas de orientação vocacional, e estão mais orientados para encaminhar alunos no final do 2.º e 3.º ciclos.

Numa perspectiva abrangente, aceita-se uma outra concepção acerca dos dispositivos de apoio educativo como instrumentos de inovação e transformação institucional que assentam numa acção conjunta, na reflexão partilhada, na intervenção educativa de vários profissionais que partilham saberes e experiências que poderão enriquecer profissionalmente e a nível pessoal os intervenientes no processo educativo que deve ser comum e partilhado (SANCHES, 1996, p. 45-59).

## 2.3. Os serviços de psicopedagogia

A Psicopedagogia tem dado um grande contributo para a reeducação de crianças com dificuldades de aprendizagem. Na sua actividade estes serviços procuram ter um papel de mediação entre o ser que quer aprender e o objecto dessa aprendizagem, combinando princípios e definindo estratégias que permitam a cada um o desenvolvimento coerente das suas potencialidades aquisitivas (CÔLOA DIAS, 1999, pp. 68-83).

O processo de aprendizagem do aluno é reflectido, sendo a actividade psicopedagógica desenvolvida num processo tripartido: diagnóstico, contextualização e intervenção. O diagnóstico de potencialidade, fundamental e indispensável, é complementado com uma contextualização de âmbito muito alargado e exaustivo, alicerçado numa intervenção que conjuga a informação anteriormente recolhida. Esta é a forma mais coerente de optimização de potencialidades, que garante um desenvolvimento consciente e uma efectiva integração bio-psico-social dos indivíduos (BAIRRÃO, 1998, p. 78-90).

A psicopedagogia contrapõe-se à massificação do ensino, pois a psicologia salienta o aspecto da diferenciação e insiste que cada aluno é único e diferente. É este o âmbito da escola inclusiva, onde o papel do psicopedagogo é muito importante, mesmo em relação ao apoio que pode prestar ao professor. O psicopedagogo é aquele profissional que garante ao professor uma adequação de discurso, de postura e de conteúdos, que lhe garanta a excelência da sua actividade docente.

Na verdade, o psicopedagogo pode colaborar com a escola em múltiplos aspectos, dado que abrange actividades relacionadas com a integração e organização de equipas inter-disciplinares de intervenção psicopedagógica em estruturas de apoio social, aconselhamento e intervenção em todas as situações de perturbação da aprendizagem, insucesso escolar, dificuldades de adaptação social e de exclusão (CORREIA e MARTINS, 2002, p. 84-95).

Zélia de Noronha (1993, p. 39) indica as características do reeducador ou psicopedagogo que podem muito bem aplicar-se também a uma definição do profes-

sor de Apoio Educativo. Segundo a autora, tais características também se devem aplicar aos pais, no seu empenhamento em ajudar os filhos. Neste sentido o reeducador para ter um bom desempenho deve ser:

- Persistente: não desistir facilmente nem se desencorajar com os insucessos;
- Criativo: deve usar métodos diversificados, explorando ao máximo os materiais, improvisando, adaptando e tornando a aprendizagem numa brincadeira agradável.
- Competente: conhecer bem as técnicas de aprendizagem, ser bom observador e oportuno. Deve dominar bem a matéria que vai ensinar. Empenhado em ajudar os alunos apresentando uma boa performance. Nesta perspectiva o reeducador deve ser:
  - Estável emocionalmente: não deve deixar transparecer a sua indisposição ou os seus problemas.
  - Honesto e conhecedor de si próprio: deve ser objectivo e não misturar sentimentos e emoções subjectivas.

### 3. O papel do professor de apoio

O professor de apoio tem um papel fundamental no contexto da escola inclusiva e, em grande parte, depende de si o sucesso dos alunos diferentes. O seu papel reparte-se em várias facetas, mas assenta sobretudo num aspecto, na minha opinião o mais importante, que é o de servir de elo de ligação e ser coordenador de trabalho entre todos os intervenientes no processo educativo de crianças com NEE (BAIRRÃO, 1998; SANCHES, 1996).

O Despacho Conjunto 105/97, de 1 de Julho, define claramente o papel do professor de Apoio Educativo e considera como principal função a de servir de recurso ao professor de turma. Neste sentido, o professor de AE é um parceiro que pode ajudar na inclusão de todos os alunos. Aquele diploma define o professor de AE como o docente que tem como função prestar apoio educativo à escola no seu conjunto, ao professor, ao aluno e à família, na organização e gestão de recursos e medidas diferenciadas a introduzir no processo de ensino/aprendizagem. Exigem-se algumas competências específicas a cumprir pelo professor de Apoio Educativo, definidas pelo Art.º 12.

Por conseguinte, o professor de apoio deve:

- saber colaborar com o órgão de gestão (Equipas que detectam NEE organizam e incrementam os apoios educativos adequados, gerem recursos, promovem e monitorizam as inovações);
- saber gerir recursos humanos, materiais e institucionais. O professor de AE deve ser conhecedor dos problemas da escola, adquirindo um estatuto de grande importância, articulando-se entre a escola e a sociedade;
- saber dar apoio aos professores de turma no referente a práticas de ensino inovadoras capazes de responder às necessidades de grupos heterogéneos;
- saber ajudar os professores a reflectir sobre as suas práticas e ajudá-los a melhorar as suas respostas educativas;
- ser bom observador da sala de aula;
- ser sensível para a detecção de problemas, avaliá-los e sugerir soluções para ultrapassá-los;
- deve saber elaborar e monitorizar o PEI de cada aluno com NEE;
- saber elaborar e gerir currículos no geral;
- saber lidar com situações extremas de mau comportamento na escola, além de saber lidar com outros problemas, nomeadamente de insucesso escolar e de outros relacionados com os próprios professores, como o caso da desmotivação, ou com a família, dinamizando grupos de trabalho (pais, professores, auxiliares de educação).

Esta nova abordagem de escola em cooperação implica mudanças a nível das atitudes dos professores e nas formas de trabalho dos mesmos. Os professores de apoio têm de ser competentes na forma como realizam o apoio em educação especial – tanto nas escolas especiais como em escolas regulares. Na educação integrada os professores regulares, os professores especiais e outras pessoas envolvidas têm de saber trabalhar em equipa, tendo de cooperar uns com os outros (CORREIA e MARTINS, 2000, p. 17-22).

Uma das características, atrás referidas, da escola inclusiva é também uma certa flexibilização dos métodos de ensino para uma gestão adequada de grupos heterogéneos, recorrendo a trabalho cooperativo, trabalho de grupos, trabalho de pares, tutorias, trabalhos de projecto, englobando todos os alunos na actividade.

Para haver diferenciação, os professores têm de ter uma clara ideia acerca dos estilos cognitivos das várias crianças, têm de fazer uma análise dos conhecimentos e dos requisitos funcionais que fazem parte de uma determinada tarefa, têm de organizar processos de observação para tirar ilações das situações de aprendizagem, ou seja, têm de trabalhar em colaboração sistemática com os seus colegas, de modo a saberem gerir e a organizar a sala de aula (CORREIA, 1999). Além destes aspectos, podemos unir duas componentes de apoio nas funções do professor de AE: o apoio indirecto a desenvolver com todos os intervenientes no processo educativo e o apoio directo ao professor (regular) e aos alunos (MORGADO, 1994; SANCHES, 1996).

#### Terminando concluindo

A responsabilidade dos agentes e agências educativas intervenientes no processo educativo de todos os alunos, sem excepção, é o de dar as mesmas oportunidades e igualdades no apoio, na orientação e na mediação das aprendizagens, o que faz redimensionar o papel do profissional da educação na forma, como dá resposta a todas as situações como professor de metodologias e recursos.

Torna-se urgente desde a escola analisar de forma articulada e objectiva o meio onde se desenvolve a acção educativa dos professores na sala de aula (espaços escolares), de forma a delinear modelos de resposta e de gestão curricular e de recursos, que respeitem o direito à diferença e à inclusão, respondendo cada vez melhor às necessidades que surgem no contexto educativo.

Aceitar a inovação é, como qualquer processo de mudança, moroso, no entanto o perfil profissional do professor exige (profissionalidade, competências, qualificação) abertura e adequação às mudanças, à inovação e à inclusão das novas tecnologias, que são aspectos sujeitos a um processo de formação contínua ao longo da vida. Tudo isto leva-nos a acreditar que a reflexão e questionamento das práticas educativas e/ou pedagógicas vão sendo cada vez mais frequentes, facilitando a generalização destes princípios a todas as escolas.

Efectivamente, estamos conscientes de que fazer avançar a prática implica um equilíbrio cuidadoso entre a salvaguarda do existente e a mudança, tal como estamos cientes que qualquer processo de mudança precisa de tempo de amadurecimento, e à medida que uns objectivos vão se concretizando, continuaremos pouco a pouco a caminhar para alcançar outros objectivos dependentes das exigências provenientes da sociedade. Assim, devem ser dadas oportunidades aos professores, de modo a que se explorem novas práticas de aprendizagem em novos contextos, o que implica participação em novas possibilidades de acção, assim como o encorajamento à experimentação, à reflexão crítica, de modo a gerar respostas aos desafios educativos actuais.

Haverá que desenvolver uma consciência colectiva de que a escola tem que sofrer um processo de mudança adequando-se às diferenças dos seus alunos. Devem para isso ter uma tipologia com certas características (AINSCOW, PORTER e WANG [1997]): li-

derança eficaz (gestão democrática e participada); envolvimento de toda a comunidade educativa (projecto educativo de escola); planificação elaborada de forma colaborativa (projecto curricular de escola); estratégias de coordenação (desenvolver competências, destrezas e valores/atitudes); valorização da acção – reflexão – acção (importância da investigação acção nos professores); e valorização profissional em equipa (interdisciplinaridade).

Todos estes factores são decisivos na modificação das escolas, mas cabe aos professores encarar as diferenças e mudanças como um desafio e não como resistência ao desenvolvimento de práticas pedagógicas mais adequadas aos contextos de aprendizagem. Esta tipologia de Ainscow tem um destaque especial, pois como profissionais, os professores devem abandonar práticas e valores tradicionais (transmissão de conhecimentos de forma expositiva, passiva e repetitiva) e dar lugar à inovação e ao desenvolvimento de competências (destrezas, habilidades) e valores (atitudes), à prática reflexiva ao respeito pela diversidade, diferenças e heterogeneidade, respeitando a individualização sem perder a noção de grupo (CÔLOA DIAS, 1999, p. 23-56).

Desta forma a valorização profissional do professor deverá ter em conta uma formação dirigida a um sistema educativo concreto para servir uma sociedade concreta numa abordagem contextualizada e integradora. A integração de vários modelos de formação num triplo movimento: conhecimento da acção, reflexão na acção e reflexão sobre a acção que vise a realização de experiências reflexivas interactivas e integradoras.

Esta formação aponta para uma capacitação e qualificação profissional com vista a formar professores criativos do seu próprio saber; e para uma formação promotora de um desenvolvimento integral do ser humano a nível transdimensional, transdisciplinar, transparadigmático e transcultural, visando a integração da componente dos alunos com necessidades educativas especiais nos currículos dos professores, promovendo assim uma formação inter-multicultural orientada a uma cidadania que valorize a pluralidade e diversidade dos alunos. Neste contexto são importantes as práticas educativas e necessidades de formação (inicial, contínua) dos professores no apoio educativo especializado e não especializado no ensino básico dentro da escola (agrupamento de escola ou área educativa).

No contexto da inclusão, o professor de apoio é cada vez mais um elemento essencial e indispensável no sistema educativo português. O seu papel reparte-se nas diversas facetas da escola, cada vez com mais responsabilidade e responsabilização de todos os intervenientes numa escola que se quer acolhedora e inclusiva para todos.

A inclusão escolar é uma exigência para todos e, para tal, as escolas devem estar apetrechadas com meios e recursos capazes de darem resposta às exigências e necessidades educativas e/ou formativas dos alunos no contexto das práticas educativas (sala de aula).

## Referências Bibliográficas

AINSCOW, M. (ed.). *Effective schools for all*. London: David Fulton Publ.s, 1991, 346.

AINSCOW, M. *Educação para todos: torná-los uma realidade*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997, p. 286.

AINSCOW, M.; PORTER, G. e WANG, M. *Caminhos para as escolas inclusivas*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997, p. 273.

BAIRRÃO, João. *Subsídios para o sistema de Educação – alunos com necessidades educativas especiais*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação, 1998, p. 349.

BAUTISTA, R. *Necessidades educativas especiais*. Lisboa: Dinalivro, 1997, p. 427.

BÉRNARD DA COSTA, A. Maria et al. *Currículos funcionais, sua caracterização*. Vol. 1. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1996, p. 295.

CNE – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1999). *Uma Escola inclusiva a partir da escola que temos*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação, 1999, p. 312.

CÔLOA DIAS, J. *A problemática da relação Família/Escola e a criança com Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa: SNR, 1999, p. 357.

CORREIA, L. M. *Alunos com necessidades educativas especiais na classe regular*. Porto: Porto Editora, 1997, p. 361.

CORREIA, L. M. *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas classes regulares*. Porto: Porto Editora, p. 341.

CORREIA, L. M. “Educação inclusiva ou educação apropriada”, in: RODRIGUES, A. (org.). *Educação e diferença: Valores e práticas para uma educação inclusiva*. Porto: Porto Editora, 2001, p. 125-142.

CORREIA, L. M. e MARTINS, A. P. L. “Uma escola para todos: atitudes dos professores perante a inclusão”. *Inclusão*, 1, pp. 15-29, 2000.

CORREIA, L. M. e MARTINS, A. P. L. *Inclusão: Uma guia para educadores e professores*. Braga: Quadrado Azul Editora, 2002, p. 438.

EURYDICE. *A Luta contra o insucesso escolar: um desafio para a construção europeia*. Lisboa: Ministério da Educação/PEPT 2000, 1995, p. 372.

FONSECA, V. “Tendências futuras para a Educação Inclusiva”. *Inovação*, 2, p. 11-32, 2002.

MARTINS, Ernesto Candeias. “A Investigação-acção (I-A) e a sua influência na formação dos actuais professores”. *Educare/Educere* (ESE Castelo Branco), Ano II, 2, 1996, p. 59-74.

MORGADO, J. Trabalho de equipa. Trabalho cooperado em Educação Especial/ Reabilitação. *Integrar*, 5, pp. 20-22, 1994.

NIZA, Sérgio. “Necessidades especiais de educação: Da exclusão à inclusão na escola comum”. *Inovação*, 9, 1-2, pp. 139-149, 1996.

NORONHA, Zélia. *Apoio psicopedagógico*. Lisboa: Plátano Editora, 1993, p. 326.

RODRIGUES, David (org.). *Educação e diferença: valores e práticas para uma Escola Inclusiva*. Porto: Porto Editora, 2001, p. 382.

SANCHES, I. R. *Professores de Educação especial: da formação às práticas educativas*. Porto: Porto Editora, 1995, p. 425.

SANCHES, I. R. *Necessidades Educativas Especiais e Apoios e Complementos Educativos no quotidiano do professor*. Porto: Porto Editora, 1996, p. 430.

STAINBACK, S. & STAINBACK, W. *Inclusão: um guia para educadores*. São Paulo/Porto Alegre: Artmed, 1999.

TURNBULL, A.; TURNBULL, H.; SHANK, M. & LEAL, D. *Exceptional lives: special education in today's schools*. Englewood Cliffs: Merrill, Prentice Hall, 1995, p. 373.

UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*. Lisboa: Ministério da Educação, 1990, p. 295.

WANG, M. *Atendimento a alunos com necessidades educativas especiais: equidade e Acesso*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1994, p. 287.